UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

RUI MANUEL CHERENE

PERSPECTIVA HISTÓRICA E DESAFIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DO CASO DE MOÇAMBIQUE

Marília
2026

RUI MANUEL CHERENE

PERSPECTIVA HISTÓRICA E DESAFIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DO CASO DE MOÇAMBIQUE

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida

Marília

2026

Cherene, Rui Manuel
C521p Perspectiva histórica e desafios de institucionalização da Ciência da Informação em países africanos de lingua oficial portuguesa : Uma Análise do caso de Moçambique / Rui Manuel Cherene. -- Marília, 2026
203 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Carlos Candido de Almeida

1. Instititucionalizacao da Ciencia da Informacao. 2. País Africano de Ligua Oficial Portuguesa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa apresenta elevado impacto potencial nos âmbitos científico, técnico, social, educacional e cultural, ao propor uma análise histórica e comparativa da institucionalização da Ciência da Informação (CI) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com especial enfoque em Moçambique. Do ponto de vista científico e técnico, o estudo contribui para a consolidação da CI como campo de conhecimento nos contextos africanos lusófonos, oferecendo bases teóricas e epistemológicas para o fortalecimento das políticas públicas e das estruturas formativas na área. O potencial inovador se manifesta na abordagem interdisciplinar que articula História, Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Epistemologia da Informação, proporcionando um modelo analítico aplicável a outros contextos pós-coloniais.

No plano social e econômico, a pesquisa se destaca por identificar caminhos para o desenvolvimento de sistemas de informação autônomos e sustentáveis, capazes de melhorar a gestão do conhecimento, a transparência institucional e a empregabilidade de profissionais da informação nos PALOP. No campo educacional, oferece subsídios para a reformulação curricular e o aperfeiçoamento dos programas de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, fortalecendo a integração entre academia e mercado de trabalho. Já no âmbito cultural, o estudo valoriza as identidades e memórias locais, promovendo a preservação do patrimônio informacional africano e o respeito às epistemologias endógenas.

A pesquisa também possui expressivo grau de internacionalização, ao dialogar com autores e instituições de referência do Brasil, da Europa e da África, ampliando a cooperação acadêmica Sul-Sul e fortalecendo a inserção dos PALOP na agenda global da Ciência da Informação. Sua inserção local, regional e nacional é visível pela relevância do caso moçambicano e pela possibilidade de replicação de seus resultados em políticas públicas e estratégias de gestão informacional em diferentes níveis institucionais. Por fim, o estudo contribui para o desenvolvimento sustentável, na medida em que defende a informação como recurso estratégico para a cidadania, a inclusão digital e o fortalecimento das instituições democráticas. Assim, a pesquisa reafirma o papel da Ciência da Informação como pilar essencial para o desenvolvimento científico, educacional, social e cultural dos países africanos de língua portuguesa.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research presents a high potential impact in the scientific, technical, social, educational, and cultural domains, as it proposes a historical and comparative analysis of the institutionalization of Information Science (IS) in Portuguese-Speaking African Countries (PALOP), with a particular focus on Mozambique. From a scientific and technical perspective, the study contributes to consolidating Information Science as a field of knowledge within Lusophone African contexts, providing theoretical and epistemological foundations to strengthen public policies and educational structures in the area. Its innovative potential lies in the interdisciplinary approach that connects History, Philosophy, Sociology, Political Science, and the Epistemology of Information, offering an analytical model applicable to other postcolonial contexts.

On the social and economic level, the research identifies pathways for the development of autonomous and sustainable information systems capable of improving knowledge management, institutional transparency, and the employability of information professionals across the PALOP. In the educational field, it provides guidelines for curriculum reform and enhancement of training programs in Librarianship and Information Science, fostering stronger integration between academia and the labor market. In the cultural dimension, the study values local identities and memories, promoting the preservation of African informational heritage and respect for endogenous epistemologies.

The research also demonstrates a strong degree of internationalization, through dialogue with authors and institutions from Brazil, Europe, and Africa, fostering South-South academic cooperation and strengthening the inclusion of the PALOP in the global Information Science agenda. Its local, regional, and national relevance is evident in the Mozambican case study and the replicability of its results in public policies and information management strategies at different institutional levels. Finally, the study contributes to sustainable development by recognizing information as a strategic resource for citizenship, digital inclusion, and the strengthening of democratic institutions. Thus, this research reaffirms the role of Information Science as an essential pillar for the scientific, educational, social, and cultural development of Portuguese-speaking African countries.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE:**Perspectiva Histórica e Desafios de Institucionalização da Ciência da Informação em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: uma análise do caso de Moçambique.**

AUTOR: RUI MANUEL CHERENE

ORIENTADOR: CARLOS CANDIDO DE ALMEIDA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Ciência da Informação, área: Informação, Tecnologia e Conhecimento pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). CARLOS CANDIDO DE ALMEIDA (Participaçao Virtual)
Departamento de Ciência da Informação / UNESP / Câmpus de Marília - FFC

Prof. Dr. MARCOS PAULO DE PASSOS (Participaçao Virtual)
Departamento de Ciência da Informação / UNESP (Pós-Doutorado)

Prof(a). Dr(a). RODRIGO RABELLO DA SILVA (Participaçao Virtual)
Departamento de Ciência da Informação / Universidade de Brasília

Prof(a). Dr(a). MARCIO FERREIRA DA SILVA (Participaçao Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR (Participaçao Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal do Pará, Instituto em Ciências Sociais Aplicadas

gov.br Documento assinado digitalmente
GUSTAVO HENRIQUE NICOLAU ALVES GABARDO
Data: 30/01/2026 08:50:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marília, 28 de novembro de 2025.

Gustavo Henrique Nicolau Alves Gabardo
Supervisor Técnico de Seção
Seção Técnica de Pós-Graduação

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de doutoramento representa a concretização de um percurso longo, desafiador e profundamente enriquecedor. Agradeço, antes de tudo, a Deus, fonte de sabedoria, coragem e inspiração, pela presença constante em todos os momentos desta caminhada.

Aos meus pais, Manuel Cherene e Precisa Jipe. À Universidade Estadual Paulista (UNESP) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pela oportunidade de crescimento científico e humano. Ao meu orientador Professor Carlos Candido de Almeida, expresso a mais sincera gratidão pela paciência, rigor intelectual e generosa partilha de conhecimento, essenciais para o amadurecimento desta pesquisa.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado com amor e compreensão. Aos colegas e amigos que partilharam ideias, desafios e alegrias ao longo deste percurso, contribuindo para tornar a caminhada mais leve e significativa.

Agradeço igualmente à Escola Superior de Jornalismo (ESJ), pelo apoio institucional e pela confiança depositada em mim, permitindo conciliar a vida profissional e acadêmica de forma harmoniosa.

Deixo ainda um reconhecimento especial aos missionários dos Sagrados Corações, em particular ao Padre Eamon Aylward e ao saudoso Padre Derek Laverty, cuja dedicação ao povo moçambicano e exemplo de serviço continuam a inspirar o meu compromisso com o conhecimento, a fé e o desenvolvimento humano.

Por fim, a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade, o meu mais profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

O estudo investiga a evolução histórica e os desafios enfrentados pela Ciência da Informação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com especial foco em Moçambique. Para buscar mais subsídios sobre o tema, a pesquisa começou primeiramente por traçar as origens da Ciência da Informação como um campo interdisciplinar que emergiu no século XX e se consolidou nas décadas de 1950 e 1960, impulsionado por avanços tecnológicos e pela crescente necessidade de gerenciar grandes volumes de dados. Ademais, situou o surgimento da Ciência da Informação em um contexto global, remetendo à influência de pensadores como Vannevar Bush, cujo artigo de 1945 sobre o "Memex" (Memory Extender) marcou o início da discussão sobre tecnologias de recuperação de informação. Nos PALOP, o desenvolvimento da Ciência da Informação é analisado a partir de dois períodos principais: o colonial e o pós-colonial. Durante o período colonial, as práticas de gestão da informação eram voltadas para os interesses dos colonizadores, centrando-se na administração política e económica. As instituições criadas, como bibliotecas e arquivos, serviam aos propósitos da metrópole, enquanto a população local tinha acesso limitado a essas ferramentas, perpetuando um modelo de exclusão informacional. A formação de profissionais na área era praticamente inexistente, o que resultou na ausência de especialistas locais capacitados para desenvolver sistemas de informação autónomos no período pós-colonial. Com as independências na década de 1970, os PALOP enfrentaram o desafio de criar sistemas de informação próprios, baseados muitas vezes em modelos herdados do período colonial. Essa transição foi marcada por dificuldades como a escassez de recursos financeiros, a ausência de profissionais qualificados e a falta de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da área. Ainda assim, houve esforços significativos para implementar bibliotecas e arquivos nacionais, além de criar cursos universitários para formar especialistas. Contudo, os currículos muitas vezes não refletiam as necessidades locais, dificultando a inserção dos profissionais no mercado de trabalho. Em Moçambique, a pesquisa destaca que os desafios da Ciência da Informação estão diretamente relacionados à empregabilidade dos formados, à inadequação curricular e à falta de alinhamento entre a formação académica e as demandas do mercado. Além disso, o estudo realiza uma análise comparativa entre os currículos de Moçambique e do Brasil, apontando discrepâncias que evidenciam a necessidade de adaptar os programas educacionais à realidade moçambicana. As principais conclusões do trabalho reforçam a importância de reconhecer e valorizar o contexto histórico e cultural dos PALOP na

construção de sistemas de informação eficazes. A sustentabilidade desses sistemas depende de uma formação mais robusta, que inclua não apenas conhecimentos técnicos, mas também competências éticas e culturais. A pesquisa propõe a consolidação de estratégias que promovam a autonomia informacional dos PALOP, considerando tanto a preservação da identidade cultural local quanto a integração de tecnologias modernas. Essas acções são vistas como essenciais para garantir que os sistemas de informação possam contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural da região. Este trabalho contribui significativamente para o campo da Ciência da Informação ao abordar um tema ainda pouco explorado, fornecendo uma análise histórica detalhada e apresentando propostas concretas para enfrentar os desafios contemporâneos da área nos PALOP.

Palavras-chave: institucionalização da Ciência da Informação; países africanos de língua oficial portuguesa; epistemologia da Ciência da Informação; Moçambique.

ABSTRACT

The study investigates the historical evolution and challenges faced by Information Science in the Portuguese-Speaking African Countries (PALOP), with a special focus on Mozambique. To gain more insights on the topic, the research began by tracing the origins of Information Science as an interdisciplinary field that emerged in the 20th century and solidified in the 1950s and 1960s, driven by technological advances and the growing need to manage large volumes of data. It also situated the emergence of Information Science in a global context, referring to the influence of scholar such as Vannevar Bush, whose 1945 article on the "Memex" (Memory Extender) marked the beginning of discussions on information retrieval technologies. In the PALOP, the development of Information Science is analyzed from two main periods: the colonial and the post-colonial. During the colonial period, information management practices were geared toward the interests of the colonizers, focusing on political and economic administration. Institutions created, such as libraries and archives, served the purposes of the metropolis, while the local population had limited access to these tools, perpetuating a model of informational exclusion. Professional training in the area was virtually nonexistent, resulting in a lack of local specialists capable of developing autonomous information systems in the post-colonial period. With independence in the 1970s, the PALOP faced the challenge of creating their own information systems, often based on models inherited from the colonial period. This transition was marked by difficulties such as scarce financial resources, the absence of qualified professionals, and a lack of public policies aimed at strengthening the area. Nonetheless, there were significant efforts to implement national libraries and archives, as well as to create university courses to train specialists. However, curricula often did not reflect local needs, making it difficult for professionals to enter the job market. In Mozambique, the research highlights that the challenges of Information Science are directly related to the employability of graduates, curricular inadequacy, and the lack of alignment between academic training and market demands. Additionally, the study conducts a comparative analysis between the curricula of Mozambique and Brazil, pointing out discrepancies that underscore the need to adapt educational programs to the Mozambican reality. The main conclusions of the work reinforce the importance of recognizing and valuing the historical and cultural context of the PALOP in building effective information systems. The sustainability of these systems depends on more robust training that includes not only technical knowledge but also ethical and cultural competencies. The research proposes

consolidating strategies that promote the informational autonomy of the PALOP, considering both the preservation of local cultural identity and the integration of modern technologies. These actions are seen as essential to ensure that information systems can contribute to the social, economic, and cultural development of the region. This work contributes significantly to the field of Information Science by addressing a topic still little explored, providing a detailed historical analysis, and presenting concrete proposals to face contemporary challenges in the area within the PALOP.

Keywords: institutionalization of Information Science; Portuguese-speaking African countries;. Epistemology of Information Science; Mozambique.

RESUMEN

El estudio investiga la evolución histórica y los desafíos enfrentados por la Ciencia de la Información en los Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP), con especial enfoque en Mozambique. Para obtener más información sobre el tema, la investigación comenzó trazando los orígenes de la Ciencia de la Información como un campo interdisciplinario que surgió en el siglo XX y se consolidó en las décadas de 1950 y 1960, impulsado por avances tecnológicos y la creciente necesidad de gestionar grandes volúmenes de datos. También situó el surgimiento de la Ciencia de la Información en un contexto global, remitiendo a la influencia de pensadores como Vannevar Bush, cuyo artículo de 1945 sobre el "Memex" (Memory Extender) marcó el inicio de la discusión sobre tecnologías de recuperación de información. En los PALOP, el desarrollo de la Ciencia de la Información se analiza a partir de dos períodos principales: el colonial y el poscolonial. Durante el período colonial, las prácticas de gestión de la información estaban orientadas a los intereses de los colonizadores, centrándose en la administración política y económica. Las instituciones creadas, como bibliotecas y archivos, servían a los propósitos de la metrópoli, mientras que la población local tenía acceso limitado a estas herramientas, perpetuando un modelo de exclusión informacional. La formación de profesionales en el área era prácticamente inexistente, lo que resultó en la ausencia de especialistas locales capacitados para desarrollar sistemas de información autónomos en el período poscolonial. Con las independencias en la década de 1970, los PALOP enfrentaron el desafío de crear sistemas de información propios, basados muchas veces en modelos heredados del período colonial. Esta transición estuvo marcada por dificultades como la escasez de recursos financieros, la ausencia de profesionales cualificados y la falta de políticas públicas orientadas al fortalecimiento del área. Aun así, hubo esfuerzos significativos para implementar bibliotecas y archivos nacionales, además de crear cursos universitarios para formar especialistas. Sin embargo, los currículos a menudo no reflejaban las necesidades locales, dificultando la inserción de los profesionales en el mercado laboral. En Mozambique, la investigación destaca que los desafíos de la Ciencia de la Información están directamente relacionados con la empleabilidad de los graduados, la inadecuación curricular y la falta de alineación entre la formación académica y las demandas del mercado. Además, el estudio realiza un análisis comparativo entre los currículos de Mozambique y Brasil, señalando discrepancias que evidencian la necesidad de adaptar los programas educativos a la realidad mozambiqueña. Las principales conclusiones del trabajo

refuerzan la importancia de reconocer y valorar el contexto histórico y cultural de los PALOP en la construcción de sistemas de información eficaces. La sostenibilidad de estos sistemas depende de una formación más robusta, que incluya no solo conocimientos técnicos, sino también competencias éticas y culturales. La investigación propone la consolidación de estrategias que promuevan la autonomía informacional de los PALOP, considerando tanto la preservación de la identidad cultural local como la integración de tecnologías modernas. Estas acciones se consideran esenciales para garantizar que los sistemas de información puedan contribuir al desarrollo social, económico y cultural de la región. Este trabajo contribuye significativamente al campo de la Ciencia de la Información al abordar un tema aún poco explorado, proporcionando un análisis histórico detallado y presentando propuestas concretas para enfrentar los desafíos contemporáneos del área en los PALOP.

Palabras clave: institucionalización de la Ciencia de la Información; países africanos con portugués como lengua oficial; Epistemología de la Ciencia de la Información; Mozambique.

NHLOKOMHAKA

Nsanza iyi ikufufudza momwe sayansi ya malembo na mphunzitsi wa kufufuza malembo (Ciência da Informação) yakulamulira na mavuto yomwe yakumana nawo m'maiko a Afrika akulankhula chilankhulo cha Portugal, makamaka ku Moçambique. Kuti ikwaniritse cholinga ichi, kafukufuku anayamba kufotokoza chiyambi cha Ciência da Informação monga nthambi ya sayansi yomwe inadzuka m'zaka za m'ma 20 ndipo inakhazikika pakati pa zaka za 1950 na 1960 chifukwa cha chitukuko cha makina a zamakono na kufunika kokulirapo kosamalira zambiri zambiri za malembo ndi zidziwitso.

Mu kafukufuku uyu, zinawonekera kuti chiyambi cha Ciência da Informação chinachokera mu dziko lonse lapansi, pomwe anafotokoza za akatswiri ngati Vannevar Bush, amene mu 1945 analemba nkhani yotchuka ya *Memex (Memory Extender)* yomwe inatsegula njira yatsopano yofotokoza za njira zatsopano za kusungira ndi kubwezeretsa zidziwitso.

M'mayiko a PALOP, chitukuko cha Ciência da Informação chinaganiziridwa pogawa nthawi ziwiri zazikulu: nthawi ya ukoloni ndi nthawi ya pambuyo pa ufulu. Panthawi ya ukoloni, njira zosungira ndi kugwiritsa ntchito zidziwitso zinali zoyang'aniridwa ndi zosowa za olamulira a ku Ulaya, makamaka pazandale ndi zachuma. Mabungwe monga malaibulale ndi ma arqivo omwe anakhazikitsidwa panthawiyo anali othandiza kwambiri kwa boma la koloni, pamene anthu am'dziko lawo analibe mwayi wofikira zidziwitsozi, zomwe zinapanga kusiyana kwakukulu pakati pa alendo ndi anthu am'deralo.

Kupanda sukulu zomwe zimaphunzitsa akatswiri a m'gawo la Ciência da Informação kunapangitsa kuti pakhale kusowa kwa anthu okwanira omwe angathe kuphunzitsa kapena kukonza makina awo odziyimira pawokha pambuyo pa ufulu.

Pambuyo pa kulandira ufulu m'zaka za m'ma 1970, mayiko a PALOP anakumana ndi vuto lochita kupanga makina awo a zidziwitso, nthawi zambiri potsatira njira zomwe zinali zotsalira kuchokera ku nthawi ya ukoloni. Izi zinali zovuta kwambiri chifukwa cha kusowa kwa ndalama, akatswiri ndi malamulo aboma othandizira gawo limeneli. Komabe, panali khama lalikulu lochita kupanga ma arqivo ndi malaibulale a dziko, komanso kuyambitsa maphunziro a pamwambapa kuti aphunzitse akatswiri a gawo lino. Komabe, mapulogalamu ambiri a maphunziro sanali ogwirizana ndi zofuna ndi chikhalidwe cha m'madera awo, zomwe zinapangitsa kukhala kovuta kwa ophunzira kulowa m'ntchito.

Ku Moçambique, kafukufuku uwu awonetsa kuti mavuto a Ciência da Informação akukhudzana kwambiri ndi mwayi wogwira ntchito wa ophunzira omaliza, kapangidwe ka

maphunziro komwe sikukwanira, ndi kusowa kwa kulumikizana pakati pa maphunziro ndi zofuna za msika. Kafukufuku anachitanso kufananiza pakati pa mapulogalamu a maphunziro a ku Moçambique ndi ku Brazil, ndipo anapeza kusiyana komwe kukusonyeza kufunika kokonza maphunziro kuti akwaniritse zenizeni za moyo wa ku Moçambique.

Pomaliza, kafukufuku uwu akutsindika kufunika kodziwitsa ndi kulemekeza chikhalidwe ndi mbiri ya mayiko a PALOP popanga makina a zidziwitso omwe ali ogwira ntchito bwino. Kupambana kwa makina amenewa kumadalira pa maphunziro olimba okhudza osati chabe luso la makina, koma ndi chikhalidwe, makhalidwe abwino, ndi kuyang'ana pa munthu. Chifukwa chake, kafukufuku uwu akulimbikitsa njira zokhazikitsira kudziyimira pawokha mu ntchito za zidziwitso, polimbikitsa kusunga chikhalidwe cha am'deralo limodzi ndi kugwiritsa ntchito matekinoloje amakono.

Njira zimenezi zikuwonedwa ngati zofunika kwambiri kuti makina a zidziwitso athandize chitukuko cha anthu, chuma, ndi chikhalidwe cha dera. Kafukufuku uwu akupereka thandizo lalikulu ku gawo la Ciência da Informação, chifukwa akupezeka ngati kafukufuku watsopano wokhala ndi chidziwitso chozama komanso malingaliro omveka bwino a momwe mavuto amakono a gawo lino angathetsedwe m'mayiko a Afrika akulankhula chilankhulo cha Portugal.

Mafala Ofunikira: kukhazikitsidwa kwa *Ciência da Informação*; mayiko a Afrika akulankhula chilankhulo cha Portugal; chiphunzitso cha *Ciência da Informação*; Moçambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa..... 93
Figura 2 - Mapa da República de Angola..... 105
Figura 3 - Mapa da República de Cabo-Verde..... 115
Figura 4 - Mapa da República de Guiné-Bissau..... 124
Figura 5 - Mapa da República de Moçambique..... 131
Figura 6 - Mapa da República de São Tome e Príncipe..... 162
Figura 7 - Comparação dos dados entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa..... 172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de curta duração em instituições públicas de Angola..... 112
Quadro 2 - Planos curriculares de curta e longa duração em instituições públicas de Angola..... 114
Quadro 3 - Cursos de curta duração em instituições públicas de Cabo-Verde.....121
Quadro 4 - Curso de estudos superiores profissionalizante em instituição pública de Cabo-Verde..... 122
Quadro 5 - Cursos em Ciências da Informação em instituição pública em Cabo Verde..... 122
Quadro 6 - Curso de curta duração em instituições públicas de Guiné-Bissau.....128
Quadro 7 - Cursos de curta duração em instituições públicas de Moçambique.....152
Quadro 8 - Curso profissional de técnico de biblioteca, arquivo e documentação em instituições públicas de Moçambique..... 152
Quadro 9 - Licenciaturas em Ciências da Informação em instituições públicas de Moçambique.....153
Quadro 10 - Cursos de formação em instituições públicas de São Tomé e Príncipe.....168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGBAD	Associação Guineense de Bibliotecários, Arquivos e Documentação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
ANA	Arquivo Nacional de Angola
APIEX	Agência de Promoção de Investimento e Exportações
ASIS	*American Society for Information Science*
ASK	*Anomalous State of Knowledge*
BNA	Biblioteca Nacional de Angola
BNM	Biblioteca Nacional de Moçambique
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEC	Centro de Estudos de Comunicação
CEDAO	Comunidade Económica de Estados da África Ocidental
CI	Ciência da Informação
CIDOC	Instituto Médio de Ciências Documentais
CLSTP	Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe
CNAQ	Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTA	Confederação das Associações Econômicas
DARPA	*Defense Advanced Research Projects Agency*
ECA	Escola de Comunicação e Arte
ESJ	Escola Superior de Jornalismo
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FCTI	Faculdade de Ciência e Tecnologia de Informação
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAINCP	Frente Revolucionária Africana para a Independência de Nacional das Colónias Portuguesas
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GI	Gestão da Informação

GNL	Gás Natural Líquido
IA	Inteligência Artificial
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
ISTEG	Instituto Superior de Tecnologias e Gestão
LASIR	Licenciatura em Administração de Sistemas de Informação e Redes
LDS	Licenciatura em Desenvolvimento de Software
MAC	Movimento Anti-Coloniais
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MIT	*Massachusetts Institute of Technology*
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPD	Movimento para a Democracia
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NSF	*National Science Foundation*
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano Independente de Cabo-Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCD-GR	Partido de Convergência Democrática-Grupo de Reflexão
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	País Menos Avançados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RNA	Rendimento Nacional Bruto
SNE	Sistema Nacional de Educação
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAN	Universidade Agostinho Neto
UCM	Universidade Católica de Moçambique

UDNM	União Democrática de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
ULM	Universidade de Lourenço Marques
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	União Nacional de Trabalhadores de Angola
UP	Universidade Pedagógica
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviéticas
USTM	Universidade São Tomás de Moçambique
VINITI	Instituto Estatal de Informação Científica e Técnica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 23
1.1 Delimitação do problema 26
1.2 Justificativa 27
1.3 Objetivos 29
1.3.1 Objetivo Geral 29
1.3.2 Objetivos Específicos 29
2 REFERENCIAL TEÓRICO 30
2.1 Ciência da Informação: história, teoria e epistemologia 32
2.1.1 Contexto sociopolítico e científico de surgimento da Ciência da Informação 34
2.1.2 Ciência da Informação: origem e evolução 36
2.1.3 A construção das Teorias Epistemológica da Ciência da Informação 40
2.1.4 Epistemologia e Ciência da Informação: aproximações 42
2.1.5 Fundamentos epistemológicos na Construção da Ciência da Informação 46
2.1.6 Relação entre informação e conhecimento 50
3 **INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO COMO OBJETOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO** 52
3.1 Epistemologia da Ciência da Informação 53
3.2 Ontologia da informação 55
3.3 Axiologia: valores e ética da informação 56
3.4 Filosofia da Ciência da Informação 58
3.5 Paradigmas da Ciência da Informação 60
3.5.1 Paradigma positivista da Ciência da Informação 61
3.5.2 O paradigma cognitivo da Ciência da Informação 63
3.5.3 Paradigma pós-moderno na construção da Ciência da Informação 64
3.6 A abordagem cultural da Ciência da Informação 67
4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE 70
4.1 A interdisciplinaridade e a crise de identidade 71
4.1.1 A interdisciplinaridade da Ciência da Informação: mito ou realidade? 72
4.2 Filosofia da linguagem e representação 74
4.3 A Ciência da Informação e a Semiótica 76
4.3.1 Linguística e Semiótica na Ciência da Informação: suas contribuições 78

4.3.2 Semiótica Documental: um olhar do pragmatismo peirceano na organização e representação da informação 79
4.4 Computação na Ciência da Informação. 83
4.5 Administração na Ciência da Informação 85
4.6 Ética na Ciência da Informação 87
5 O PERCURSO METODOLÓGICO 89
5.1 Método de pesquisa 90
5.2 Instrumentos de recolha e análise de dados 91
5.3 Observação de questões éticas 93
6 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA 94
6.1 Caracterização dos PALOP: quais são? 95
6.2 Regimes ideológicos adotadas após a independência 98
6.3 Surgimento das primeiras instituições de guarda e disseminação da informação 100
6.4 Institucionalização da Ciência da Informação nos PALOP 104
6.4.1 A República de Angola 106
6.4.1.1 História 106
6.4.1.2 Demografia e economia 110
6.4.1.3 Ciência da Informação 111
6.4.1.3.1 Instituições: bibliotecas e arquivos 112
6.4.1.3.2 Cursos: número ou quantidade 113
6.4.1.3.3 Currículos e planos de ensino: antigos e novos 115
6.4.2 República de Cabo Verde 117
6.4.2.1 História 117
6.4.2.2 Demografia e economia 119
6.4.2.3 Ciência da Informação 120
6.4.2.3.1 Instituições: biblioteca e arquivos 121
6.4.2.3.2 Cursos: número ou quantidade 123
6.4.3 A República da Guiné-Bissau 125
6.4.3.1 História 125
6.4.3.2 Demografia e economia 127
6.4.3.3 Ciência da Informação 128

6.4.3.3.1 Instituições: bibliotecas e arquivos 129
6.4.3.3.2 Cursos: número ou quantidade 130
6.4.3.3.3 Currículos e planos de ensino: antigos e novos 131
6.4.4 A República de Moçambique 132
*6.4.4.1 Histór*ia 132
6.4.4.2 Demografia e economia 136
6.4.4.3 A educação em Moçambique 137
6.4.4.3.1 Período colonial 139
6.4.4.3.2 Período pós-colonial 140
6.4.4.4 Institucionalização da ideologia marxista 141
6.4.4.5 Educação na economia de mercado: massificação das Instituições de Ensino Superior e a institucionalização da Ciência da Informação em Moçambique ... 142
6.4.4.6 Ciência da Informação 143
6.4.4.6.1 Biblioteconomia e Arquivologia 146
6.4.4.6.2 Instituições: biblioteca e arquivos 147
6.4.4.6.3 Leitura, Bibliotecas e Arquivos 151
6.4.4.6.4 Cursos: número ou quantidade 152
6.4.4.6.5 Currículos e Planos de Ensino: novos e antigos 156
6.4.4.6.6 Escolas: História de cursos, escolas e seus pioneiros 158
6.4.4.6.7 História dos currículos 159
6.4.4.6.8 Comparativo dos currículos nas Universidades 161
6.4.5 A República de São Tomé e Príncipe 164
6.4.5.1 História 164
6.4.5.2 Demografia e economia 168
6.4.5.3 Ciência da Informação 170
6.4.5.3.1 Instituições: biblioteca e arquivos 171
6.4.5.3.2 Cursos: número ou quantidade 172
6.4.5.3.3 Currículos e Planos de Ensino: antigos e novos 173
6.5 Gráfico comparativo sobre a evolução histórica e institucionalização da Ciência da Informação nos Países de Linga Oficial Portuguesa 174
7 DESAFIOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 177
7.1 Desafios à inserção dos egressos da Ciência da Informação no Mercado de Trabalho em Moçambique 178

7.2 **Análise comparativa entre os currículos de Moçambique e do Brasil** 180
7.3 **Empregabilidade na área da Ciência da Informação em Moçambique** 181
7.4 **Crítica à formação universitária em Moçambique** 183
7.5 **Metodologias tradicionais e pouca inovação** 184
7.6 **Habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho em Moçambique** 185
7.7 **Desenvolvimento de habilidades e competências empreendedoras** 186
7.8 **Perfil do profissional da informação em Moçambique** 187
7.9 **O perfil do profissional da informação empreendedor na área da Ciência da Informação** 189
8 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 192
REFERÊNCIAS 194

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) é um campo de estudo interdisciplinar que tem como foco o tratamento sistemático da informação, compreendendo etapas como coleta, classificação, armazenamento, recuperação e disseminação do conhecimento. Embora a percepção inicial de sua existência como disciplina autônoma é reconhecida a partir da segunda metade do século XX, suas raízes intelectuais são mais antigas, remontando a áreas como Biblioteconomia, Computação, Comunicação e Gestão. De acordo com Wersig e Neveling (1975), a formalização do reconhecimento da CI enquanto disciplina específica se deu por volta do final da década de 1950, quando houve um despertar para a crescente importância da informação como recurso estratégico. Esse surgimento se encontra intimamente ligado à expansão dos sistemas de informação e à demanda por formas mais eficientes de lidar com a avalanche de dados produzidos após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o avanço da tecnologia computacional.

Adicionalmente, Saracevic (1996) destaca que a origem histórica da CI é tema de discussão, associando-a ao papel social desempenhado ao longo da evolução da denominada sociedade da informação. Assim, ainda que a formalização do campo seja recente, seus fundamentos teóricos encontram eco em diversos ramos do conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos processos e fluxos informacionais que permeiam a vida social, acadêmica e profissional. A CI, enquanto disciplina consolidada ao longo do século XX, nasce da convergência entre conhecimentos tradicionais da Biblioteconomia, bases teóricas da Comunicação, inovações da Ciência da Computação e princípios de Gestão, buscando responder aos desafios crescentes do tratamento da informação em um contexto de expansão tecnológica e complexidade social.

A partir da perspectiva apresentada por Saracevic (1999), a gênese da CI está fortemente relacionada à publicação do artigo *As We May Think* (Como podemos pensar) de Vannevar Bush em 1945. Nesse texto seminal, Bush (1945), um cientista do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), aborda um problema emergente da época: a explosão da informação. Diante do crescente volume de documentos e da dificuldade de recuperar o conhecimento neles contido de forma eficiente, Bush (1945) propõe novas formas de organizar, acessar e usar essas informações, antecipando conceitos que se tornariam fundamentais para a área.

O cerne da proposta de Bush (1945) está na criação de uma máquina imaginária intitulada “Memex” (abreviação de *memory extender* ou extensor de memória). Esse

dispositivo armazenaria textos, imagens e outros tipos de conteúdo, permitindo a criação de associações entre eles, de modo semelhante ao que hoje chamamos de hiperligações ou links associativos. Embora o Memex nunca tenha sido construído fisicamente como descrito, sua concepção serviu de inspiração para o desenvolvimento de tecnologias da informação, da computação interativa e da navegação por meio de redes de conhecimento. Todas essas contribuições enquadram-se no escopo teórico-prático que mais tarde seria consolidado como CI.

Assim, segundo Saracevic (1999), a CI emergiria justamente do esforço em lidar com a complexidade crescente da informação e da necessidade de métodos, técnicas e tecnologias para gerenciar e recuperar conteúdos, algo que a visão vanguardista de Bush já havia antecipado em seu artigo.

Embora a consolidação da CI tenha ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, estudos isolados e avanços em diferentes áreas já apontavam para a necessidade de um campo interdisciplinar dedicado à informação. Wersig e Neveling (1975) destacam a contribuição de diversas disciplinas no desenvolvimento da área, incluindo a Biblioteconomia, com sua expertise em organização e classificação de informações; a Ciência da Computação, que trouxe ferramentas para automação e processamento de dados; a Filosofia, que forneceu reflexões epistemológicas sobre o conhecimento; a Teoria da Informação, que introduziu conceitos matemáticos para análise de dados; a Cibernética, que contribuiu com ideias sobre sistemas e *feedback*; e a Matemática, essencial para modelagens quantitativas.

Esse caráter interdisciplinar foi fundamental para a consolidação da CI como um campo estratégico, especialmente em um contexto de expansão tecnológica e aumento exponencial da produção de dados. Assim, o campo evoluiu para atender às demandas de um mundo cada vez mais orientado pela informação, integrando novas tecnologias e se adaptando às transformações sociais e econômicas.

No que concerne a África, particularmente Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a história da Ciência da Informação, assim como a de qualquer área de conhecimento ocidental na África, reflete um desenvolvimento marcado por desafios e avanços distintos, moldados por séculos de dominação colonial e escravidão. Durante o período colonial, a gestão da informação nos PALOP foi predominantemente influenciada pelos interesses e práticas dos colonizadores portugueses, centrando-se na administração colonial e no controle político-econômico dos territórios para proteger os interesses da metrópole e a informação era frequentemente controlada e restrita aos povos autóctones para

consolidar o poder colonial e manter a subordinação das populações locais (Wersig; Neveling, 1975).

Nessa época, os colonizadores estabeleceram bibliotecas e arquivos coloniais para facilitar a administração, coletar informações e registar dados relevantes para a gestão colonial. Essas instituições serviam principalmente aos interesses administrativos e políticos da metrópole, e a informação era frequentemente controlada e restrita aos povos autóctones para consolidar o poder colonial e manter a subordinação dos povos locais. A documentação administrativa incluía registros de propriedades, censos populacionais, relatórios econômicos e documentos legais, fundamentais para a gestão colonial e a extração de recursos naturais, sem partilha com os autóctones (Capurro, 1985). Durante este período, era raro encontrar bibliotecários e arquivistas locais devido à escassez de formação especializada. A CI, Biblioteconomia e Arquivologia eram limitadas, e muitas vezes subordinadas aos interesses coloniais, focando mais na assistência técnica para a administração colonial do que no desenvolvimento autônomo dessas áreas (Lopes, 2014).

A administração colonial, ao definir modelos de informação voltados para os interesses da colônia, inviabilizou a preservação do patrimônio cultural local. A preservação das narrativas e memórias históricas autênticas dos povos nativos e das comunidades locais não era uma prioridade, resultando em lacunas significativas. Assim, a CI nos PALOP durante o período colonial estava intrinsecamente ligada aos objetivos de controle, administração e exploração dos territórios colonizados, refletindo uma dinâmica de poder desigual na gestão e no acesso à informação. Já no período pós-colonial, com a independência dos PALOP na década de 1970, houve um esforço significativo para reinventar e estruturar sistemas de informação e bibliotecas próprios, muitas vezes baseados em modelos deixados pelos colonizadores e influenciados pelas orientações ideológicas dos movimentos libertadores. Nesse contexto, observou-se uma intensa busca pela formação em CI. Conforme Lopes (2014), a evolução histórica da CI nos PALOP encontra seu fundamento nas orientações ideológicas adotadas após as independências.

Na visão de Lopes (2014), as origens e o desenvolvimento da CI nesses países estão ligados à expansão dos setores de bibliotecas e documentação durante as primeiras décadas da União Soviética. Esse processo foi moldado por um contexto histórico e cultural específico, caracterizado pela centralização do conhecimento e pela valorização da disseminação da informação científica e técnica, elementos fundamentais no modelo soviético. O progresso dessa área esteve associado à necessidade de organizar e sistematizar a informação em um

ambiente de forte planejamento estatal, resultando na criação de amplos sistemas bibliográficos e documentais. Esses sistemas foram projetados para atender às demandas de pesquisa e desenvolvimento, refletindo o papel estratégico atribuído à ciência e à tecnologia no avanço social e econômico.

Dessa forma, observa-se que o contexto político e econômico exerce grande influência na formação e evolução da CI, cujas bases podem variar conforme as particularidades históricas e culturais de cada região. Nesse contexto, ao estudarmos sobre a evolução histórica da CI e os desafios da sua institucionalização nos PALOP, pretendemos, por um lado, demonstrar como a CI evoluiu ao longo do tempo nesses países, a partir de uma perspectiva histórica, analisando seu objetivo e suas implicações no período colonial; e, por outro, compreender os desafios de institucionalização da CI desde o tempo colonial até a contemporaneidade.

1.1 Delimitação do problema

Considerando a institucionalização tardia do próprio ensino superior nos PALOP, pode-se afirmar que os estudos sobre a história da Ciência da Informação (CI) são recentes na área acadêmica, apesar da importância crítica de compreender como as práticas de gestão de informação estabelecidas durante a era colonial continuam a impactar o desenvolvimento da ciência nesses países. O legado colonial deixou marcas profundas na estrutura e, na prática da CI. As práticas estabelecidas estavam focadas principalmente na administração colonial, controle e exploração dos recursos, sem considerar a inclusão ou capacitação das populações locais. Essas práticas criaram barreiras significativas para a formação de um sistema de informação autônomo e sustentável após as independências (Silva, 2022).

A transição para sistemas de informação autônomos foi marcada por inúmeros desafios, incluindo a necessidade de redefinir estruturas de informação que não apenas servissem aos novos governos, mas que também refletissem e preservassem a identidade cultural e histórica dos povos locais (Silva, 2022). A falta de formação especializada durante o período colonial levou a um vácuo de profissionais capacitados, o que dificultou ainda mais essa transição. Além disso, as práticas coloniais de documentação e gestão da informação não priorizavam a preservação do patrimônio cultural e histórico local, resultando em lacunas significativas que ainda hoje afetam a capacidade dos PALOP de gerirem seus próprios sistemas de informação de maneira eficaz e independente (Rodrigues; Fernandes, 2021). De forma paralela ao desenvolvimento da documentação, o campo da Biblioteconomia, conforme

Araújo (2018), foi progressivamente se consolidando por meio de associações e cursos de graduação e de pós-graduação.

Essa situação restringiu a preservação cultural e comprometeu a capacidade dos novos sistemas de informação de atender às necessidades e expectativas das comunidades locais (Oliveira, 2023). Estudos acadêmicos e relatórios de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Unesco, 2024) e o Banco Mundial (2023) apontam que a ausência de formação adequada, aliada à influência de práticas coloniais, impactou negativamente a construção de sistemas de informação em contextos pós-coloniais. Tais estudos ressaltam a urgência de implementar estratégias que promovam a valorização da cultura e das histórias locais, tornando esses sistemas mais alinhados às realidades das comunidades que se propõem a servir.

Os esforços realizados pelos PALOP, desde a independência, para desenvolver e estruturar seus próprios sistemas de informação tem sido significativos, mas enfrentam barreiras econômicas, políticas e sociais (Sousa, 2023). A colaboração internacional e as redes regionais têm desempenhado um papel importante na evolução da Ciência da Informação nos PALOP, oferecendo apoio técnico e formação especializada, mas ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas (Almeida; Pinto, 2022). A formação de profissionais da informação permanece como um desafio crítico. Há uma necessidade urgente de programas educacionais e de formação que atendam às necessidades específicas da região, capacitando profissionais que possam contribuir efetivamente para a construção de sistemas de informação robustos e sustentáveis (Mendes, 2024; Silva, 2021).

Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: Como se configuram as perspectivas históricas que contribuíram para a institucionalização da Ciência da Informação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com enfoque para Moçambique?

1.2 Justificativa

O presente estudo insere-se na linha de pesquisa Produção e Organização da Informação e intitula-se *Perspectiva Histórica e Desafios de Institucionalização da Ciência da Informação em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, com enfoque para Moçambique. A escolha do tema decorre da necessidade pessoal de aprofundar a reflexão sobre um campo ainda recente na literatura acadêmica, cuja atualidade requer análises sobre seu alcance, limites e potencial na constituição de uma esfera pública informacional.

A relevância desta investigação advém da oportunidade de explorar questões cruciais acerca da criação de sistemas de informação robustos e sustentáveis em contextos desafiadores. O estudo visa fornecer uma compreensão mais aprofundada dos obstáculos e caminhos para a institucionalização da Ciência da Informação (CI) em países africanos de língua portuguesa, tendo como enfoque o contexto moçambicano. Além de contribuir para formação acadêmica e profissional do autor deste estudo, a pesquisa busca ampliar o debate teórico e prático na área da CI, oferecendo novos subsídios para o desenvolvimento e fortalecimento desse campo em realidades ainda pouco exploradas pela literatura.

Quanto à justificativa científica do tema, pretende-se criar interesse sobre a necessidade de aprofundamento dos estudos relacionados à presença epistemológica da CI em PALOP, às consequências históricas do colonialismo e às dificuldades enfrentadas por esses Países na construção de sistemas de informação autônomos. O estudo busca suscitar debate no seio da comunidade acadêmica por ser tema pouco explorado em Moçambique, tanto na academia quanto socialmente. Portanto, mais estudos em várias perspectivas são necessários para enriquecer os dados e permitir uma melhor discussão sobre o tema. Assim, esta investigação torna-se inovadora ao desenvolver referenciais teóricos a partir da evolução e dos desafios da CI nos países africanos da língua oficial portuguesa.

Socialmente, partindo de uma informação organizada e representada, este trabalho vai contribuir para melhor compreensão e interpretação dos relatórios dos processos eleitorais em Moçambique. A CI desempenha um papel crucial no desenvolvimento de qualquer sociedade, pois é através dela que o conhecimento é organizado, preservado e disseminado. Nos PALOP, que incluem Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a trajetória da CI foi profundamente influenciada primeiramente pelo período colonial e, posteriormente, pelos países de orientação ideológica adaptada por cada um desses países no que concerne às práticas e estruturas de gestão da informação. Entender a história e suas consequências é essencial para a construção de sistemas de informação que respondam às necessidades contemporâneas e que também respeitem e preservem as identidades culturais e históricas locais.

Finalmente, propor estratégias para a consolidação de sistemas de informação autônomos e sustentáveis nos PALOP é um passo essencial para garantir que esses países possam gerir suas próprias informações de maneira eficiente e independente. A sustentabilidade, nesse contexto, envolve não apenas a preservação de recursos e conhecimentos, mas também a capacidade de adaptação contínua às necessidades emergentes

e às tecnologias em evolução. Portanto, este trabalho se justifica pela necessidade urgente de compreender e transformar as estruturas de informação nos PALOP, promovendo autonomia, sustentabilidade e desenvolvimento cultural e social através da CI. Ao abordar esses objetivos, espera-se contribuir para a construção de sistemas de informação que possam servir como pilares de desenvolvimento sustentável e de preservação da identidade cultural para as futuras gerações.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender o contexto histórico e os desafios da institucionalização da Ciência da Informação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) com enfoque em Moçambique.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar o percurso histórico, epistemológico e interdisciplinar da Ciência da informação;
- Descrever o processo de institucionalização da Ciência da informação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, bem como o papel de instituições de ensino, de pesquisa e das unidades da informação;
- Avaliar aspectos e características da formação dos estudantes dos cursos associados à Ciência da Informação em Moçambique.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico da pesquisa parte-se de **Rui Manuel Cherene**, personagem da vida real, para a construção de uma cartografia crítica da formação do sujeito pós-colonial, atravessado por experiências de deslocamento, pertença, violência simbólica e produção de saber.

Rui Manuel Cherene nasceu em Inhaminga, território marcado por memórias de missão, de conflito armado, de deslocamentos populacionais e de resistência quotidiana. Filho dessas geografias atravessadas por projetos coloniais, guerras civis e promessas de reconstrução, a sua formação humana e intelectual desenvolveu-se num espaço de tensão permanente entre tradicao, fé, disciplina instituicional e desejo de emancipacao critica.

Após os estudos primários, ingressou no Seminário Menor da Beira, sob orientação da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, iniciando um percurso formativo profundamente marcado pelo humanismo cristão, pela filosofia clássica e pelo ideal de serviço. Dois anos depois, seguiu para Kinshasa, na República Democrática do Congo, onde realizou a formação em Filosofia no Seminário Maior, permanecendo naquele contexto por quatro anos. Tal deslocamento não foi apenas geográfico, mas também epistemológico, colocando-o em contacto com outras experiências africanas de colonialidade, modernidade e resistência.

Concluída essa etapa, regressou a Moçambique para realizar o noviciado, culminando na profissão religiosa. Posteriormente, retornou a Kinshasa para a formação em Teologia, aprofundando uma leitura crítica da ética, da política e da condição humana à luz das contradições africanas contemporâneas. Esses movimentos constantes entre países, línguas e sistemas simbólicos configuraram uma trajetória marcada por aquilo que Giorgio Agamben descreve como o sujeito em trânsito, aquele que habita zonas de fronteira, onde o reconhecimento é sempre parcial e condicionado.

Despido da ilusão de uma pertença plena e confrontado com os limites das instituições que moldam o saber legítimo, o sujeito da pesquisa lançou-se ao mundo académico como espaço de problematização crítica. Tornou-se Mestre em Ética pela Universidade São Tomás de Moçambique e Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos pela Universidade Pedagógica de Moçambique, consolidando uma formação interdisciplinar que articula filosofia, política, cultura e comunicação.

Atualmente, atua como docente do ensino superior, lecionando Filosofia da Comunicação, Antropologia Cultural, Ética Fundamental e Sociologia Geral da Comunicação, áreas a partir das quais interroga as microestruturas do poder, da exclusão, da cidadania e da produção do discurso. Paralelamente, é membro da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique, onde coordena a Comissão de Formação e Educação Cívica, experiência que o coloca no centro das tensões entre democracia formal, cultura política e práticas sociais efetivas.

Tal como observado por Mudimbe (2013), a formação do sujeito africano moderno ocorre, em grande medida, no interior daquilo que o autor denomina "biblioteca colonial". O primeiro dilema do sujeito da pesquisa emerge precisamente desse ponto: ter sido educado num sistema que lhe forneceu instrumentos críticos, mas que, simultaneamente, delimitou os horizontes do reconhecimento. Como advertia Tempels (2009), ao africano não se espera a produção de um sistema filosófico acabado, mas antes a internalização de categorias que lhe permitam reconhecer-se no olhar do outro.

Tais experiencias individuais e coletivas configuram-se um guarda-chuva teórico de interdisciplinar, sustentado por aportes oriundos da História, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Literatura. Entre os diversos contributos teóricos que orientam esta investigação, destaca-se de forma especial o estudo de Roberto Lopes dos Santos Júnior (2014), cuja análise histórica comparada sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (CI) em Angola, Moçambique e Etiópia, entre a segunda metade da década de 1970 e o início do século XXI, constitui um marco fundamental para a reflexão proposta.

A investigação de Santos Júnior (2014) adota uma abordagem historiográfica ancorada na revisão de literatura e na análise de fontes secundárias, com ênfase nos contextos africanos que mantiveram relações estreitas com países do bloco socialista, especialmente a União Soviética e Cuba. O autor argumenta que as disciplinas informacionais nesses contextos precisaram se adaptar, de forma resiliente, a realidades marcadas por intensas crises políticas, instabilidade social e décadas de conflitos armados, o que afetou significativamente o processo de consolidação institucional desses campos. Como o autor afirma, "[...] as disciplinas nesses três países tiveram que se adaptar, a duras penas, a uma realidade marcada por profundas crises políticas e sociais e décadas de violentos conflitos internos [...]" (Santos Júnior, 2014, p. 201).

Ainda que a abordagem de Santos Júnior (2014) se limite à análise da trajetória da Biblioteconomia e da CI em apenas três países africanos, nomeadamente Angola, Moçambique e Etiópia, sua contribuição oferece subsídios valiosos para o desenvolvimento desta pesquisa. Aqui, propõe-se um escopo mais amplo, voltado para todos os países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Essa ampliação não apenas enriquece a análise, mas também permite situar o estudo no campo das Epistemologias africanas, considerando dimensões como identidade, memória, cultura, resistência, poder e construção do pensamento informacional africano.

Nesse sentido, a obra de Santos Júnior (2014) é referencial teórico essencial ao demonstrar que, mesmo em contextos adversos marcados por guerras civis, modelos educacionais importados e instabilidade institucional, os campos da Biblioteconomia e da CI conseguiram manter alguma continuidade. O autor destaca que elementos como o investimento em formação, cooperação internacional e formulação de políticas públicas foram decisivos na trajetória dessas disciplinas. Ainda assim, salienta que esses países enfrentam o desafio contínuo de construir uma identidade informacional própria, culturalmente enraizada e tecnicamente sustentável.

2.1 Ciência da Informação: história, teoria e epistemologia

A Ciência da Informação (CI) é um campo interdisciplinar dedicado ao estudo da informação em todas as suas dimensões, abrangendo sua criação, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e uso. Esse campo surgiu como uma resposta à crescente necessidade de lidar com grandes volumes de dados gerados pelas sociedades modernas, especialmente no contexto das transformações tecnológicas (Capurro; Hjørland, 2003).

Com raízes em diversas áreas do conhecimento, como Biblioteconomia, Ciência da Computação, Comunicação, Administração e Sociologia, a CI adota uma abordagem ampla para compreender os processos e sistemas relacionados à gestão da informação. Sua atuação vai além de aspectos técnicos, envolvendo também reflexões filosóficas, sociais e éticas sobre o papel da informação no mundo contemporâneo.

Entre os temas centrais da área estão o ciclo de vida da informação, que inclui sua geração, registro, organização por meio de sistemas como taxonomias e metadados, armazenamento em repositórios digitais ou físicos, e recuperação com técnicas de busca e sistemas inteligentes. Além disso, o campo estuda a disseminação da informação, tanto em

publicações acadêmicas, redes sociais ou outros meios, quanto na sua utilização, considerando fatores cognitivos, culturais e organizacionais.

Os trabalhos de Capurro e Hjørland (2003) destacam que a informação não é apenas um recurso gerenciável, mas também um fenômeno complexo e interpretativo, carregado de valores e significados que variam conforme os contextos históricos, culturais e sociais. Assim, a CI também aborda questões éticas e políticas, como privacidade, acesso aberto, justiça informacional e propriedade intelectual, ao mesmo tempo em que promove práticas como a alfabetização informacional e a mediação de conteúdos por profissionais especializados. Desse modo, a CI não apenas se concentra no manejo técnico da informação, mas busca compreender e aprimorar os sistemas e práticas que envolvem sua produção e uso, contribuindo para o desenvolvimento de sociedades mais informadas, éticas e inclusivas.

Dessa forma, para compreender melhor as discussões que seguem, esta seção visa apresentar algumas teorias epistemológicas que fundamentam a construção da CI. A Epistemologia, conforme definida por Lalande (1999, p. 313), é "[...] o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica, o seu valor e a sua importância objetiva". Nesse contexto, torna-se essencial refletir sobre essa relação, pois a análise interdisciplinar entre a Epistemologia e a CI envolve o exame dos fundamentos teóricos que orientam a produção e a consolidação dessa área do conhecimento.

Ademais, essa abordagem permite o esclarecimento de conceitos, terminologias e do princípio da interdisciplinaridade que caracteriza a CI, conectando-a a outras áreas do saber. Assim, o diálogo com os fundamentos epistemológicos contribui para a compreensão do papel dessa ciência no cenário contemporâneo, fortalecendo sua base teórica e prática.

A CI, ao buscar consolidar sua identidade científica, enfrenta o desafio de se posicionar em um campo marcado por múltiplas abordagens teóricas e pela complexidade do seu objeto de estudo. Inserida em um paradigma emergente, a área encontra-se em constante evolução, o que a leva a questionar e reafirmar seu estatuto epistemológico. Como salienta Borko (1968), a CI deve ser compreendida não apenas como um ramo interdisciplinar que lida com a coleção, organização, armazenamento, recuperação e uso da informação, mas também como um campo que se empenha em esclarecer suas próprias bases teóricas e metodológicas.

Nesse sentido, a revisitação crítica aos autores clássicos e às origens históricas da disciplina torna-se essencial para elucidar os aspectos fundamentais que conferem cientificidade ao campo. Ao analisar a trajetória e o pensamento de pesquisadores pioneiros, é

possível identificar as transformações conceituais e as disputas paradigmáticas que moldaram a área, permitindo compreender a complexidade e a multiplicidade de enfoques que a caracterizam (Capurro; Hjørland, 2003; Saracevic, 1999).

No âmbito de uma Epistemologia específica, o exame minucioso das relações interdisciplinares da CI com outros domínios do saber é imprescindível. É essa dinâmica que propicia a incorporação de teorias e práticas diversas, evidenciando a capacidade do campo em integrar e dialogar com múltiplas perspectivas. Como destacam Capurro e Hjørland (2003), a interdisciplinaridade não apenas fortalece a identidade epistemológica da área, mas também legitima seu estatuto científico ao demonstrar coerência interna e relevância social.

Assim, ao fundamentar-se em teorias epistemológicas consolidadas, revisar criticamente seu percurso histórico e estabelecer pontes com outras disciplinas, a CI reforça sua condição de campo autônomo e cientificamente consolidado. Esse esforço contínuo de autorreflexão e integração intelectual é o que sustenta sua relevância no contexto contemporâneo, caracterizado pela crescente importância da informação em todas as esferas do conhecimento.

2.1.1 Contexto sociopolítico e científico de surgimento da Ciência da Informação

O surgimento da Ciência da Informação (CI) está ligado às transformações sociopolíticas e científicas ocorridas especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, marcadas pelo avanço tecnológico, pela especialização das disciplinas científicas e pela chamada explosão informacional. Nesse contexto, consolidou-se a necessidade de sistematizar o tratamento da informação como um campo científico autônomo e interdisciplinar.

Historicamente, a CI emerge a partir de disciplinas como a Biblioteconomia, a Documentação e a Arquivologia, mas ganha estrutura própria sobretudo no período do pós-guerra, quando os países industrializados, notadamente os Estados Unidos, passaram a investir fortemente em ciência e tecnologia como instrumentos de reconstrução e de afirmação da sua hegemonia global. A informação tornou-se um recurso estratégico, e sua organização e acesso passaram a ser tratados como questões centrais para o progresso científico e para a segurança nacional. Como afirma Le Coadic (1996, p. 17), “[...] a Ciência da Informação nasceu da necessidade de dominar a explosão documental resultante da multiplicação dos documentos científicos e técnicos”.

Esse fenômeno, conhecido como explosão informacional, se referia ao crescimento exponencial da produção de documentos científicos e técnicos, que passou a ultrapassar a

capacidade humana e institucional de organização e recuperação eficiente do conhecimento. A esse respeito, Rowley (1996, p. 14) observa que "[...] o problema não era mais a escassez de informação, mas sim a sua abundância descontrolada". Essa situação exigiu o desenvolvimento de novas técnicas e sistemas para indexação, classificação, recuperação e difusão da informação.

Nesse cenário, destaca-se o papel do engenheiro e cientista norte-americano Vannevar Bush, cujo artigo *As We May Think*, publicado em 1945, é considerado um marco intelectual da CI. Bush (1945) propôs o conceito de Memex, uma máquina hipotética capaz de armazenar e recuperar grandes volumes de informação com base em associações não-lineares, antecipando conceitos fundamentais da hipertextualidade e da navegação eletrônica. Durante a primeira metade do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o avanço científico e tecnológico intensificou a produção de conhecimento em escala global, criando um cenário de saturação informacional sem precedentes.

Como já advertia Vannevar Bush (1945), o ser humano passou a enfrentar um volume crescente de informações que excede sua capacidade de organização e recuperação eficiente. Essa reflexão, expressa no ensaio *As We May Think*, tornou-se um marco conceitual ao propor a necessidade de novos sistemas de registro e interligação do conhecimento representados pela ideia do "Memex", antecipando as bases cognitivas e tecnológicas que viriam a sustentar o campo da Ciência da Informação nas décadas seguintes. Seu texto não apenas vislumbrava a automação do acesso à informação, como também refletia a necessidade de novos modos de pensar a produção e o uso do conhecimento científico.

Além disso, o pós-guerra intensificou a especialização das ciências, criando múltiplos ramos de investigação altamente especializados que exigiam novas formas de comunicação científica e cooperação interdisciplinar. Nesse processo, a informação passou a ser considerada não apenas um suporte físico (documento), mas uma entidade estratégica, sujeita a processos de organização, avaliação e mediação. Como destaca Capurro e Hjørland (2003, p. 356, tradução nossa), a informação científica passou a ser tratada como objeto de estudo sistemático na Ciência da Informação, abrangendo desde sua representação formal até sua função na construção do conhecimento (BORKO, 1968; SARACEVIC, 1999; LE COADIC, 1996).

A consolidação da CI como campo autônomo ocorreu ao longo das décadas de 1950 e 1960 com a criação de instituições dedicadas ao estudo e ao desenvolvimento de sistemas informacionais. Nos Estados Unidos, destaca-se a transformação do *American Documentation*

Institute, fundado em 1937, na *American Society for Information Science* (ASIS) em 1968, reflexo da ampliação do escopo do campo para além da documentação clássica. No Reino Unido, o *Institute of Information Scientists* foi criado em 1958 com o mesmo propósito.

A CI, assim, constituiu-se como um campo interdisciplinar voltado ao estudo da produção, organização, disseminação e uso da informação em contextos científicos, tecnológicos, sociais e organizacionais. A área busca compreender os fluxos informacionais e propor metodologias para sua gestão eficiente. De acordo com Le Coadic (1996, p. 26), "[...] a CI é a ciência da organização e da difusão do conhecimento, baseada numa abordagem multidisciplinar".

Desse modo, a CI surge de uma necessidade prática para lidar com o excesso de informação em um contexto cada vez mais técnico e científico, mas se desenvolve como uma ciência com fundamentos epistemológicos próprios, dialogando com áreas como Comunicação, Computação, Sociologia, Psicologia Cognitiva e Filosofia da Informação. Essa construção histórica revela que o campo responde a desafios concretos da sociedade moderna, sem negligenciar os fundamentos teóricos que sustentam sua identidade científica.

2.1.2 Ciência da Informação: origem e evolução

No período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, o capitalismo enfrentou transformações significativas, caracterizadas pela crescente intervenção estatal na economia. Essas mudanças, marcadas pela aparente ruptura com os princípios do liberalismo clássico, deram origem ao que alguns autores denominam de neocapitalismo. Contudo, essa reorganização manteve intacta a hegemonia burguesa e os fundamentos do sistema capitalista, como a propriedade privada, o lucro e a desigualdade social. "[...] o desenvolvimento científico e tecnológico, proveniente dos esforços de guerra, passou a permear o capitalismo industrial, que se deparou com o crescimento exponencial da informação." (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 42). Esse fenômeno, descrito como "explosão da informação", consolidou a informação como elemento essencial para o progresso econômico, fundamentado na interação entre ciência e tecnologia.

Na segunda metade dos anos 1940, surgiram trabalhos pioneiros que prenunciavam a emergência da Ciência da Informação (CI) como um campo interdisciplinar. Entre eles, destaca-se *Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and the Machine*, de Norbert Wiener (1948), que explorou as relações entre controle, comunicação e sistemas, e *The Mathematical Theory of Communication*, de Claude Shannon e Warren Weaver (1949),

obra que alicerçou a teoria da informação moderna. Esses estudos revelaram o papel central da informação no funcionamento de sistemas biológicos e tecnológicos, antecipando os debates teóricos e metodológicos da CI.

Embora as raízes embrionárias da CI possam ser identificadas nesse período, na década de 1960, surgiram os primeiros conceitos e definições que delimitaram o campo. De acordo com Kuhn (1994), o termo ″Ciencia da Informacao" foi introduzido por vlta de 1960, associado ao estudo da producao, processamento e uso da informacao como uma atividade predomimente human. Contudo, Pinheiro e Loureiro (1995) afirmam que a primeira menção ao termo ocorreu em 1959, utilizado para designar o estudo do conhecimento registrado e sua transferência em um sentido mais amplo.

A consolidação da CI também se deu pelo reconhecimento de sua natureza interdisciplinar, envolvendo campos como tecnologia da informação, Biblioteconomia, Ciências Cognitivas, comunicação e ciências sociais. Essa característica é resultado da tentativa de responder às demandas geradas pelo fluxo crescente de informações em uma sociedade cada vez mais dependente de tecnologia. À luz de Freire (2006) e Saracevic (1996), o progresso científico e tecnológico consolidou as bases da gestão da informação, tornando-a elemento chave para o desenvolvimento contemporâneo. Portanto, a CI emergiu como uma resposta às necessidades de organizar, processar e utilizar a informação de maneira eficiente, refletindo as transformações econômicas e tecnológicas que moldaram o século XX. Esse campo, embora recente, desempenha um papel crucial na compreensão e no gerenciamento dos desafios informacionais do mundo contemporâneo.

A CI passou por diversas transformações conceituais desde seu surgimento, especialmente a partir da década de 1960, com contribuições significativas de estudiosos e instituições mundiais focandos na informação como objeto central de análise (Pinheiro; Loureiro, 1995).

Nos Estados Unidos, outro marco relevante foi o Relatório *Weinberg*, publicado no início da década de 1960. O relatório destacou a relação entre ciência, governo e informação, reforçando a relevância estratégica da gestão da informação científica em esferas de decisão política e administrativa. Paralelamente, no contexto soviético, Mikhailov, Chernyi e Giliarewskii apresentaram, em 1966, o trabalho *Informática: novo nome para a Teoria da Informação Científica*. Esse estudo propôs o termo informático como representação da teoria da informação, trazendo uma perspectiva que enfatizava a interação entre ciência e prática na análise do fluxo de informações (Mikhailov, 1966).

Em uma conferência da *Special Libraries Association*, em 1967, Pinheiro e Loureiro (1995) apresentaram uma definição que destacava o caráter interdisciplinar da área. Eles afirmaram que a CI não se resume a um aprimoramento na recuperação de dados, assim como a física não se limita a ser uma mecânica reforçada. Ao contrário, trata-se de um campo de pesquisa que se apropria de conteúdos, métodos e técnicas de diferentes disciplinas, visando compreender as propriedades, o comportamento e a circulação da informação.

Nesse sentido, a CI tem como objeto de estudo os fenômenos da comunicação e as propriedades dos sistemas de comunicação, sendo frequentemente interpretada como o estudo do processo de transferência da informação. Essa abordagem dialoga com influências da teoria da informação, embora o grau dessa influência seja objeto de debate entre especialistas (Freire, 2006a).

Sobre o conceito de CI, Taylor, em 1968, elaborou uma definição que foi reinterpretada e expandida por Freire (2006a). Este último define a CI como, a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento para acesso e uso otimizados. Ela diz respeito àquele corpo de conhecimento ligado à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Freire (2006a) também salienta que a CI tem um carácter dual, atuando como ciência pura ao investigar fenômenos teóricos, e como ciência aplicada ao desenvolver serviços e produtos voltados para o uso prático da informação. Essa visão é complementada por autores como Borko (1968), que afirma que a CI é uma disciplina que investiga as propriedades da informação e seus processos, incluindo sua geração, disseminação, organização, armazenamento e uso.

Além disso, a interdisciplinaridade da CI é ressaltada por Kuhn (1994), que relaciona a evolução da ciência à capacidade de resolver problemas paradigmáticos em diferentes contextos. Nesse panorama, a CI se destaca por sua capacidade de integrar métodos e conceitos de áreas como a Biblioteconomia, a Computação e as Ciências Sociais. Portanto, a CI surge como uma área de conhecimento que não se limita à recuperação ou organização de dados, mas que explora as complexas relações entre comunicação, informação e tecnologia, em um esforço contínuo para compreender e otimizar o fluxo informacional em sociedades cada vez mais dependentes do acesso eficiente à informação.

A CI tem como essência o estudo das propriedades e do comportamento da informação, sua utilização, transmissão e o processamento para otimizar o armazenamento e a recuperação,

conforme sintetizado por Mostafa, Lima e Maranon (1992). Essa definição evidencia o foco da CI nas questões centrais que envolvem a informação e suas interações no contexto social, tecnológico e comunicacional.

No desenvolvimento de sua identidade científica, a CI se estabelece como uma área interdisciplinar, incorporando técnicas da Biblioteconomia e tecnologias da Informática. Essa interdisciplinaridade, embora enriqueça o campo, gera equívocos quanto à sua definição, levando alguns autores a considerarem-na uma evolução da Biblioteconomia ou mesmo a confundi-la com a Informática. Como destaca Freire (2006a), a CI enfrenta dificuldades teóricas devido à ausência de um corpo consolidado de fundamentos epistemológicos que sustentem seu horizonte científico.

A denominação oficial "Ciência da Informação" remonta ao início da década de 1960, em eventos promovidos pelo *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos. Nessas ocasiões, reuniram-se cientistas, escritores e filósofos para discutir novas tecnologias de informação, em resposta ao crescimento exponencial da produção científica e à necessidade de multiplicação dos periódicos científicos (Freire, 2006a). Esses debates teóricos permitiram a formulação de uma definição inicial da CI, marcada pela perspectiva americana.

Sobre a relação entre CI e Biblioteconomia, Kuhn (1994) reflete que ambas são aliadas naturais e, embora utilizem terminologias distintas, a integração é essencial. Essa aproximação, reforça a complementaridade dos campos no atendimento às demandas contemporâneas de organização e disseminação do conhecimento (Kuhn, 1994).

Nos anos 1970, Goffman propôs que a CI se dedicasse a princípios de comportamento dos processos comunicacionais com os sistemas de informação, adotando uma abordagem científica unificada que englobasse fenômenos informacionais biológicos, humanos e tecnológicos (Pinheiro; Loureiro, 1995). Essa visão amplia o alcance da CI para além dos limites da Biblioteconomia e da Informática, consolidando-a como área do conhecimento autônoma.

Historicamente, o desenvolvimento das tecnologias de impressão desempenhou um papel crucial na disseminação da informação. Embora a imprensa tenha surgido na China muito antes de Gutenberg, as condições socioeconômicas da Europa, como o crescimento das universidades desde o século XII e a criação das primeiras teorias científicas modernas, permitiram uma rápida expansão dessa tecnologia no Ocidente. Além disso, a criação de associações científicas e a publicação de periódicos marcaram o início da formalização da comunicação científica, estabelecendo bases para a sociedade moderna (Freire, 2006a).

Ao longo dos séculos XVI a XVIII, a ciência moderna adotou o método experimental e a matemática como fundamentos de um novo paradigma social e tecnológico. Nesse contexto, os profissionais da informação, enquanto organizadores e disseminadores do conhecimento científico, desempenharam papéis fundamentais, estreitando laços com cientistas e contribuindo para o avanço das forças produtivas na sociedade.

Embora a CI tenha propiciado debates que vão desde o seu estatuto científico até questões terminológicas e interdisciplinares, sua construção epistemológica permanece em curso. Segundo Capurro e Hjørland (2003, p. 354, tradução nossa), "a Ciência da Informação pode ser entendida como um campo que reflete de forma crítica e sistemática sobre os processos informacionais no contexto humano e social". Esse enfoque evidencia a necessidade de reforçar os fundamentos teóricos da CI, promovendo seu fortalecimento como ciência e área do conhecimento autônoma. Assim, a CI emerge como uma resposta às demandas contemporâneas de produção, organização e disseminação de informações, consolidando-se em um cenário de constantes transformações tecnológicas e científicas.

2.1.3 A construção das Teorias Epistemológica da Ciência da Informação

Todas as análises em torno da construção das teorias epistemológicas da Ciência da Informação (CI) demonstraram que os pressupostos básicos para sua configuração estão em linha com as narrativas da ciência pós-moderna. Partindo do seu posicionamento como Ciência Social, por se revestir de condições de subjetividade e interdisciplinaridade e por optar pela relevância das pesquisas qualitativas para o desenvolvimento epistemológico das suas teorias, pode-se compreender melhor, como a CI constrói e mantém vivas as suas narrativas epistemológicas.

O debate acerca das implicações da ciência pós-moderna na formulação de teorias em CI é diretamente influenciado pelas transformações epistemológicas que o paradigma emergente introduz na prática científica contemporânea. A partir das questões levantadas por Silva e Freire (2013), observa-se que a CI não se desenvolve de forma isolada, mas se insere em um contexto dinâmico, caracterizado por avanços metodológicos, sociais e epistemológicos que a orientam na construção de seus pressupostos.

Conforme ressalta Veiga Neto (1998), a presença da CI no paradigma emergente pode ser analisada a partir de três dimensões fundamentais. A primeira diz respeito às suas relações com o campo das Ciências Sociais Aplicadas, possibilitando compreender a informação como fenômeno social e cultural. A segunda dimensão diz respeito ao reconhecimento da subjetividade no estudo dos fenômenos informacionais, o que demanda um olhar

interdisciplinar e reflexivo sobre as múltiplas perspectivas envolvidas. Por fim, a terceira dimensão envolve a incorporação de abordagens qualitativas de pesquisa, ampliando a capacidade de apreender a complexidade dos processos informacionais e as interações dos sujeitos com a informação.

Ao posicionar-se nesse contexto emergente, a CI consolida uma base teórico-metodológica capaz de enfrentar desafios contemporâneos, contribuindo para a compreensão mais ampla da produção, circulação e uso da informação em diferentes cenários sociais. Assim, ela se afirma enquanto campo epistemológico flexível, dialogando com novas perspectivas, metodologias e abordagens que, juntas, possibilitam avançar em direção a soluções inovadoras para problemas informacionais.

A inserção da CI no âmbito das Ciências Sociais tem sido analisada por alguns autores a partir da aplicabilidade das técnicas existentes, bem como de suas dimensões organizacionais e representacionais. Essas dimensões são entendidas como ações cognitivas relacionadas à representação e à mediação da informação. Nesse contexto, a noção de subjetividade exige atenção, pois sua utilização excessiva ou inadequada pode gerar confusões epistemológicas que dificultam a compreensão de conceitos, teorias e aplicações específicas.

Para evitar essas incompreensões, é necessário reconhecer que a subjetividade envolve diferentes formas de perceber o “Eu” e o “Mundo”. Esse entendimento deve ser orientado para a construção de percepções mais sólidas, conscientes e bem estruturadas, em contraposição a percepções fragmentadas, fluídas e inconscientes. Nesse sentido, a subjetividade, longe de ser um obstáculo, pode ser vista como um componente essencial que enriquece o processo de representação e organização da informação, desde que tratada com rigor e clareza epistemológica (Veiga Neto, 1998).

Portanto, a noção da subjetividade na CI, em diálogo com a interdisciplinaridade, torna-se um elemento recorrente devido à sua ligação intrínseca com os processos de produção e contextualização do conhecimento. Por um lado, a interdisciplinaridade representa um potencial promissor, contribuindo para a construção de uma base teórica mais densa e abrangente, essencial para o desenvolvimento da área. Por outro lado, a ênfase excessiva na particularização do conhecimento pode gerar limitações, restringindo perspectivas mais amplas e comprometendo a formulação de abordagens ontológicas e epistemológicas integradoras no campo da CI.

Conforme Veiga Neto (1998), essa tendência de particularização pode dificultar a ampliação dos horizontes teóricos e a circunscrição da CI no campo mais amplo da informação. Portanto, é fundamental equilibrar a densidade do conhecimento especializado com uma visão interdisciplinar que permita integrar diferentes saberes e ampliar a compreensão sobre os fenômenos informacionais em suas múltiplas dimensões. Quanto ao aspecto metodológico, com cunho qualitativo, deve promover a aproximação entre o modelo mental de percepção dos avanços teóricos e a sua aplicabilidade, ampliando o leque de discussões e reflexões sobre a ciência. O princípio metodológico com cunho qualitativo ajuda a CI a buscar e construir estratégias investigativas que possibilitam a resolução de problemas diversos que envolvem a humanidade.

Assim, toda discussão em torno das implicações dos desafios da ciência pós-moderna na construção das teorias epistemológicas da CI se assenta sobre elementos acima descritos porque consolidam a resposta da pergunta formulada pelo Veiga Neto (1998). Ou seja, os pressupostos da ciência pós-moderna se configuram como elemento *sine qua non* para a construção epistemológica da Ciência da Informação.

2.1.4 Epistemologia e Ciência da Informação: aproximações

Para permitir uma melhor compreensão deste assunto, é fundamental esclarecer os conceitos da Epistemologia e da Ciência da Informação (CI) para, em seguida, compreender as suas aproximações teóricas. O conceito de Epistemologia constitui-se, por um lado, em categoria teórica historicamente constituída e, por outro, uma concepção filosófica aceita e analisada quando se realizam estudos críticos sobre as ciências (Bunge, 1980; Japiassu, 1979; Lalande, 1999).

A Epistemologia, derivada dos termos gregos episteme (conhecimento) e logia (estudo), é o campo da Filosofia que investiga a natureza, as fontes, os limites e a validade do conhecimento. Ela busca compreender como adquirimos conhecimento, quais são as suas fontes, como a experiência sensorial, a razão e a intuição, e os processos envolvidos. Além disso, a Epistemologia analisa como justificamos o conhecimento, determinando critérios para estabelecer que algo é, de fato, válido. Também examina os critérios de verdade e validade, ajudando a distinguir o que é verdadeiro do que é falso, e estuda a relação entre o conhecimento e a ciência, considerando os métodos e fundamentos das diferentes áreas científicas.

Segundo Lalande (1999), a Epistemologia é uma análise crítica que examina os princípios, hipóteses e resultados das ciências, buscando compreender sua origem lógica, seu valor e sua importância objectiva. Assim, a Epistemologia não se limita a investigar o que é o conhecimento, mas também reflete sobre como ele se relaciona com a realidade e como influencia as práticas científicas e filosóficas.

Nesse sentido, pode-se considerar que a Epistemologia é um dos suportes principais de qualquer ciência. Parafraseando Pando e Almeida (2021), nenhum cientista ou investigador pode conduzir uma pesquisa sem bases epistemológicas sobre as quais pode fundamentar ou construir a sua pesquisa. Por meio da Epistemologia, podem-se analisar os fundamentos teóricos de uma ciência, buscar a sua essência histórica, perspectivar sobre o seu futuro, a relação entre teoria e prática e, consequentemente, a sua interdisciplinaridade.

Segundo Sousa, Horta, Pinheiro e Nunes (2004), a Epistemologia possui diversos objetivos fundamentais, entre os quais se destacam: (i) esclarecer os paradigmas utilizados pelos pesquisadores para construir observações e teorias; (ii) evidenciar a coerência interna e relacional entre as teorias; (iii) avaliar os níveis de confiabilidade dos constructos, abordando questões como a certeza e a crença; e (iv) analisar a atividade mental (pensamento, linguagem, inferência e uso de raciocínios) empregada na construção da ciência. Desse modo, a Epistemologia toma a ciência como objeto de estudo, investigando-a enquanto processo dinâmico e analisando sua origem, formação e estruturação progressiva.

Na perspectiva clássica, as pesquisas epistemológicas eram conduzidas prioritariamente por filósofos. Entretanto, de forma contemporânea, reconhece-se que essas investigações devem aproximar-se o máximo possível dos pesquisadores das próprias disciplinas. Essa proximidade é justificada pelo conhecimento específico que esses profissionais têm sobre o objeto de estudo e sobre as questões relacionadas a ele (Sousa; Horta; Pinheiro; Nunes, 2004). Assim, a Epistemologia fundamenta-se na ideia de que os pesquisadores precisam estar atentos à natureza do conhecimento gerado em seus campos de estudo, bem como aos fundamentos que orientam as investigações.

Essa necessidade de reflexão é evidenciada por Bruyne, Herman e Schoutheete (1982), que argumentam que os avanços das ciências não são apenas progressivos, mas também reflexivos. Ou seja, além das investigações voltadas para o crescimento linear, o desenvolvimento das ciências depende de estudos críticos sobre o conhecimento que produzem.

Nesse contexto, investigações de cunho epistemológico têm ganhado relevância crescente nas agendas de pesquisa, especialmente em áreas que enfrentam questionamentos constantes sobre sua cientificidade. Um exemplo significativo é o campo da CI, cujas bases epistemológicas vêm sendo exploradas por diversos autores. Capurro (2010), Cleveland (1977), Freire (2008), González de Gómez (2012), Rabello (2012), Rendón Rojas (2012), Saldanha (2008), Shera (1977) e Zandonade (2000) destacam a centralidade desses estudos para a consolidação da disciplina.

Dessa maneira, é fundamental que as investigações epistemológicas continuem a contribuir tanto para a reflexão crítica quanto para o avanço dos diversos ramos do saber, garantindo que o conhecimento produzido seja sólido, confiável e adequado às necessidades do mundo contemporâneo.

Considerando que o desenvolvimento de uma ciência se reflete no resultado da sua produção científica, o estudo das bases epistemológicas e científicas da CI se torna fundamental. Do ponto de vista científico, a abordagem epistemológica pode possibilitar a análise e a avaliação das narrativas produzidas pelos estudiosos da área, assim como perceber as tendências, os métodos e as influências teóricas. Reforçando essa ideia, Capurro (2003) afirma que a tarefa principal da Epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, bem como conhecer, analisar todo o processo do conhecimento da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico.

No que concerne a CI, a nossa abordagem epistemológica será fundamentada pela definição clássica da CI, apresentada por Griffith (1980). O autor afirma que a ciência tem como objeto a produção, a seleção, a organização, interpretação, o armazenamento, a recuperação, a disseminação, a transformação e o uso da informação. A validade da definição é extensiva para os estudos em campos específicos, pois na pretensão de identificar o papel de uma CI autônoma, devemos representá-la ao nível mais abstrato.

Nesse sentido, torna-se pertinente uma reflexão epistemológica para mostrar os campos de aplicação mais claramente. Porém, para tanto, é preciso que se esclareça a diferença conceitual do termo "informação" na CI em relação ao uso e à definição do mesmo termo em outras ciências. A definição clássica da Epistemologia enquanto estudo da ciência ganha uma orientação e diferenciação, com a definição de Lalande (1999), segundo a qual a Epistemologia é uma Filosofia das ciências, pelo que se distingue da Teoria do Conhecimento, da qual serve.

É essencial pontuar a diferença clara entre Epistemologia e terminologia. Conforme destacado por Lalande (1999), o estudo da linguagem da ciência, de maneira mais concreta, a terminologia técnica de uma área de especialidade, não se configura como abstração ou pesquisa epistemológica. Nesse sentido, o enfoque na terminologia se refere ao estudo e à sistematização dos termos utilizados em um domínio científico, com ênfase no uso técnico e na padronização, mas sem necessariamente se aprofundar nos fundamentos do conhecimento que esses termos representam.

O mesmo princípio se aplica ao discurso científico, uma vez que o estudo do emprego das expressões ou do discurso da ciência não pode se confundir com a análise do objeto e dos problemas da descoberta de novo conhecimento em uma ciência. Em outras palavras, a análise das práticas discursivas científicas ou das expressões técnicas, embora essencial, não substitui o papel da Epistemologia, que investiga os fundamentos, métodos e limitações do conhecimento.

Adicionalmente, é fundamental evitar equívocos sobre a natureza epistemológica da tarefa de definição terminológica, porque a simples proposição definitória de termos pouco resolvidos ou assentados em uma ciência não se configura Epistemologia. Assim, enquanto a terminologia desempenha um papel técnico na comunicação científica, a Epistemologia assume uma posição teórica, centrando-se na estrutura, validade e construção do conhecimento.

Na CI, essa distinção é particularmente relevante. A ampliação dessa definição amplia nossa discussão na busca pelos fundamentos epistemológicos da construção das narrativas ou paradigmas da Ciência da Informação para o campo da relação interdisciplinar entre as duas áreas do saber. Nesse contexto, conforme defende Capurro (2003), a análise epistemológica visa compreender como os paradigmas são formados e fundamentados, especialmente na intersecção entre disciplinas, oferecendo uma base crítica para refletir sobre as práticas e narrativas do campo.

Na nossa percepção, a reflexão epistemológica transcende a mera tarefa de organização e definição terminológica, focando-se nos fundamentos que sustentam a construção e legitimação do conhecimento. Isso é crucial particularmente em abordagens interdisciplinares, como na CI, onde a análise epistemológica contribui para compreender e fundamentar as interações e narrativas científicas.

Segundo Mário Bunge (1980), para que a Epistemologia seja considerada útil, ela deve atender a certos critérios fundamentais. Primeiro, ela deve referir-se à ciência propriamente

dita e não simplesmente a uma imagem pueril e, às vezes, caricata. Isto é, a Epistemologia deve se basear na prática científica real, evitando abordagens simplistas ou distorcidas.

Por outro lado, ela deve ocupar-se de problemas filosóficos que realmente se apresentam no curso de uma investigação científica, periodizando questões concretas que emergem da prática científica. Outro ponto destacado por Bunge (1980) é que a Epistemologia deve propor soluções claras para esses problemas, e que sejam consistentes com teorias rigorosas e inteligíveis e não teorias confusas e até mesmo inadequadas. Ou seja, as respostas oferecidas devem ser baseadas em fundamentos sólidos, evitando ambiguidade e falta de rigor.

Outro aspecto essencial é que esta Epistemologia tem de ser capaz de distinguir uma ciência autêntica de uma pseudo-ciência, uma investigação profunda de uma superficial e a procura da verdade ao invés da procura do pão de cada dia. Isso implica na necessidade de separar ciência genuína de práticas pseudo-científicas, além de diferenciar esforços sinceros de exploração científica daqueles guiados por interesses utilitários imediatos.

Finalmente, segundo Bunge (1980), a Epistemologia deve ser capaz de fazer críticas a programas e resultados errôneos, bem como sugerir novos enfoques que sejam promissores. Isso evidencia o papel ativo da Epistemologia em corrigir erros e apontar caminhos inovadores para o progresso científico.

Cabe ressaltar que a noção de utilidade não está vinculada ao utilitarismo, ou seja, à ideia de ser útil para a maioria em um contexto prático. Em vez disso, como útil, entende-se, centrador em problemas reais a fim de orientar concretamente uma ciência. Dessa forma, uma ciência sem orientação clara, incapaz de separar resultados adequados de inadequados ou de distinguir conhecimentos comprovados de pseudo-científicos, perde seu valor social (Bunge, 1980).

Assim, o conhecimento científico é valioso justamente porque se difere dos demais e se produz de outra forma. Sem suas características fundamentais rigor, clareza e capacidade de explicar os fenômenos da realidade, a ciência perderia a sua essência e, consequentemente, a utilidade à sociedade.

2.1.5 Fundamentos epistemológicos na Construção da Ciência da Informação

As teorias epistemológicas se configuram, por um lado, em categorias históricas e, por outro, em concepções filosóficas quando se pretende analisar os estudos críticos sobre as ciências. O termo epistemologia compreende duas concepções: (i) a concepção da teoria de

conhecimento e, (ii) a de teoria da ciência. Desde a sua etimologia grega, o termo epistemologia conserva a concepção adoptada por Lalande (1999), que o define como o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica, o seu valor e a sua importância objetiva.

Ao defini-la como o estudo da ciência, evidencia-se uma abordagem diferenciada com base em Lalande (1999), que caracteriza a Epistemologia como uma Filosofia das ciências. Nesse sentido, distingue-se da Teoria do Conhecimento, que serve como uma introdução e um apoio indispensável a essa reflexão. Enquanto a Teoria do Conhecimento se dedica ao estudo da natureza, do processo e dos limites do conhecimento humano, a Epistemologia concentra-se na análise crítica das ciências, abordando sua origem, estrutura, formação e desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, este estudo busca destacar, no campo da Ciência da Informação (CI), a importância dos fundamentos epistemológicos para o seu desenvolvimento histórico e científico. Assim, procura-se estabelecer a identidade dessa área, considerando que cabe à Epistemologia refletir tanto sobre os aspectos teóricos quanto sobre as práticas científicas ao longo de sua evolução.

A reflexão sobre os fundamentos epistemológicos no campo da CI revela o desenvolvimento e a consolidação dessa área como disciplina científica. Até o início dos anos 2000, o termo “epistemologia” aparecia de forma esporádica nos debates acadêmicos da Ciência da Informação. Contudo, após essa década, observou-se um aumento exponencial no interesse pela temática, acompanhado por uma maior produção de artigos e documentos acadêmicos que abordavam aspectos epistemológicos. Esse fenômeno coincide com o momento em que os questionamentos sobre o estatuto científico da CI se intensificaram, impulsionando pesquisadores do campo a buscar um marco científico que pudesse ser apropriado pela CI, inserindo-a de forma definitiva entre os campos científicos consolidados. Nesse contexto, os estudos epistemológicos ganharam crescente relevância na agenda dos pesquisadores. Tal fato é corroborado por Francelin (2018), ao afirmar que a emergência de novos contextos paradigmáticos, conforme observado por Saracevic (1996), Pinheiro (1999), Aquino (2002), Capurro (2003) e Robredo (2003), pode ter sido uma das características que motivou o aumento das pesquisas epistemológicas na CI. Esses novos paradigmas trouxeram questionamentos teóricos e metodológicos fundamentais, refletindo transformações no papel da informação, nas tecnologias emergentes e na prática profissional.

Ademais, elementos históricos contribuíram significativamente para o avanço e a consolidação dos estudos epistemológicos na CI. Pinheiro (1999) entende que o início dos fóruns internacionais sobre Epistemologia na década de 1990 desempenhou um papel central, fomentando discussões aprofundadas e promovendo o intercâmbio de ideias globalmente. A globalização, por sua vez, exigiu uma reavaliação do papel do profissional da informação, especialmente no contexto de transformações rápidas e complexas. O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) também teve um impacto profundo, alterando a importância de algumas áreas do conhecimento e demandando novas abordagens teóricas e epistemológicas. Adicionalmente, o carácter interdisciplinar da CI, marcado pelo diálogo constante com áreas como a Biblioteconomia, a Comunicação, a Filosofia e a Sociologia, destacou a necessidade de aprofundar a compreensão das conexões entre essas ciências.

Nesse sentido, o fortalecimento das pesquisas epistemológicas na CI reflete as mudanças históricas, sociais e tecnológicas do campo. Conforme observado por Francelin (2018), a consolidação da Epistemologia na agenda de pesquisa não apenas legitima a CI como uma ciência, mas também fornece subsídios para práticas mais eficazes e adequadas à gestão e ao uso da informação em uma sociedade cada vez mais orientada pelo conhecimento.

No contexto da CI, estudos de natureza epistemológica são considerados essenciais, especialmente diante do alerta de Hjørland (2003) e Arboit (2014) sobre a fragilidade teórica da área, decorrente da falta de um debate epistemológico aprofundado e da ênfase excessiva em questões tecnológicas. De acordo com Rendón Rojas (2008), esses estudos são indispensáveis, pois permitem à CI alcançar autoconhecimento, autoconstrução e interdisciplinaridade. Souza (2011) corrobora ao afirmar que estudos epistemológicos constituem os fundamentos de compreensão e desenvolvimento de um campo de conhecimento e se encontram na base do processo de consolidação.

Diferentemente de áreas consolidadas, como a Física ou a Química, a CI enfrenta maior complexidade devido à sua recente consolidação e ao seu objeto multifacetado, a informação, no entender de Freitas (2010). Linares Columbié (2010) também ressalta que qualquer campo do conhecimento em sua trajetória não pode deixar de recorrer à Epistemologia como base para a reflexão sobre sua construção teórica.

Por sua vez, Hjørland (2003) destaca que os estudos epistemológicos constituem a abordagem mais fundamental entre todas as outras e, quando estão ausentes, tendem a tornar qualquer outra abordagem superficial. Já Gómez (2001) observa que a CI, desde sua origem, tem adotado abordagens epistemológicas, alternando entre uma ciência empírico-analítica e

uma metaciência, ao mesmo tempo em que, nos últimos anos, se aprofunda em um pluralismo metodológico próprio das ciências sociais e de um campo interdisciplinar. Essas perspectivas reforçam que a Epistemologia não apenas fundamenta teoricamente a área, mas também possibilita sua consolidação e evolução. Sem ela, a CI pode limitar-se a abordagens superficiais, comprometendo sua capacidade de compreender e lidar com a complexidade e a interdisciplinaridade que a caracterizam.

A percepção apresentada é fundamentada nos três paradigmas da CI, conforme descritos por Capurro (2003). Segundo o autor, a CI se insere em três paradigmas principais: (i) paradigma físico: associado à teoria matemática da informação; preocupa-se essencialmente com a transmissão da informação, fundamentada na perspectiva epistemológica do empirismo lógico; (ii) paradigma cognitivo: vincula-se às interações entre a informação e o sujeito individual, com influências da Epistemologia Genética de Piaget e da Epistemologia de Popper e; (iii) paradigma social: propõe ampliar os estudos para considerar as interações entre a informação e o contexto histórico-social, além das interações com o indivíduo.

Saracevic (1996), no artigo *Ciência da Informação: origem e evolução* aborda o desenvolvimento da área, afirmando que, com o passar do tempo e diante das mudanças nos contextos históricos, os conceitos na Ciência da Informação passaram a enfatizar as relações entre a informação, o indivíduo e a sociedade. Inicialmente, o foco estava voltado ao processo, mas posteriormente ampliou-se para incluir os indivíduos e o ambiente social.

Ainda sobre o desenvolvimento da disciplina, é importante mencionar a visão de Borko (1968), para quem a CI está associada a um corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Essa definição reflete um componente de ciência pura caracterizada pela busca de princípios ou teorias epistemológicas e um componente de ciência aplicada, voltado para o desenvolvimento de produtos e serviços (Saracevic, 1996).

A finalidade da CI deve ser, segundo essa perspectiva, estabelecer um enfoque científico homogêneo para o estudo dos vários fenômenos relacionados à noção de informação. Para tanto, é necessário que ela se baseie em princípios epistemológicos que orientem o comportamento nos processos de comunicação e nos sistemas de informação associados. Conforme Saracevic (1996), as discussões ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970 sobre a CI têm relação direta com os conceitos e paradigmas apresentados.

Os fundamentos epistemológicos da CI podem ser identificados por meio da análise dos conceitos e dos estudos desenvolvidos pelos principais autores da área. Nesse sentido, percebe-se que o estudo epistemológico no campo é um elemento fundamental, pois a CI ainda não consolidou plenamente seu estatuto científico e metodológico. Assim, como enfatizado, ela opera de forma sistematicamente recursiva ao abordar seu objeto de estudo, a informação, que se apresenta como um conceito controverso e complexo.

De forma ampla, a Epistemologia é uma ciência que busca a produção de conhecimento científico de qualidade. Por essa razão, a busca por fundamentos epistemológicos deve estar sempre presente nos estudos da CI, como forma de garantir rigor e fundamentação científica. A Epistemologia fornece os alicerces teóricos e conceituais para compreender a natureza da informação e do conhecimento, conceitos centrais para a CI. Além disso, os estudos epistemológicos contribuem para estabelecer critérios de validade do conhecimento científico e possibilitam uma reflexão crítica sobre as implicações epistêmicas e ontológicas das teorias, práticas e modelos. Como resultado, tornam-se instrumentos indispensáveis para avaliar e compreender, de forma mais qualificada e menos ingênua, as bases teóricas e metodológicas do campo.

2.1.6 Relação entre informação e conhecimento

A Ciência da Informação (CI) é uma área que integra diversas abordagens teóricas e epistemológicas, refletindo sua natureza interdisciplinar. Inicialmente, a CI foi influenciada por conceitos de Biblioteconomia e Informática, levando a discussões sobre a sua autonomia e inter-relações com esses campos. Kuhn (1994) enfatiza que, apesar das diferenças terminológicas e conceituais, a CI e a Biblioteconomia são aliadas naturais, e a compreensão mútua entre bibliotecários e especialistas em informação é essencial.

Na década de 1970, Erving Goffman (1922-1982) ressaltou a importância de estabelecer princípios comportamentais para os processos comunicacionais em relação aos sistemas de informação, propondo uma abordagem científica unificada que englobasse todos os fenômenos informacionais, abarcando dimensões biológicas, humanas e tecnológicas (Pinheiro; Loureiro, 1995).

O debate sobre a autonomia da CI é enriquecido pela reflexão sobre a sua natureza interdisciplinar e a ausência de uma Epistemologia consolidada. Freire (2006a) aponta que a área continua em construção teórica, com debates sobre seu estatuto científico e os problemas

terminológicos que surgem devido à sua relação com campos como a Biblioteconomia e a Informática. A falta de uma base teórica sólida contribui para a fragilidade conceitual da CI.

Contudo, existe uma forte relação entre a CI e o conhecimento. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tem transformado a forma como a informação é produzida, armazenada e disseminada. A revolução digital e o crescimento das redes sociais ampliaram o acesso à informação e alteraram as dinâmicas de comunicação e conhecimento. O avanço tecnológico e a globalização têm impactado significativamente a gestão da informação, criando novos desafios e oportunidades para a CI. As organizações precisam adaptar suas práticas para lidar com o volume crescente de dados e garantir a eficiência na recuperação e utilização da informação. A capacidade de processar e interpretar informações complexas é crucial para a tomada de decisões informadas e para o desenvolvimento sustentável (Freire, 2006a).

3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO COMO OBJETOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Filosofia da Ciência da Informação (CI) constitui um campo emergente que busca compreender criticamente os fundamentos ontológicos, epistemológicos, éticos e sociais que sustentam o tratamento e uso da informação nas sociedades contemporâneas. A sua emergência está ligada à consolidação da informação como recurso essencial à vida social, científica, econômica e política, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a intensificação da circulação e produção de dados.

O termo "informação", embora presente em diferentes tradições filosóficas desde a Antiguidade, assume um estatuto epistemológico próprio a partir do século XX. Na tradição clássica, pensadores como Platão e Aristóteles refletiram sobre o conhecimento, a linguagem e a verdade, elementos hoje fundamentais à reflexão informacional. Contudo, é com a formulação da teoria matemática da informação por Claude Shannon (1948) que o conceito de informação passa a ser tratado de forma mais técnica, desvinculando-se, inicialmente, de aspectos semânticos e filosóficos. Shannon (1948) definiu a informação como uma medida estatística da incerteza, enfatizando a sua quantificação e transmissão, e não o seu significado. Isso permitiu a formalização de modelos de comunicação, essenciais ao desenvolvimento dos sistemas informacionais modernos.

A partir dessa concepção técnica, surgiram esforços no sentido de recuperar a dimensão filosófica da informação. Nesse contexto, a Filosofia da CI surge como uma tentativa de refletir sobre a natureza, a função e as implicações do fenômeno informacional nas suas múltiplas manifestações. Segundo Luciano Floridi (2010), um dos principais teóricos da área, a informação não deve ser vista apenas como um recurso técnico, mas como uma entidade ontológica fundamental da realidade contemporânea. Floridi (2010) propõe a ideia de uma "infosfera", um ambiente informacional global em que os seres humanos, sistemas computacionais e objetos estão em constante interação, mediados por fluxos de dados. Para o autor, "[...] a Filosofia da informação é uma nova forma de Filosofia, uma nova perspectiva sobre o mundo, centrada na informação como o elemento constitutivo da realidade" (Floridi, 2010, p. 6).

Nesse cenário, a Filosofia da CI articula-se com diversas subáreas, como a Epistemologia da informação, a ontologia dos dados e a ética informacional. Interroga-se, por exemplo, sobre os critérios de validade do conhecimento produzido em ambientes digitais, os

impactos das estruturas classificatórias nos sistemas de organização da informação, e as implicações morais da coleta, tratamento e circulação de dados. Capurro (2003), outro autor de destaque, argumenta que a Filosofia da informação deve questionar as condições históricas e culturais que moldam as práticas informacionais, defendendo uma abordagem hermenêutica que valorize a interpretação contextual da informação. Para ele, " a informação não é um dado neutro, mas o resultado de processos interpretativos que se realizam em contextos históricos e culturais específicos." (Capurro, 2003, p. 7).

A emergência da sociedade da informação, conforme descrita por Manuel Castells (1999), reforça a centralidade dessas questões. Vivemos em um contexto em que a informação não apenas circula em grande escala, mas estrutura as relações sociais, os processos de produção e a própria subjetividade dos indivíduos. Castells (1999, p. 42) observa que "[...] a nova economia está baseada na capacidade de gerar, processar e aplicar eficientemente a informação baseada no conhecimento", o que exige uma reflexão crítica sobre como a CI responde a essas demandas sociais.

Nesse sentido, a Filosofia da CI não é um campo meramente abstrato, mas um instrumento analítico que permite pensar criticamente os sistemas de conhecimento, os dispositivos tecnológicos, as estruturas de poder e as implicações éticas associadas ao uso da informação. Ela contribui para o fortalecimento dos fundamentos teóricos da CI, fornecendo uma base crítica para suas práticas e permitindo um engajamento mais reflexivo com os desafios informacionais da atualidade.

3.1 Epistemologia da Ciência da Informação

A Epistemologia da Ciência da Informação (CI) refere-se ao estudo dos fundamentos do conhecimento produzido neste campo, bem como à investigação de suas bases conceituais, metodológicas e teóricas. Sendo uma ciência de natureza interdisciplinar, a CI reúne aportes de áreas como Biblioteconomia, Documentação, Filosofia, Comunicação, Computação, Sociologia, entre outras, o que lhe confere uma epistemologia complexa e multifacetada. De acordo com Capurro (2003), a CI é marcada por uma tensão entre diferentes formas de compreender e produzir conhecimento, refletindo uma diversidade de paradigmas científicos que se manifestam em abordagens distintas, como a positivista, a interpretativa e a crítica.

A abordagem positivista, influenciada pelas ciências naturais, considera a informação como objetiva, passível de ser medida, classificada e recuperada de forma neutra. Essa perspectiva predominou nas primeiras décadas da CI, especialmente nas atividades de

organização do conhecimento, recuperação da informação e construção de sistemas informacionais baseados em critérios lógicos e taxonômicos (Capurro, 2003). No entanto, essa visão foi criticada por sua tendência à neutralidade e por negligenciar aspectos sociais, culturais e subjetivos da informação.

Em contraponto, emergiu a abordagem hermenêutica ou interpretativa, que enfatiza o papel do sujeito, do contexto e da linguagem na construção do significado da informação. Nessa perspectiva, a informação não é um dado objetivo, mas um fenômeno interpretado, situado histórica e culturalmente. Tal abordagem aproxima a CI das Ciências Humanas, reconhecendo que a produção, o uso e a mediação da informação são processos permeados por sentidos múltiplos e por práticas sociais. Segundo Capurro (2003), essa visão recupera elementos da fenomenologia, da Filosofia da linguagem e da Teoria da Comunicação, permitindo uma compreensão mais profunda da experiência informacional.

Complementarmente, destaca-se a abordagem crítica, que propõe uma Epistemologia voltada para a análise das relações de poder, dominação, ideologia e emancipação associadas aos processos informacionais. Inspirada na tradição da Escola de Frankfurt e em autores como Foucault, Habermas e Althusser, essa abordagem entende a informação como um instrumento político e cultural, cuja circulação e acesso estão condicionados por estruturas sociais desiguais. Hjørland (2002) é um dos defensores dessa postura crítica, argumentando que a CI deve se posicionar de forma ativa na luta por justiça informacional e equidade no acesso ao conhecimento.

Essa pluralidade epistemológica se reflete na dificuldade de estabelecer uma definição única e estável da CI. Froehlich (1995) observa que a CI ainda busca consolidar um corpo teórico próprio, enfrentando desafios relacionados ao seu estatuto científico. Embora muitas vezes seja considerada uma ciência aplicada, voltada à resolução de problemas técnicos e organizacionais, há um movimento crescente no sentido de construir uma Epistemologia autônoma, baseada na articulação entre teoria, prática e contexto.

Conceitos centrais como informação, conhecimento, documento, mediação, contexto e representação são construídos e debatidos sob diferentes prismas teóricos, revelando a riqueza e a complexidade do campo. Por exemplo, a noção de documento, tradicionalmente associada a suportes físicos, é reinterpretada como construção social e cultural, tal como proposto por autores como Buckland (1997). Da mesma forma, o conceito de mediação da informação tem sido explorado como prática sociocultural que articula saberes, experiências e tecnologias (Martins; Guimarães, 2008).

A Epistemologia da CI, portanto, não se limita à reflexão teórica abstrata, mas implica um compromisso com a prática e com os desafios contemporâneos da sociedade da informação. Questões como a governança da informação, a ética no uso de dados, os impactos da inteligência artificial e o papel dos profissionais da informação na inclusão social tornam-se centrais nas discussões epistemológicas atuais. Assim, como destaca Hjørland (2002), a Epistemologia da CI deve ser orientada por valores sociais, visando a construção de uma ciência comprometida com o bem comum, com a democracia e com a justiça informacional.

3.2 Ontologia da informação

A ontologia da informação é um campo que se dedica ao estudo da natureza e das formas de existência da informação, uma intersecção entre a Filosofia, a Ciência da Informação (CI), a Ciência da Computação e as Ciências Cognitivas. Fundamentada na tradição filosófica da ontologia – que trata do estudo do ser, da existência e das categorias fundamentais da realidade –, a ontologia da informação busca responder a perguntas centrais como: o que é a informação? Qual o seu estatuto ontológico? E como a informação se manifesta no mundo físico, cognitivo e social? (Floridi, 2010).

Luciano Floridi (2010), um dos principais teóricos contemporâneos da Filosofia da informação, propõe compreender a realidade como composta por estruturas informacionais. Segundo ele, "[...] o mundo é formado não por coisas materiais em si, mas por padrões de informação" (Floridi, 2010, p. 61). Nessa linha, a informação é tratada como uma entidade ontológica básica, e o universo seria uma totalidade informacional (infosfera), onde tudo o que existe pode ser descrito como um "objeto de informação".

A ontologia da informação pode ser abordada em três níveis principais: a informação como entidade, como relação e como construção. No primeiro nível, a informação é considerada como objetiva e mensurável, existente independentemente do sujeito que a observa. É nesse sentido que Gregory Bateson (1972, p. 453) define informação como "[...] uma diferença que faz diferença", ressaltando que a informação é uma estrutura relacional entre elementos, capaz de produzir mudança em um sistema.

No segundo nível, a ontologia da informação é entendida como uma relação entre signos, significados e contextos. Capurro e Hjørland (2003) argumentam que a informação não deve ser concebida como isolada ou neutra, mas sim como uma construção semântica e contextualizada. Parafraseando Capurro e Hjørland (2003, p. 359), pode-se dizer que a informação é sempre informação para alguém, sobre algo e em determinado contexto, o que

revela sua natureza relacional e interpretativa. Já no terceiro nível, influenciado pelas abordagens fenomenológicas e construtivistas, a informação é percebida como uma construção social e subjetiva. Nessa perspectiva, a informação só existe enquanto for significativa para um agente cognitivo, ou seja, quando for compreendida, assimilada e integrada a um contexto de sentido. Isso implica que a realidade informacional é construída nas interações humanas e históricas, e não apenas detectada ou extraída de um mundo objetivo.

Além da discussão filosófica, o termo "ontologia" tem sido amplamente utilizado em contextos mais técnicos, especialmente na Ciência da Computação e na CI. Nesses campos, ontologias são estruturas formais e explícitas que representam conceitos e relações em um determinado domínio de conhecimento. Gruber (1993) define ontologia como "[...] uma especificação explícita de uma conceitualização compartilhada", fundamentais na construção de sistemas de representação do conhecimento, como bases de dados semânticas, web semântica e sistemas de recuperação da informação.

Contudo, a ontologia da informação enfrenta desafios epistemológicos e metodológicos importantes. Entre eles, destaca-se a multidimensionalidade do conceito de informação, que pode ser física (como nos sinais em sistemas computacionais), biológica (como no código genético), cognitiva (como nas representações mentais) ou social (como nas interações humanas mediadas por linguagem). Essa diversidade de significados gera ambiguidade conceitual e exige um esforço interdisciplinar para a construção de um referencial teórico mais robusto e integrador (Capurro; Hjørland, 2003).

Em síntese, a ontologia da informação visa compreender a essência da informação em seus múltiplos níveis de realidade. Ela se revela um campo estratégico não apenas para a Filosofia, mas também para o avanço das ciências informacionais e computacionais, ao fornecer os fundamentos conceituais necessários para representar, organizar e interpretar o conhecimento em um mundo cada vez mais orientado pela informação.

3.3 Axiologia: valores e ética da informação

A axiologia da informação, enquanto vertente filosófica da Ciência da Informação (CI), refere-se ao estudo sistemático dos valores implicados na produção, organização, disseminação e uso da informação na sociedade. Trata-se de uma abordagem que articula os fundamentos éticos e valorativos das práticas informacionais, considerando a centralidade que a informação assume na vida contemporânea. Como defende Capurro (2003), a informação

ultrapassa o campo técnico e cognitivo, configurando-se como um fenômeno ético e interpretativo que exige reflexão crítica sobre seus valores e usos sociais. Nesse sentido, a axiologia da informação visa estabelecer quais valores devem orientar os profissionais da informação e os sistemas informacionais, com destaque para a verdade, justiça, equidade, liberdade de acesso e responsabilidade social.

Um dos valores mais discutidos na axiologia da informação é a veracidade. Em uma era marcada pela sobrecarga informacional e pela proliferação de notícias falsas, a busca pela veracidade se torna um imperativo ético. Floridi (2010), ao tratar da ética da informação, adverte que "[...] a desinformação representa uma erosão dos direitos epistêmicos e prejudica a qualidade da esfera pública". Assim, garantir a confiabilidade das fontes e promover a verificação da informação são ações que concretizam esse valor na prática profissional.

Outro valor central é a equidade no acesso à informação, diretamente relacionada com justiça social e com o direito à informação. Pinto (2007) observa que "[...] a exclusão informacional aprofunda as desigualdades sociais e compromete o exercício pleno da cidadania". A axiologia da informação, nesse sentido, sustenta que as instituições informacionais, como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, devem promover políticas inclusivas, com vistas a garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso justo e igualitário aos recursos informacionais.

A questão da privacidade e da confidencialidade ganha relevância particular no contexto das tecnologias digitais e da sociedade em rede. A coleta massiva de dados, muitas vezes sem o consentimento informado dos indivíduos, levanta preocupações éticas significativas. Floridi (2013) argumenta que "[...] a proteção dos dados pessoais e da identidade informacional constitui um dos maiores desafios éticos do nosso tempo", sendo necessário estabelecer limites normativos para evitar abusos, invasões de privacidade e manipulação algorítmica.

Além disso, os valores de responsabilidade e transparência são essenciais para a atuação dos profissionais da informação. O compromisso ético com a precisão, a prestação de contas e a gestão responsável de dados sensíveis deve nortear todas as práticas no campo informacional. Segundo Silva e Ribeiro (2002), "[...] a responsabilidade social do profissional da informação envolve a capacidade de mediar o acesso ao conhecimento de forma ética, crítica e transformadora".

Neutralidade e imparcialidade também são frequentemente debatidas. Embora a neutralidade absoluta seja utópica, é possível almejar a imparcialidade e a objetividade como

valores orientadores da prática informacional. Briet (1951) já reconhecia que “[...] os documentos são construções sociais com intencionalidades específicas”, o que implica a necessidade de consciência crítica por parte dos profissionais. Buckland (1991) também reforça que “[...] a informação é sempre interpretada a partir de um contexto”, sendo, portanto, fundamental refletir sobre os critérios de seleção, organização e difusão da informação.

A axiologia da informação se entrelaça de forma indissociável com a ética da informação, entendida por Capurro (2007) como o campo que busca “[...] fundamentar as decisões morais relacionadas ao uso da informação”. Essa ética, segundo Floridi (2010), deve assumir um carácter ontocêntrico, ou seja, considerar todos os entes informacionais humanos, sistemas, dados como possuidores de valor moral intrínseco. A proposta de Floridi (2010) se baseia na construção de uma infosfera justa, onde as interações informacionais respeitem direitos, promovam o bem comum e preservem a dignidade informacional dos sujeitos.

Em síntese, a axiologia da informação fornece uma base filosófica e normativa para pensar criticamente os valores que regem a vida informacional na contemporaneidade. Ela orienta os profissionais da informação não apenas em sua dimensão técnica, mas sobretudo em sua responsabilidade social, política e ética. Como destaca Ribeiro (2007), “[...] a reflexão axiológica é imprescindível para garantir que a informação cumpra sua função emancipadora, e não seja instrumento de opressão, exclusão ou manipulação”.

3.4 Filosofia da Ciência da Informação

A Filosofia da Ciência da Informação (CI) se configura como um campo de reflexão que visa compreender os fundamentos epistemológicos, ontológicos, éticos e axiológicos da informação, situando-se na confluência entre a Filosofia da Ciência e a CI. Sua principal preocupação reside em problematizar criticamente os conceitos centrais da área, como “informação”, “conhecimento”, “documento” e “verdade”, bem como os modos pelos quais eles são produzidos, organizados, disseminados e apropriados em contextos sociais específicos (Capurro, 2003).

Segundo Floridi (2004), a Filosofia da informação deve ser entendida como uma área que investiga criticamente a natureza da informação, sua dinâmica e seus princípios fundamentais, visando compreender como ela estrutura nossa realidade e conhecimento. Para o autor, a informação não é apenas um dado transmitido por um canal, mas sim uma entidade ontológica que constitui a base da realidade, o que ele denomina de infosfera, um espaço global informacional onde todos os seres, naturais ou artificiais, estão inseridos e interagem

por meio de fluxos informacionais. Esse posicionamento implica uma viragem ontológica em que a realidade é pensada como composta por estruturas informacionais.

Por sua vez, Capurro (2003) defende que a Filosofia da CI deve abordar a informação não apenas como objeto técnico, mas também como fenômeno existencial e cultural. Assim, propõe uma abordagem hermenêutica, que considera a informação como o que é interpretado por sujeitos em contextos históricos e sociais determinados. A informação, nesse sentido, está intrinsecamente ligada à linguagem, ao sentido e à compreensão, pois ela só adquire significado no interior das práticas humanas.

Outro autor fundamental, Buckland (1991), propõe uma distinção entre três sentidos de informação: como processo (o ato de informar), como conhecimento (o conteúdo internalizado) e como coisa (documentos e objetos informacionais). Esta classificação evidencia a complexidade do conceito e a necessidade de abordagens filosóficas para evitar reducionismos, especialmente em ambientes altamente tecnificados.

A Filosofia da CI também levanta questões sobre os fundamentos epistemológicos da área, isto é, como se constrói e valida o conhecimento informacional. Isso envolve a análise crítica dos critérios de verdade, da confiabilidade das fontes e dos processos de mediação tecnológica e documental. Frické (2009) argumenta que a informação é um componente necessário, mas não suficiente para o conhecimento, pois este requer também justificação e verdade. Nesse sentido, a Filosofia da Informação se conecta diretamente com a Epistemologia, questionando os modos de produção, circulação e apropriação do saber.

Além disso, há uma dimensão axiológica que não pode ser negligenciada. Os sistemas de organização e recuperação da informação são guiados por valores, explícitos ou implícitos, que moldam o acesso ao conhecimento. Questões como censura, privacidade, liberdade informacional, justiça cognitiva e inclusão digital entram em cena como preocupações éticas fundamentais da área. Para Floridi (2013), o uso ético da informação é um dos maiores desafios da era digital, exigindo uma "ética da informação" que guie a construção de sistemas mais justos, transparentes e responsáveis.

Em contextos como o africano e, especificamente, o moçambicano, a Filosofia da CI também se relaciona com debates sobre colonialidade do saber, acesso à informação pública, justiça epistêmica e preservação do conhecimento local e tradicional. Embora ainda pouco sistematizada, essa abordagem é essencial para repensar a informação a partir de realidades do Sul Global, rompendo com modelos eurocêntricos de produção e circulação do saber (Nhampossa, 2018).

Portanto, a Filosofia da CI se constitui como uma instância crítica e reflexiva que contribui para o amadurecimento teórico da área, ao mesmo tempo em que problematiza os fundamentos do agir informacional em sociedades complexas e desiguais. Sua relevância está em oferecer ferramentas conceituais para pensar a informação para além da técnica, como fenômeno humano, cultural e ético.

3.5 Paradigmas da Ciência da Informação

O desenvolvimento da Ciência da Informação (CI) foi marcado pela adoção de diferentes paradigmas que refletem mudanças na compreensão da informação e de seu papel na sociedade. Esses paradigmas constituem visões epistemológicas que orientam tanto a teoria quanto a prática profissional e científica. Capurro e Hjørland (2003) destacam três grandes paradigmas que marcaram historicamente essa ciência: o paradigma físico, o paradigma cognitivista e o paradigma social.

O paradigma físico, predominante nas décadas de 1950 e 1960, surgiu em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial e foi fortemente influenciado pelas Ciências Exatas e pela Engenharia. Nesse modelo, a informação é concebida como um objeto mensurável que pode ser transmitido por canais e armazenado em sistemas. Está enraizado na teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver (1949), que considera a informação como uma entidade objetiva, passível de quantificação e sujeita a ruídos e perdas na transmissão. Esse paradigma valorizava os sistemas automatizados de recuperação da informação e priorizava a eficiência técnica dos processos informacionais.

A partir da década de 1970, emerge o paradigma cognitivista como uma crítica às limitações da abordagem física, especialmente no que tange à negligência do papel do usuário. Neste modelo, a ênfase se desloca para a mente humana, considerando que a informação só adquire significado quando processada cognitivamente pelos sujeitos. Conforme Saracevic (1999), esse paradigma reconhece que o processo informacional é influenciado pelas estruturas mentais dos indivíduos, seus conhecimentos prévios, necessidades e contextos. Assim, os estudos se voltam para a interação usuário-sistema, o comportamento informacional e as estratégias de busca de informação.

Mais recentemente, a partir da década de 1990, consolida-se o paradigma social, que propõe uma abordagem crítica e contextualizada da informação. Nesse paradigma, entende-se que a informação é construída socialmente e que os processos informacionais estão permeados por relações de poder, cultura e ideologia. Hjørland (2002) argumenta que não é

possível compreender a informação sem considerar os contextos sociais, históricos e culturais em que ela é produzida, disseminada e utilizada. Essa visão leva a CI a dialogar com os estudos culturais, a Sociologia do Conhecimento e as teorias críticas.

Além desses três paradigmas centrais, alguns autores propõem desdobramentos ou novos enfoques, como o paradigma crítico, que busca denunciar as assimetrias de poder nos processos de produção e acesso à informação, e o paradigma da complexidade, que considera a informação como um fenômeno multifacetado e não linear (Morin, 2005).

Em síntese, os paradigmas da CI refletem a sua evolução enquanto campo interdisciplinar, articulando aspectos técnicos, cognitivos e sociais da informação. Conforme Cunha (2010), a coexistência de múltiplos paradigmas é um dos traços marcantes dessa ciência, o que permite uma abordagem mais rica e plural dos fenômenos informacionais.

3.5.1 Paradigma positivista da Ciência da Informação

O paradigma positivista ocupa um lugar central nas origens epistemológicas da CI, sobretudo no contexto histórico e intelectual da pós-Segunda Guerra Mundial. A emergência da CI como campo científico esteve intimamente ligada à necessidade de organizar e controlar grandes volumes de informação técnica, científica e militar, o que exigia métodos rigorosos e sistemáticos de tratamento da informação. Nesse sentido, a influência do positivismo lógico – corrente epistemológica que valoriza a observação empírica, a quantificação e a verificabilidade – foi determinante na conformação dos primeiros fundamentos teóricos da área (Capurro; Hjørland, 2003).

O positivismo, originado com Auguste Comte no século XIX, defende que o conhecimento científico deve se basear em fatos observáveis e mensuráveis, excluindo interpretações subjetivas ou metafísicas. Este princípio foi apropriado pelas Ciências Naturais e influenciou, por extensão, as Ciências Sociais Aplicadas. Na CI, essa orientação levou à formulação de um modelo objetivo de informação, entendido como uma entidade mensurável e independente do contexto social ou cultural. A informação passou a ser tratada como um "dado" neutro, sujeito à organização lógica e ao processamento técnico (Meadow; Boyce; Kraft, 2000).

Essa visão pode ser observada na célebre definição de Harold Borko (1968, p. 3), um dos principais teóricos da CI nos Estados Unidos, para quem a CI é "[...] uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o seu fluxo, e os meios de processá-la para utilização ótima". Essa concepção evidencia a

orientação funcionalista e pragmática da CI em seus primórdios, com ênfase na eficiência, organização, recuperação e disseminação da informação, sobretudo em contextos científicos, militares e industriais.

A consolidação do paradigma positivista na CI também está associada ao desenvolvimento da Documentação e da Biblioteconomia científica no século XX, especialmente no contexto das agências governamentais dos EUA, como a *National Science Foundation* (NSF) e a *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA), que investiram na criação de sistemas automatizados de recuperação da informação. Nessa fase, estudiosos como Jesse H. Shera e Margaret Egan (1952) procuraram estabelecer uma base científica para a Biblioteconomia, integrando-a ao campo emergente da CI com uma abordagem empírica e técnica.

Do ponto de vista metodológico, o paradigma positivista na CI valoriza a utilização de modelos matemáticos, estatísticos e computacionais, conforme se verifica nos estudos sobre sistemas de recuperação da informação (*Information Retrieval Systems*), que envolvem medições de *recall*, *precision* e relevância objetiva (Salton; McGill, 1983). Essas abordagens refletem uma Epistemologia centrada na neutralidade do observador e na universalidade das leis que regem o comportamento da informação.

Contudo, a partir das décadas de 1980 e 1990, surgiram críticas contundentes a essa concepção reducionista da informação. Autores como Rafael Capurro e Birger Hjørland (2003) argumentam que o paradigma positivista negligencia aspectos fundamentais da informação, como o contexto de produção, a mediação cultural e os processos de interpretação. Segundo esses críticos, a informação não pode ser separada de seus significados e valores, sendo sempre atravessada por fatores sociais, históricos e ideológicos.

Além disso, autores como Brenda Dervin (1983) e Thomas Wilson (1999) introduzem perspectivas alternativas, propondo modelos centrados no sujeito informacional, nas suas necessidades cognitivas e nos processos de construção de sentido. Essas abordagens marcaram o surgimento de novos paradigmas, como o paradigma interpretativo e o paradigma crítico, que deslocam o foco da informação como “coisa” para a informação como “experiência”.

Em síntese, o paradigma positivista foi essencial para a institucionalização da CI como campo científico nos seus primórdios. Proporcionou rigor metodológico, instrumentalização técnica e reconhecimento acadêmico, principalmente no contexto da Guerra Fria e da explosão informacional. No entanto, suas limitações, como a tendência à neutralidade

epistemológica, a desconsideração do contexto e a rigidez metodológica, abriram espaço para o desenvolvimento de outras perspectivas epistemológicas mais críticas e interpretativas, que enriquecem o debate atual sobre o papel da informação na sociedade contemporânea.

3.5.2 O paradigma cognitivo da Ciência da Informação

O paradigma cognitivo da CI surgiu como uma resposta crítica ao paradigma físico, dominante nas décadas iniciais da consolidação do campo, que tratava a informação como algo objetivo, mensurável e independente do sujeito. A partir da década de 1980, passou-se a reconhecer que a informação só adquire sentido quando é interpretada por um agente cognitivo, isto é, pelo sujeito que interage com o conteúdo informacional. Assim, o paradigma cognitivo desloca o foco dos sistemas e dos suportes para os usuários, priorizando os processos mentais e contextuais que orientam a busca, o uso e a apropriação da informação (Capurro, 2003).

Este paradigma se fundamenta nas teorias da Psicologia Cognitiva, que investigam como os indivíduos percebem, processam, armazenam e recuperam informação. O trabalho de Nicholas Belkin (1980) é central nesse contexto, ao propor o conceito de *Anomalous State of Knowledge* (ASK), segundo o qual os usuários buscam informação não com base em uma necessidade claramente formulada, mas a partir de uma percepção de lacuna ou insuficiência em seu conhecimento. Para Belkin (1980), essa anomalia cognitiva é o ponto de partida da interação com os sistemas de informação, e, portanto, é fundamental compreendê-la para desenhar sistemas mais eficazes.

Com esse novo enfoque, os estudos da área passaram a se interessar pelo comportamento informacional dos usuários, isto é, pelas estratégias que estes desenvolvem para localizar, avaliar e utilizar a informação em seus contextos cotidianos. Nesse sentido, Wilson (1999) argumenta que o comportamento informacional deve ser entendido como um conjunto de ações mediadas por fatores cognitivos, afetivos e sociais, sendo necessário investigar também os obstáculos que interferem no acesso e uso da informação.

Outro autor importante no desenvolvimento desse paradigma é Peter Ingwersen (1996), que propôs uma Teoria Cognitiva da Interação com a informação, destacando que os sistemas devem ser desenhados com base em uma compreensão holística do usuário, incluindo suas motivações, conhecimentos prévios e expectativas. Ingwersen (1996) defende que a recuperação da informação deve considerar o processo interpretativo do usuário como parte integrante do sistema.

Apesar de suas contribuições significativas, o paradigma cognitivo também foi alvo de críticas. Para Rafael Capurro (2003), o paradigma cognitivo, ao enfatizar excessivamente o sujeito individual e os processos mentais internos, tende a negligenciar os aspectos sociais, culturais, históricos e éticos envolvidos na produção e uso da informação. Essa crítica abriu espaço para o surgimento de paradigmas alternativos, como o paradigma social da informação, que propõe uma abordagem mais abrangente e dialógica.

Ainda assim, o paradigma cognitivo trouxe profundas transformações à CI. Ele influenciou o desenvolvimento de sistemas de informação mais centrados no usuário, a avaliação de usabilidade, os estudos qualitativos sobre necessidades informacionais e a formulação de políticas e serviços voltados à personalização da informação. Bibliotecas, centros de documentação e arquivos passaram a reconhecer a importância de compreender os usuários não apenas como consumidores de dados, mas como sujeitos ativos na construção de sentidos.

Em síntese, o paradigma cognitivo representa um marco epistemológico na evolução da CI, ao reconhecer que a informação é inseparável da cognição humana, e que os sistemas devem ser projetados para apoiar os processos mentais e contextuais dos usuários. Ele não substituiu os paradigmas anteriores, mas passou a coexistir com eles em um cenário interparadigmático, contribuindo para a complexidade e a maturidade teórica da disciplina (Bawden; Robinson, 2012).

3.5.3 Paradigma pós-moderno na construção da Ciência da Informação

Os princípios epistemológicos da ciência residem na objetividade, rigor, confiabilidade e consistência metodológica da produção do seu conhecimento e na seleção dos seus objetos de pesquisas. A ciência é um processo de desconstrução e construção dos paradigmas vigentes a fim de gerar novos paradigmas que se consagram como instrumento fundamental para dar respostas aos novos desafios impostos pelo mundo da época. Nesse processo, a ciência, conhecida como universal e neutra, deve manter a essência dos seus princípios epistemológicos e conservar a continuidade da sua essência (valor) constitutiva.

De forma determinista, este rigor científico da ciência também não deve ter limite no processo da construção das suas narrativas e dos seus paradigmas epistemológicos. Santos (2008) alertou a esse respeito, quando afirmou que o rigor de todo o conhecimento científico é “socialmente construído”, tem limites inultrapassáveis e a sua objetividade não implica a sua neutralidade.

Boaventura de Sousa Santos (2008) apresenta uma crítica contundente ao conceito tradicional de rigor no conhecimento científico, especialmente no âmbito das ciências modernas. Segundo ele, o excesso de valorização de medições, quantificações e objetividade pode empobrecer o entendimento dos fenômenos estudados, desqualificando sua riqueza e complexidade. Esse "rigor" que quantifica e objetiva, argumenta Santos (2008), tende a transformar os fenômenos em meros objetos de análise, degradando-os e distorcendo sua essência ao reduzi-los a caricaturas simplificadas.

Para Santos (2008), o conhecimento científico moderno, ao priorizar objetividade e factualidade, exclui dimensões humanas e valorativas, como os aspectos éticos, religiosos e culturais. Ele sugere que esse tipo de conhecimento, embora rigoroso, é arbitrário, pois rejeita interferências que poderiam enriquecer sua compreensão. Essa abordagem, em sua perspectiva, aumenta o rigor científico em detrimento de sua riqueza.

Boaventura de Sousa Santos (2008) e Jean-François Lyotard (2009) oferecem contribuições críticas e complementares à reflexão sobre o estatuto do conhecimento na ciência moderna e na pós-modernidade. Para Santos (2008, p. 73), a afirmação de que "Todo o conhecimento é local e total" desafia o universalismo abstrato da ciência moderna. Ele defende que o conhecimento deve ser compreendido como enraizado em contextos específicos (local), mas também conectado a sistemas mais amplos e interdependentes (total). Essa visão contesta a concepção tradicional de rigor científico que privilegia a neutralidade e a objetividade, e propõe uma abordagem mais rica e inclusiva. Segundo Santos (2008), o conhecimento deve incorporar a complexidade, a subjetividade e os valores humanos, dialogando com a diversidade dos fenômenos sociais.

Por outro lado, Lyotard (2009) reflete sobre a transição das sociedades para a era pós-industrial, caracterizada pela pós-modernidade, e os impactos dessa transformação sobre o saber científico. Ele observa que o conhecimento científico, anteriormente legitimado pelo método, perde o seu estatuto nessa nova era. A legitimação passa a ser atribuída mais à autoridade do legislador, ou seja, por meio de relações de poder e narrativas institucionais do que a critérios universais de verdade. Lyotard (2009) enfatiza o declínio das grandes metas narrativas que sustentavam a ciência moderna, sinalizando o pluralismo e a fragmentação típicos da pós-modernidade.

Em conjunto, as perspectivas de Santos (2008) e Lyotard (2009) oferecem uma crítica à concepção clássica de ciência como neutra, universal e objectiva. Enquanto Santos (2008) propõe uma reorientação da ciência para um rigor mais inclusivo, que valorize a pluralidade e

a subjetividade, Lyotard (2009) sublinha o enfraquecimento das narrativas universais e o surgimento de múltiplos modos de legitimação. Ambos apontam para a necessidade de repensar o conhecimento em um mundo marcado pela diversidade epistemológica e pelas transformações históricas e culturais.

Essa abordagem demonstra, de maneira crítica e analítica, que a complexidade dos objetos de pesquisa e dos paradigmas impostos pela sociedade pós-moderna gerou desafios epistemológicos significativos. Esses desafios podem ser compreendidos como consequências das tentativas de superar os obstáculos epistemológicos enfrentados pela ciência durante a construção de suas narrativas científicas.

Nesse contexto, é fundamental destacar que os pressupostos da ciência pós-moderna estão fundamentados nos princípios de um paradigma emergente. Esse paradigma se apresenta como uma ferramenta essencial para refletir sobre a complexidade dos problemas da humanidade, respondendo às novas demandas de um cenário global cada vez mais fragmentado e plural.

O paradigma pós-moderno, segundo Capurro (2003), representa uma ruptura significativa com as concepções modernas tradicionais, caracterizado pelo questionamento da objetividade, neutralidade e universalidade. Na CI, essa abordagem tem implicações profundas, promovendo uma visão mais plural e contextualizada da informação, entendida como um construtos social e cultural. Uma das principais características do paradigma pós-moderno é a valorização da pluralidade e da fragmentação do conhecimento. Enquanto o paradigma moderno buscava organizar a informação com base em princípios universais, a perspectiva pós-moderna reconhece a multiplicidade de visões de mundo e a influência dos contextos culturais na produção e organização do conhecimento. Segundo Capurro (2003), a informação deve ser compreendida a partir de uma perspectiva hermenêutica, em que os sentidos não são fixos, mas negociados e situados.

Outro aspecto fundamental é o relativismo epistemológico, que desafia a ideia de que a informação é uma entidade objetiva, independente de seu contexto de uso ou interpretação. Essa perspectiva evidencia que os sistemas de classificação, organização e recuperação da informação não são neutros, mas carregam valores e ideologias. Bowker e Star (2000) destacam que toda infraestrutura informacional reflete escolhas históricas e culturais, muitas vezes inviabilizando determinados grupos ou perspectivas.

A crítica à metanarrativa também é central na abordagem pós-moderna. Lyotard (1986), em *A condição pós-moderna*, publicado em 1979, argumenta que as grandes

narrativas sustentando a ciência e a racionalidade são desconstruídas no contexto pós-moderno, e implica que a CI deve reconhecer sua dimensão política e discursiva. Isso reflete no entendimento de que a disciplina não é apenas técnica, mas social e cultural, sendo permeada por relações de poder que moldam o que é considerado conhecimento válido.

Além disso, o paradigma pós-moderno coloca o usuário no centro dos processos informacionais. Em oposição à lógica normativa do paradigma moderno, que priorizava a padronização e a eficiência, o pós-modernismo enfatiza a subjetividade e a experiência individual. Dervin (1999), por exemplo, propõe que a compreensão das necessidades informacionais deva levar em conta o contexto único de cada indivíduo, reconhecendo que o significado da informação é construído de maneira dinâmica e situacional.

Outro ponto relevante é a interdisciplinaridade promovida pelo paradigma pós-moderno. Ele dissolve as fronteiras rígidas entre as disciplinas e incentiva o diálogo com áreas como Sociologia, Antropologia, Filosofia e Estudos Culturais. Frohmann (1992) sugere que a CI deve adotar uma postura crítica, questionando os pressupostos subjacentes às suas práticas e incorporando perspectivas teóricas diversas.

Neste sentido, o paradigma pós-moderno contribui para a CI ao trazer uma visão mais crítica e reflexiva sobre os processos informacionais. Ele desafia a ideia de neutralidade, destacando as dimensões culturais, históricas e políticas da informação e abrindo espaço para abordagens que valorizam a diversidade e a complexidade das práticas humanas. Essa postura permite que a disciplina melhor se adapte às demandas do mundo contemporâneo, onde as fronteiras entre informação, conhecimento e cultura estão em constante transformação.

3.6 A abordagem cultural da Ciência da Informação

A abordagem cultural da Ciência da Informação (CI) surge como uma resposta crítica aos paradigmas tecnicistas e cognitivistas que dominaram o campo desde seu surgimento. Enquanto o paradigma físico (Saracevic, 1999) enfatizava os fluxos objetivos de informação entre emissor e receptor, e o paradigma cognitivista focava nos processos mentais individuais de processamento da informação (Belkin, 1990), a abordagem cultural propõe uma ruptura epistêmica, ao compreender a informação como um fenômeno social e simbólico, profundamente enraizado nos contextos históricos e culturais das comunidades humanas.

Essa perspectiva compreende que a informação não é neutra, universal ou atemporal, mas sim uma construção social situada, carregada de significados que variam conforme os valores, crenças, práticas e linguagens partilhadas pelos grupos sociais. Como observa

Frohmann (1994), a informação deve ser estudada a partir de suas condições de produção, circulação e uso, isto é, como prática discursiva inserida em sistemas de poder e cultura. Nesse sentido, o foco se desloca da "coisa informacional" para os processos sociais e simbólicos que a constituem.

A influência da virada cultural nas ciências sociais e humanas, especialmente a partir dos anos 1980, é determinante para essa inflexão na CI. O movimento *cultural studies*, iniciado por autores como Raymond Williams e Stuart Hall, enfatizava o papel da cultura na produção de significados e contestava os modelos universalistas de conhecimento. Essa perspectiva reverberou na CI por meio da crítica à visão instrumental e funcionalista da informação e pela valorização da diversidade cultural, da experiência cotidiana e das identidades sociais na compreensão dos fenômenos informacionais.

Autores como Day (2001) reforçam essa crítica, ao apontar que os sistemas de organização da informação, como classificações bibliográficas, descritores, metadados, não são neutros ou transparentes, mas refletem visões de mundo específicas, muitas vezes eurocêntricas, patriarcais ou excludentes. Desse modo, a abordagem cultural desvela os mecanismos de exclusão simbólica presentes nos sistemas informacionais e propõe a inclusão de Epistemologias plurais, como os saberes indígenas, africanos, feministas e populares, muitas vezes invisibilizados pelas lógicas tradicionais de organização do conhecimento.

A cultura, nessa abordagem, é entendida não apenas como um conjunto de expressões artísticas ou folclóricas, mas como o universo simbólico que estrutura o modo de vida, os hábitos, as crenças, as práticas e os significados compartilhados pelas comunidades. A informação, portanto, é vista como parte desse universo simbólico: ela é produzida, interpretada e apropriada segundo os referenciais culturais do grupo social. Como afirma Chartier (1990), não há leitura universal ou interpretação objetiva da informação, mas sim usos e apropriações múltiplas, mediadas pela cultura.

Essa perspectiva encontra forte expressão nos estudos de usuários da informação, especialmente nas abordagens que investigam os comportamentos informacionais no cotidiano. Autores como Savolainen (2008) propõem conceitos como "modos de vida" (*way of life*) e "orientações mestras" (*mastery orientations*) para compreender como classe social, religião, gênero, etnia e cultura moldam a forma como os indivíduos buscam, utilizam e atribuem valor à informação.

A abordagem cultural também tem implicações diretas para a prática profissional na CI. O profissional da informação, nesse contexto, deixa de ser um mero gestor técnico de

conteúdos para assumir o papel de mediador cultural, responsável por reconhecer e articular os diversos repertórios simbólicos dos públicos com os quais interage. Isso exige sensibilidade intercultural, compromisso com a inclusão social e a capacidade de promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

No contexto latino-americano e africano, essa abordagem é especialmente relevante. Em países marcados pela colonialidade do saber (Quijano, 2005), a CI encontra o desafio ético e epistêmico de descolonizar os sistemas de conhecimento, reconhecendo as formas de produção e transmissão da informação que escapam aos modelos ocidentais clássicos. É nesse ponto que autores como Baptista (2009) defendem a inserção das Epistemologias do Sul na formação e prática dos profissionais da informação.

Assim, a abordagem cultural da CI não apenas amplia a compreensão do fenômeno informacional, mas também reconfigura os fundamentos epistemológicos, metodológicos e éticos do campo. Ela convida à interdisciplinaridade, ao diálogo com áreas como Antropologia, Sociologia, Comunicação, Estudos Culturais, Educação e Filosofia, e propõe uma ciência mais crítica, inclusiva e socialmente comprometida.

4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE

A Ciência da Informação (CI) se caracteriza pela sua natureza interdisciplinar, uma característica essencial, principalmente devido às questões complexas que a área se propõe a resolver. Para Japiassu (1976), o remédio à desintegração do saber reside em trazer à dinâmica da especialização, uma dinâmica compensadora de não especialização. Ou seja, para minimizar a separação entre as áreas do conhecimento, é necessário adotar práticas que promovam a inter-relação entre elas. Assim, conforme Pombo (2004), a interdisciplinaridade surge com o propósito de diluir as fronteiras entre as disciplinas e explorar a transversalidade entre diferentes campos do saber.

Neste sentido, a proposta interdisciplinar visa a integração de diversas disciplinas, criando novas formas de investigar os fenômenos do mundo. Japiassu (1976) e Fazenda (2011) destacam que a principal característica da interdisciplinaridade é a intensidade das trocas entre os especialistas, com o objetivo de garantir a verdadeira integração das áreas envolvidas. Para Pombo (2004), a interdisciplinaridade emerge da fragilidade das ciências, uma vez que nesse contexto se reconhece a fragmentação do conhecimento que caracteriza a ciência contemporânea. Dessa forma, o exercício interdisciplinar visa superar práticas desagregadoras e estimular a colaboração entre diferentes áreas, combatendo o desconhecimento e o desinteresse sobre temas de outras disciplinas.

A interdisciplinaridade vai além da ideia de uma visão unificada ou da divisão do saber, buscando uma abordagem mais integrada e abrangente dos fenômenos. Para Pombo (2004), ela consiste em entender as inter-relações entre as diversas ciências, considerando os possíveis cruzamentos e transferências de saberes entre elas.

Saracevic (1999) e Pinheiro (2006) apresentam duas justificativas para a interdisciplinaridade na CI. A primeira justifica que os problemas da área não podem ser resolvidos por abordagens ou construções de uma única disciplina. A segunda justifica que a interdisciplinaridade foi incorporada à CI desde suas origens e continua a ser uma característica marcante da área, dada a diversidade de formações e áreas de conhecimento de seus profissionais. Saracevic (1999) reconhece que a CI é uma área fragilizada e incompleta, e, portanto, dependente de outras disciplinas para resolver seus problemas e desafios.

Pinheiro (2006), por sua vez, destaca a natureza dinâmica e em constante evolução da CI, utilizando a concepção de circularidade e espiral de Morin para ilustrar como o campo se desenvolve, adquirindo novas configurações ao interagir com outras áreas do conhecimento. As disciplinas e subáreas da CI enfrentam problemas que exigem soluções externas, e esse

processo de transformação interdisciplinar contribui para a reconfiguração do território epistemológico da área, gerando um ciclo contínuo de evolução. Em suma, a CI se constitui como uma espiral de conhecimento, moldando-se e ganhando corpo conforme se relaciona com outras áreas do saber. O pensamento complexo está intimamente relacionado a esse processo contínuo de evolução e interações interdisciplinares.

4.1 A interdisciplinaridade e a crise de identidade

A interdisciplinaridade na Ciência da Informação (CI) surge como resposta à complexidade dos fenômenos informacionais e das necessidades sociais e tecnológicas que não podem ser plenamente compreendidas por uma única disciplina. Contudo, essa característica tem gerado debates sobre uma possível crise de identidade da área, especialmente no que diz respeito à sua autonomia epistemológica e ao seu campo de atuação específico.

Segundo Capurro (2003), a CI é por natureza interdisciplinar, pois lida com objetos e práticas que envolvem múltiplas dimensões tecnológicas, social, cognitiva, cultural e organizacional. Isso a leva a dialogar com áreas como Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Computação, Comunicação, Filosofia, Sociologia e Educação. Esse diálogo é vital para o desenvolvimento teórico e prático da área, mas pode gerar tensões quanto à definição clara de seus limites e objetos próprios.

A crise de identidade se manifesta, portanto, na dificuldade de estabelecer uma base teórica consolidada e consensual. Conforme Le Coadic (1996), a CI é frequentemente acusada de “canibalismo epistemológico”, por incorporar conceitos e métodos de outras áreas sem, muitas vezes, reelaborá-los criticamente. Isso contribui para uma percepção de fragilidade conceitual e dificulta sua consolidação como campo científico autônomo.

Além disso, Lara (2012) argumenta que a identidade da CI está em constante reconstrução, o que pode ser visto tanto como uma fraqueza - pela falta de um núcleo duro - quanto como uma força - pela flexibilidade e adaptabilidade. A interdisciplinaridade, nesse caso, não é um sintoma de crise, mas uma condição constitutiva, embora exija um esforço constante de autor reflexão crítica para evitar a diluição epistemológica.

A construção de uma identidade sólida na CI implica, portanto, não renegar a interdisciplinaridade, mas sim compreendê-la como um ponto de partida para a consolidação de um campo que se define por sua capacidade de articular saberes diversos em torno de um

objeto comum: a informação em seus múltiplos contextos de produção, organização, mediação, acesso e uso (Borko, 1968; Silva; Ribeiro, 2002).

Assim, a CI se encontra diante do desafio de manter o equilíbrio entre a abertura interdisciplinar e a afirmação de sua especificidade teórico-metodológica. A superação da crise de identidade passa pela construção de um referencial teórico próprio, ainda que nutrido por contribuições externas e pela formação de uma comunidade científica consciente da singularidade e relevância de seu objeto de estudo.

4.1.1 A interdisciplinaridade da Ciência da Informação: mito ou realidade?

A CI, desde sua formação como campo científico no século XX, tem sido marcada por um esforço constante de diálogo e integração entre saberes oriundos de diferentes disciplinas. Tal característica fez com que ela fosse frequentemente rotulada como um campo interdisciplinar. No entanto, essa classificação tem sido objeto de debates: até que ponto essa interdisciplinaridade é uma realidade efetiva e não apenas um discurso retórico?

A origem da CI está profundamente enraizada na necessidade de lidar com o crescimento exponencial da produção e circulação da informação no período pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente nos domínios científicos e tecnológico. Nesse contexto, surge como resposta à chamada “explosão informacional” (Le Coadic, 1996), exigindo abordagens que unissem conhecimentos de diferentes áreas para entender, organizar e disseminar a informação.

Como destaca Le Coadic (1996), a CI é uma ciência de síntese, um “domínio híbrido” que se alimenta de múltiplas disciplinas, tais como a Biblioteconomia, a Documentação, a Ciência da Computação, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia Cognitiva e a Filosofia. Essa hibridização se justifica pela complexidade do objeto de estudo da CI: a informação, entendida não apenas como dado estruturado, mas como fenômeno cognitivo, social, cultural e tecnológico.

Do ponto de vista epistemológico, Capurro (2003) argumenta que a CI se constitui como um “campo transdisciplinar”, enquanto busca ultrapassar as fronteiras entre disciplinas, propondo uma abordagem que articule saberes de modo integrado e não apenas agregado. Segundo o autor, o desafio maior está em pensar a informação em sua totalidade, respeitando sua dimensão simbólica, técnica, ética e política.

Apesar dessa vocação, autores como Lara (2006) apontam para o risco de a interdisciplinaridade na CI se limitar a uma justaposição de conteúdos, sem uma real

integração epistemológica. Essa "pseudo-interdisciplinaridade" comprometeria o desenvolvimento de uma base teórica sólida e própria para o campo, levando à dependência excessiva de conceitos e métodos de outras disciplinas sem o devido rigor crítico. Em suas palavras, "[...] a interdisciplinaridade não pode ser apenas uma colagem de saberes, mas deve resultar de um esforço dialógico profundo" (Lara, 2006, p. 32).

No plano da formação acadêmica, observa-se que muitos currículos de cursos em CI (sobretudo nos países lusófonos como Moçambique e Brasil) procuram incorporar elementos de áreas como Tecnologia da Informação, Estudos Culturais, Ciência de Dados, Gestão do Conhecimento, Políticas Públicas e Mediação Social. Isso reflete um esforço concreto de interdisciplinaridade, mas também revela tensões: como garantir a coerência e a identidade do campo diante da multiplicidade de saberes?

Em Moçambique, por exemplo, os cursos ligados à CI (como Biblioteconomia e Arquivística) estão sendo reformulados para incluir competências em TIC, gestão documental eletrônica, legislação informacional e práticas de mediação digital. Essa ampliação, embora positiva, ainda enfrenta desafios institucionais e estruturais, como a escassez de docentes formados em áreas interdisciplinares, a fragilidade dos recursos tecnológicos e a limitada integração entre teoria e prática (Nhampossa, 2019).

A prática profissional também ilustra essa tensão. O bibliotecário, arquivista ou gestor da informação, na contemporaneidade, precisa dominar técnicas de curadoria digital, princípios de usabilidade, fundamentos de comunicação e até noções de algoritmos e metadados. Isso exige uma formação plural e integrada, mas nem sempre os profissionais recebem esse preparo de forma consistente.

Assim, a interdisciplinaridade na CI é mais uma construção em andamento do que um dado plenamente estabelecido. Trata-se de um ideal que move o campo, impulsionando-o a romper barreiras disciplinares, mas que também requer vigilância epistemológica e pedagógica constante para que não se torne um rótulo vazio ou um mito.

Portanto, afirmar que a interdisciplinaridade da CI é uma realidade exige reconhecer seus avanços concretos em currículos, pesquisas e práticas profissionais, mas também suas limitações estruturais e desafios epistemológicos. A construção de uma verdadeira interdisciplinaridade depende de compromissos coletivos com a crítica, a inovação e a integração de saberes a partir de uma base comum: o entendimento plural da informação.

4.2 Filosofia da linguagem e representação

A Filosofia da Linguagem é um dos campos mais fundamentais da reflexão filosófica contemporânea, pois interroga como a linguagem estrutura o pensamento, a realidade e as formas de interação social. Um de seus principais núcleos problemáticos é a questão da representação: como as palavras, frases, signos e sistemas simbólicos se relacionam com aquilo que representam no mundo - sejam objetos concretos, ideias abstratas, ações ou emoções.

Desde a Antiguidade, pensadores como Platão e Aristóteles já refletiam sobre a natureza da linguagem. Platão, no Crátilo, questionava se os nomes têm uma relação natural com as coisas que nomeiam ou se são fruto de convenções arbitrárias. Aristóteles, por sua vez, em *De Interpretatione*, sustentava que as palavras são símbolos das experiências mentais, que, por sua vez, correspondem a realidades no mundo. Essa concepção representacionalista clássica perdurou por séculos.

Contudo, foi a partir do giro linguístico, ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX, que a linguagem passou a ser entendida não apenas como meio de comunicação, mas como condição estruturante do pensamento e do conhecimento. Essa virada foi protagonizada por filósofos como Gottlob Frege, Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein, entre outros. Frege (1892), por exemplo, distinguiu sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*), mostrando que dois enunciados podem ter a mesma referência, por exemplo, “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”, ambos referindo-se a Vênus, mas diferentes sentidos, ou modos de apresentação do mesmo objeto.

Bertrand Russell (1905), por sua vez, desenvolveu a teoria das descrições definidas, propondo que a estrutura lógica das proposições revela como a linguagem representa o mundo. Para Russell (1905), compreender a linguagem significava compreender os mecanismos lógicos que subjazem ao significado, destacando a necessidade de precisão semântica na análise filosófica.

Ludwig Wittgenstein (1921, 1953) apresentou duas fases distintas em sua Filosofia da linguagem. No *Tractatus Logico-Philosophicus* , ele via a linguagem como um modelo lógico do mundo, cujas proposições “mostram” a estrutura dos fatos: “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (Wittgenstein, 1921, §1.1). Já na fase posterior, expressa em *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein (1953) rejeitou essa abordagem formalista e passou a considerar a linguagem como uma prática social, introduzindo o conceito de jogos de

linguagem: o significado de uma palavra está no seu uso, e este uso está inserido em formas de vida e práticas compartilhadas.

Além da tradição analítica, a tradição continental desenvolveu uma abordagem distinta da linguagem, marcada por uma atenção às estruturas simbólicas, históricas e fenomenológicas. Martin Heidegger (1927), por exemplo, em *Ser e Tempo*, argumenta que a linguagem é a "casa do ser", pois é por meio dela que o ser humano compreende e interpreta o mundo. Para Heidegger (1927), a linguagem não representa o mundo objetivamente, mas revela o modo como o ser se manifesta na existência humana.

Hans-Georg Gadamer (1960), seguindo essa linha hermenêutica, enfatiza a linguagem como meio de fusão de horizontes, em que a interpretação não é mera reprodução de significados, mas um processo histórico e dialógico de construção de sentido. Já Jacques Derrida (1967), na tradição pós-estruturalista, desconstrói a ideia de uma presença imediata do significado na linguagem, mostrando que a representação é sempre adiada (*différance*) e mediada por cadeias de significantes.

No campo dos atos de fala, John Searle (1969) desenvolveu uma tipologia da linguagem como ação, mostrando que enunciados não apenas descrevem a realidade, mas realizam ações como prometer, ordenar, pedir desculpas, contribuindo para a construção intersubjetiva do mundo social.

No contexto africano, a Filosofia da Linguagem adquire novas dimensões ao incorporar as tradições orais, os idiomas locais e as concepções próprias de representação. Filósofos como Kwasi Wiredu (1996) e Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) destacam que a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um portador de cosmovisões e valores culturais. Wiredu (1996) defende que a Filosofia africana precisa ser feita nas línguas africanas para preservar os conceitos próprios do pensamento tradicional, os quais muitas vezes não encontram equivalência direta em línguas coloniais.

Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), por sua vez, em *Decolonising the Mind*, critica o colonialismo linguístico e cultural, enfatizando que a linguagem é um campo de poder e dominação. Para ele, a imposição das línguas coloniais rompeu o vínculo entre o povo africano e sua forma de ver e nomear o mundo, dificultando a autodeterminação intelectual e cultural dos povos africanos.

A representação linguística, nesse contexto, é vista não apenas como um problema lógico ou epistemológico, mas também como um problema político e ontológico: quem tem o poder de nomear, define as formas legítimas de existir e de ser compreendido. Isso leva à

noção de que a linguagem é um espaço de luta simbólica, um campo em que se disputa a representação do mundo, da história e da identidade.

Em suma, a Filosofia da Linguagem e a questão da representação abrangem múltiplas abordagens: desde as análises lógico-semânticas da tradição analítica, passando pela fenomenologia, hermenêutica e desconstrução da tradição continental, até as perspectivas descoloniais e afrocentradas. Todas elas convergem em um ponto: a linguagem não é um espelho neutro da realidade, mas uma prática complexa que molda o mundo, os sujeitos e os modos de pensar.

4.3 A Ciência da Informação e a Semiótica

O registro da informação, entendido como um mecanismo fundamental para a produção e transmissão do conhecimento às gerações vindouras, sempre foi uma preocupação constante do ser humano. Na modernidade, a necessidade de transmitir conhecimento por meio do registro da informação à geração seguinte se torna central nos debates científicos, principalmente no que se refere à gestão racional da informação. Tal racionalidade consiste em produzir, organizar, representar e disseminar a informação, tarefa que se constitui no cerne da Ciência da Informação (CI).

A esse respeito, Oliveira (2008) reforça essa concepção ao afirmar que a CI é um importante meio para a representação, organização e disseminação da informação. Para cumprir tal finalidade, a CI emprega processos de análise e extração dos conceitos dos conteúdos documentais, condensando-os para posterior representação sistemática. Esse processo não se limita à mera descodificação literal do documento, mas engloba procedimentos interpretativos que viabilizam a mediação entre o conteúdo e o usuário final.

Sob o olhar da Semiótica, a CI empreende procedimentos de significação e interpretação, de modo que a representação do documento seja realizada de maneira a possibilitar ao usuário recodificar o sentido do que foi interpretado (Oliveira, 2008). Assim, a Semiótica trabalha com a significação dos signos, explorando-os a fim de representar e organizar o conhecimento. Ao aplicar esses pressupostos ao âmbito da análise e extração de conteúdos documentais, ingressa-se no campo da “Semiótica documental”.

Dessa forma, pode-se afirmar que a CI, ao analisar e extrair os conteúdos de um documento na perspectiva Semiótica, aproxima-se da chamada Semiótica Documental. Essa abordagem teórica e metodológica assegura uma gestão racional da informação, consolidando

um processo que não apenas garante a transmissão do conhecimento às gerações futuras, mas também o organiza, representa e dá sentido de forma consistente e interpretável.

A CI constrói seus pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos em uma perspectiva das ciências pós-modernas. Uma das características das ciências pós-modernas é a interdisciplinaridade que consiste na interação entre disciplinas, permitindo a comunicação de ideias, conceitos, metodologias e teorias (Almeida, 2015). Partindo desses pressupostos, nota-se que a construção dos paradigmas epistemológicos da CI, encontra seu suporte na interdisciplinaridade. Dessa análise, a questão que se pretende responder é: o que se espera que a CI possa receber do campo semiótico ou da ciência dos signos?

Da questão que se coloca acima, não se pode ter uma resposta acabada. Porque, por um lado, precisamos apresentar um conjunto de resultados de pesquisas sobre a Semiótica e por outro, os desafios da CI vivenciados na sociedade moderna, o que não é o objeto desta pesquisa. Relativamente a esta pesquisa, se olharmos para aquilo que é uma das tarefas da CI (organizar, representar e disseminar a informação), pode-se aferir, *a priori*, a existência de conexões dos saberes entre a Semiótica e a CI, como sustenta Almeida (2016), ao afirmar que as teorias Semióticas estão presentes na composição teórica da CI.

A CI objetiva compreender as relações humanas mediadas pela informação, envolvendo a análise dos aspectos sociais e técnicos ligados à produção, organização, sistematização, disseminação e recuperação da informação. Essa ação é sustentada por ferramentas, objetos, processos e manifestações culturais, sociais e organizacionais, que se entrelaçam organicamente (Moura, 2006). Da análise, compreendemos que a questão da Semiótica na sua relação com a CI se mostra clara e evidente, uma vez que não se pode discutir as teorias Semióticas sem considerar os pressupostos da CI. Parafraseando o conceito da Semiótica na perspectiva de Santaella (1983), percebe-se que a Semiótica enquanto ciência tem por objeto a investigação de todas as linguagens possíveis, no sentido de analisar as formas de constituição de todo e qualquer outro fenômeno, como, por exemplo, o de produção de significação e de sentido.

Tendo como ponto de análise o fundamento do pragmatismo Peirceano na Semiótica documental, o nosso debate cinge-se na compreensão da Semiótica por si trazida, que abrange toda espécie de linguagem, pela qual podemos nos comunicar, quer através dos gestos, desenhos, sons, não só, como também através da linguagem verbal (Moura, 2006). Os nossos argumentos, até ao momento, demonstram, apenas, que a nossa discussão se limitou à tentativa de apresentar a relação entre a Semiótica e a CI. As questões sobre as conexões do

saber entre a Semiótica e a CI serão consolidadas no ponto a seguir.

4.3.1 Linguística e Semiótica na Ciência da Informação: suas contribuições

A análise feita por Almeida (2016) sobre a Semiótica na CI brasileira destaca que as discussões sobre as teorias da linguagem estão presentes na Semiótica, definida como a ciência dos signos na natureza e na cultura. Com base nessa reflexão, podemos afirmar que a contribuição da Semiótica para a CI resulta da sua interação constante com essa área. Nesse sentido, uma das principais contribuições da Semiótica é o enriquecimento do conceito de informação, amplamente discutido nos debates atuais sobre a CI. Esses debates atribuem ao termo "enriquecimento do conceito da informação" os processos de decodificação dos signos que ocorrem por meio da interpretação das linguagens e terminologias presentes nos sistemas de informação, visando à organização e representação da informação.

Lara (2006) considera que tratar o conteúdo de um documento para garantir seu acesso futuro implica compreender o funcionamento da linguagem, a produção e a reprodução dos signos, além de entender como esses signos se relacionam entre si. Nesse contexto, enquanto os pesquisadores das áreas ligadas à organização da informação e do conhecimento se dedicam ao estudo desses processos, os especialistas e profissionais da informação estão focados no saber semiótico. Uma contribuição relevante da Semiótica para a CI, conforme Lara (2006), refere-se aos processos de migração das ferramentas e suportes para os processos de significação realizados pelos sujeitos cognoscentes dentro dos sistemas informacionais, nos quais a Semiótica se insere.

A migração das ferramentas e suportes nos processos de significação é crucial para consolidar, de maneira mais presente e estruturada, o diálogo entre a Semiótica e a CI, especialmente no que diz respeito ao fenômeno informacional. Em síntese, Lara (2006) observa que as teorias dos signos estão presentes na CI. As primeiras contribuições entre a Semiótica e a CI se originam das teorias linguísticas que permeiam essa área. Outra contribuição importante está relacionada à articulação conceitual entre as duas ciências, buscando uma possível fusão teórica. Após a análise das contribuições da Semiótica na CI, torna-se relevante, então, explorar algumas abordagens conceituais do pragmatismo.

4.3.2 Semiótica Documental: um olhar do pragmatismo peirceano na organização e representação da informação

O pragmatismo peirceano surge a partir das discussões linguísticas dentro da Filosofia, abordadas pelos neopragmatistas no período moderno, como já mencionado nas discussões anteriores neste trabalho. Na tentativa de redefinir o escopo do pragmatismo, Charles S. Peirce (1878) rejeita a concepção dos neopragmatistas sobre o tema. Foi nesse contexto que, por meio de sua máxima pragmática, Peirce (1878) introduziu um novo conceito de pragmatismo, entendendo-o como a totalidade das possibilidades de formação de condutas deliberadas a partir da convicção.

A partir dessa perspectiva, o conceito de pragmatismo, no século XIX, ganha uma nova forma. Peirce defende-o ao negar a definição original, que os jornais literários atribuíram ao pragmatismo, segundo a qual a ideia que se tinha de um objeto qualquer nada mais era do que a soma das ideias dos efeitos imaginários que atribuíamos a ele (Dourado, 2018). Ao rejeitar essa concepção de soma das ideias dos efeitos imaginários, Peirce cria uma nova teoria do pragmatismo, associando-o a um sentido mais popular, em que um sujeito pragmático é aquele que tem o hábito mental de reduzir o significado dos fenômenos à avaliação de seus aspectos úteis e necessários, limitando a especulação aos efeitos práticos e de valor utilitário do pensamento (Dourado, 2018).

Considerando as duas vertentes acima, podemos afirmar com Dourado (2018) que, desde a sua natureza, o pragmatismo nos remete a questões concretas que, de certa forma nos afasta das abstrações, ou seja, do filosofar apenas como mera reflexão ou como contemplação das verdades. Esta abordagem, trazida por Dourado (2018), parece ser a mais esclarecida e vai ao encontro do nosso ponto de vista, pois, objetivamente, o pragmatismo em si traduz toda forma de procedimento metodológico que ajuda a validar os conceitos. Essa visão ou ideia é corroborada por Almeida (2012), quando ele refere o pragmatismo como um método de esclarecimento de pensamento, cujo poder executivo serve para testar a suficiência de termos e conceitos.

O pragmatismo peirceano procura resolver as disputas de compreensão sobre o qual conceito é adequado para melhor compreender certa realidade, sobretudo quando estamos no campo da Filosofia. É importante mencionar que, o pragmatismo peirceano se divide em dois períodos: o período em que ele desenvolve o artigo intitulado *Como tornar claras as nossas ideias*; e o segundo diz respeito à série *Exemplificações da lógica da ciência* (Dourado, 2018). Peirce desenvolveu o princípio do pragmatismono primeiro período, ou seja, a máxima

pragmatista. E, partindo desse ponto, Peirce decidiu analisar os efeitos práticos dados pelo objeto da concepção, em que ele distancia o pragmatismo do critério de significação da teoria da verdade. Para ele, o pragmatismo é muito mais critério de significação do que uma corrente filosófica sobre a verdade (Dourado, 2018).

Peirce (1878) concebe o pragmatismo mais como critério de significação do que como uma teoria da verdade. Essa afirmação é o que se retira do substrato máximo pragmatista de Peirce. Nesse sentido, para determinar o sentido de uma concepção intelectual devem-se considerar as consequências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade da concepção. Isso ajuda a compreender que, por vezes, em determinado momento, algo pode se apresentar como verdadeiro, e noutro como algo ilusório. Em virtude disso, Peirce (1878) nega o conhecimento intuitivo e nega igualmente que se tenha introspecção, da negação, conclui-se que os nossos pensamentos nos apresentam apenas como signos. É neste diapasão que ousamos dizer que todo pensamento deve acontecer em signos. Finalmente, outra objecção de Peirce se refere à questão do incognoscível e inconcebível, no que o pragmatismo peirceano se distancia tanto da Filosofia cartesiana quanto da de Locke (1690), pois, para ele, a dúvida é diferente de crença.

Segundo Peirce (1878), a dúvida apresentada por Descarte constitui um elemento de bloqueio para um sujeito conhecer a realidade existente, uma vez que, duvidando, cria incerteza no próprio objeto que se pretende ser conhecido. Para contornar, Peirce (1878) propõe que a dúvida seja substituída pela crença, pois, segundo ele, a crença admite ou abre possibilidade de o sujeito conhecer o objeto. A Semiótica Documental é um campo que se afirma como uma área não independente, composta por elementos diferentes que recebe contribuições filosóficas e científicas para responder às questões teóricas aplicáveis ao tratamento de documentos em linguagem verbal e não-verbal.

Sendo um campo polifónico, conforme afirma Santaella (1983), a Semiótica se torna uma ciência que visa investigar todas as linguagens possíveis, ou seja, examinar as formas de constituição de todo e qualquer fenômeno como o de produção de significação e de sentido. A hibridez do campo da Semiótica Documental pode justificar-se no fato de que tanto a CI quanto a Semiótica fazerem dos aspectos da significação o seu objeto de estudo. Portanto, da mesma forma que a Semiótica se ocupa das significações dos signos, a CI busca incessantemente os procedimentos de significação e interpretação para tornar o documento mais acessível e representável ao usuário, dando a possibilidade própria para sua interpretação. Entre as atividades da Semiótica e as da CI, tem-se a teoria da Semiótica Documental,

consequência das operações da Semiótica na transformação simbólica da linguagem através do processo dialético conduzido, na nossa percepção, pelo pragmatismo peirceano e ação da análise documental que, por sua vez, consiste no empreendimento dos procedimentos da significação e interpretação produzidos pela CI.

Dessa forma, é essencial analisar a base do pragmatismo na Semiótica Documental à luz da visão de Peirce, pois permite consolidar a conexão entre os procedimentos da análise Semiótica e da análise documental, tarefa viável apenas por meio da Semiótica, com a intervenção do pragmatismo. O pragmatismo peirceano, portanto, serve como um meio operativo que possibilita todas as operações Semióticas e relaciona os pontos comuns entre os procedimentos de análise Semiótica e análise documental de forma mais visível. Sob outra óptica, Guimarães (2003, 2005) discute que os procedimentos de análise documental, voltados para o tratamento temático da informação, envolvem duas abordagens: (i) a análise analítica, que se refere à leitura técnica e à identificação de conceitos, e (ii) a análise sintética, que consiste na seleção de conceitos, condensação documental e representação documental.

A análise documental é um procedimento metodológico amplamente utilizado na CI, com o objetivo de organizar a informação e representar o conhecimento. De acordo com Chaumier (1971), a análise documental é composta por um conjunto de operações destinadas a representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, facilitando sua consulta ou referência em um momento posterior. O autor também ressalta que essa prática é considerada uma operação intelectual (Chaumier, 1971). Essa operação intelectual mencionada por Chaumier (1971) assemelha-se ao processo da Semiótica, que se utiliza do pragmatismo na interpretação dos signos.

Ora, se a Semiótica documental resulta da análise documental, enquanto procedimento metódico e de atividades operativas da Semiótica (transformações simbólicas da linguagem), esta atividade é da inteira responsabilidade do pragmatismo peirceano, que objetiva um método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo (Peirce, 1980). Sendo o pragmatismo um veículo operativo da Semiótica, percebe-se aqui o seu fundamento quando o processo de análise documental se define como uma operação ou um conjunto de operações intelectuais. Os fundamentos do pragmatismo na Semiótica Documental auxiliam esclarecer os princípios de argumentos da Semiótica e torná-las ideias distintas e passíveis de experimentação para estabelecer um método que alcance o significado dos conceitos.

No campo da organização da informação e do conhecimento, sobretudo na Semiótica

Documental, o pragmatismo peirceano tem contribuído na crítica dos processos de indexação, tornando o pragmatismo um método ou simplesmente concebido como uma teoria metódica de investigação lógica com o intuito de alinhar teoria e prática (Mai, 1997). Como não se pode dissociar o método pragmático da Semiótica, é inconcebível falar da Semiótica Documental sem fazer menção do fundamento pragmatismo peirceano, pois, na representação do conhecimento, o método pragmático é chamado a intervir e ajuda a esclarecer a semelhança entre a representação do conhecimento e a organização da informação. Em suma, o pragmatismo é um método que contribui para a determinação do significado dos conceitos. Essa determinação é aquilo que a CI, através da análise documental, utiliza no processo da condensação, representação e organização da informação, e é este o objeto que interessa à Semiótica Documental.

Assim sendo, percebe-se primeiramente que a interdisciplinaridade que caracteriza a CI a posiciona em aproximação com as outras ciências. No que concerne à ciência dos signos/Semiótica, o que fundamenta a aproximação entre as duas ciências são as discussões linguísticas que se verificaram ou verificam-se ainda, no âmbito da CI. E, no que tange ao pragmatismo peirceano, depreende-se que o pragmatismo peirceano entendido como um método, aplicado na Semiótica Documental, garante a organização da informação e a representação do conhecimento. Portanto, nossa reflexão se esforçou essencialmente na busca da compreensão das contribuições ou fundamentos do pragmatismo peirceano para a Semiótica Documental.

Dessa reflexão, percebe-se que, na análise da Semiótica Documental, o estudo do pragmatismo peirceano é fundamental para a compreensão do processo de organização da informação e para sua respectiva representação do conhecimento. Para tanto, primeiramente, analisou-se o conceito pragmatismo em três vertentes: na primeira, foi possível perceber ao longo da nossa abordagem que o conceito do pragmatismo está revestido de elementos filosóficos clássicos, isto é, teoria ou corrente filosófica e que carrega, desde sua origem, a ideia do que é prático. Já na segunda, o conceito de pragmatismo ganha um novo poder conceitual devido aos debates linguísticos que ganharam ímpeto na Filosofia no século XIX.

Esses debates linguísticos motivaram o filósofo e lógico americano Charles Sanders Peirce a desenvolver o seu pragmatismo, que visava resolver as disputas de compreensão sobre o qual conceito é adequado para melhor compreender certa realidade, sobretudo quando estamos no campo da Filosofia. Essa visão leva o pragmatismo peirceano a se considerar como um método de esclarecimento das ideias e do pensamento através da validação de

conceitos. Enquanto método semiótico de esclarecimento de ideias e validação de conceitos, o fundamento do pragmatismo peirceano se configura na Semiótica Documental, pois oferece grandes contribuições no processo de organização da informação e representação do conhecimento.

4.4 Computação na Ciência da Informação.

O fundamento da computação na Ciência da Informação (CI) está na aplicação de computadores, na recuperação de informações e nos produtos, serviços e redes associados. Segundo Denning (1989), a computação é definida como o estudo sistemático dos processos algorítmicos que descrevem e transferem informações, abrangendo sua teoria, análise, projeto, eficiência, implementação e aplicação. A partir dessa definição, percebe-se que a Ciência da Computação se dedica, por um lado, à pesquisa e ao desenvolvimento de algoritmos, sistemas de software, hardware e redes de computadores, e, por outro, engloba tanto os aspectos teóricos, como a análise matemática de algoritmos e a complexidade computacional, quanto os aspectos práticos, como a programação de software, a administração de sistemas de computador e a segurança da informação. Essa abordagem dual, que integra teoria e prática, é essencial para o avanço contínuo da tecnologia da informação e para a criação de soluções eficientes, seguras e aplicáveis em diversas áreas da sociedade.

Relativamente à CI, conforme relata Denning (1989), preocupa-se principalmente com a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação registrada. No entanto, apesar da relação dicotômica entre essas duas áreas do conhecimento, elas são inter-relacionadas de maneira não competitiva, mas complementar Nesse contexto, muitos cientistas da área de computação têm desenvolvido pesquisas no campo da recuperação da informação, assim como em seus diversos desdobramentos, a ponto de se tornarem reconhecidos como líderes na CI, como é o caso de Gerald Salton (Denning, 1989).

Salton foi o último dos alunos de doutorado de Howard Aiken no Laboratório de Computação de Harvard na década de 1950; foi um dos primeiros programadores do computador Harvard Mark IV. Ele se interessou pelo processamento de linguagem natural, especialmente na recuperação de informação, e, no início dos anos 1960, projetou o conhecido sistema de recuperação SMART que, por cerca de 30 anos, tem sido um banco de testes para a avaliação de inúmeras técnicas e estratégias de recuperação de informação (Addison-Wesley, 1989).

Os desdobramentos desse processo, na perspectiva de Cafezeiro (2014), levaram, em 1970, ao início dos esforços para a institucionalização do campo científico relacionado aos computadores. Os primeiros argumentos em favor dessa institucionalização surgiram principalmente a partir de reflexões sobre o papel da ciência e dos cientistas, considerando concepções heterogêneas e interdisciplinares, além de projetar tecnologias para apoiar o campo emergente. As discussões sobre a institucionalização dos campos ligados à Ciência da Computação e à CI se estabeleceram em torno do conceito de informação.

No entanto, a institucionalização de uma ciência requer a delimitação de um território e a categorização dos saberes (Cafezeiro, 2014). A Ciência da Computação possui um significativo componente informacional, relacionado com a representação da informação, sua organização intelectual e encadeamentos, buscando a recuperação de informação, a qualidade, o valor e o uso da informação, resultante tradicionalmente da conjugação do saber da CI. Por conseguinte, o fundamento da Ciência da Computação no campo da CI estabelece diferentes visões, modelos e enfoques e um paradigma diverso para a pesquisa e desenvolvimento no respectivo campo do saber.

Um dos âmbitos de aplicação que interessa à Ciência da Computação e à CI é a inteligência artificial (IA). A IA, de acordo com Poole (1998), é um campo da ciência que se dedica à criação de sistemas computacionais capazes de raciocinar, aprender e agir de maneira similar à inteligência humana, ou lidar com dados em uma escala que excede a capacidade humana de análise. Na mesma linha, Kurzweil (1990) relata que esse campo é vasto e abrange diversas disciplinas, como a Ciência da Computação, Estatística e Análise de Dados, Engenharia de Hardware e Software, Linguística, Neurociência, Filosofia e Psicologia.

Já os sistemas de informação, componentes complexos, podem ser descritos em suas dimensões organizacional, humana e tecnológica. Exigem uma abordagem multidisciplinar para sua optimização e para a resolução de problemas relacionados (SBC, 1999). Portanto, entende-se que essa abordagem favorece o diálogo contínuo e enriquecedor entre as áreas da Ciência da Computação e da CI. Em síntese, a proposta da discussão é reforçar a interação mais aprofundada entre a CI e a Ciência da Computação, em particular os Sistemas de Informação.

Do exposto, observa-se que a computação oferece mecanismos automatizados para o armazenamento, manipulação e recuperação da informação dentro do sistema de CI. Por outro lado, a CI pode contribuir para a computação ao propor modelos de representação da informação que possibilitem uma organização lógica mais complexa, sobre a qual os sistemas

computacionais possam atuar. Essas abordagens complementares extrapolam o modelo ultrapassado de ciências aplicadas, em que uma ciência serve simplesmente como fornecedora de serviços para a outra. O ponto a ser enfatizado é a viabilidade de um modelo de coprodução, no qual as duas ciências colaboram ativamente na definição e no desenvolvimento dos conceitos que as sustentam (SBC, 1999).

4.5 Administração na Ciência da Informação

A relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação (CI) e a Ciência da Administração pode ser entendida como um processo de troca de saberes, em que a interação entre essas áreas busca compreender a aplicação da informação, suas manifestações e o comportamento informativo humano no contexto organizacional. Saracevic (1996) argumenta que essas questões não podem ser resolvidas dentro dos limites de uma única disciplina, mas sim em um espaço que envolve esforços teóricos, experimentais, profissionais e pragmáticos, os quais exigem o conhecimento de aspectos relevantes das áreas envolvidas.

González de Gomez (2001) complementa essa perspectiva, afirmando que a complexidade dos problemas exige a colaboração de diferentes ramos do saber. A comunicação e troca de saberes ocorrem quando áreas do conhecimento, antes distintas, convergem para resolver um problema comum. Nesse contexto, a narrativa interdisciplinar é caracterizada por uma rede que conecta diversos campos científicos, atravessando fronteiras disciplinares e promovendo a troca de informações, conceitos e teorias, com o objetivo de construir um esquema de múltiplas competências.

Moreira e Moura (2006) ressaltam que a CI abrange estudos que lidam com representações temáticas híbridas, resultantes das especificidades do campo e dos conceitos oriundos de suas fronteiras. Os autores identificam a relação primordial da CI com outras áreas do saber, como Administração, Arquivologia, Ciências Cognitivas, Computação, Biblioteconomia, Educação, Economia e Museologia. Essa integração se manifesta no exercício epistemológico, terminológico, metodológico e comunicacional.

De acordo com Oliveira (2010), a evolução da CI, ao longo de cerca de 50 anos, tem fomentado discussões sobre sua interdisciplinaridade com várias áreas, incluindo a Ciência da Administração. Essa interação tem sido evidenciada em livros, coletâneas, artigos, teses e dissertações, refletindo o estreitamento entre os dois campos do saber. Essas contribuições demonstram como a interdisciplinaridade entre a CI e a Ciência da Administração favorece

uma abordagem mais ampla e eficiente para resolver problemas relacionados ao comportamento informativo nas organizações.

Hargreaves (2004) ressalta que esse conhecimento não é restrito a uma única área, empresa ou emprego, mas permeia várias facetas da vida econômica. Por sua vez, Andrade (2007) apresenta um trabalho que explora a aplicação dos conceitos da CI e da Ciência da Administração no setor de transportes, contribuindo para a gestão estratégica organizacional.

As contribuições de autores como Alves (2008), Dias (2008) e Oliveira (2010) foram fundamentais para esclarecer a abertura epistemológica entre a CI e outras áreas correlatas. Alves (2008), por exemplo, discute os paralelos interdisciplinares entre a CI e a Ciência da Administração, utilizando o modelo de alto nível das Ciências Sociais de Burrell e Morgan. A partir dessa análise, o autor evidencia a convergência epistemológica do fenômeno da informação, conectando a Administração à CI por meio dos paradigmas da informação propostos por Capurro e Saracevic.

Por outro lado, Dias (2008) investiga a interdisciplinaridade nos sistemas de informação, realizando uma análise de artigos publicados entre 1985 e 2005. Seus resultados indicam uma crescente tendência para abordagens interdisciplinares, com 35% das publicações oriundas da CI, 48% da Ciência da Administração e 17% da Ciência da Computação. Essa distribuição revela a intensificação do diálogo entre essas áreas ao longo do tempo.

Oliveira (2010), por sua vez, destaca a gestão da informação como um elemento essencial na intersecção entre a Ciência da Administração e a CI. O autor propõe um novo currículo para os cursos de Administração, com o objetivo de promover uma maior integração entre as duas áreas, além de sugerir melhorias para criar um ambiente de informação mais integrado nas empresas. Essa proposta está em consonância com a visão de outros autores, como Borko (1968) e Saracevic (1996), que também ressaltam a relevância da gestão de recursos informacionais no ambiente organizacional.

Essas abordagens evidenciam a importância da interdisciplinaridade e da gestão da informação como elementos-chave para a convergência das áreas da CI e da Administração, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos organizacionais dinâmicos e complexos. Portanto, a intersecção entre a CI e a Ciência da Administração se concentra na informação, que é considerada um ativo estratégico em instâncias estratégica, táctica e operacional. A informação desempenha um papel crucial na descoberta de novas tecnologias, exploração de oportunidades de investimento e planejamento

de atividades industriais. Palavras-chave da Administração, como efetividade, comunicação, conhecimento e necessidades de informação, interagem profundamente com a CI. No âmbito organizacional, a informação é vista como um ativo que demanda um gerenciamento eficaz, abrangendo desde o planejamento estratégico até o controle operacional.

As discussões de Oliveira (2010) sobre a interdependência dessas duas áreas concentram-se em um contexto de globalização e competitividade crescente com enfoque sobre a complementaridade cada disciplina. Nesse contexto, o conceito de Gestão da Informação (GI) é fundamental para ambas as disciplinas. Na Administração, a GI se concentra no processo de gerenciamento da informação no ambiente organizacional, enquanto na CI abrange aspectos mais amplos relacionados ao ciclo informacional, desde a identificação das necessidades dos usuários até o uso da informação.

A interdisciplinaridade entre a CI e a Ciência da Administração é viável e se fundamenta em um elemento comum: a informação. Essa conexão se reflete na prática e nos atributos que definem a intersecção dessas áreas. Embora ainda exista um número limitado de estudos na área da CI, a produção tem se mostrado mais significativa do que no passado, o que aponta para uma tendência crescente. Na Administração, a informação é reconhecida como um recurso organizacional valioso que gera valor. Ela funciona como matéria-prima, sendo essencial para orientar e administrar sua aplicação.

O ambiente de informação organizacional facilita diversas atividades interligadas, criando oportunidades para soluções interdisciplinares que abordam questões organizacionais, como gestão estratégica da informação, aprendizagem organizacional e inteligência competitiva. Portanto, gerir a informação exige uma abordagem internacional, com métodos e ferramentas diversas, assim, a compreensão de que a informação é tanto insumo quanto produto é essencial para construir o corpus interdisciplinar entre CI e Ciência da Administração, favorecendo uma gestão mais eficaz e estratégica nas organizações.

4.6 Ética na Ciência da Informação

A Ciência da Informação (CI) é um campo interdisciplinar que se dedica ao estudo da coleta, organização, armazenamento, recuperação e disseminação da informação. Com o avanço tecnológico e a chegada da era digital, torna-se essencial examinar as questões filosóficas e éticas que permeiam este domínio. A Filosofia oferece uma base teórica sólida para a compreensão da natureza da informação, enquanto a ética orienta as práticas responsáveis no manejo e uso da informação.

O debate ético dentro da CI tem sido uma preocupação crescente em estudos acadêmicos, especialmente na sociedade pós-moderna. As mudanças impulsionadas pela globalização, acompanhadas pela presença excessiva da tecnologia da informação, têm gerado impactos profundos nesse campo, refletindo-se também nas questões éticas. Esse fenômeno tem levantado questões relacionadas às concepções de "bem agir", "bem-fazer" ou "dever ser" (Capurro, 2001). A partir dessas constatações, surge a seguinte questão: quais considerações éticas podem ser observadas na CI?

As possíveis respostas a essa questão podem ser buscadas no campo da Ética e da CI através da argumentação conceitual. De acordo com Boaventura dos Santos (2010), a ética é entendida como um conjunto de valores morais e princípios que orientam a conduta humana na sociedade, promovendo o equilíbrio e o bom funcionamento social. Esses valores são construídos por uma sociedade com base em seus contextos históricos e culturais. Por outro lado, a CI é definida por Oliveira (2005) como o estudo dos fenômenos relacionados à produção, organização, difusão e uso da informação em diversas áreas do saber.

Na visão de Capurro (2001), a ética da informação representa uma reflexão sobre as possibilidades de realização da liberdade humana dentro de contextos informacionais, incluindo os processos de troca, combinação e utilização da informação no meio da comunicação. Assim, ao integrar as definições apresentadas, é possível compreender que as questões éticas na Ciência da Informação envolvem a identificação de elementos emancipatórios, por meio de críticas às atitudes morais e tradições no campo da CI, tanto ao nível individual quanto coletivo. Em outras palavras, as considerações éticas na CI envolvem a análise do comportamento moral e a desconstrução de mitos sobre a informação, além da promoção de um espaço de reflexão sobre o acesso à informação e a sua recuperação (Capurro, 2005).

Dessa forma, pode-se afirmar que a CI não está livre de questionamentos éticos porque, segundo o entendimento de Boaventura Santos (2010), a CI é desenvolvida na sociedade onde a observação dos valores éticos torna-se uma condição *sine qua non* na determinação do ponto de vista humano, uma vez que a ética é também responsável pela busca de uma resposta correta.

5 O PERCURSO METODOLÓGICO

Do ponto de vista teórico, a metodologia é entendida como uma explicação detalhada que orienta a execução de um estudo ou pesquisa. Segundo Pereira e Poupa (2012), a metodologia representa o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, englobando simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador.

Por outro lado, Freixo (2012) compreende a metodologia como um conjunto de ferramentas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, destacando que ela serve como bússola para se alcançar os objetivos pretendidos. Dessa forma, a metodologia desempenha um papel fundamental ao oferecer direção, estrutura e instrumentos adequados para que o pesquisador possa conduzir o estudo com clareza e eficiência, contribuindo para a concretização dos objetivos estabelecidos.

Nesse contexto, para o alcance dos objetivos estabelecidos, este estudo é de natureza qualitativa fundamentada no método de pesquisa bibliográfico. A pesquisa foi de caráter básico, com foco na expansão do conhecimento teórico sobre a evolução e a institucionalização da Ciência da Informação (CI) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Quanto à abordagem metodológica a pesquisa é qualitativa, permitindo uma análise profunda e interpretativa dos fenômenos históricos e sociais. A pesquisa qualitativa, também conhecida como método qualitativo, consiste em um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, como notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes (Creswell, 2014). Essa abordagem é utilizada por pesquisadores que buscam compreender um fenômeno em seu contexto natural, focando nos significados atribuídos pelos indivíduos ou grupos.

De modo geral, a pesquisa qualitativa parte do pressuposto que o significado dado ao fenômeno é mais relevante do que sua quantificação. Os resultados obtidos têm como objetivo explicar o fenômeno ou contexto específico onde à pesquisa foi aplicada. Entretanto, não é possível generalizar estatisticamente esses resultados para outras populações ou contextos distintos (Bardin, 2011).

De acordo com Creswell (2014), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, nem realiza mensurações ou medidas. Sua natureza subjetiva impede que os resultados sejam apresentados por meio de recursos estatísticos, expressos, em vez disso, em relatórios descritivos que destacam os pontos de vista dos entrevistados. Dessa

forma, os resultados não derivam de simples tabulações de dados quantificáveis, tampouco se traduzem em números exatos.

A presente pesquisa, inicialmente de caráter descritivo, teve como objetivo detalhar e caracterizar a trajetória da CI nos PALOP. Essa abordagem se revela fundamental para mapear a evolução das práticas e estruturas de gestão da informação, desde o período colonial até os dias atuais.

5.1 Método de pesquisa

Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo identificar e analisar criticamente documentos publicados sobre um determinado tema, visando atualizar e desenvolver o conhecimento, bem como contribuir para a realização da investigação proposta. Ao delimitar e definir o problema de pesquisa, o pesquisador precisa trilhar caminhos que permitam o aprofundamento do tema.

De acordo com Silva (2020), a base dessa modalidade de investigação consiste em livros, teses, artigos e outros documentos previamente publicados, os quais servem de alicerce para a compreensão e análise do problema a ser investigado. Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica se reduz a procedimentos que o pesquisador deve executar na busca de materiais já estudados, contribuindo assim para a solução da problemática por meio do entendimento consolidado do tema.

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental desde o início de qualquer pesquisa científica, pois possibilita ao pesquisador conhecer profundamente o objeto de estudo. Boccato (2006) destaca que é essencial apresentar o embasamento teórico ou revisão bibliográfica, construídos por meio da investigação de obras científicas já publicadas. Essa etapa permite ao pesquisador adquirir o conhecimento teórico necessário para estruturar sua pesquisa, identificar informações relevantes e fundamentar a elaboração do tema.

Nesse sentido, o pesquisador deve, desde o início, buscar obras e documentos já publicados sobre o tema, analisar conclusões existentes e avaliar o interesse e a pertinência de aprofundar o estudo. Por meio desse levantamento, a pesquisa bibliográfica facilita o desenvolvimento do problema proposto, organizando as informações e construindo um quadro teórico sólido.

No que concerne a este estudo, realizou-se a pesquisa bibliográfica em bases de dados acadêmicas, livros, artigos científicos, teses e dissertações. O objetivo foi compilar e revisar a literatura existente sobre a história da Ciência da Informação (CI) nos Países Africanos de

Língua Oficial Portuguesa (PALOP), bem como analisar o impacto do colonialismo nas práticas de gestão da informação e os desafios enfrentados no período pós-independência. Essa revisão forneceu o embasamento teórico necessário para compreender o contexto histórico, as práticas e os desafios atuais dos PALOP.

A pesquisa bibliográfica oferece fontes confiáveis e concretas que fundamentam e sustentam a pesquisa científica. Como afirma Silva (2020), a pesquisa bibliográfica se materializa a partir da revisão de livros, artigos, teses e outros documentos publicados, que fornecem os dados teóricos para a compreensão do problema proposto. Essas fontes são geralmente classificadas em três categorias principais: (i) fontes primárias: materiais originais produzidos pelo próprio pesquisador ou contemporâneos ao evento estudado, como artigos científicos, teses, dissertações e anais de congressos; (ii) fontes secundárias: materiais complementares que organizam o conhecimento já consolidado, como enciclopédias, dicionários, bibliografias e bancos de dados e, (iii) fontes terciárias: guias e referências que orientam a localização de fontes primárias e secundárias, como catálogos de bibliotecas, diretórios e revisões de literatura.

Assim, conclui-se que a pesquisa bibliográfica sustenta teoricamente a pesquisa científica, fornecendo um quadro organizado e crítico do conhecimento já existente, permitindo ao pesquisador compreender o estado da arte e embasar a sua própria investigação.

5.2 Instrumentos de recolha e análise de dados

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa documental é um procedimento de pesquisa com características próprias e finalidades específicas, podendo também ser utilizada como técnica complementar. Nesse sentido, ela possibilita validar e aprofundar dados obtidos por outros instrumentos de recolha de dados, tais como: entrevistas, questionários e observação. O autor destaca que, ao utilizar documentos como fonte de dados, três aspectos essenciais devem ser considerados pelo pesquisador: a escolha dos documentos, o acesso aos mesmos e a sua análise. Na escolha dos documentos, o pesquisador deve priorizar processos rigorosos de codificação e análise dos dados, mantendo o foco em um aspecto específico do estudo e buscando compreender em profundidade a mensagem transmitida pelos dados documentais (Godoy, 1995). Esse procedimento visa extrair informações relevantes e significativas para o avanço da pesquisa.

Por sua vez, Cellard (2008) destaca que a análise documental é o momento no qual se reúnem todos os elementos centrais relacionados à problemática, ao quadro teórico, ao

contexto, aos autores, aos interesses envolvidos, à confiabilidade, à natureza do texto e aos conceitos-chave. O autor organiza a análise documental em duas etapas principais: análise preliminar e análise propriamente dita. Na análise preliminar, é necessário examinar o contexto de produção do documento, identificar os autores e suas intenções, verificar a autenticidade e a confiabilidade do texto, bem como analisar a natureza do documento, os conceitos-chave e sua lógica interna (Cellard, 2008).

Já na análise propriamente dita, o foco estará na obtenção de informações significativas que possam esclarecer o objeto de estudo e contribuir para a solução das questões propostas pela pesquisa. Assim, tanto Godoy (1995) quanto Cellard (2008) ressaltam a importância de uma abordagem criteriosa na seleção, análise e interpretação dos documentos, garantindo a profundidade teórica e a validade científica dos resultados obtidos.

No que concerne a este trabalho, o instrumento de coleta de dados, fontes documentais (literatura cinzenta), complementará a pesquisa bibliográfica, envolvendo a revisão de documentos históricos, relatórios governamentais, publicações de organizações internacionais e arquivos coloniais. Este método permitirá uma compreensão detalhada de como os sistemas de informação foram estruturados e operaram durante o período colonial, bem como das mudanças ocorridas após a independência, a partir das consultas de fontes escritas ou documentos, como jornais, boletins, atas de reunião, projetos pedagógicos de instituições de ensino superior de Moçambique.

A análise de documentos ajuda a identificar as raízes históricas e desafios contemporâneos da Ciência da Informação (CI) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Além da pesquisa bibliográfica e análise documental, foram realizadas entrevistas com 6 (seis) profissionais da informação e 3 (três) acadêmicos de Moçambique.

As entrevistas visaram obter *insights* valiosos de informantes privilegiados sobre os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e as oportunidades para o desenvolvimento da CI nos PALOP. Foram uma fonte essencial de dados qualitativos, permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada dos aspectos em estudo.

Os dados coletados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Esta abordagem permitiu a identificação de padrões, categorias e temas relevantes relacionados à evolução da CI nos PALOP. A análise de conteúdo proporcionou uma visão detalhada dos projetos pedagógicos envolvidos na formação de profissionais da informação de Moçambique, bem como dos fatores que influenciam a consolidação da CI em Moçambique.

Essa metodologia garante uma investigação aprofundada e detalhada, contribuindo significativamente para o entendimento dos desafios e oportunidades da institucionalização da CI nos PALOP. A pesquisa qualitativa permite a combinação de instrumentos de coleta de dados, quais sejam, pesquisa documental e entrevistas, bem como a produção de dados coerentes com os objetivos da pesquisa. Igualmente, fornece uma base sólida para uma análise crítica e informada, alinhada com os objetivos da pesquisa e do problema de pesquisa enunciado.

5.3 Observação de questões éticas

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a ética em pesquisa é definida pelas normas que delineiam procedimentos considerados corretos e incorretos por um grupo específico. Com base nesse entendimento, o autor deste estudo assegurou a ética ao consultar a disponibilidade dos participantes com antecedência, informando-os claramente sobre os objetivos da pesquisa, esclarecendo a razão de sua seleção, e destacando a relevância de suas contribuições. Permissão para o uso das informações foi solicitada, garantindo que, nos resultados do trabalho, a confidencialidade dos dados pessoais e institucionais seria mantida, conforme exigido pelas normas éticas aplicáveis à pesquisa científica.

6 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

O sistema colonial português na África foi caracterizado por um modelo de administração autoritária e exploratória. Portugal impôs um sistema que priorizava a exploração econômica dos recursos naturais e a subjugação das culturas locais. Esse modelo visava maximizar os lucros e manter o controlo sobre as colônias, frequentemente em detrimento das necessidades e do desenvolvimento das populações locais. Segundo M. de Andrade (2013), o colonialismo português, ao contrário de outros sistemas coloniais, manteve uma administração direta e centralizada, o que facilitou a exploração intensiva e a manutenção de uma estrutura desigual.

No que concerne à educação, a educação colonial na África, o ensino era predominantemente voltada para a formação de uma pequena elite que pudesse colaborar com a administração colonial, muitas vezes levando à marginalização das culturas e tradições locais. Como aponta Freire (2006b), o sistema educacional colonial foi projetado para produzir indivíduos que servissem aos interesses do império, não para promover um desenvolvimento integral das sociedades colonizadas. Após a independência, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) herdaram sistemas educacionais marcados pela insuficiência de infraestruturas e pela falta de enfoques condizentes com suas realidades e aspirações. Esse contexto gerou desafios significativos na construção de sistemas de ensino capazes de sustentar o desenvolvimento sustentável. Além disso, a reconstrução das instituições e dos sistemas políticos enfrentou obstáculos expressivos, resultado do legado colonial.

De acordo com Cabral (1974), a independência política não assegurou, de imediato, a independência econômica ou social, obrigando os novos Estados a se empenharem na criação de estruturas eficazes e na promoção do desenvolvimento interno. As prioridades incluíram a consolidação de instituições renovadas, bem como o estímulo ao crescimento econômico e social, com ênfase na superação das limitações herdadas do período colonial.

Em relação ao Ensino Superior nesses Países, ele passou por um processo de reformulação significativo após a independência. A necessidade de formar profissionais qualificados levou à criação de universidades e outras instituições de ensino superior. No entanto, como observado por Mendes (2011), o desenvolvimento das instituições de ensino superior foi frequentemente prejudicado por questões econômicas e políticas, resultando em desafios contínuos na formação de uma elite acadêmica capaz de impulsionar o progresso

nacional. O foco estava em superar as deficiências herdadas do colonialismo e construir um sistema educacional que pudesse atender às necessidades emergentes dos países independentes.

6.1 Caracterização dos PALOP: quais são?

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são um conjunto de países africanos que compartilham o português como língua oficial, devido à herança do período colonial português. Este grupo inclui Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Esses países apresentam uma rica diversidade cultural e linguística, com várias línguas nacionais e crioulos baseados no português coexistindo com a língua oficial (Figura 1).

Figura 1 - Mapa dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa



Fonte: Wikimedia Commons (2025).

De acordo com Salgado (2014), a independência desses países ocorreu principalmente na década de 1970, com Angola e Moçambique tornando-se independentes em 1975, e Guiné-

Bissau em 1973, embora tenha sido reconhecida internacionalmente apenas em 1974. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também conquistaram a independência em 1975. Após a independência, cada país seguiu seu próprio caminho de desenvolvimento nacional, adotando diferentes modelos políticos e enfrentando uma série de desafios no processo de construção do Estado e da democracia.

Os PALOP, apesar de ricos em recursos naturais como petróleo e minerais, conforme afirma Folgôa (2004), enfrentam desafios socioeconômicos comuns que incluem a necessidade de melhorar a educação, a saúde, a infraestrutura e de reduzir as desigualdades sociais. Assim, economicamente, cada país possui suas particularidades. Angola e São Tomé e Príncipe se destacam pela produção de petróleo, enquanto Moçambique é conhecido por seus recursos minerais e agrícolas, e Cabo Verde pela pesca e turismo. Além das características econômicas e políticas, os PALOP são também unidos por uma identidade cultural comum, que se manifesta em vários intercâmbios culturais, literários e políticos. Esses países colaboram frequentemente em fóruns multilaterais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e participam de iniciativas de cooperação técnica e cultural. A cooperação entre os PALOP abrange áreas como educação, saúde, administração pública e desenvolvimento socioeconômico, permitindo uma troca de experiências e conhecimentos que fortalecem suas capacidades institucionais e promovem o desenvolvimento.

Portanto, os PALOP representam mais do que um agrupamento linguístico; eles constituem um espaço geocultural e político significativo, onde países africanos compartilham uma história colonial comum e enfrentam desafios similares em seus esforços para alcançar desenvolvimento e estabilidade em um contexto global. A cooperação entre esses países se iniciou em 1961, com a criação da Conferência das Organizações Nacionalistas Portuguesas (CONCP). Essa colaboração foi especialmente intensa durante os períodos que antecederam e sucederam às independências, impulsionada pelas lutas de libertação nacional que esses países compartilharam. Até 1992, foram realizadas dez reuniões de cúpula entre os PALOP. No entanto, houve uma pausa até 2001, quando Angola assumiu a presidência da organização, marcando a retomada das atividades (Folgôa, 2004).

Em análise, percebe-se que a cooperação entre os movimentos nacionalistas africanos das colônias portuguesas começou com o Movimento Anti-colonialista (MAC), criado por estudantes nacionalistas africanos. De acordo com Folgôa (2004), em janeiro de 1960, durante a Conferência dos Povos Africanos em Tunes, representantes do MAC, como Amílcar Cabral,

Hugo de Menezes, Lúcio Lara, Viriato Cruz e Holden Roberto, juntamente com outros delegados das colônias portuguesas, fundaram a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAINCP). Essa articulação foi fundamental para a criação, em abril de 1961, da Conferência das Organizações Nacionalistas Portuguesas (CONCP), durante a Conferência de Casablanca.

É preciso referenciar que CONCP surgiu como um órgão de coordenação político-militar dos movimentos de libertação das colônias portuguesas, reunindo importantes organizações como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDNM) (Folgôa, 2004). Na nossa perspectiva, essas organizações desempenharam um papel central ao articular e fortalecer a luta político-militar pela independência, consolidando a unidade necessária para enfrentar o colonialismo português.

Depois das independências, em 1979, os PALOP sucederam à CONCP com a formação do Grupo dos Cinco, oficialmente conhecido como Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Este grupo, unido pela língua portuguesa como meio de comunicação e identidade diferenciadora no continente africano, tem como objetivos principais promover a cooperação econômica, política e cultural entre os seus membros, além de contribuir ativamente para a resolução de problemas internacionais e adotar posições convergentes em fóruns globais (Lopes, 2014). Os PALOP realizam reuniões de cúpula periódicas com chefes de Estado para definir as principais diretrizes do grupo, e o país que ocupa a presidência sendo o responsável pela condução dos trabalhos. Até 1992, foram realizadas dez reuniões de cúpula, mas as dificuldades internas nos vários países - como a guerra civil em Angola e o processo de reconciliação nacional em Moçambique - e as divergências políticas baseadas em lealdades ideológicas resultaram em períodos de inatividade até 2001, quando Angola assumiu a presidência, sucedendo a São Tomé e Príncipe que liderava a organização nos últimos nove anos.

De acordo com Folgôa (2004), a XI Reunião de cúpula dos Chefes de Estado dos PALOP representou um marco significativo no fortalecimento da cooperação entre os países africanos de língua oficial portuguesa. Durante o encontro, foi aprovado o Programa de Ação de Cooperação entre os PALOP, uma iniciativa que proporcionou um novo impulso à cooperação entre os cinco países. Uma das ações mais relevantes desse programa é a criação

de um arquivo histórico comum dos PALOP, com o objetivo de preservar a memória coletiva das nações envolvidas (Folgôa, 2004).

No âmbito da diplomacia política, a reunião de cúpula se destacou pelo apoio unânime à candidatura de Angola como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período de 2003-2004. Folgôa (2004) sublinha que esse apoio representou um passo importante para a normalização das relações entre Maputo e Luanda, uma vez que Moçambique abdicou dessa aspiração em favor de Angola. Adicionalmente, apesar de uma próxima reunião de cúpula estar programada em Maputo, a crise política na Guiné-Bissau obrigou à realização de uma reunião de cúpula extraordinária em Luanda, em março de 2003. Esse evento refletiu, conforme apontado por Folgôa (2004), uma vontade de acerto política que não existia antes de 2001, evidenciando o compromisso crescente dos PALOP em enfrentar crises regionais de forma conjunta.

Os chefes de Estado incentivaram as autoridades guineenses a resolver a crise institucional por meio do diálogo. Além disso, foram discutidos temas internacionais e avaliados os progressos no Plano de Ação da XI Reunião de Cúpula, constatando-se avanços limitados. Com o golpe de Estado em São Tomé e Príncipe, em julho de 2003, os PALOP condenaram vigorosamente o ocorrido e apelaram à restauração da ordem constitucional. O compromisso dos PALOP em iniciativas como o arquivo histórico comum e o apoio mútuo em questões internacionais reflete um esforço contínuo para fortalecer a cooperação e a identidade comum, apesar dos desafios políticos e sociais enfrentados individualmente por cada país (Comissão Europeia, 1997).

6.2 Regimes ideológicos adotadas após a independência

De acordo com Lopes (2014), após a conquista da independência nos anos 1970, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nomeadamente, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe enfrentaram o desafio de construir regimes políticos e ideológicos que expressassem as aspirações dos movimentos de libertação nacional. Esses regimes tiveram um papel essencial na redefinição das identidades nacionais, na formulação de políticas culturais e educacionais e, consequentemente, no desenvolvimento da Ciência da Informação (CI) nesses países.

Conforme o autor acima referenciado, as novas nações encontraram dificuldades significativas no período pós-independência. Entre os principais desafios, destacam-se: (i) infraestrutura limitada: a precariedade de bibliotecas, arquivos e centros de documentação

restringiu tanto o acesso à informação quanto a preservação da memória histórica; (ii) políticas educacionais frágeis: a falta de formação especializada em áreas como Biblioteconomia, Arquivologia e Gestão da Informação resultou em carência de profissionais qualificados (idem); (iii) dependência externa: os PALOP, diante da escassez de recursos locais, tiveram que recorrer ao apoio internacional para implementar políticas educacionais e culturais (ibid.) e; (iv) enfoque ideológico: os regimes políticos recém-estabelecidos, muitas vezes, influenciaram a produção e disseminação da informação, restringindo conteúdos considerados incompatíveis com os interesses do Estado (Lopes, 2014).

Nesse contexto, os governos pós-independência buscaram implementar políticas culturais que resgatassem as identidades nacionais e valorizassem a história local. Nesse contexto, Lopes (2014), entende que as iniciativas, como a criação de bibliotecas públicas e centros de documentação histórica, foram fundamentais para preservar a memória dos movimentos de libertação nacional e promover a educação. Além disso, o uso das línguas nacionais, em conjunto com o português, foi debatido como uma estratégia para ampliar o acesso à informação e estimular o desenvolvimento educacional. Contudo, o desenvolvimento da CI nesses países continuou enfrentando barreiras estruturais, políticas e econômicas. Em suma, Lopes (2014) argumenta que a trajetória dos PALOP reflete os esforços para equilibrar modernização, preservação da memória histórica e construção de autonomia no campo da informação, ainda que permeados por desafios substanciais.

Parafraseando Bijago (2017), na pendência da conquista das independências nos anos 1970, os PALOP, adotam um regime de partido único de orientação marxista-leninista, igualando-se aos modelos de gestão colonial, que, em princípio, eram caracterizados por violência e opressão. Todavia, mantinham a centralização do poder, em que o Estado era interlocutor direto da economia com a inspiração soviética. Esta opção econômica fez eclodir um conflito que culminou em guerra civil nos países como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, com excepção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Como se pode depreender, o regime de partido único, como refere Nunes (2010), foi ancorado em uma ótica de Estados personalistas no qual o partido se confundia com uma instituição (Partido/Estado), e não uma organização, isenta de cumprir seu papel fundamental, que se resume em competir com os demais partidos, tendo como pilar uma base social.

Esse contexto histórico levou cada país a enfrentar o desafio de consolidar uma identidade nacional que permitisse promover uma visão ideológica que unisse suas populações diversificadas. Essa transição ideológica influenciou diretamente o desenho das

políticas sociais (educacionais, culturais e organização) com maior destaque para a gestão da informação e da documentação. Os regimes ideológicos adotados por esses países variaram desde o socialismo até outras formas de governação baseadas em princípios nacionalistas e pan-africanistas. Moçambique, por exemplo, adotou o socialismo científico como base para suas políticas econômicas e sociais, o que impactou a estruturação de suas instituições de informação e documentação. Isso incluiu a promoção da educação em CI como parte do desenvolvimento autônomo desses países (Cassinela; Oliveira; Ckagnazaroff, 2022).

No contexto deste estudo, os regimes ideológicos pós-independência nos PALOP são fundamentais para entender como a CI se desenvolveu e se adaptou às necessidades locais e regionais. As políticas de informação não apenas refletiam os interesses de desenvolvimento nacional, mas também a necessidade de preservar a identidade cultural e histórica dos países contra influências coloniais anteriores. Isso resultou em esforços para desenvolver sistemas de informação autônomos e sustentáveis que servissem aos interesses nacionais e à integração regional nos contextos africano e global. Os regimes ideológicos enfrentam desafios significativos, como a gestão de recursos limitados e a adaptação a mudanças políticas internas e externas.

No entanto, esses regimes também criaram oportunidades para o desenvolvimento de políticas inclusivas de informação e educação, visando fortalecer as capacidades locais em CI (Lopes, 2014). A colaboração internacional desempenhou um papel crucial na capacitação de profissionais e na modernização de infraestruturas de informação nos PALOP, ajudando a superar desafios persistentes e a aproveitar as oportunidades emergentes na era pós-independência.

6.3 Surgimento das primeiras instituições de guarda e disseminação da informação

O surgimento das primeiras instituições responsáveis pela guarda e disseminação da informação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), de acordo com Bento (2010), está diretamente ligado à história colonial, à independência e ao desenvolvimento social e cultural dessas nações. Durante o período colonial, a estrutura de guarda e disseminação da informação nos PALOP foi baseada em modelos lusitanos. Após a independência, os países começaram a organizar as suas próprias instituições, que assumiram um papel fundamental no desenvolvimento cultural e educacional. Essas instituições incluem bibliotecas públicas, arquivos históricos, museus e instituições educativas e culturais.

Durante o período colonial em Angola, surgiram pequenas bibliotecas e arquivos vinculados às administrações coloniais e instituições religiosas, com acesso restrito e voltados, sobretudo, a atender às necessidades do poder colonial. Com a independência, em 1975, o cenário começou a mudar, destacando-se a criação de instituições voltadas para a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural angolano. A Biblioteca Nacional de Angola (BNA) foi formalizada com o propósito de preservar o patrimônio documental do país e promover o acesso à informação, estimulando a leitura e a pesquisa. Paralelamente, foram criados o Arquivo Histórico Nacional de Angola e o Instituto Nacional do Património Cultural, que se consolidaram como pilares essenciais na conservação e disseminação da memória e identidade cultural do país (Bento, 2010).

O Arquivo Histórico Nacional tem como missão preservar e organizar documentos históricos que abrangem tanto o período colonial quanto o período pós-independência, facilitando o estudo e a reconstrução da história angolana. O Instituto Nacional do Património Cultural, por sua vez, foca na proteção e divulgação do patrimônio material e imaterial, valorizando monumentos, tradições e práticas culturais que representam a identidade do povo angolano. Essas instituições desempenham um papel fundamental na salvaguarda da história e da cultura de Angola, promovendo o acesso à informação, a pesquisa histórica e o fortalecimento da identidade nacional. Em face dos desafios contemporâneos, como a preservação e a digitalização de acervos, a modernização dessas entidades se torna imprescindível para assegurar a longevidade, segurança e acessibilidade do patrimônio cultural angolano.

Na mesma linha, em Moçambique, durante o período colonial, a Biblioteca Central de Lourenço Marques, na atual Maputo, foi um dos primeiros centros formais de documentação. Após a independência, em 1975, Moçambique organizou suas estruturas de ensino e informação, criando bibliotecas públicas e arquivos (Gomes, 2014). Hoje, destacam-se o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e a Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM), além de centros de documentação ligados às universidades, como o da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que desempenham papel importante no acesso à informação e no apoio ao ensino e pesquisa.

De acordo com Silva (2012), na Guiné-Bissau, durante o período colonial, poucos registros organizados existiram devido à falta de investimento e infraestrutura. Após a independência, em 1973, foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), que se tornou responsável pela organização e preservação do acervo documental do país. O INEP é

atualmente uma referência nacional no campo da documentação e pesquisa histórica, atuando como uma instituição essencial para a guarda e disseminação da informação.

Em relação á Cabo Verde, devido à sua posição geográfica estratégica, o desenvolvimento de estruturas administrativas ocorreu de forma mais rápida em comparação aos outros PALOP. Durante o período colonial, surgiram arquivos e pequenas bibliotecas. Após a independência, em 1975, foram criadas instituições como o Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e a Biblioteca Nacional de Cabo Verde, responsáveis pela preservação da memória cultural e pelo incentivo à leitura e à educação.

Em São Tomé e Príncipe, assim como na Guiné-Bissau, o desenvolvimento de instituições informacionais foi limitado durante o período colonial. De acordo com Gomes (2014), após a independência, em 1975, surgiram iniciativas para a guarda de documentos históricos e a criação de bibliotecas públicas. Entre essas instituições, destacam-se o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe e a Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe, que possuem a missão de conservar a memória coletiva e facilitar o acesso à informação.

Após a independência, os PALOP enfrentaram desafios estruturais e financeiros para organizar suas instituições de informação. Muitos países ainda lidam com a escassez de recursos, infraestrutura inadequada e falta de formação técnica. Apesar disso, essas instituições desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva, na promoção da educação e alfabetização, bem como na valorização e disseminação da identidade cultural. Assim, o surgimento e a consolidação das primeiras instituições de guarda e disseminação da informação nos PALOP representam um marco importante no desenvolvimento histórico, social e cultural dessas nações.

Esta situação condicionou profundamente o acesso à informação nesses países. Lopes (2014) afirma que, para a salvaguarda da hegemonia colonial, a informação era controlada e restrita, utilizada para consolidar o poder colonial e manter a subordinação dos povos locais. Os povos nativos não tinham acesso às informações consideradas classificadas e sensíveis aos interesses dos colonizadores. Nota-se também que, nessa época, a informação visava proteger a documentação administrativa que incluía registro de propriedades, censos populacionais, relatórios econômicos e documentos legais. Isso era fundamental para a gestão colonial e para a extração de recursos naturais sem partilha com autóctones.

No que concerne à Ciência da Informação (CI), Biblioteconomia e Arquivologia, era limitada e subordinada aos interesses coloniais, focando mais na assistência técnica para a administração colonial do que no desenvolvimento autônomo dessas áreas. Nesse período,

nestas colônias era difícil encontrar bibliotecários e arquivistas pela escassez de formação especializada. A administração colonial, por ter definido o modelo de informação administrativa centrada nos interesses da colônia, inviabilizou a preservação do patrimônio cultural local de tal maneira que a preservação do patrimônio cultural local dos povos nativos e das comunidades locais não era uma prioridade, o que resultou em lacunas na preservação de narrativas e memórias históricas autênticas (Pires, 2010).

De uma forma geral poderíamos afirmar que a CI nos PALOP durante o período colonial estava intrinsecamente ligada aos objetivos coloniais de controle, administração e exploração dos territórios colonizados, refletindo uma dinâmica de poder desigual na gestão e acesso à informação. Já no período pós-colonial, conforme afirma Figueiredo (2007), quando os países integrantes deste bloco (PALOP) alcançaram as independências na década de 1970, muitos deles começaram a se reinventar e a estruturar seus próprios sistemas de informação e bibliotecas, muitas vezes baseados em modelos deixados pelos colonizadores e dominados pelos modelos das orientações ideológicas que os movimentos libertadores adotaram após a independência. De um modo geral, verifica-se, naquela época, uma busca pela formação em CI.

Houve um esforço significativo na formação de profissionais da informação por meio de programas educacionais e de refinamento fornecidos pelos parceiros de cooperação. Nessa época algumas Universidades e instituições de ensino superior começaram a oferecer cursos de CI, Biblioteconomia e Arquivologia quase por todos os países do bloco, embora com maior celeridade em uns e menos em outros países. Vale destacar que muitos países dos PALOP têm participado ativamente em redes internacionais e regionais de bibliotecas e informação, colaborando em projetos de digitalização, preservação digital e acesso aberto à informação (Figueiredo, 2007).

Esta pesquisa destaca que a CI nos PALOP está em constante evolução, enfrentando desafios próprios da região, enquanto se beneficia das oportunidades de colaboração internacional e do crescente reconhecimento da importância da informação para o desenvolvimento sustentável e cultural. Programas educacionais e iniciativas de cooperação internacional contribuíram para a formação de profissionais da informação. Universidades e instituições de ensino superior começaram a oferecer cursos de CI, Biblioteconomia e Arquivologia em todos os países do bloco, embora com variações na velocidade de implementação.

Muitos países dos PALOP participam ativamente em redes internacionais e regionais de bibliotecas e informação, colaborando em projetos de digitalização, preservação digital e acesso aberto à informação. A CI nos PALOP está em constante evolução, enfrentando desafios próprios da região enquanto se beneficia das oportunidades de colaboração internacional e do crescente reconhecimento da importância da informação para o desenvolvimento sustentável e cultural.

6.4 Institucionalização da Ciência da Informação nos PALOP

A proclamação das independências nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) marcou o início do processo de institucionalização da Ciência da Informação (CI) nesses países. No entanto, devido a problemas relacionados à guerras civis e outros desafios socioeconômicos que afetaram a região ao longo dos anos, esse processo ocorreu de forma lenta e gradual. De acordo com Lopes (2014), a institucionalização da CI nos primeiros anos pós-independência nos PALOP foi sustentada, em parte, por países alinhados à linha marxista-leninista, com destaque para a União Soviética e a República de Cuba, que desempenharam um papel fundamental na formação de profissionais locais.

Nesse sentido, Chernyi (2005) destaca que, entre as décadas de 1970 e 1980, a União Soviética, por meio de programas desenvolvidos pelo Instituto Estatal de Informação Científica e Técnica (VINITI), enviou quadros técnicos e observadores para os PALOP, especialmente Moçambique e Angola. O objetivo era criar mecanismos de implementação das instituições de CI nesses países, fortalecendo assim suas bases técnico-científicas.

Quanto á República de Cuba, o apoio ao processo de implementação da institucionalização da CI começou a ser efetivada a partir da segunda metade dos anos 1970, com o envio do material e profissionais de informação para as bibliotecas dos PALOP (Moçambique) com vista a implementar projetos que galvanizassem a importância da Institucionalização da CI nos PALOP (Santos; Hidalgo, 2012).

As diferenças geográficas e culturais e os variados contextos sociais, econômicos e políticos que caracterizam os países africanos falantes da língua portuguesa dificultaram a coesão necessária para rápida difusão e o desenvolvimento sustentável no campo da informação. Todavia, como se pode depreender, a orientação ideológica adotada pelos países africanos depois que proclamaram as suas independências, influenciou significativamente o processo da institucionalização da CI. Para o caso concreto dos PALOP, com orientação marxista-leninista o processo de institucionalização consistiu primeiramente na criação de

Bibliotecas públicas ou nacionais, arquivos históricos e acervos de carácter de informação classificada para a elite do governo.

O segundo momento do desenvolvimento da CI nos PALOP coincide com o período de declínio do regime marxista-leninista. Essa fase foi marcada pela abertura de cursos de Biblioteconomia, Documentação e CI em universidades públicas, privadas e institutos politécnicos. De maneira cíclica, essas instituições têm investido na formação de profissionais qualificados nas áreas da CI, abrangendo Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Estudos Linguísticos, Semiótica e Ciência da Computação.

No entanto, a institucionalização da CI nos PALOP, embora uma realidade crescente, ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios se relaciona à criação de uma sociedade da informação. Conforme destaca Silva (2000), os governantes africanos de língua oficial portuguesa reconhecem que uma sociedade sem o acesso à informação e sem conhecimento não pode usufruir de um verdadeiro desenvolvimento. Isso se deve ao fato de as redes de informação representarem componentes-chave para promover a competitividade, o desenvolvimento social e os avanços tecnológicos.

Diante desse cenário, torna-se evidente que, sem políticas efetivas voltadas para o acesso à informação e o desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas robustas, os PALOP terão dificuldades em consolidar uma sociedade informacional capaz de impulsionar o progresso sustentável e a inovação. Nesse sentido, urge a necessidade que o apoio de instituições internacionais e organizações financiadoras continuem com a realização dos estudos com vista à definição de estratégias e ações para que a adaptação das especificidades tenha em vista a cada região e país. Assim, é necessário que os países africanos, em particular os PALOP criem políticas nacionais de informação e comunicação, desenvolvam infraestrutura tecnológica, e avaliem a disponibilidade de recursos humanos capacitados para contribuir efetivamente na institucionalização da CI na sociedade.

A institucionalização da CI nos PALOP reflete um desenvolvimento gradual, influenciado por fatores sociais, econômicos e culturais. Historicamente, o legado colonial português deixou lacunas significativas em infraestrutura educacional e tecnológica, o que retardou o avanço dessa área. Com a independência entre as décadas de 1970 e 1980, os países começaram a perceber a necessidade do desenvolvimento de sistemas informacionais para apoiar setores como educação, saúde, economia e administração pública. Nesse período, foram criadas bibliotecas nacionais, centros de documentação e serviços de arquivos, com o objetivo de preservar a memória histórica e facilitar o acesso à informação.

No entanto, Lima (2010) entende que o processo de institucionalização da CI nos PALOP ainda enfrenta diversos desafios. A infraestrutura limitada, a falta de conectividade tecnológica, a carência de profissionais qualificados devido à escassez de oferta de cursos específicos, a ausência de políticas públicas consistentes e as desigualdades regionais dificultam a universalização do acesso à informação. Além disso, o investimento insuficiente em pesquisa e desenvolvimento compromete a integração da CI às demandas contemporâneas, como a transformação digital.

Para enfrentar esses desafios, é essencial fortalecer a cooperação regional e internacional entre os países lusófonos, promovendo iniciativas conjuntas, como projetos acadêmicos e parcerias tecnológicas. A formação contínua de profissionais qualificados, a modernização da infraestrutura e a implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para consolidar a CI como eixo central no desenvolvimento socioeconômico dos PALOP. Dessa forma, o futuro da área dependerá de ações estratégicas que alinhem a ciência, a tecnologia e a informação às necessidades reais das sociedades africanas lusófonas.

6.4.1 A República de Angola

6.4.1.1 História

Angola, oficialmente denominada República de Angola, está situada na costa ocidental da África. Faz fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e a oeste com o Oceano Atlântico. O território angolano inclui ainda o exclave de Cabinda, que faz fronteira ao norte com a República do Congo. Além de seus vizinhos continentais, Angola está localizada próxima à colónia britânica de Santa Helena (Gondola, 2002) (Figura 2).

Figura 2 - Mapa da República de Angola



Fonte: Mundo Educação (c2025).

Os primeiros europeus a chegar ao território angolano foram os portugueses, com a chegada do explorador Diogo Cão no século XV.

Desde então, os portugueses estabeleceram uma presença significativa na região, interagindo e influenciando as populações nativas, principalmente ao longo do litoral. No entanto, a delimitação territorial de Angola como conhecemos hoje só ocorreu no início do século XX, e a "ocupação efetiva" determinada pela Conferência de Berlim, em 1884, foi consolidada apenas na década de 1920 (Heywood, 2000). Após uma longa guerra de independência contra o domínio colonial português, Angola conquistou sua independência em 1975. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer formalmente a independência angolana ainda no mesmo ano. No entanto, logo após a conquista, o país mergulhou em uma devastadora guerra civil, que se estendeu de 1975 a 2002, envolvendo, principalmente, as forças do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Durante esse período de conflito, algumas regiões mantiveram sistemas monárquicos regionais ativos, como a Baixa de Cassanje, o que, segundo Birmingham (2017), evidencia a

complexidade social e política de Angola.

A guerra civil em Angola foi um dos conflitos mais longos e destrutivos da história africana, deixando marcas profundas tanto na economia quanto na sociedade do país. Em 2000, um acordo de paz foi estabelecido com a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), uma organização guerrilheira que buscava a independência de Cabinda, uma região estratégica e rica em petróleo. Atualmente, Cabinda responde por cerca de 65% da produção petrolífera angolana (Cleveland; Bunton, 2016).

Angola é um país dotado de enormes recursos naturais, incluindo reservas abundantes de petróleo e minerais. Desde a década de 1990, a economia do país tem registrado algumas das maiores taxas de crescimento do mundo, especialmente após o fim da guerra civil em 2002. Esse crescimento, entretanto, é fortemente impulsionado pelo setor petrolífero, que se consolidou como o principal motor econômico do país. Apesar dessa expansão econômica impressionante, a riqueza gerada não é distribuída de forma equitativa. Grande parte dos recursos concentra-se nas mãos de uma pequena elite, aprofundando a desigualdade económica e social no país (Hodges, 2001).

Apesar do crescimento econômico registado nos últimos anos, os padrões de vida da maioria da população angolana continuam extremamente baixos. De acordo com Tvedten (1997), cerca de 70% dos angolanos vivem com menos de dois dólares por dia, o que reflete a persistência da pobreza no país. Além disso, Angola apresenta alguns dos piores índices de expectativa de vida e mortalidade infantil no mundo. Essa situação é agravada pela enorme disparidade econômica, com grande parte da riqueza concentrada em uma pequena parcela da população, enquanto a maioria enfrenta dificuldades significativas no acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

Conforme relatado pela Global Witness (2002), a corrupção constitui um problema endémico em Angola. O país é frequentemente classificado entre os mais corruptos do mundo pela Transparência Internacional, o que prejudica ainda mais a redistribuição de recursos e o desenvolvimento socioeconômico.

Do ponto de vista histórico, o nome “Angola” tem origem no termo banto “n'gola”, título utilizado pelos reis do Reino do Dongo, existente na região correspondente à atual província de Luanda durante a chegada dos portugueses no século XVI. Segundo Miller (1976), o termo “n'gola” deriva de “ngolo”, que significa “força” nas línguas quimbundo e quicongo, faladas pelos povos ambundos e congos, respectivamente. Os portugueses, ao

perceberem que o monarca local era denominado Angola Quiluanje, passaram a referir-se ao Reino como Angola-Dongo, adoptando o título em suas interações com a população local.

De acordo com Silva (2008), a independência de Angola, conquistada em 1975, marcou o início de dois processos interdependentes e fundamentais para a história do país: a implementação de um novo regime político liderado pelo MPLA e o desencadeamento de uma prolongada guerra civil envolvendo os principais movimentos político-militares. O MPLA adotou, em 1977, o sistema marxista-leninista como doutrina oficial, estruturando um regime político e econômico baseado no modelo dos países do bloco socialista, caracterizado por um sistema monopartidário e uma economia centralmente planificada.

Embora a estrutura política do regime tenha seguido os moldes estabelecidos, Silva (2008) destaca que a economia enfrentou sérias dificuldades devido à guerra civil, iniciada logo após a independência. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e, principalmente, a UNITA, não aceitaram sua exclusão do sistema político nem a derrota militar, perpetuando um conflito que se estendeu até 2002. Esse confronto raramente assumiu a forma de uma guerra regular, sendo caracterizado predominantemente como uma guerra de guerrilha. Nos anos 1990, o conflito atingiu proporções ainda maiores, espalhando-se por quase todo o território angolano e resultando, conforme Silva (2008), em milhares de mortos e feridos, destruição de aldeias, cidades e infraestruturas, além de um significativo deslocamento da população rural.

Nos anos 1990, o MPLA tomou uma decisão crucial ao abandonar a doutrina marxista-leninista e transitar para um sistema de democracia multipartidária e economia de mercado. Mendes (2005) destaca que tanto a UNITA quanto a FNLA aceitaram participar desse novo regime, concorrendo às primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1992, nas quais o MPLA saiu vencedor. No entanto, a UNITA, não aceitando os resultados, retomou a guerra civil, embora continuasse a participar no sistema político. O conflito se prolongou até 2002, quando, segundo Mendes (2005), a morte do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, permitiu a assinatura de um acordo de paz. A UNITA abandonou definitivamente as armas, e o seu braço armado, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), foi desmobilizado ou integrado nas Forças Armadas Angolanas.

No período de paz que se seguiu ao longo conflito armado, a reconstrução do país foi iniciada. Mendes (2005) aponta que esse período foi caracterizado por um crescimento econômico acentuado, impulsionado principalmente pela exploração de recursos naturais. Entretanto, esse crescimento foi acompanhado por fortes disparidades regionais e profundas

desigualdades sociais. Politicamente, Mendes (2005) ressalta que o MPLA manteve um forte predomínio, obtendo claras maiorias parlamentares nas eleições de 1992, 2008 e 2012. Isso garantiu a permanência de José Eduardo dos Santos na presidência entre 1979 e 2017.

Durante esse período, a UNITA se consolidou como o principal partido de oposição, desempenhando um papel importante no fortalecimento do sistema democrático em Angola. Essa narrativa mostra como Angola transitou de um período de guerra devastadora para uma reconstrução focada no crescimento econômico e na consolidação política. Contudo, como Mendes (2005) enfatiza, os desafios relacionados às desigualdades sociais e regionais persistem, moldando a trajetória futura do país.

6.4.1.2 Demografia e economia

A República de Angola é um dos países africanos com maior densidade populacional. De acordo com dados de 2024, a população angolana é estimada em 36,7 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional em torno de 3% ao ano. A composição demográfica revela uma predominância feminina, com 52% de mulheres e 48% de homens. Além disso, mais de metade da população tem menos de 15 anos de idade, o que reflete o carácter jovem da nação.

Segundo Filipe (2024), cerca de 95% da população angolana pertence aos bantos, povos tradicionais que habitavam o território antes da chegada dos colonizadores. Entre os principais grupos étnicos, destacam-se os ovimbundos, que representam mais de um terço da população, seguidos dos ambundos, com aproximadamente um quarto, e os congos, que correspondem a mais de 10%. Com a Guerra Civil em 1975 e a ocupação das zonas rurais pelas forças revolucionárias da UNITA de Jonas Savimbi, mais de metade da população total da República de Angola passou a viver em zonas urbanas como forma de se proteger das consequências da guerra. Com isso, este movimento migratório interno criou uma diversidade étnica muito acentuada em grandes cidades como Luanda, Lubango, Benguela e no Huambo da República de Angola.

O crescimento da densidade populacional da República de Angola tem sido resultado de fatores como a elevada taxa de natalidade, a diminuição da taxa de mortalidade e o aumento da esperança de vida. Esse fenômeno gerou uma explosão populacional, levando o país a atingir 22 milhões de habitantes em 2009, em comparação com os 7 milhões registrados entre os anos de 1975 e 1976 (Bender; Yoder, 1976).

A colonização portuguesa influenciou diretamente os aspectos socioculturais do país, como a adoção do português como língua predominante e a disseminação do cristianismo como religião principal. As áreas urbanas mais densamente povoadas incluem a capital, Luanda, seguida pelas cidades de Huambo e Lobito. No que diz respeito à economia, a República de Angola é fortemente baseada no setor primário, com destaque para atividades extrativistas.

O país é um grande produtor de petróleo, gás natural e diamantes. Na agricultura, os principais produtos cultivados são café, milho, amendoim e algodão, enquanto os rebanhos predominantes são de bovinos e suínos. A indústria angolana é caracterizada pela transformação de bens primários, com ênfase em fábricas de alimentos, bebidas, celulose e cimento (Bender; Yoder, 1976).

6.4.1.3 Ciência da Informação

De acordo com Tali (1993), durante o colonialismo português na África, as unidades documentais angolanas seguiram o modelo colonial centralizado, e a formação dos profissionais era realizada em serviço, segundo o modelo tradicional europeu. No processo de transição política entre o governo português e o governo angolano, Portugal não deixou nenhum legado com relação à educação formal em alguns setores, como no ensino de graduação em documentação e informação.

No ponto de vista deste estudo, esse fato fez com que o país permanecesse em condição de dependência. E, para responder a essa situação, Angola implementou estratégias paralelas de formação de profissionais, buscando a formação externa, oferecendo bolsas de estudos em países como Portugal, Brasil, Cuba, África do Sul e Botswana, com o objetivo de consolidar as primeiras instituições ligadas à CI no país.

Segundo o entendimento de Lopes (2014), ainda que houvesse registros sobre a existência de bibliotecas em Angola a partir do século XVIII, somente na primeira metade do século XIX, em cidades como Luanda, Benguela e Novo Redondo, ocorreu a consolidação de um considerável número de bibliotecas particulares. Muitas dessas bibliotecas, segundo o autor, estavam ligadas à Igreja Católica ou à Maçonaria, com destaque para as bibliotecas de Manoel Patrício Correia de Castro e Bernardino de Silva Guimarães.

Outros marcos importantes que buscaram consolidar a CI em Angola incluem a publicação do primeiro periódico, o Boletim Oficial de Angola, em 1845, e os movimentos organizados e produzidos por líderes políticos e intelectuais em meados do século XX (Lopes,

2014). De acordo com Lopes (2014), o primeiro marco permitiu que a população angolana tivesse conhecimento dos livros produzidos no Brasil e em Portugal, facilitando a troca e o intercâmbio de materiais entre os três países nas décadas seguintes. Esse processo também resultou na criação da Biblioteca Municipal de Luanda, em 1873.

No que se refere ao segundo marco, Lopes (2014) destaca que o slogan "Vamos conhecer Angola" impulsionou projetos voltados contra o analfabetismo e a favor da leitura de livros de autores regionais, ações institucionalizadas pelo governo português. Para além do estímulo aos projetos contra o analfabetismo, essas iniciativas incentivaram a criação de cursos em bibliotecas e o surgimento de instituições ligadas à Ciência da Informação, como a Biblioteca e Arquivo Nacional de Angola, criada em 1969.

A partir das décadas de 1970 e 1980, Angola passou por mudanças consideráveis de ordem organizacional e estrutural no campo da CI. Durante esse período, foram criadas bibliotecas públicas, cursos e institutos de Biblioteconomia, com maior destaque na Universidade Agostinho Neto, em Luanda. Richards (1992) relata que tanto o Arquivo quanto a Biblioteca Nacional passaram por um longo período de reestruturação, especialmente após a saída de diversos profissionais que migraram para Portugal. Esses cargos foram parcialmente ocupados por cubanos e, na década de 1980, por angolanos que se especializaram em Angola ou no exterior, em países como a União Soviética e Cuba.

A partir dos anos 1990, Angola começou a reestruturar seus vínculos no campo da CI, particularmente na Biblioteconomia, substituindo as antigas relações com o bloco socialista por novas parcerias e projetos com diversos países. Nesse período, a distribuição de livros, periódicos e documentos passou a ser promovida por iniciativas norte-americanas, como as da Associação Americana para o Desenvolvimento da Ciência (Francisco, 2013). Os Estados Unidos, a Europa Ocidental, o Brasil e alguns países asiáticos também participaram desse movimento, apresentando pesquisas e implementando projetos em colaboração com Angola naquela década.

6.4.1.3.1 Instituições: bibliotecas e arquivos

Angola deu os primeiros passos em direção à era da informação nos primeiros anos do século XXI. O governo angolano, consciente da importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), promoveu fóruns destinados a reunir profissionais das áreas de Comunicação, Biblioteconomia e Documentação. O objetivo central dessas iniciativas era elaborar estratégias para a implementação e expansão das TIC no país.

No entanto, como relata Patrocínio (2012), os resultados práticos dessas iniciativas foram limitados, principalmente devido a fatores internos que dificultaram a concretização dos projetos. Ainda em 2012, Angola se encontrava em processo de tentativa de transferência de grande parte do seu complexo comunicacional do sistema analógico para o digital, uma tarefa que demandava grandes esforços em infraestrutura e capacitação. Além disso, havia desafios adicionais relacionados ao surgimento de cursos de educação à distância, uma modalidade de ensino que até então era inexistente no contexto angolano (Lopes, 2014).

Em resposta aos desafios relacionados à CI, o governo angolano, por meio de instituições estratégicas como a Biblioteca Nacional de Angola (BNA) e o Arquivo Nacional de Angola (ANA), criou programas de capacitação e formação profissional. Essas ações visavam atender às necessidades de modernização da gestão da informação e dos serviços relacionados.

O ANA tinha como um de seus principais objetivos a oferta de cursos ligados à gestão de arquivos. Esses cursos foram direcionados a entidades públicas e privadas, visando a formação de profissionais especializados no manuseio e organização de arquivos. Além disso, a ANA oferecia cursos intensivos, com duração de 6 meses e uma carga horária total de 640 horas, direcionados tanto aos profissionais internos quanto aos de outras instituições. Esse projeto contava com o apoio da cooperação oficial portuguesa, o que possibilitou uma maior estruturação e desenvolvimento das atividades formativas (Patrocínio, 2012).

Por sua vez, a BNA desempenhava um papel fundamental na capacitação profissional no setor de Biblioteconomia. A instituição oferecia cursos regulares de formação e capacitação interna para os seus profissionais e também para aqueles ligados à rede de bibliotecas públicas do país. Além disso, a BNA promoveu cursos voltados para a capacitação interna, financiados pela cooperação portuguesa, um elemento essencial para o desenvolvimento e a qualidade das atividades formativas.

6.4.1.3.2 Cursos: número ou quantidade

O campo da Biblioteconomia, Arquivologia e CI em Angola tem cresido gradualmente, promovendo cursos em instituições de ensino superior e centros de formação profissional. Contudo, devido à limitação das infraestruturas ligadas a esse campo, verifica-se a escassez dos cursos específicos para bibliotecas e arquivos, especialmente nas cidades proveniências com a excepção da capital do País (Luanda). O ANA, por exemplo, oferece formações de curta duração focadas na preservação e gestão documental, em parceria com instituições

internacionais, como o Instituto dos Arquivos Nacionais de Portugal. Em 2016, um curso de digitalização de documentos foi realizado em conjunto com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, como parte de um projeto de cooperação lusófona para a modernização dos arquivos nacionais (Santos, 2017).

Enquanto isso, a principal Universidade pública do país, a Universidade Agostinho Neto (UAN), segundo Matondo (2019), tem oferecido cursos de graduação e pós-graduação em Ciência da Informação e Documentação, que incluem módulos sobre Biblioteconomia, Arquivologia e Preservação Digital. Para além desses cursos, a UAN regularmente promove formações técnicas em áreas como organização de acervos, uso de software para gestão de bibliotecas, e preservação de materiais impressos e digitais. Em termos quantitativos, menos de cinco instituições angolanas, conforme o quadro abaixo, oferecem formação estruturada em Biblioteconomia e Arquivologia, com a maioria concentrada em Luanda. A falta de recursos e a concentração de instituições em áreas urbanas limitam a disseminação de cursos para outras regiões do país (Quadro 1).

Quadro 1 - Cursos de curta duração em instituições públicas em Angola

Instituição	Curso
Arquivo Nacional de Angola	● Cursos de gestão de arquivos ministrados a entidades públicas e privadas. ● Cursos intensivos dirigidos aos profissionais da ANA e a outras instituições, com o apoio da cooperação oficial portuguesa.
Biblioteca Nacional de Angola	● Cursos de formação e capacitação interna e para os profissionais da rede de bibliotecas públicas. ● Cursos de capacitação interna na Biblioteca Nacional de Portugal financiados pela cooperação portuguesa. ● Programas de modernização da Biblioteca Nacional de Angola com apoio científico e pedagógico da Universidade Carlos III Madrid.
Ministério da Cultura de Angola	● Curso de Gestão de Informação para profissionais da polícia.

Rede de Mediatecas de Angola (REMA)	• Cursos destinados aos profissionais da REMA, ministrados por especialistas cubanos em várias cidades do país, na Escola Nacional de Administração Pública e no Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC). • Curso intensivo em sistema de gestão de informação, dirigido aos profissionais da REMA, ministrado pela Fundação Centro Tecnológico de Investigação Científica, em Espanha.

Fonte: elaboração própria.

6.4.1.3.3 Currículos e planos de ensino: antigos e novos

Destaca-se que o sistema educacional angolano sofreu diversas modificações que, ao longo do tempo, culminaram na reestruturação do próprio sistema. Essa reestruturação foi fortemente influenciada pela administração colonial portuguesa, especialmente no campo da CI com destaque para as áreas de Biblioteconomia e Arquivologia. Nesse contexto, o sistema curricular angolano correspondeu a duas abordagens: abordagem antiga e atual.

No que concerne à abordagem antiga, (Antigos Currículos), a formação em gestão de arquivos e bibliotecas era bastante limitada e voltada principalmente para o treinamento de profissionais que apoiavam a administração colonial. Silva (2005) entende que poucos cursos formais de Biblioteconomia e Arquivologia eram majoritariamente técnicos, com destaque na organização de acervos coloniais e manutenção de arquivos administrativos. Após a independência em 1975, o país conseguiu criar um sistema arquivístico autônomo, com uma visão voltada sobre a preservação da história nacional, independentemente de o sistema ter ainda foco na formação técnica.

Já na abordagem atual, (Novos Currículos) a visão do ensino nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia evoluíram de forma significativa. Com a incorporação de novas tecnologias e métodos de preservação digital, o sistema educacional ganhou um novo dinamismo nesse campo do saber, com a introdução de novos cursos, nomeadamente, Preservação de Documentos Digitais, Gestão de Arquivos Electrônicos, Organização e Indexação de Acervos e Conservação Preventiva de Documentos Antigos, conforme ilustra o Quadro 2.

Segundo Matondo (2019) esses cursos também abordam a gestão integrada de informação e as tecnologias digitais como parte dos currículos, refletindo a necessidade de modernizar os arquivos e as bibliotecas do país para lidar com a crescente demanda por digitalização. Uma outra instituição dígna de apreciação concernente à revolução dos curriculos é o Centro de Formação Profissional em Gestão Documental localizado em Luanda.

Essa instituição também oferece cursos de formação contínua para profissionais na área de Biblioteconomia e Arquivologia, concentrando-se em habilidades práticas como digitalização de documentos e uso de sistemas de gerenciamento eletrônico de arquivos (Santos, 2017).

Quadro 2 - Planos curriculares de curta e longa duração em instituições públicas de Angola

Planos curriculares no campo da Ciência da Informação	
Sistemas	**Planos Curriculares Antigos (cursos de curta duração)**
Sistema Educacional Colonial	• Treinamento Técnico em Biblioteconomia e Arquivologia. • Organização e Manutenção de Acervos de Arquivos Administrativos.
Sistema Educacional Pós-Independência	• Tecnologias e Métodos de Preservação Digital. • Preservação de Documentos Digitais. • Gestão de Arquivos Eletrônicos. • Organização e Indexação de Acervos. • Conservação Preventiva de Documentos Antigos.

Fonte: elaboração própria.

Esta nova revolução da CI, nos campos da Biblioteconomia e Arquivologia na República de Angola, alinha-se com a necessidade que o mercado do País enfrenta como desafios, como a falta de recursos para a modernização tecnológica e a descentralização das instituições de ensino e formação em território angolano.

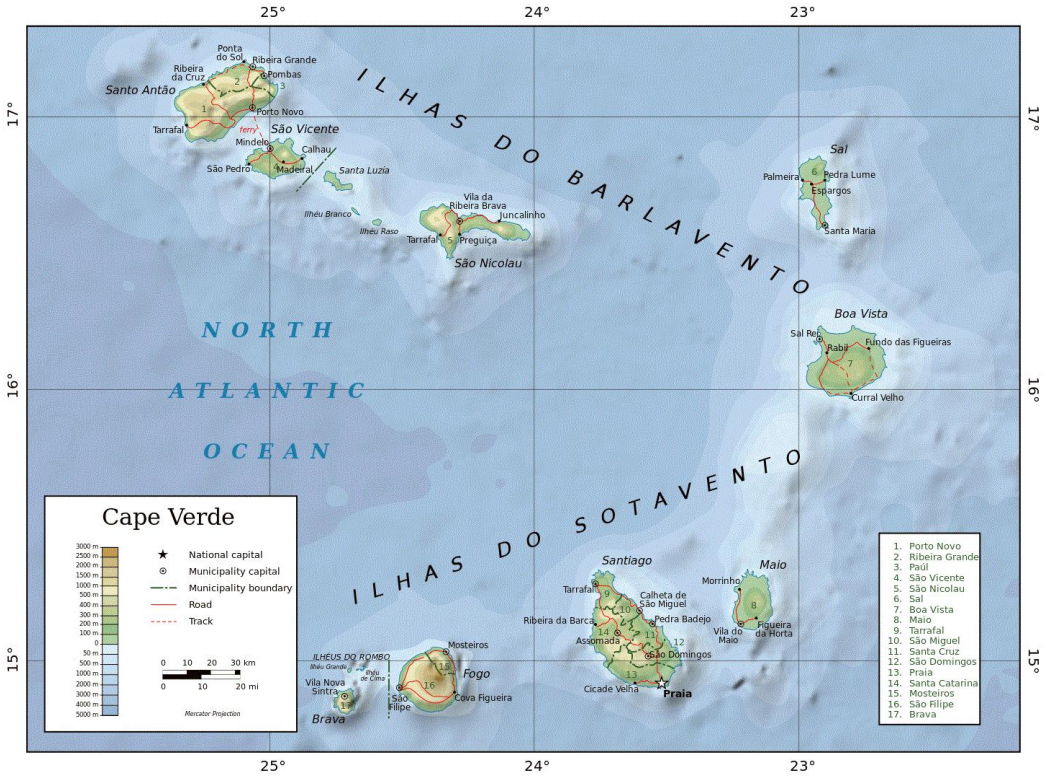
Contudo, Angola é um do País Africano de Língua Oficial Portuguesa que tem consolidado o campo da CI através da implementação das políticas educacionais que envolvem as áreas da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação.

6.4.2 República de Cabo Verde

6.4.2.1 História

De acordo com autores Évora-Sagna, Gray e Minges (2002), a República de Cabo Verde, localizada no Oceano Atlântico Norte, é um arquipélago composto por dez ilhas, situado a cerca de 455 quilómetros a oeste do Senegal. Com uma área total de 4.033 quilómetros quadrados, o arquipélago se divide geograficamente em dois grupos: o Barlavento, formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; e o Sotavento, que inclui as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da República de Cabo Verde



Fonte: Gif Map (c2025).

As ilhas são de origem vulcânica, semelhante a outros grupos de ilhas da Macaronésia, como Açores, Canárias e Madeira e são predominantemente planas, enquanto as demais apresentam um relevo montanhoso. Cabo Verde é caracterizado por uma geografia rica e uma história marcada por longas estiagens. Por localizar-se na zona do Sahel, o país tem enfrentado desafios climáticos significativos, com chuvas esporádicas que ocorrem

principalmente entre os meses de Agosto e Outubro. Historicamente, Cabo Verde é um dos países africanos que esta mais distante do seu próprio continente e mais próximo das Américas. As ilhas eram inabitadas quando os portugueses chegaram pela primeira vez, em 1456, e a população atual é uma mistura de origens africanas e europeias, resultante da escravidão e da colonização (Évora-Sagna; Gray; Minges, 2002).

A descoberta do arquipélago de Cabo Verde ocorreu entre 1460 e 1462, por navegadores a serviço da Coroa Portuguesa. O território permaneceu sob soberania portuguesa durante um período de 513 anos (1462-1975), servindo de palco para uma grande miscigenação cultural e cruzamento de influências, o que deu origem a uma identidade própria: a cultura e o modo de ser cabo-verdianos. Após a independência, proclamada em 5 de Julho de 1975, Cabo Verde iniciou um percurso voltado para o desenvolvimento, alcançando conquistas significativas em diversas áreas e posicionando-se, atualmente, entre os Países de Rendimento Médio (Basu, 2013).

No que diz respeito aos aspectos físicos do território, o Anuário Estatístico de Cabo Verde (2020) descreve o arquipélago como um conjunto de ilhas de origem vulcânica. Composto por dez ilhas, das quais nove são habitadas, destaca-se a ilha de Santiago como a maior, com 991 km², representando 24,6% do território nacional. A ilha de Santo Antão ocupa o segundo lugar, abrangendo 19,3% do território, enquanto Santa Luzia, a menor, possui apenas 35 km² (0,9% do território). Ainda segundo o Anuário Estatístico de Cabo Verde (2020), o ponto mais alto do arquipélago se situa na ilha do Fogo, onde o pico do vulcão atinge 2.829 metros de altitude. Além disso, a Ponta de Chão de Mangrande, localizada na ilha de Santo Antão, é reconhecida como o ponto mais ocidental do continente africano.

No século XX, a luta pela independência na África ganhou força, especialmente a partir da década de 1950, quando movimentos nacionalistas surgiram em várias colônias africanas (Lopes, 2002). Cabo Verde esteve diretamente vinculado à luta pela libertação da Guiné-Bissau, com ambos os países combatendo o colonialismo português. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956, teve um papel crucial nesse processo, com Amílcar Cabral emergindo como uma das principais figuras dessa luta (Davidson, 1981).

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, iniciou-se um período de descolonização. Em dezembro de 1974, o PAIGC foi transformado em um movimento político ativo e assinou com Portugal um acordo que previa a formação de um governo de transição composto por portugueses e cabo-verdianos (Évora-Sagna; Gray; Minges, 2002).

Pouco depois, em 30 de Junho de 1975, os cabo-verdianos elegeram uma Assembleia Nacional que recebeu formalmente os instrumentos de independência de Portugal em 5 de Julho de 1975.

Entretanto, as relações entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau sofreram um abalo após o golpe de Estado ocorrido em novembro de 1980 na Guiné-Bissau. Esse evento fez com que Cabo Verde abandonasse a ideia de unidade com a Guiné-Bissau, levando à criação do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). A fundação do PAICV foi um marco significativo na trajetória política cabo-verdiana, dando início a um processo de transformações políticas que culminaram com a implementação do regime democrático (Lopes, 2002). Em Janeiro de 1991, Cabo Verde realizou as suas primeiras eleições multipartidárias, nas quais o PAICV saiu vitorioso, elegendo Pedro Pires como Presidente da República. Desde então, Cabo Verde é frequentemente apontado como um modelo de boa governança e estabilidade política na região, destacando-se pela realização de eleições pacíficas, transparentes e credíveis (Davidson, 1981).

6.4.2.2 Demografia e economia

Cabo Verde apresenta características demográficas e econômicas típicas de países em desenvolvimento, mas com particularidades que merecem destaque. Conforme o Anuário Estatístico de Cabo Verde (2020), o país possui uma população total de 556.857 habitantes, marcada por uma estrutura demográfica jovem: mais de 42% da população tem menos de 14 anos, enquanto apenas 6% tem mais de 64 anos. A média de idade é de 17,3 anos, o que revela uma predominância de jovens na composição populacional.

Apesar de ser classificado como um País Menos Avançados (PMA), Cabo Verde se posiciona como uma nação de rendimento médio-baixo. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita passou de US$ 1.330 em 2000, quase o dobro do registrado em 1990, demonstrando um crescimento econômico gradual (Basu, 2013). A economia cabo-verdiana tem forte dependência do setor de serviços, que contribuiu com 72% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2001, enquanto a agricultura representou apenas 11%. Esse desequilíbrio é explicado pela escassez de recursos naturais e pela limitação de terras aráveis no país. No entanto, cerca de 50% da população reside em áreas rurais, onde predominam atividades agrícolas de pequena escala (Basu, 2013).

Essas características geram desafios significativos, como a necessidade de investimentos em educação, formação profissional e criação de empregos, especialmente para

a população jovem. Além disso, a baixa produtividade agrícola e a dependência do setor de serviços tornam a economia vulnerável a choques externos. Por outro lado, existem oportunidades importantes para Cabo Verde, como o investimento em turismo sustentável, devido ao potencial natural e cultural do arquipélago, e à diversificação da economia com o fortalecimento de setores não-agrícolas nas áreas rurais, como artesanato e ecoturismo. Políticas públicas direcionadas à integração dos jovens no mercado de trabalho também podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com Lopes (2002), Cabo Verde herdou uma situação econóôica bastante difícil de sua condição de colónia portuguesa. A agricultura, base primária da economia, mostrou-se incapaz de suprir as necessidades alimentares da população, além de uma balança comercial profundamente deficitária.

Segundo Brito (2013), com a chegada ao poder do Movimento para a Democracia (MPD) em 1991, houve uma aceleração da transição para uma economia de mercado, processo que já havia se iniciado nos anos 1980. Essa transição foi marcada por um programa de privatizações que beneficiou, em grande medida, investidores portugueses. Apesar das adversidades associadas a esse processo, Brito (2013) destaca que o país emergiu como um exemplo de democracia estável no continente africano.

No âmbito educacional, Brito (2013) observa que, embora o sistema educacional do país tenha suas origens no modelo português, ele vem incorporando gradualmente características do sistema educacional dos Estados Unidos, refletindo uma adaptação às demandas globais e locais. Atualmente, a República de Cabo Verde, mesmo registrado um crescimento econômico considerável, ainda enfrenta uma economia frágil e vulnerável, altamente dependente da ajuda externa e das remessas dos emigrantes, que correspondem a cerca de 20% do PIB. Após a independência, o país passou por uma fase de economia centralizada e, posteriormente, adotou políticas de liberalização econômica, com foco na participação do setor privado e na atração de investimentos estrangeiros.

6.4.2.3 Ciência da Informação

Os países que compõem a comunidade dos PALOP, incluindo Cabo Verde, possuem sistemas educacionais fortemente influenciados pelo modelo das antigas colônias portuguesas. A CI e a Biblioteconomia em Cabo Verde, especificamente, têm suas raízes nesse sistema colonial, em que a formação profissional estava voltada para a conservação da informação destinada à elite colonial.

Esse cenário gerou grandes desafios após a independência de Cabo Verde, em 1975, dificultando a implementação de cursos na área da CI e a sua institucionalização. De acordo com Morais (1998), ao analisar a situação dos profissionais de informação nos primeiros 25 anos pós-independência, constatou-se uma série de fragilidades, tais como: (i) número reduzido de técnicos, muitos deles sem formação específica; (ii) alta mobilidade dos poucos técnicos qualificados; (iii) instabilidade institucional, e (iv) falta de profissionais capacitados para gerir unidades de informação e atender usuários.

Ademais, Silva (1999) observou outros problemas, incluindo a falta de sensibilização dos estudantes em relação a bolsas de estudo na área, a inexistência de cursos específicos e a ausência de uma cultura bibliotecária nacional. Esse quadro é agravado pelo desprestígio das bibliotecas e dos profissionais bibliotecários, que enfrentam dificuldades de reconhecimento e valorização no país. Cerca de dez anos depois, conforme apontado por Rosa (2010), com a introdução de políticas governamentais voltadas para a inclusão digital, surgiram cursos de curta duração focados no treinamento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

No entanto, persistiu o desafio da formação dos profissionais de informação, que, em sua maioria, ocorre em serviço ou por meio de formação no exterior, especialmente em países como Portugal, Brasil, Cuba e Espanha, por intermédio de bolsas de estudo. Apesar dos esforços do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro na capacitação de profissionais e no apoio às bibliotecas municipais, Silva (1999) destaca que ainda há uma insuficiência de quadros qualificados para os serviços técnicos e de atendimento ao público. Contudo, nos últimos anos, essas lacunas vêm sendo gradualmente preenchidas. A criação de instituições de ensino médio e superior tem possibilitado a ampliação da oferta de formação na área da CI, oferecendo uma perspectiva de avanço na qualificação profissional e valorização do setor.

6.4.2.3.1 Instituições: biblioteca e arquivos

Um dos grandes desafios enfrentados no campo da CI em Cabo Verde está ligado à institucionalização desse campo do saber. Segundo Couzinet (2009), a institucionalização de uma disciplina pode ser entendida como “o processo que retraça o caminho utilizado por seus fundadores para torná-la reconhecida pela estrutura administrativa encarregada do desenvolvimento do ensino e da pesquisa, no mais alto nível do Estado”.

No contexto cabo-verdiano, esse processo se insere especialmente na institucionalização social, que, de acordo com Couzinet (2009), consiste na criação de estruturas formais que dão visibilidade ao campo, estabelecendo bases sociais para os

membros da comunidade científica. Essa formalização inclui ações como a criação e oferta de cursos, organização de eventos científicos, produção acadêmica, estruturação de associações e incentivo à pesquisa.

Por muitos anos, após a independência nacional, Cabo Verde enfrentou desafios significativos nesse aspecto. Contudo, atualmente, o país conta com quatro (4) instituições de referência que promovem o ensino, a formação e a pesquisa no campo da Biblioteconomia e da CI. São elas: (i) Arquivo Nacional de Cabo Verde: instituição responsável pela preservação e gestão de documentos históricos e administrativos, desempenhando papel essencial na conservação da memória nacional; (ii) Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde: encarregado de promover o patrimônio bibliográfico e incentivar a leitura e o acesso à informação; (iii) Universidade de Cabo Verde (Uni-CV): a principal instituição de ensino superior do país, responsável pela oferta de cursos formais e pelo fomento à produção científica na área, e (iv) Ministério das Finanças de Cabo Verde: contribui com programas e formações voltados à gestão documental no setor administrativo e governamental.

Assim, a institucionalização social da CI em Cabo Verde reflete um avanço significativo, especialmente no que tange à criação de cursos formais, à realização de eventos científicos e ao fortalecimento da produção científica e pesquisa. Entretanto, apesar das conquistas, ainda persistem desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de maior reconhecimento institucional da área e a expansão de programas de formação continuada. Segundo Couzinet (2009), para consolidar a institucionalização de uma disciplina, é imprescindível que haja investimento contínuo na criação de estruturas robustas e colaborativas.

Os trabalhos do Arquivo Nacional de Cabo Verde são fundamentais no processo da institucionalização do campo da CI, na medida em que tem oferecido diversos cursos de formação de curta duração, principalmente voltados à digitalização, tratamento de fotografia digital e conservação de documentos, com o apoio de instituições como a Fundação Mário Soares e o Projecto Memória de África (Fundação Mário Soares e Maria Barroso, 2020).

Por sua vez, o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde promove cursos de formação interna para bibliotecários de instituições públicas e privadas, além de treinamentos voltados à Rede de Bibliotecas Municipais. Essas formações são realizadas em parceria com instituições internacionais, como o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, com foco na modernização das práticas biblioteconômicas (Lopes, 2015). O Ministério das Finanças de Cabo Verde também tem investido em cursos voltados à criação

de centros de documentação e à implementação de sistemas de gestão integrada de informação para arquivos correntes (Lubisco; Alves, 2015), enquanto isso, a Uni-CV tem oferecido cursos de estudos superiores profissionalizantes através do departamento de Ciências Sociais e Humanas, como o curso de Gestão de Bibliotecas e Arquivos, que confere qualificação profissional.

Portanto, o cenário atual representa um avanço importante para Cabo Verde. A aposta em políticas públicas, no incentivo à pesquisa e no estabelecimento de parcerias internacionais pode fortalecer ainda mais o campo da CI, promovendo seu reconhecimento e impacto no desenvolvimento social e econômico do país.

6.4.2.3.2 Cursos: número ou quantidade

O número de cursos voltados à formação de profissionais no campo da CI, concretamente no que tange às áreas da Biblioteconomia e da Arquivologia em Cabo Verde tem crescido significativamente nas últimas décadas. Diversos cursos de formação de curta duração, principalmente voltados à digitalização e conservação de documentos são oferecidos nas instituições publicas e privadas na República de Cabo Verde. Além desses cursos referenciados no ponto anterior, são também oferecidos cursos como o tratamento de fotografia digital, treinamento para Rede de Bibliotecas Municipal e Centro de Documentação e a implementação de um sistema de gestão integrada de informação para o arquivo corrente, conforme ilustram os quadros 3, 4 e 5 abaixo.

Quadro 3 - Cursos de curta duração em instituições públicas de Cabo Verde

Instituição	**Curso**
Arquivo Nacional Cabo Verde	• Cursos de digitalização dos seus fundos, com o apoio da Fundação Mário Soares de Portugal. • Curso sobre tratamento de fotografia digital, integrado no Projecto Memória de África da Fundação Portugal-África.
Instituto da Biblioteca Nacional do Livro de Cabo Verde	• Cursos para instituições públicas e privadas. • Cursos em parceria com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

	• Cursos de formação interna e da rede de bibliotecas municipais.
Ministério das Finanças	• Curso para a criação de um Centro de documentação e a implementação de um sistema de gestão integrada de informação para os arquivos.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 - Curso de estudos superiores profissionalizantes em instituição pública de Cabo Verde

Instituição	Curso
Departamento de Ciências Sociais e Humanas na Universidade cabo-verdiano	• Cursos de gestão de bibliotecas e arquivos (qualificação profissional de nível 5)

Fonte: elaboração própria.

Quadro 5 - Cursos de Ciência da Informação em instituições públicas em Cabo Verde

Instituição	Curso
Universidade de Cabo Verde: Departamento de Ciência e Tecnologia	• Graduação em Estatística e Gestão de Informação
Universidade Cabo Verde: departamento de Engenharias e Ciências do Mar, em colaboração com o departamento de Ciências e Tecnologias	• Pós-graduação em Ciência Sistemas de Informação Geográfica
Universidade Cabo Verde: departamento de Ciências Sociais e Humanas	• Mestrado em Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento

Fonte: elaboração própria.

5.7.6. Currículos e Planos de Ensino: antigos e novos

Atualmente, Cabo Verde não oferece cursos formais de graduação ou pós-graduação, especificamente em CI ou Biblioteconomia. No entanto, a Uni-CV disponibiliza programas relacionados, como a Licenciatura em Ciências da Comunicação, que aborda aspectos de gestão e disseminação da informação. De acordo com Lopes (2014), os currículos e planos de

ensino relacionados à gestão de bibliotecas e arquivos em Cabo Verde sofreram mudanças ao longo dos anos, refletindo as transformações educacionais e as demandas profissionais do país.

Historicamente, a formação em Biblioteconomia e Arquivologia seguiu o modelo colonial português (Currículo Antigo), o que perdurou até os anos 1990, quando o país começou a adotar um currículo mais adaptado às suas necessidades locais. Após a independência de Cabo Verde em 1975, houve um esforço para modernizar o ensino e alinhar os currículos às demandas do mercado de trabalho contemporâneo e às inovações tecnológicas. O currículo moderno (Novo Currículo) inclui disciplinas voltadas para gestão de acervos digitais, preservação documental, além de um enfoque prático na utilização de softwares de gestão biblioteconômica e arquivística (INE, 2011).

Segundo Brito (2013), esse curso reflete a evolução do sistema educacional cabo-verdiano, que, embora ainda mantenha traços do sistema educativo português, vem incorporando mais elementos do sistema estadunidense, especialmente no que diz respeito à aplicação prática e à modernização dos acervos. Essas mudanças demonstram o compromisso de Cabo Verde em manter suas instituições de memória atualizadas com as melhores práticas internacionais e adaptadas ao contexto local. Embora persistam desafios, como a falta de financiamento adequado e a necessidade de fortalecer o ensino nas áreas rurais, o progresso feito nas últimas décadas é notável (INE, 2011).

6.4.3 A República da Guiné-Bissau

6.4.3.1 História

A Guiné-Bissau, oficialmente denominada República da Guiné-Bissau, localiza-se na África Ocidental. O país faz fronteira com o Senegal ao norte, com a Guiné-Conacri ao sul e a leste, e é banhado pelo Oceano Atlântico a oeste (Figura 4). Com uma área de 36.125 km², sua população é estimada em aproximadamente 2 milhões de habitantes, conforme o censo realizado em 2009 (INEGB, 2009). A Guiné-Bissau foi habitada por diversos reinos e impérios antes da chegada dos europeus, incluindo o Reino de Gabu e o Império do Mali.

Figura 4 - Mapa da República de Guiné-Bissau



Fonte: Deposit Photos (c2025).

No século XV, os navegadores portugueses começaram a explorar a região, e, no século XVI, a área foi incorporada ao Império Português como parte da Guiné Portuguesa (Mendy, 2007). No século XIX, a Guiné Portuguesa tornou-se uma colônia formal. Em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que liderou uma intensa guerra de guerrilha contra o colonialismo português para alcançar a independência (Cabral, 1974).

A Guiné-Bissau declarou unilateralmente a independência no dia 24 de setembro de 1973, mas foi oficialmente reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974, após a Revolução dos Cravos, que derrubou o regime do Estado Novo (Azevedo, 2010; Mendy, 2007). O país passou a ser oficialmente denominado República da Guiné-Bissau para evitar confusões com outros países africanos com nomes semelhantes (Mendy, 2007). A educação na Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos, especialmente devido à instabilidade política e conflitos civis. A taxa de alfabetização foi estimada em 55,3% em 2011, com uma discrepância notável entre os sexos: 68,9% para os homens e 42,1% para as mulheres (Unicef,

2011). O trabalho infantil é comum e afeta negativamente a frequência escolar, com muitas crianças sendo forçadas a trabalhar para ajudar no sustento familiar (World Bank, 2012).

Apesar das dificuldades, a Guiné-Bissau possui diversas instituições de ensino, incluindo universidades privadas e públicas. Entre as principais instituições estão a Universidade Amílcar Cabral, que integra a Escola Nacional de Administração, a Escola Superior de Educação e a Faculdade de Direito, além da Faculdade de Medicina Raúl Diaz Arguelles (Mendy, 2007). No entanto, o sistema educacional do país se encontra em processo de recuperação devido ao impacto da guerra civil de 1999, que deslocou um terço da população e destruiu inúmeras escolas (World Bank, 2012).

A língua oficial do país é o português, falado por cerca de 60% da população, seja como primeira ou segunda língua (Mendy, 2007). Ainda assim, a maioria dos habitantes utiliza o *kriol*, uma língua crioula baseada no português, enquanto outras línguas africanas nativas também são amplamente faladas (Gordon, 2005). No que diz respeito à religião, o país é predominantemente muçulmano e praticante de religiões tradicionais africanas, com uma pequena minoria cristã, principalmente católica romana (Mendy, 2007; Gordon, 2005).

Economicamente, a Guiné-Bissau é um dos países com o PIB per capita mais baixo do mundo, reflexo de anos de instabilidade política e conflitos prolongados (World Bank, 2012). Apesar disso, o país é membro de várias organizações internacionais, incluindo a União Africana, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Organização para a Cooperação Islâmica, a União Latina, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Francofonia e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Mendy, 2007). Independentemente dos desafios econômicos, a Guiné-Bissau continua a buscar desenvolvimento e estabilidade, tentando reconstruir e fortalecer sua infraestrutura e instituições após anos de conflito e dificuldades.

6.4.3.2 Demografia e economia

A República da Guiné-Bissau possui uma população de 2.184.155 habitantes, distribuída entre 1.082.560 homens e 1.101.595 mulheres. O país se destaca pela diversidade étnica, cultural e linguística, com grupos étnicos distintos que ocupam regiões específicas do território. Os Fulas e os povos de língua Mandinga formam a maioria da população e estão concentrados principalmente no norte e nordeste. Já os Balantas habitam as regiões costeiras do sul, enquanto os Manjacos ocupam as áreas costeiras do centro e norte do país. Além disso,

existe uma presença significativa de mestiços de ascendência mista entre portugueses e africanos.

No âmbito econômico, a Guiné-Bissau depende fortemente da agricultura como base de sua economia. De acordo com o Banco Mundial (2024), a exportação de castanha de caju em bruto representa aproximadamente 90% do valor das exportações do país e gera rendimentos para cerca de 80% da população, composta em sua maioria por pequenos agricultores. Outros produtos importantes incluem peixe e nozes moídas. Contudo, o PIB per capita permanece um dos mais baixos do mundo, e mais de dois terços da população vive abaixo da linha da pobreza (Banco Mundial, 2024).

Apesar dos desafios, o país começou a apresentar avanços econômicos após a assinatura de um pacto de estabilidade entre os principais partidos políticos. Esse acordo resultou na implementação de um programa de reforma estrutural com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme aponta Gordon (2005), os principais desafios da Guiné-Bissau incluem a disciplina fiscal, a reconstrução da administração pública, a melhoria do ambiente econômico para atrair investimentos privados e a promoção da diversificação econômica, reduzindo a dependência excessiva da castanha de caju.

Em síntese, a Guiné-Bissau possui um vasto potencial agrícola, mas ainda enfrenta barreiras estruturais que limitam seu crescimento econômico e desenvolvimento. O apoio internacional, aliado à estabilidade política, representa uma oportunidade crucial para que o país implemente reformas necessárias e alcance um desenvolvimento mais sustentável.

6.4.3.3 Ciência da Informação

Conforme referenciamos nos textos anteriores, a maioria dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) enfrentou longas guerras pela independência nacional, seguidas por violentos conflitos internos e guerras civis que trouxeram instabilidades significativas após a independência. A política colonial, durante a sua administração, não permitiu o acesso em massa à educação e à cultura dos africanos. Esse fenômeno resultou na ausência de políticas voltadas à promoção e criação de redes de bibliotecas públicas e arquivos, que poderiam, de algum modo, fomentar práticas de leitura e a formação de profissionais para a gestão de infraestruturas documentais (Djalo, 2022).

Com o colapso final do império português entre 1974 e 1975, iniciaram-se os processos de independência, e o campo da Ciência da Informação (CI), particularmente o setor de bibliotecas e documentação, ficou nas mãos de poucos profissionais qualificados e

sem formação técnica específica. No caso da Guiné-Bissau, após a proclamação da independência, os novos dirigentes buscaram reconstruir a memória e a identidade nacional, criando núcleos de guarda e sistematização documental. Esses núcleos incluíam documentos impressos e manuscritos deixados pela administração colonial, que estavam dispersos, e em avançado estado de degradação. Esse esforço culminou na criação da Biblioteca Pública e Arquivos Históricos Nacionais, sob a dependência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), beneficiando da lei de depósito legal e dos arquivos nacionais (Djalo, 2022).

Segundo Cardoso (1987), o INEP foi criado com o objetivo de realizar pesquisas socioeconômicas, preservar o patrimônio nacional oral e escrito e criar instituições de gestão documental. Cientes de suas limitações, os dirigentes da Guiné-Bissau têm trabalhado para desenvolver cursos de formação de curto e longo prazo, tanto em instituições públicas quanto privadas no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Neste contexto, a Associação Guineense de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (AGBAD) desempenha um papel fundamental, promovendo essa visão em vários níveis. Atualmente, quatro instituições têm sido a base para a promoção da área no país: (i) Arquivo Histórico Nacional da Guiné-Bissau; (ii) Biblioteca Nacional da Guiné-Bissau; (iii) Centro de Documentação Amílcar Cabral; e (iv) Arquivo do Estado-Maior das Forças Armadas. Essas iniciativas representam um esforço significativo para consolidar a memória nacional e promover práticas eficazes de gestão documental na Guiné-Bissau, apesar dos desafios históricos e estruturais enfrentados desde a independência.

6.4.3.3.1 Instituições: bibliotecas e arquivos

Na Guiné-Bissau, o sistema de arquivos e bibliotecas é limitado e ainda em fase de desenvolvimento, especialmente quando comparado a outros países lusófonos. As principais instituições de preservação e gestão de documentos históricos e bibliográficos incluem:

(i) Arquivo Histórico Nacional da Guiné-Bissau: este arquivo tem como função principal a preservação e gestão de documentos históricos do país, especialmente os que datam do período colonial e pós-independência. O arquivo enfrenta desafios estruturais, incluindo a falta de infraestrutura moderna e recursos financeiros (Amaral, 2012).

(ii) Biblioteca Nacional da Guiné-Bissau: criada em 1979, a Biblioteca Nacional é a principal instituição responsável pela conservação do patrimônio literário do país. A biblioteca carece de infraestrutura adequada e de um acervo atualizado, sendo dependente de

doações internacionais. Além disso, enfrenta desafios significativos relacionados à digitalização de acervos e à falta de profissionais qualificados (Santos, 2015).

(iii) Arquivo do Estado-Maior das Forças Armadas: este arquivo contém documentos relacionados à história militar da Guiné-Bissau, principalmente sobre a luta pela independência do país, que foi liderada pelo PAIGC.

(iv) Centro de Documentação Amílcar Cabral: esta instituição é dedicada à preservação da memória de Amílcar Cabral, líder do movimento de independência. O centro é fundamental na preservação de documentos históricos relacionados ao período colonial e à luta pela independência da Guiné-Bissau. Essas instituições enfrentam dificuldades estruturais e financeiras, como a falta de recursos para a preservação dos acervos e a ausência de sistemas de gestão documental modernos.

6.4.3.3.2 Cursos: número ou quantidade

O número de cursos específicos nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e CI na Guiné-Bissau é muito limitado. A formação nas áreas de gestão documental e preservação de acervos geralmente ocorre por meio de parcerias internacionais e projetos de cooperação. O país oferece, esporadicamente, cursos de formação de curta duração, geralmente organizados em colaboração com organizações internacionais e universidades de países lusófonos. Um exemplo é o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que ofereceu cursos de formação para bibliotecários e arquivistas em 2010 (Amaral, 2012).

A Universidade Amílcar Cabral, a principal instituição de ensino superior da Guiné-Bissau não oferece uma formação específica em ciências relacionadas à informação ou gestão de bibliotecas e arquivos. Contudo, há formações complementares e workshops sobre a importância da preservação documental, muitas vezes realizados em parceria com organizações internacionais (Santos, 2015). Devido à escassez de cursos formais no país (Quadro 6), muitos profissionais são formados no exterior, principalmente em Portugal, em programas de intercâmbio e bolsas de estudo.

Quadro 6 - Curso de curta duração em instituições públicas de Guiné-Bissau

Instituição	Curso

Arquivo Histórico Nacional de Guiné-Bissau do INEP	• Curso de recuperação, tratamento e digitalização dos fundos. • Curso de fotografia digital.
Biblioteca Pública de Bissau/Nacional do INEP	• Curso de catalogação e indexação automáticas. • Cursos de curta duração integrados nos projetos do INEP com a Universidade Carlos III de Madrid.
Associação Guineense de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (AGBAD)	• Cursos regulares de formação interna com o apoio financeiro e pedagógico da Embaixada da Suécia Bissau, da Cooperação Francesa Da UNESCO.

Fonte: elaboração própria.

6.4.3.3.3 Currículos e planos de ensino: antigos e novos

A formação no campo da Biblioteconomia, Arquivologia e CI na Guiné-Bissau é uma área ainda em processo de desenvolvimento. A oferta de cursos e programas formais de formação foi limitada durante o período pós-independência, e a infraestrutura educacional ainda se encontra em processo de reconstrução. O sistema educacional foi fortemente influenciado pelos padrões coloniais portugueses, e, apenas recentemente, começou a sofrer reformas significativas.

Durante o período colonial (antigo currículo), a Guiné-Bissau não possuía instituições dedicadas ao ensino de Biblioteconomia e Arquivologia, e a maioria dos profissionais que atuavam no setor eram treinados em Portugal. A formação, conforme Amaral (2012), era essencialmente técnica e voltada para as necessidades da administração colonial. Após a independência, em 1974, houve poucos avanços imediatos na formação de profissionais nessa área, devido às limitações econômicas e políticas do país.

Atualmente, na Guiné-Bissau, as áreas relacionadas à gestão documental e à Biblioteconomia são ainda incipientes, o que torna a formação de profissionais nessas disciplinas um desafio. Conforme destaca Santos (2015), o país depende fortemente de cooperação externa para desenvolver e capacitar recursos humanos especializados, especialmente por meio de parcerias com instituições internacionais, como universidades portuguesas.

Diante dessa realidade, o foco atual está direcionado para a criação de cursos voltados para necessidades específicas, como a preservação do patrimônio histórico e cultural, estruturados em três áreas principais:

(i) Gestão de Documentos e Arquivos: esta área tem como objetivo principal a preservação do patrimônio documental do país, com uma forte ênfase na digitalização de documentos históricos. A digitalização é vista como uma estratégia essencial para conservar registros e facilitar o acesso à informação (Santos, 2015).

(ii) Preservação Digital e Gestão de Sistemas de Informação: Santos (2015) salienta que a incorporação de tecnologias digitais é fundamental para a preservação e disseminação de informação. Assim, cursos voltados para esta área promovem a utilização de sistemas de informação modernos e práticas que asseguram a preservação digital de documentos e arquivos.

(iii) Biblioteconomia e Organização de Acervos: embora ainda de forma limitada, a área aborda questões relacionadas à organização de bibliotecas e à preservação de acervos literários. De acordo com Santos (2015), as ações desenvolvidas nesse âmbito dependem, em grande medida, do apoio externo para a formação profissional e para o fortalecimento da infraestrutura.

Essas iniciativas educacionais são estruturadas para atender às demandas específicas da Guiné-Bissau e visam a valorização do patrimônio histórico-cultural. Como destaca Santos (2015), as parcerias internacionais desempenham um papel crucial nesse processo, possibilitando a capacitação de profissionais e o desenvolvimento de competências técnicas no país.

6.4.4 A República de Moçambique

6.4.4.1 História

Moçambique está situado no continente africano, especificamente na região da África Oriental, ao sudeste do continente. Com uma área territorial de aproximadamente 799.380 km², o país faz fronteira com seis países: África do Sul, Essuatíni (antiga Suazilândia), Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (Figura 5). A capital de Moçambique é Maputo, e o idioma oficial é o português. A moeda oficial, o Metical, apresenta um baixo valor de mercado internacional em relação ao dólar americano (Silva, 2014).

Figura 5 - Mapa da República de Moçambique



Fonte: Maps of World (2014) *apud* Warfare blog (2021).

Em termos de características físicas, Moçambique se destaca por seu extenso litoral banhado pelo Oceano Índico, o que favorece atividades econômicas ligadas ao turismo, pesca e comércio marítimo. No sul do país, predominam planícies, enquanto as regiões centro e norte apresentam planaltos e montanhas, oferecendo uma maior diversidade de relevo.

De acordo com Silva (2014), o rio Zambeze, o mais importante do país, serve como uma divisão natural entre o norte e o sul, formando duas grandes regiões distintas. O clima

predominante é tropical, caracterizado por uma estação seca e outra chuvosa ao longo do ano. Essa condição climática influencia diretamente a vegetação local, onde ao norte, predominam árvores de alto e médio porte; ao sul, a paisagem é composta principalmente por campos arbustivos e vegetação gramínea e na zona costeira, encontram-se mangais.

Antes da chegada dos europeus, a região onde hoje é Moçambique era habitada por diversos povos Bantu. Esses povos desenvolveram uma economia baseada na agricultura, pesca e mineração. Moçambique era uma importante rota comercial, conectando o interior da África com os comerciantes árabes, persas e indianos ao longo da costa do Oceano Índico. Cidades como Sofala e Ilha de Moçambique eram centros comerciais prósperos, especialmente no comércio de ouro, marfim e escravos.

No contexto das Grandes Navegações do século XV, os portugueses chegaram à costa de Moçambique no final desse período. Segundo Silva (2014), inicialmente os portugueses não colonizaram o território, mas capturavam pessoas no interior para comercializá-las como escravas no continente americano. A chegada oficial ocorreu em 1498, quando Vasco da Gama liderou as explorações portuguesas em busca de uma rota para as Índias. Nos séculos XVI e XVII, Portugal estabeleceu postos comerciais e fortalezas ao longo da costa, destacando-se a Ilha de Moçambique, que se tornou a capital colonial. Durante esse período, Moçambique se consolidou como uma das principais fontes de escravos destinados ao tráfico transatlântico e às plantações em colônias portuguesas, como o Brasil (Silva, 2014).

No final do século XIX, Portugal avançou na consolidação do domínio colonial em Moçambique, enfrentando resistências de povos locais, como os Nguni e os Macuas (Silva, 2014). Esses confrontos evidenciaram os desafios da ocupação portuguesa, que só se tornou plena nesse período.

Com o avanço de ideologias comunistas e anticoloniais em diversas regiões da África, muitos movimentos políticos clandestinos surgiram em Moçambique, defendendo a independência do país. Esses movimentos criticavam as políticas coloniais, alegando que os planos de desenvolvimento eram elaborados apenas em benefício da população portuguesa residente no território, enquanto pouca atenção era dada às comunidades nativas e à integração das tribos moçambicanas (Brito, 2019).

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, liderou o movimento pela independência. Sob a liderança de Eduardo Mondlane, a FRELIMO iniciou, em setembro de 1964, uma luta armada contra o governo português. O conflito em Moçambique fez parte da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), que também ocorreu em

outras colônias, como Angola e Guiné Portuguesa. Nesse cenário, o exército português concentrou seus esforços no controle de centros populacionais, enquanto as forças de guerrilha da FRELIMO buscavam expandir sua influência em áreas rurais, principalmente no norte e oeste do país (Brito, 2019).

Após dez anos de guerra, a independência de Moçambique foi conquistada em um contexto marcado pela Revolução dos Cravos, ocorrida em abril de 1974 em Lisboa. Esse golpe militar substituiu o regime autoritário do Estado Novo por uma junta militar de esquerda, abrindo caminho para o fim da guerra colonial. Após os Acordos de Lusaka, a FRELIMO assumiu o controle do território moçambicano, e Moçambique se tornou independente em 25 de junho de 1975, após mais de quatro séculos de domínio português (Newitt, 1995). Como consequência da independência, cerca de 250 mil portugueses que viviam em Moçambique deixaram o país. Alguns foram expulsos pelo novo governo, enquanto outros fugiram por medo das mudanças políticas e da instabilidade do período.

De acordo com Alex Vines (1996), o partido FRELIMO assumiu após a independência o poder, adotando um regime socialista. No entanto, a instabilidade interna e a oposição política levaram à formação da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), inicialmente apoiada pelos governos do Zimbabué e da África do Sul, como parte de estratégias regionais de contenção ao socialismo. As principais causas da guerra foram as divergentes ideologias. A FRELIMO buscava consolidar o socialismo, enquanto a RENAMO se opunha ao governo centralizado e usava o discurso de liberdade e pluralismo político.

A guerra foi intensificada pelo apoio externo, com a África do Sul e a Rodésia (atual Zimbabué) financiando a RENAMO como forma de desestabilizar Moçambique. Para das divergências ideológicas entre as duas forcas, os problemas econômicos, as desigualdades regionais e resistência a políticas governamentais, como a coletivização forçada, também contribuíram para a eclosão do conflito. Como consequências da guerra civil, aproximadamente 1 milhão de pessoas morreram e milhões de civis foram deslocados internamente ou buscaram refúgio em países vizinhos. Várias infraestruturas foram destruídas, incluindo estradas, escolas e hospitais.

A economia ficou paralisada, e Moçambique se tornou um dos países mais pobres do mundo. O tecido social foi severamente afetado, com comunidades fragmentadas e um legado de traumas entre a população (Vines, 1996). O conflito terminou oficialmente em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, mediado por organizações internacionais e a

Igreja Católica. Esse acordo resultou em: (i) cessar-fogo; (ii) realização de eleições multipartidárias em 1994; e (iii) integração de antigos combatentes na sociedade e no exército.

Embora a paz tenha sido alcançada, tensões políticas e episódios esporádicos de violência continuaram ao longo das décadas seguintes, com a RENAMO e a FRELIMO disputando o poder político e militar. Moçambique segue trabalhando para superar os impactos da guerra e fortalecer sua estabilidade política e econômica.

6.4.4.2 Demografia e economia

De acordo com dados estatísticos de 2024 do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, o país possui uma população estimada em cerca de 33 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de 2,5%. A população é composta por 16.098.427 homens e 17.145.987 mulheres, sendo que 66% das pessoas vivem em áreas rurais, enquanto 34% estão concentradas nas zonas urbanas (INE, 2025).

A maioria da população pertence a grupos étnicos Bantu, destacando-se os Macuas, Tsongas, Senas, Chopes e Macondes, que preservam tradições culturais únicas (INE, 2025). Moçambique também se caracteriza pela diversidade linguística, contando com cerca de 30 línguas nacionais, com o português como a língua oficial do país.

As principais áreas urbanas, como a capital Maputo, além de cidades como Beira e Nampula, concentram grande parte das atividades econômicas e da infraestrutura moderna. Contudo, as zonas rurais permanecem como o lar predominante da população moçambicana, com a agricultura desempenhando um papel fundamental no sustento dessas comunidades (INE, 2025). O país possui uma população jovem, com mais de 60% das pessoas abaixo dos 25 anos, o que reflete altas taxas de natalidade. As principais religiões praticadas são o cristianismo (católicos e protestantes), o islamismo (predominante nas regiões costeiras do norte) e religiões tradicionais africanas. A taxa de alfabetização está em torno de 60%, mas com disparidades significativas.

A agricultura é a principal atividade econômica, empregando cerca de 70% da população. O setor é dominado por pequenos agricultores de subsistência que cultivam produtos como milho, mandioca, arroz, amendoim e feijão. Culturas comerciais, como algodão, castanha de caju e cana-de-açúcar, também são relevantes. O país possui vastas reservas de recursos naturais, incluindo gás natural, carvão mineral, titânio e grafite. Descobertas recentes de grandes reservas de gás natural *offshore* colocaram Moçambique

como um dos principais futuros exportadores de Gás Natural Liquefeito (GNL), atraindo investimentos estrangeiros significativos.

O setor industrial é composto por indústrias de processamento de alimentos, bebidas, tabaco, cimento e alumínio. Grandes projetos de infraestrutura, como portos, ferrovias e estradas, estão sendo desenvolvidos para apoiar a exploração de recursos e o comércio internacional. O turismo também é uma fonte crescente de renda, com praias paradisíacas, reservas naturais e parques nacionais atraindo visitantes. Destaques incluem o arquipélago de Bazaruto, a reserva de Gorongosa e a rica cultura local. Moçambique combina uma rica diversidade cultural com vastos recursos naturais, mas o progresso depende da resolução de desafios internos e da consolidação de políticas inclusivas para um desenvolvimento sustentável.

Desde 2001, Moçambique tem apresentado um crescimento econômico significativo, com o Produto Interno Bruto (PIB) atingindo 20,62 mil milhões de dólares em 2023, um aumento em relação aos 18,41 mil milhões de dólares em 2022. Apesar desse crescimento, o PIB per capita permanece baixo, situando-se em 602,92 dólares em 2023. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Moçambique tem demonstrado progresso ao longo dos anos, passando de 0,238 em 1990 para 0,461 em 2022, o que representa um crescimento de 92,9%. No entanto, o país ainda ocupa uma posição baixa no ranking global, situando-se na 183ª posição entre 191 países em 2022.

A esperança de vida ao nascer também apresentou melhorias, crescendo de 56,1 anos em 2014 para 60,9 anos em 2020. Apesar desse progresso, Moçambique continua a enfrentar desafios significativos em termos de desigualdade de renda e outros indicadores sociais, o que reforça a sua classificação como um dos países menos desenvolvidos do mundo. Em resumo, apesar de Moçambique registrar um crescimento econômico notável nas últimas décadas, os benefícios desse avanço não se traduziu de forma efetiva em melhorias significativas nos indicadores sociais, como IDH, expectativa de vida e desigualdade, mantendo o país em uma posição frágil no cenário global.

6.4.4.3 A educação em Moçambique

A educação em Moçambique tem sido um dos setores centrais das políticas públicas desde a independência em 1975. Ao longo dos anos, o país passou por várias reformas no Sistema Nacional de Educação (SNE), destacando-se as de 1983, 1992 e 2018, que refletem mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, a Lei 18/2018 estabelece a

escolaridade obrigatória de nove classes, abrangendo o ensino básico, e organiza o sistema em modalidades de pré-escolar, escolar (básico e secundário), técnico-profissional e extraescolar. Houve avanços significativos, sobretudo na expansão do acesso: as taxas de matrícula no ensino primário cresceram bastante, contribuindo para a redução gradual do analfabetismo e para o aumento da participação das crianças em idade escolar. Também se registam esforços para melhorar a formação de professores e a disponibilização de material didático, ainda que com limitações.

Apesar dos progressos, a educação em Moçambique enfrenta grandes desafios. Um dos mais preocupantes é a qualidade de ensino. Muitos alunos chegam à terceira classe sem competências básicas de leitura e escrita, o que compromete todo o processo de aprendizagem subsequente. O sistema ainda privilegia muito a memorização em detrimento do pensamento crítico, da criatividade e da aplicação prática do conhecimento. Além disso, as desigualdades regionais são marcantes: nas províncias do centro e do norte, as taxas de abandono escolar são mais altas e as condições das escolas são mais precárias. O abandono precoce continua a ser uma realidade, influenciado por fatores como a pobreza, a distância até à escola, os casamentos prematuros e a necessidade de trabalho infantil em algumas comunidades.

A infraestrutura escolar representa outro ponto frágil. Muitas escolas funcionam sem condições adequadas, com salas superlotadas, falta de carteiras, livros e materiais básicos, bem como deficiências em saneamento e acesso à água potável. A proporção aluno/professor continua elevado, dificultando um acompanhamento individualizado. A formação e capacitação contínua dos professores também é insuficiente, o que reflete na persistência de métodos tradicionais e pouco interativos. Soma-se a isso o absentismo docente e a dificuldade em atrair e reter profissionais qualificados, sobretudo nas zonas rurais.

Com relação ao financiamento, embora a educação represente uma fatia importante do orçamento nacional, os recursos ainda são insuficientes para responder às necessidades do setor. A distribuição não é equitativa e as políticas públicas enfrentam obstáculos na sua implementação efetiva. A era digital acrescenta novos desafios: o acesso à Internet e às tecnologias educativas ainda é restrito, os custos são elevados e as escolas carecem de condições para integrar ferramentas digitais de forma pedagógica. Isso mantém o país preso a um modelo de ensino baseado na repetição e memorização, com pouco espaço para a autonomia do aluno e para o uso criativo da informação.

Apesar desse quadro, há caminhos possíveis para melhorar o cenário educacional em Moçambique. O fortalecimento da formação inicial e contínua dos professores, com ênfase

em metodologias modernas e uso de tecnologias, é um passo essencial. Igualmente importante é o investimento em infraestrutura escolar, incluindo salas de aula dignas, saneamento adequado, bibliotecas, laboratórios e acesso digital. A revisão curricular para privilegiar competências práticas, pensamento crítico e ligação com o mercado de trabalho pode tornar a escola mais relevante para os estudantes. É fundamental ainda reduzir desigualdades regionais, com políticas direcionadas às áreas mais vulneráveis, bem como criar mecanismos de monitoramento eficazes que permitam avaliar o impacto real das políticas educativas. Por fim, aumentar o acesso à educação pré-escolar e promover maior envolvimento das comunidades, famílias e organizações locais no processo educativo pode contribuir para uma escola mais inclusiva e de qualidade, capaz de responder às necessidades da sociedade moçambicana contemporânea.

6.4.4.3.1 Período colonial

Durante o período colonial, a educação em Moçambique foi marcada por um forte caráter seletivo e discriminatório. O sistema educacional era estruturado para privilegiar a minoria de colonos portugueses e alguns assimilados, enquanto a maioria da população africana tinha acesso apenas a escolas rudimentares ou missões religiosas, destinadas a formar mão de obra barata e submissa.

Foi nesse contexto que surgiu a primeira universidade em Moçambique: a Universidade de Lourenço Marques (ULM), criada em 1962. A sua fundação esteve inserida em uma política colonial de "modernização" tardia, quando Portugal tentava mostrar à comunidade internacional que as colônias estavam em processo de desenvolvimento e integração ao "mundo moderno".

Contudo, a ULM nasceu com um caráter excludente. A estrutura curricular, os docentes e os métodos de ensino eram essencialmente europeus, voltados para os padrões acadêmicos portugueses. O acesso era restrito, quase exclusivamente aos filhos de colonos e de assimilados, uma pequena elite africana que conseguia preencher os rígidos requisitos impostos pelo sistema colonial. Para a maioria dos moçambicanos, o ensino superior permanecia um espaço fechado e inacessível, refletindo as desigualdades raciais, sociais e econômicas da época.

Assim, o surgimento da universidade, em vez de representar democratização do conhecimento, reforçou a segregação educacional. O ensino superior se tornou um instrumento político e ideológico do colonialismo, legitimando a presença portuguesa e

formando quadros alinhados aos interesses do regime, em detrimento da ampla maioria da população nativa.

6.4.4.3.2 Período pós-colonial

Com a independência nacional em 25 de junho de 1975, Moçambique herdou um sistema educacional profundamente desigual e elitista. A Universidade de Lourenço Marques, criada em 1962 para servir aos interesses coloniais, foi transformada em Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em homenagem ao primeiro presidente da FRELIMO. Essa mudança de nome simbolizou não apenas a ruptura com o passado colonial, mas também o compromisso de construir uma instituição ao serviço do povo moçambicano (Serra, 2000).

Nos primeiros anos após a independência, a educação se tornou prioridade estratégica do novo governo. A política educacional pós-colonial teve como objetivo central a massificação e a democratização do acesso ao ensino em todos os níveis. Programas de alfabetização em larga escala foram implementados, buscando reduzir drasticamente os altos índices de analfabetismo herdados do colonialismo (Mendonça, 2010).

No ensino superior, a UEM passou a enfrentar o desafio de formar rapidamente quadros nacionais para substituir os técnicos estrangeiros que abandonaram o país após a independência. Em 1975, mais de 80% dos docentes da ULM eram estrangeiros; após a independência, muitos retornaram a Portugal, deixando um vazio que exigiu soluções emergenciais (Cabaço, 2007). Nesse contexto, foi estabelecida a cooperação internacional com países aliados, como Cuba, União Soviética e Alemanha Oriental, que enviaram professores e técnicos para apoiar a formação de moçambicanos (Santos Júnior, 2022).

Apesar do esforço de expansão e da orientação popular, a UEM manteve certas limitações estruturais herdadas do período colonial, como currículos pouco adaptados à realidade local e a concentração de cursos em áreas tradicionais (Direito, Medicina, Engenharia). Ainda assim, foi nesse período que se iniciou o processo de moçambicanização do ensino superior, com maior inserção de estudantes africanos e a tentativa de alinhar o ensino universitário às necessidades do desenvolvimento nacional (Serra, 2000; Mendonça, 2010).

Portanto, o período pós-colonial se caracterizou por uma ruptura simbólica e política em relação ao passado excludente, ao mesmo tempo em que revelava os enormes desafios de expandir e nacionalizar o ensino superior em um país recém-independente e marcado por escassez de recursos humanos e materiais.

6.4.4.4 Institucionalização da ideologia marxista

Com a independência em 1975, Moçambique passou a ser governado pela FRELIMO, que assumiu o marxismo-leninismo como ideologia oficial do Estado. Essa orientação política teve reflexos diretos e profundos na educação, concebida como instrumento estratégico de transformação social, política e econômica (Cabaço, 2007).

A educação foi entendida não apenas como um direito, mas sobretudo como arma de libertação e de construção do "Homem Novo", cidadão consciente, produtivo e alinhado com os princípios da revolução socialista. Nesse sentido, a UEM, criada a partir da antiga ULM, foi reorganizada para se tornar um espaço de formação de quadros nacionais comprometidos com a construção do socialismo moçambicano (Mendonça, 2010).

A política educacional pós-independência se baseou em dois eixos: massificação do acesso e politização do ensino. Programas de alfabetização em larga escala foram lançados em todo o território nacional, vinculados à luta contra o obscurantismo e o "atraso colonial". Ao mesmo tempo, introduziu-se em todos os níveis de ensino a disciplina de Educação Política, voltada para a difusão dos valores do marxismo-leninismo, da solidariedade socialista e do internacionalismo proletário (Serra, 2000).

Na UEM, o currículo foi adaptado para atender às necessidades de desenvolvimento nacional e para formar técnicos e profissionais que sustentassem o novo Estado socialista. A cooperação com países aliados do bloco socialista (União Soviética, Cuba, Alemanha Oriental, Bulgária) foi essencial para suprir a falta de docentes e enviar estudantes moçambicanos para formação no exterior (Santos Júnior, 2022).

A universidade se tornou um espaço de produção de conhecimento alinhado à ideologia do partido-Estado. O ensino superior tinha como objetivo central não apenas a formação técnico-científica, mas a formação ideológica, preparando profissionais comprometidos com o projeto socialista da FRELIMO.

Apesar do entusiasmo inicial, o modelo marxista-leninista enfrentou grandes desafios. O país sofria com a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros; a guerra civil iniciada em 1977 agravou a situação, destruindo escolas e universidades. Além disso, a rigidez ideológica dificultava a adaptação da educação às necessidades locais, impondo um modelo que, embora politicamente mobilizador, revelou limitações na resposta aos problemas estruturais do país (Mendonça, 2010).

Assim, a institucionalização da ideologia marxista na educação moçambicana foi, ao mesmo tempo, uma tentativa de ruptura com o elitismo colonial e um projeto político de construção de uma sociedade socialista. Apesar dos avanços na alfabetização e na nacionalização da universidade, o processo esteve permeado de contradições, especialmente devido ao contexto de guerra e crise econômica.

6.4.4.5 Educação na economia de mercado: massificação das Instituições de Ensino Superior e a institucionalização da Ciência da Informação em Moçambique

A história da educação em Moçambique reflete, em grande medida, os diferentes projetos políticos que marcaram a trajetória do país, desde a dominação colonial até a atual inserção na economia globalizada. Durante o período colonial, a educação foi concebida como instrumento de segregação social e racial. O sistema educacional se dividia entre um ensino pleno, destinado aos colonos portugueses, e uma instrução rudimentar, oferecida à população africana, sobretudo por meio de escolas missionárias que visavam formar mão de obra barata e obediente (Mendonça, 2010; Serra, 2000). A criação da ULM, em 1962, representou a institucionalização do ensino superior, mas manteve-se profundamente elitista e excludente: os cursos eram voltados para os interesses administrativos da metrópole, seguindo currículos europeus e admitindo quase exclusivamente colonos e assimilados africanos. Em 1973, às vésperas da independência, os estudantes africanos permaneciam uma minoria residual no corpo discente (Cabaço, 2007).

Com a independência nacional em 1975, iniciou-se uma ruptura simbólica e política. A ULM transformou-se em UEM, assumindo a missão de servir ao povo moçambicano. O novo governo, dirigido pela FRELIMO, adotou o marxismo-leninismo como ideologia oficial, e a educação passou a ser concebida como arma de libertação e construção do “Homem Novo”. O Estado priorizou a alfabetização em massa e a expansão do acesso, ao mesmo tempo em que politizou o ensino através da disciplina de Educação Política e de conteúdos orientados pela ideologia socialista (Cabaço, 2007; Mendonça, 2010). No ensino superior, a cooperação com países do bloco socialista - como Cuba e União Soviética - foi decisiva para suprir a falta de docentes e formar quadros nacionais. Contudo, as limitações materiais, a rigidez ideológica e a eclosão da guerra civil a partir de 1977 impuseram enormes obstáculos, revelando contradições entre o ideal revolucionário e a realidade socioeconômica (Serra, 2000).

A partir da segunda metade da década de 1980, e de forma mais consolidada nos anos 1990, Moçambique ingressou na economia de mercado, no contexto das reformas estruturais promovidas por instituições financeiras internacionais. Esse novo paradigma teve impacto direto no setor educacional, que passou de um modelo centralizado para uma lógica de diversificação e abertura à iniciativa privada. O ensino superior entrou em processo de massificação, com a criação de novas instituições públicas e privadas: além da UEM, surgiram a Universidade Pedagógica (UP), a Universidade Católica de Moçambique (UCM), a Universidade Politécnica (A Politécnica), entre outras, consolidando um sistema mais plural e competitivo (Santos Júnior, 2022).

Paralelamente, consolidou-se em Moçambique a institucionalização da Ciência da Informação (CI), área estratégica para a sociedade da informação e para a modernização do Estado. A Escola de Comunicação e Artes da UEM e a Escola Superior de Jornalismo (ESJ) desempenharam papel fundamental na formação de profissionais em Biblioteconomia, Arquivística e CI, enquanto instituições como o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e a Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM) se fortaleceram como centros de preservação documental e produção de conhecimento. Ainda que persistam desafios ligados à qualidade, desigualdades regionais e limitações de infraestrutura tecnológica, o período da economia de mercado marcou a expansão e a consolidação da educação superior e inseriu definitivamente a CI no espaço acadêmico e profissional moçambicano (Mendonça, 2010; Santos Júnior, 2022).

Assim, a trajetória educacional de Moçambique pode ser compreendida em três grandes momentos: o colonial, caracterizado pela exclusão e elitismo; o pós-colonial marxista, voltado para a massificação e a politização; e o da economia de mercado, marcado pela diversificação institucional, pela massificação do acesso e pela institucionalização da CI como campo estratégico para o desenvolvimento do país.

6.4.4.6 Ciência da Informação

A história da CI em Moçambique está profundamente ligada ao processo de desenvolvimento social, político e econômico do país, especialmente após a independência de Portugal em 1975. Como destaca Pinto (2015), a CI é um campo de estudo que abrange a coleta, organização, armazenamento, disseminação e uso de informações, com implicações diretas em áreas como Biblioteconomia, Arquivística, Gestão de Dados e Tecnologias da Informação.

Antes da independência, Moçambique estava sob domínio colonial português, com uma infraestrutura de informação limitada e pouco desenvolvida. Havia uma centralização dos recursos informacionais em instituições coloniais, cujo acesso era restrito à população elitista. Não havia ênfase em bibliotecas, arquivos ou práticas sistemáticas de gestão da informação. Com a independência, em 1975, o governo moçambicano passou a implementar políticas voltadas ao desenvolvimento do país, periodizando áreas como educação, ciência e tecnologia. Nesse contexto, a CI começou a ganhar reconhecimento como um campo crucial para impulsionar o desenvolvimento social e econômico da nação (Carvalho, 2011).

Nos primeiros anos pós-independência, Moçambique enfrentou desafios significativos, como a falta de infraestrutura, a escassez de profissionais qualificados e o limitado acesso à informação. No entanto, começaram a surgir iniciativas para a formação de profissionais de informação, sendo a UEM, em Maputo, uma das pioneiras na oferta de cursos em Biblioteconomia e gestão da informação. Durante esse período, a formação de bibliotecários e arquivistas foi considerada essencial para organizar e modernizar os sistemas de informação do país (Carvalho, 2011).

A guerra civil que assolou Moçambique entre 1977 e 1992 trouxe impactos profundos, afetando diretamente a infraestrutura de informação, as bibliotecas, os arquivos e os centros de documentação. Mesmo diante desse cenário de destruição, esforços continuaram para a preservação do patrimônio cultural e histórico do país. Além disso, as políticas públicas continuaram a focar em iniciativas de modernização do acesso à informação como parte fundamental para o desenvolvimento nacional (Carvalho, 2011).

Com a assinatura dos acordos de paz e a estabilização política, Moçambique entrou em um período de crescimento significativo nas últimas décadas do século XX, o que trouxe novos desafios e oportunidades para a CI (Amaral; Salomão, 2019). A introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) começou a transformar o panorama informacional do país. As bibliotecas iniciaram processos de digitalização de coleções e implementaram sistemas informatizados de gestão, principalmente nas áreas urbanas, como Maputo. Contudo, essa modernização encontrou obstáculos em regiões rurais e de difícil acesso, devido à infraestrutura deficiente e ao elevado custo das tecnologias (Amaral; Salomão, 2019).

No início do século XXI, a CI em Moçambique passou a focar-se na integração das TIC e na adaptação às novas demandas da sociedade digital. A introdução mais ampla da internet, principalmente a partir dos anos 2000, possibilitou que o acesso à informação

atingisse um público mais abrangente (Amaral; Salomão, 2019). A educação superior também se expandiu, com cursos não apenas na UEM, mas em outras instituições de ensino superior do país.

Entretanto, desafios persistentes permanecem, como a ausência de uma política nacional clara para o gerenciamento da informação em setores essenciais, como saúde, educação e governança. Apesar disso, esforços notáveis têm sido empreendidos para a capacitação de recursos humanos e para iniciativas de digitalização e preservação digital (Amaral; Salomão, 2019).

A história da CI em Moçambique também foi marcada pela influência da União Soviética. Após a independência em 1975, a União Soviética se tornou um parceiro importante na formação de quadros técnicos e científicos. Muitos moçambicanos foram enviados para universidades soviéticas para se especializarem em áreas como Ciência da Computação e Biblioteconomia. O impacto dessa formação foi significativo, pois, ao retornarem, esses profissionais aplicaram os conhecimentos adquiridos, contribuindo para o desenvolvimento da CI no país (Taylor, 1987). Assim, o cenário da CI em Moçambique reflete uma trajetória de desafios e avanços, marcada pela introdução das TIC, pelo aumento do acesso à informação e pela necessidade contínua de políticas eficazes e investimentos em infraestrutura e capacitação.

Além disso, a formação de profissionais em áreas como Biblioteconomia e CI foi relevante para a construção da infraestrutura de informação em Moçambique. Durante as décadas de 1980 e 1990, iniciou-se um processo de modernização das bibliotecas e digitalização de conteúdos, mesmo que limitado pela escassez de recursos. Esse avanço contou com o apoio de diferentes organizações internacionais, incluindo a União Soviética, que teve um papel significativo nesse contexto.

Conforme Taylor (1987), a União Soviética, conhecida pelo seu forte foco em ciência e tecnologia, influenciou diversos aspectos do desenvolvimento da CI em Moçambique. Além de fornecer apoio acadêmico, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) compartilhou práticas essenciais para a organização da informação, como sistemas de catalogação e classificação de documentos. Tais métodos foram fundamentais para a estruturação e modernização das bibliotecas e arquivos moçambicanos, facilitando a organização e preservação do conhecimento no país. Em termos de tecnologia, a União Soviética foi uma das principais fornecedoras de equipamentos, como computadores e

sistemas de automação, que ajudaram a modernizar o setor de CI no país. No entanto, a disponibilidade limitada de recursos e as dificuldades.

Em suma, a relação entre a União Soviética e Moçambique no contexto da CI foi marcada por uma colaboração importante na formação de recursos humanos e na transferência de conhecimento e tecnologia. No entanto, o impacto dessa colaboração no longo prazo foi afetado por fatores econômicos e políticos, especialmente após o fim da União Soviética. Apesar das dificuldades, a influência soviética foi fundamental para o início da modernização das bibliotecas e da organização da informação em Moçambique, com um legado que ainda pode ser observado.

6.4.4.6.1 Biblioteconomia e Arquivologia

A Biblioteconomia, assim como a Arquivologia, começou a se desenvolver sob a influência do colonialismo, com as bibliotecas estabelecidas principalmente nas áreas urbanas e voltadas para a educação dos colonos. As bibliotecas públicas, se existiam, eram poucas e estavam subordinadas ao sistema colonial. Durante esse tempo, os arquivos eram predominantemente utilizados pela administração colonial portuguesa e estavam centralizados no controle governamental e na administração pública. A preservação e organização de documentos não eram voltadas para a população moçambicana, mas sim para o benefício do poder colonial.

Após a independência, houve uma reconfiguração do sistema de gestão e preservação de documentos, e Moçambique investiu em um projeto de alfabetização e acesso à informação para toda a população, com ênfase no fortalecimento da Biblioteconomia e na expansão das bibliotecas em áreas rurais. O governo incentivou a criação de bibliotecas públicas e comunitárias como forma de disseminar conhecimento, fortalecer a identidade nacional e promover a educação, especialmente após a independência. O processo de nacionalização e a necessidade de construir um novo estado levaram à criação de órgãos responsáveis pela administração de arquivos públicos, como o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). Além disso, a formação de profissionais na área de Arquivologia começou a ser promovida, com a criação de cursos e programas especializados nas universidades (Reis, 2015).

Entretanto, o desenvolvimento da Arquivologia em Moçambique foi significativamente prejudicado pelos desafios econômicos e políticos enfrentados pelo país. Durante a guerra civil (1977-1992), a preservação de documentos públicos foi amplamente negligenciada, resultando na destruição ou deterioração de muitos arquivos (Reis, 2015).

Após o término do conflito, iniciou-se um esforço de reconstrução e revitalização dos arquivos nacionais, com apoio de organismos internacionais e iniciativas destinadas a melhorar a gestão e conservação documental (Reis, 2015).

Por outro lado, a Biblioteconomia também enfrentou obstáculos consideráveis, como a escassez de recursos financeiros, a falta de infraestrutura adequada e a carência de profissionais qualificados (Reis, 2015). Conforme aponta Reis (2015), foi apenas na década de 1980 que a formação de bibliotecários começou a ser sistematizada, com a criação de cursos de Biblioteconomia em universidades moçambicanas. Adicionalmente, programas de cooperação internacional e o papel ativo de organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) foram essenciais na promoção e fortalecimento da Biblioteconomia no país.

Tanto a Arquivologia quanto a Biblioteconomia em Moçambique compartilham desafios comuns, como a falta de recursos, a escassez de profissionais qualificados e a necessidade de modernizar as tecnologias de gestão da informação. Além disso, a preservação do patrimônio documental e a formação contínua de profissionais constituem pontos centrais. Conforme destaca Reis (2015), é fundamental promover uma maior conscientização sobre a importância do acesso à informação e da preservação documental para garantir o futuro desses campos no país.

As perspectivas para o futuro da Arquivologia e da Biblioteconomia em Moçambique incluem a maior digitalização de arquivos e bibliotecas, a melhoria na formação de profissionais na área e o fortalecimento da infraestrutura de gestão de informações. O país tem se beneficiado da cooperação internacional e de programas de capacitação que visam superar os desafios históricos e modernizar a gestão da informação, tanto em arquivos quanto em bibliotecas. Em resumo, a Arquivologia e a Biblioteconomia em Moçambique têm uma trajetória marcada por dificuldades históricas, mas também por importantes avanços, especialmente após a independência. O país continua a lutar pela preservação do seu patrimônio documental e pelo fortalecimento do acesso à informação para todos os seus cidadãos (Reis, 2015).

6.4.4.6.2 Instituições: biblioteca e arquivos

Em Moçambique, as bibliotecas e os arquivos desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio cultural, no desenvolvimento educacional e no apoio à pesquisa. O país tem algumas instituições dedicadas a esses dois setores, muitas das quais são

responsáveis pela coleta, organização, conservação e disseminação de documentos e livros importantes, tanto para a educação como para a memória histórica.

BNM, localizada em Maputo é a principal instituição responsável pela preservação e disseminação do patrimônio bibliográfico e documental do país. Ela coleciona livros, periódicos, teses, dissertações e outros materiais escritos, com o objetivo de preservar a história e a cultura moçambicana. Também promove a leitura e o desenvolvimento de programas educativos. Fundada em 1961, a BNM desempenha um papel fundamental no acesso à informação e na promoção da literacia informacional no país.

Segundo Amaral e Salomão (2019), a biblioteca serve como um repositório central para a documentação nacional e um centro de recursos para a pesquisa e o desenvolvimento cultural. A Biblioteca Nacional coleciona e conserva uma vasta gama de materiais, incluindo livros, periódicos, documentos governamentais e publicações acadêmicas. A preservação desses materiais garante que o conhecimento e a cultura moçambicanos sejam mantidos para futuras gerações. A biblioteca promove a literacia informacional por meio de programas educacionais e de treinamento. Isso inclui *workshops* e cursos sobre habilidades de pesquisa, uso de bibliotecas e acesso à informação digital.

Reis (2015), afirma que, a BNM oferece serviços de referência e acesso ao público, fornecendo suporte para pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral. Isso inclui a disponibilização de espaço para estudo e consulta, além de serviços de empréstimo e pesquisa. A biblioteca tem se adaptado às mudanças tecnológicas, implementando sistemas de gerenciamento de bibliotecas e promovendo o acesso a recursos digitais. Isso inclui a integração de catálogos eletrônicos e o desenvolvimento de serviços on-line para ampliar o acesso à informação.

Amaral e Salomão (2019) entendem que a BNM é um pilar fundamental para o desenvolvimento da CI no país. Ao fornecer acesso a uma ampla gama de recursos informacionais e promover a literacia informacional, a biblioteca contribui para a capacitação dos cidadãos e para o avanço acadêmico e cultural de Moçambique. Existem também várias bibliotecas públicas, nomeadamente, regionais e municipais em todo o país sobre a responsabilidade dos governos municipais e regionais. Essas bibliotecas fornecem acesso à literatura, informações educativas e recursos para a comunidade. Exemplos incluem a Biblioteca Central de Maputo e outras bibliotecas em cidades como Beira, Nampula e Quelimane.

A UEM, localizada em Maputo, se destaca como uma das principais instituições de ensino superior em Moçambique. Conta com uma biblioteca central moderna que abrange diversas áreas do conhecimento, além de bibliotecas especializadas, que atendem setores específicos. Esses espaços são essenciais para apoiar estudantes, professores e pesquisadores, oferecendo acesso a uma ampla gama de recursos, como livros, periódicos, materiais audiovisuais e plataformas digitais. A UEM desempenha um papel crucial na formação de profissionais e no incentivo à pesquisa científica no país.

Paralelamente, o AHM é uma instituição indispensável para a preservação da história documental de Moçambique. Criado em 1924, o AHM é o principal repositório de arquivos históricos do país, com documentos que abrangem desde o período colonial até a atualidade. Este acervo contém informações valiosas sobre a luta pela independência, a administração colonial, e outros momentos importantes do desenvolvimento político, social e econômico do país (Reis, 2015).

As principais atribuições do AHM incluem: (i) recolha e preservação, isto é, garantir a proteção de registros históricos importantes; (ii) gestão e disponibilização, com a responsabilidade de organizar e facilitar o acesso ao acervo para pesquisadores e o público; e, (iii) suporte à investigação, isto é, fornecerem subsídios para estudos acadêmicos e jurídicos. O acervo do AHM oferece uma visão abrangente de diferentes fases da história de Moçambique, permitindo investigações sobre o período colonial, a transição para a independência e os anos subsequentes. Em conjunto, a UEM e o AHM desempenham um papel fundamental na promoção da educação, da pesquisa e na preservação do patrimônio histórico e cultural do país.

O AHM desempenha um papel fundamental na preservação e no acesso à memória histórica do país. Como mencionado por Segundo Reis (2015), ele guarda um acervo rico e diversificado que abrange desde a era colonial até o período contemporâneo. Entre os materiais preservados estão registros administrativos, correspondências, mapas, fotografias e outros documentos essenciais para a pesquisa histórica. Além de preservar esse patrimônio documental, a instituição tem o compromisso de facilitar o acesso a pesquisadores, acadêmicos e ao público, permitindo que esses recursos sejam utilizados para investigações acadêmicas, estudos culturais e a compreensão mais ampla do passado de Moçambique. Isso reforça a importância do arquivo não apenas como um espaço de memória, mas também como uma plataforma ativa para a produção de conhecimento e reflexão histórica.

O AHM não apenas preserva o patrimônio documental do país, mas também desempenha um papel ativo na disseminação da história e cultura moçambicanas. Promovendo exposições e eventos temáticos, a instituição destaca momentos e aspectos cruciais da história nacional, fortalecendo a conexão entre o passado e o presente. Em consonância com os avanços tecnológicos, o AHM tem investido significativamente na digitalização de seu acervo. Esse esforço busca ampliar o acesso ao conteúdo, especialmente para pesquisadores remotos, e assegurar a preservação de documentos a longo prazo. Essa modernização reflete o compromisso do AHM em atender às demandas contemporâneas e garantir que o acervo histórico esteja disponível para futuras gerações.

A contribuição do AHM para a CI é notável. A instituição fornece uma infraestrutura essencial para a organização e preservação de registros históricos, criando uma base de conhecimento que apoia a pesquisa acadêmica, a educação e a conscientização pública. Dessa forma, o AHM não só protege a memória histórica de Moçambique, mas também promove uma compreensão mais ampla e acessível de sua história. Além disso, os arquivos provinciais desempenham um papel complementar ao AHM, preservando documentos administrativos e históricos específicos de cada região. Esses arquivos são essenciais para a gestão local e para a valorização da história regional, garantindo que a diversidade cultural e histórica de Moçambique seja preservada em toda a sua riqueza.

O Arquivo da Polícia de Moçambique, assim como outros arquivos especializados, desempenha um papel fundamental na preservação de documentos relacionados à história da segurança pública e da polícia no país. Segundo Amaral e Salomão (2019), Moçambique conta com várias instituições dedicadas à preservação do patrimônio bibliográfico e documental, mas enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos financeiros, infraestrutura inadequada e a falta de formação especializada em gestão de arquivos e bibliotecas. Apesar dessas dificuldades, há um interesse crescente no desenvolvimento do setor, impulsionado pelo apoio de organizações internacionais e por projetos voltados para a melhoria da formação e dos recursos disponíveis. Essas instituições continuam a desempenhar um papel crucial na educação, na pesquisa e na preservação da memória cultural e histórica de Moçambique, destacando-se como pilares essenciais para o desenvolvimento e valorização do patrimônio documental do país.

6.4.4.6.3 Leitura, Bibliotecas e Arquivos

O panorama da leitura, das bibliotecas e dos arquivos em Moçambique reflete tanto os avanços alcançados quanto os desafios persistentes. A promoção da leitura e do acesso ao conhecimento tem sido uma prioridade em iniciativas governamentais e comunitárias, mas a desigualdade de acesso entre áreas urbanas e rurais ainda é marcante. A língua portuguesa, como língua oficial, domina as bibliotecas e os arquivos, mas a riqueza das línguas locais continua sub-representada, o que limita a inclusão cultural e linguística no acesso à leitura e à preservação de conhecimentos.

Segundo Reis (2025) embora a taxa de alfabetização tenha aumentado nos últimos anos, ela ainda é desigual, com as zonas rurais apresentando maiores dificuldades devido à escassez de recursos educacionais e socioeconômicos. A promoção da leitura pelo governo e por Organizações não governamentais (ONG) tem sido estratégica para melhorar essa realidade, mas o acesso limitado a livros e materiais de leitura em línguas locais é um obstáculo significativo.

As bibliotecas públicas e comunitárias têm um papel essencial no acesso ao conhecimento e na formação cultural. Iniciativas como o programa “Bibliotecas Escolares”, liderado pelo Ministério da Educação, têm contribuído para fomentar o hábito de leitura entre os jovens, principalmente em escolas de ensino básico e secundário. Apesar disso, muitas bibliotecas enfrentam limitações como infraestrutura inadequada, falta de pessoal qualificado e recursos escassos, como livros atualizados e acesso à internet. As bibliotecas comunitárias, geralmente geridas por organizações locais ou voluntários, têm sido cruciais para levar a leitura às comunidades mais afastadas, demonstrando como a mobilização social pode complementar os esforços governamentais (Silva; Chissano, 2018).

Os arquivos, por sua vez, desempenham um papel estratégico na preservação da memória nacional. O Arquivo Nacional de Moçambique é responsável pela conservação de documentos históricos fundamentais para compreender a trajetória do país, desde o período colonial até a independência. Esses acervos, segundo afirmam Silva e Chissano (2018), não apenas preservam a história oficial, mas também oferecem subsídios para pesquisas acadêmicas e para a valorização da memória cultural. Apesar dos esforços, desafios como o financiamento limitado, a desigualdade de acesso e a sub-representado das línguas locais nas coleções permanecem significativos. No entanto, o crescente reconhecimento do valor das bibliotecas e arquivos, aliado a iniciativas para integrar tecnologias digitais, aponta para um futuro promissor no fortalecimento do papel dessas instituições em Moçambique.

O investimento em parcerias público-privadas e em programas de capacitação pode ser uma estratégia eficaz para superar esses desafios e garantir que mais pessoas, especialmente nas zonas rurais, tenham acesso à leitura e à preservação do conhecimento. O fortalecimento do acesso à leitura e ao conhecimento em Moçambique é essencial para promover o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Segundo Centro de Integridade Pública (2022), a digitalização e a organização eficiente de materiais são iniciativas cruciais para preservar a memória histórica e democratizar o acesso à informação, especialmente em um país que enfrenta desafios significativos em infraestrutura e recursos educacionais. Nesse contexto, a digitalização ajuda a proteger documentos históricos contra perdas ou danos físicos e amplia o acesso, permitindo que mais pessoas consultem materiais raros ou distantes geograficamente. Arquivos digitais podem ser integrados em plataformas on-line, facilitando o acesso remoto, inclusive em áreas rurais, desde que haja conectividade.

O investimento em bibliotecas comunitárias e escolares é igualmente importante, pois bibliotecas bem equipadas oferecem acesso a livros, computadores e outros recursos de aprendizado, criando espaços de inclusão para jovens e adultos. Programas de incentivo à leitura, como clubes de leitura e feiras do livro, podem complementar o impacto das bibliotecas e fomentar uma cultura de leitura. A melhoria do sistema educacional é fundamental, e a integração de tecnologia no currículo escolar apresenta uma oportunidade para desenvolver competências digitais desde cedo. A formação de professores para utilizar e criar recursos educacionais digitais é uma etapa estratégica nesse processo, garantindo que a tecnologia seja efetivamente incorporada ao ensino.

É nesta perspectiva que, Redalyc (2018) afirma que parcerias entre o governo, organizações não governamentais e empresas privadas podem acelerar projetos de infraestrutura, como a implantação de internet de alta velocidade em escolas e bibliotecas. Além disso, é importante promover a produção de literatura, documentos e outros materiais educativos em línguas locais para alcançar um público mais amplo e preservar as culturas moçambicanas. Essas iniciativas combinadas têm o potencial de fortalecer significativamente o acesso à leitura e ao conhecimento em Moçambique, contribuindo para o empoleiramento das comunidades e para o desenvolvimento sustentável do país.

6.4.4.6.4 Cursos: número ou quantidade

Em Moçambique, a formação na área de Biblioteconomia e Documentação desempenha um papel estratégico na organização, gestão e disseminação da informação,

refletindo a importância crescente de uma sociedade baseada no conhecimento. A UEM é a principal instituição a oferecer formação nessa área, através do curso de Licenciatura em Biblioteconomia, integrado na Escola de Comunicação e Artes (ECA). Este curso tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar em diferentes tipos de bibliotecas e centros de documentação, tanto no setor público quanto no privado. Segundo a ECA, o curso é oferecido em dois regimes: laboral, com duração de quatro anos, e pós-laboral, com duração de cinco anos, atendendo à crescente demanda por qualificação nesta área no país.

Os conteúdos curriculares incluem disciplinas como gestão da informação, organização de acervos, tecnologias aplicadas à informação e estratégias de disseminação de conhecimento, alinhando-se às necessidades de um mundo em constante transformação digital. A formação oferecida pela UEM tem se mostrado essencial para o fortalecimento das instituições de memória e preservação cultural, além de contribuir para a modernização dos serviços de informação no país. De acordo com estudos da própria universidade, "[...] a formação em Biblioteconomia é uma necessidade crescente no contexto moçambicano, dada a importância de organizar e disponibilizar informações de forma eficiente" (UEM, 2023).

Além da UEM, outras instituições também desempenham um papel relevante na formação de profissionais ligados à área de Ciências da Informação. A ESJ, localizada em Maputo, já promoveu cursos relacionados ao campo, embora atualmente esteja mais direcionada às áreas de comunicação, jornalismo e marketing. No entanto, projetos passados destacaram a possibilidade de ampliar sua oferta educativa para incluir formações voltadas à Biblioteconomia e áreas correlatas, refletindo uma tendência de diversificação no ensino superior moçambicano (ESJ, 2021).

Outra instituição que se destaca é a Universidade São Tomás de Moçambique (USTM), que oferece cursos voltados para Tecnologias de Informação. Embora não sejam cursos especificamente de Biblioteconomia, compartilham fundamentos importantes para a gestão de dados e sistemas de informação. Essa abordagem mostra como as tecnologias da informação têm se tornado um eixo transversal no ensino, apontando para a convergência entre gestão de informação e inovação tecnológica.

Porém, a abrangência dos cursos voltados especificamente para a CI ainda é limitada em Moçambique. Estudos indicam que a modernização curricular e a introdução de novas formações poderiam atender melhor à demanda crescente no mercado por profissionais capacitados na área. Conforme destaca um relatório do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), "[...] a formação contínua e a criação de programas

de pós-graduação são fundamentais para fortalecer o setor de informação no país" (MINEDH, 2022).

Dessa forma, a formação em Biblioteconomia e Documentação em Moçambique apresenta tanto desafios quanto oportunidades. A consolidação de programas existentes, como os da UEM, combinada com iniciativas de expansão em outras instituições, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de um setor mais dinâmico e capaz de atender às demandas de uma sociedade que valoriza a gestão e o acesso à informação.

De fato, a integração da gestão de dados, conhecimento e memória em programas de Ciências Sociais e Tecnologias de Informação reflete uma tendência crescente no campo educacional. Com o avanço das tecnologias digitais e a importância estratégica da informação em contextos institucionais e digitais, há uma demanda cada vez maior por profissionais qualificados nessas áreas. Tanto instituições públicas quanto privadas têm ampliado a oferta de cursos para atender a essa necessidade. Esses programas visam preparar os estudantes para lidar com grandes volumes de dados, promover a gestão eficiente do conhecimento e preservar a memória organizacional. A formação interdisciplinar permite que os profissionais atuem de forma eficaz em diversos setores, contribuindo para a inovação e a competitividade das organizações. Os quadros 7, 8 e 9 ilustram o número de cursos ministrados em instituições públicas e privados.

Quadro 7 - Cursos de curta duração em instituições públicas de Moçambique

Instituição	Curso
Arquivo Nacional de Moçambique	• Cursos de gestão de arquivos, destinados a profissionais do Arquivo. • Capacitação em catalogação automática, dirigida a profissionais da instituição, integrados no projeto memória de África, Portugal.
Biblioteca Nacional de Moçambique	• Curso de formação de profissionais das bibliotecas públicas. • Ações de formação em colaboração com outras instituições nacionais e internacionais.

Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO)	• Cursos para os profissionais do sistema de documentação e arquivo do Estado.
Instituto Nacional de Saúde	• Cursos para a gestão de bibliotecas e para a instalação e manutenção da infraestrutura tecnológica de bibliotecas de saúde integrado num projeto de cooperação com a FIOCRUZ.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 - Curso profissional de técnico de biblioteca, arquivo e documentação em instituições públicas de Moçambique

Instituição	Curso
Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC)	• Curso Médio de Ciências Documentais.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 9 - Licenciaturas em Ciências da Informação em instituições públicas de Moçambique

Instituição	Curso
Universidade Eduardo Mondlane. (Escola de Comunicação e Artes)	• Licenciatura em Ciência da Informação.
Escola Superior de Jornalismo	• Licenciatura em Biblioteconomia e Documentação.

Fonte: elaboração própria.

Pelo compromisso do governo de Moçambique, em 2013, a Escola Superior de Comunicação promoveu o 1º Congresso Moçambicano de Ciências da Comunicação, um marco importante para o debate e fortalecimento da área no país. Uma das mesas do evento foi dedicada à CI, com o propósito de refletir sobre o ensino e a pesquisa nesse campo, além de fomentar a troca de experiências entre instituições de ensino nacionais e internacionais. De acordo com Amaral e Salomão (2019), participaram do encontro renomadas instituições moçambicanas, como a ECA da UEM, o Centro de Estudos Africanos (CEA), a Universidade Politécnica, o Centro de Estudos de Comunicação (CEC) e o Instituto Superior de Tecnologia e Gestão (ISTEG).

A presença de entidades estrangeiras, como a Universidade do Minho, de Portugal, a Universidade Metodista de São Paulo e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares

da Comunicação (INTERCOM), do Brasil, trouxe uma perspectiva global, enriquecendo ainda mais as discussões. O congresso destacou o compromisso do governo e da comunidade acadêmica em acompanhar as mudanças e desafios das áreas profissionais, promovendo a integração e o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no campo das Ciências da Comunicação (Amaral; Salomão, 2019).

6.4.4.6.5 Currículos e Planos de Ensino: novos e antigos

Em Moçambique, diversas instituições de ensino superior oferecem cursos nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia, cada uma com currículos específicos voltados para a formação de profissionais qualificados na gestão e organização da informação. A UEM, por meio da ECA, oferece a Licenciatura em Biblioteconomia. Este curso visa formar técnicos de nível superior com domínio teórico, prático, ético e deontológico em Biblioteconomia, preparados para atuar nos setores público e privado. O programa é ministrado em regime laboral, com duração de 4 anos, e em regime pós-laboral, com duração de 5 anos.

O currículo abrange áreas como gestão de serviços e recursos informacionais, processamento de informação, desenvolvimento de projetos e serviços de informação, além do uso de tecnologias de informação e comunicação associadas ao processamento e disseminação da informação.

A ESJ oferece a Licenciatura em Biblioteconomia e Documentação, com duração de 4 anos (8 semestres). O currículo é estruturado em cinco eixos temáticos principais: fundamentos teóricos da Biblioteconomia e Documentação; Organização da Informação; Recursos e serviços de informação; Gestão de unidades e serviços de informação; e Cultura e formação geral. O curso visa capacitar profissionais para organizar, catalogar e conservar acervos de bibliotecas e centros de documentação, além de prepará-los para atuar em ambientes digitais e na montagem de bancos de dados informatizados.

A UCM oferece a Licenciatura em Tecnologias da Informação, com duração de 4 anos. Este curso forma profissionais qualificados para atuar nos diversos domínios das tecnologias da informação, incluindo hardware, redes, bases de dados, engenharia de software e programação. O programa inclui uma componente prática significativa, com *workshops* em várias disciplinas, preparando os estudantes para atender às necessidades do mercado tecnológico.

A USTM, por meio da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Informação (FCTI), oferece dois cursos de licenciatura na área de Ciências e Tecnologias de Informação: (i)

Licenciatura em Administração de Sistemas de Informação e Redes (LASIR): visa formar profissionais capazes de desenvolver, administrar e avaliar tecnologias de informação e comunicação, atendendo às necessidades do mercado; e (ii) Licenciatura em Desenvolvimento de Software (LDS): destina-se a capacitar técnicos qualificados na área de TIC, com foco no desenvolvimento de software e soluções tecnológicas inovadoras.

Ambos os cursos são oferecidos em modalidade presencial, nos regimes laboral e pós-laboral, proporcionando flexibilidade aos estudantes. Esses programas atendem à crescente demanda por profissionais especializados na gestão, organização e disseminação da informação, combinando conhecimentos tradicionais da Biblioteconomia com competências exigidas em ambientes digitais. As instituições moçambicanas estão, assim, preparadas para enfrentar os desafios contemporâneos e formar profissionais prontos para atuar em um mercado cada vez mais tecnológico e dinâmico.

A evolução dos currículos nas áreas de Ciências e Tecnologias de Informação (TI) tem sido impulsionada pela necessidade de alinhar a educação com as demandas tecnológicas e de mercado. Historicamente (currículos antigos), os programas de Ciências e Tecnologias de Informação em Moçambique eram caracterizados por uma abordagem teórica, com ênfase limitada na aplicação prática e na integração de tecnologias emergentes. A formação focava-se principalmente em conceitos básicos de Informática, sem uma estrutura curricular que contemplasse as rápidas evoluções tecnológicas (Amaral; Salomão, 2019).

Nos últimos anos (novos currículos), houve uma reformulação significativa dos currículos para incorporar competências práticas e responder às exigências do mercado de trabalho. Por exemplo, o curso de Tecnologias da Informação da UCM foi atualizado para fornecer competências técnicas precisas, com uma componente prática robusta, incluindo workshops em diversas disciplinas.

Contudo, para complementar estas atividades, o governo moçambicano tem implementado políticas para integrar as TIC no sistema educativo. O Plano Tecnológico da Educação visa desenvolver competências técnicas e de literacia digital, promovendo a introdução gradual das TIC no ensino, a evolução do papel do professor e da escola, além de novos currículos e métodos de avaliação. Apesar dos avanços, a integração das TIC no ensino não superior ainda enfrenta desafios, como o acesso limitado a recursos tecnológicos e a necessidade de formação contínua de professores. Iniciativas em curso buscam equipar escolas com material informático e capacitar educadores para utilizar eficazmente as TIC no processo de ensino-aprendizagem (Amaral; Salomão, 2019).

Em resumo, Moçambique tem realizado progressos na atualização dos currículos de Ciências e TI, visando alinhar a educação às necessidades contemporâneas e preparar os estudantes para um mercado de trabalho cada vez mais digitalizado.

6.4.4.6.6 Escolas: História de cursos, escolas e seus pioneiros

A história dos cursos de Biblioteconomia e Documentação em Moçambique está profundamente vinculada ao desenvolvimento do sistema educativo do país, refletindo os desafios e avanços desde a época colonial até os dias atuais. Durante o período colonial, o acesso ao ensino superior era extremamente limitado e centralizado em Portugal. A educação em Moçambique, então uma colônia, era restrita, e não havia cursos específicos na área de Biblioteconomia e Documentação. As poucas bibliotecas existentes estavam vinculadas a instituições coloniais, com foco mais no controle administrativo do que no incentivo à leitura ou ao desenvolvimento cultural dos moçambicanos.

Com a independência do país em 1975, Moçambique iniciou um processo de reconstrução nacional que incluía a reforma do sistema educacional, essencial para formar profissionais qualificados em diversas áreas. Foi nesse contexto que, na década de 1980, a UEM criou o primeiro curso específico de Biblioteconomia e Documentação. Esse marco foi essencial para atender às necessidades de um país recém-independente, que buscava organizar, preservar e democratizar o acesso à informação como ferramenta para o desenvolvimento cultural e socioeconômico. Durante essa fase inicial, a formação era básica, mas adaptada à realidade nacional, com ênfase na organização e preservação do patrimônio cultural (Mondlane, 1996).

Os professores José de Almeida e Américo de Lemos (1985) se destacaram como figuras centrais nesse processo. Eles não apenas contribuíram para a elaboração dos currículos, mas também para a formação de novos docentes e a implementação de projetos voltados para o fortalecimento do sistema bibliotecário nacional. Segundo registros históricos, suas contribuições foram essenciais para consolidar a Biblioteconomia como área de estudo no país e para criar as bases de um sistema bibliotecário que atendesse às demandas locais.

Almeida e Lemos (1985), afirmam que, nos anos 1990, com a liberalização da economia e a crescente necessidade de gestão eficiente de informações em esferas públicas e privadas, os cursos de Biblioteconomia e Documentação começaram a se expandir e modernizar. Nesse período, a UEM e outras instituições começaram a incluir novas tecnologias e sistemas de informação digital nos currículos, refletindo as mudanças globais no

campo da gestão da informação. A integração dessas tecnologias se tornou uma prioridade, alinhando o ensino em Moçambique às tendências internacionais.

Assim, na primeira década dos anos 2000 e nos anos subsequentes, o país investiu ainda mais na formação de profissionais qualificados na área, com uma ênfase crescente em especializações, como a gestão de arquivos digitais e a preservação de documentos eletrônicos. A digitalização e a preservação de dados se tornaram componentes centrais dos cursos, evidenciando a importância da adaptação às novas realidades tecnológicas. Esses avanços têm impacto direto na promoção da educação e na preservação da memória coletiva do país. Como observado por especialistas, a formação de bibliotecários e documentalistas em Moçambique tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento de uma infraestrutura educacional e cultural robusta, que continua a crescer e se modernizar. A história desses cursos demonstra a relevância da educação no fortalecimento das bases culturais e econômicas de um país em desenvolvimento.

Conforme afirmações de autores como José de Almeida (1985), a Biblioteconomia em Moçambique reflete não apenas um campo técnico, mas também um compromisso com a democratização do conhecimento e a preservação do patrimônio cultural do país. Essa trajetória revela a capacidade de adaptação e a resiliência de Moçambique, que, por meio da educação, tem construído as bases para um futuro mais inclusivo e tecnologicamente avançado.

6.4.4.6.7 História dos currículos

A história dos currículos em CI e Biblioteconomia em Moçambique está intimamente ligada ao desenvolvimento do sistema educacional, à necessidade de profissionais qualificados para gerenciar informações e bibliotecas no contexto pós-independência, e à evolução tecnológica e social do país. Antes da independência de Moçambique, em 1975, o acesso à educação formal, especialmente na área de Ciências Sociais e Humanas, era extremamente limitado para a maioria da população moçambicana. As bibliotecas existentes estavam concentradas em centros urbanos, e, geralmente, serviam as elites coloniais portuguesas. A formação em Biblioteconomia era praticamente inexistente no país.

Após a independência, Moçambique enfrentou desafios significativos para reconstruir suas infraestruturas educacionais e culturais. O governo moçambicano, sob a liderança da FRELIMO, priorizou a alfabetização e o acesso à educação. Foi nesse contexto que se observou a necessidade de criar programas para formar profissionais que pudessem organizar,

preservar e disseminar informações. Nos anos 1980, começou a surgir a consciência da importância de formar bibliotecários e profissionais da informação, especialmente para atender às necessidades de universidades, arquivos nacionais e instituições públicas (Reis, 2015).

A introdução formal de currículos em CI e Biblioteconomia em Moçambique ocorreu na década de 1990, com o apoio de universidades locais e parcerias internacionais. A UEM desempenhou um papel crucial no desenvolvimento de cursos relacionados à gestão de informação e Biblioteconomia. Os programas iniciais foram projetados para capacitar bibliotecários e técnicos para instituições acadêmicas e públicas. Instituições internacionais, como Unesco e universidades estrangeiras, também colaboraram com a UEM e outras instituições moçambicanas para estabelecer currículos alinhados aos padrões internacionais.

Com o avanço tecnológico e a digitalização da informação, os currículos acadêmicos passaram a incorporar disciplinas voltadas para a CI, que extrapolam a tradicional gestão de bibliotecas. O campo expandiu seu foco para áreas como gestão de dados digitais, preservação digital e sistemas de recuperação da informação, buscando atender às novas demandas de uma sociedade globalizada e cada vez mais digital.

Essa evolução reflete a necessidade de formar profissionais capazes de lidar com desafios contemporâneos, como o grande volume de dados disponíveis, a organização eficiente de informações e a garantia de acesso e preservação a longo prazo. O escopo ampliado engloba não apenas o gerenciamento e a classificação de acervos digitais, mas também a aplicação de tecnologias avançadas, como inteligência artificial e segurança da informação, essenciais em um mundo altamente conectado e dinâmico. Dessa forma, a CI se adapta às transformações sociais e tecnológicas, consolidando-se como um campo multidisciplinar que integra tecnologia, gestão e inovação na busca por soluções para o uso eficiente e ético da informação.

Assim sendo, foram introduzidas, no campo da CI, disciplinas sobre tecnologias da informação, sistemas de gestão de bibliotecas, e bibliotecas, e competências em software específico, e, em relação à Biblioteconomia, foram atualizados conteúdos para incluir gestão de acervos digitais, técnicas de catalogação modernas e acesso aberto. Atualmente, Moçambique enfrenta desafios relacionados à falta de recursos e infraestrutura para expandir e modernizar os programas na área. No entanto, as instituições continuam a oferecer cursos adaptados às realidades locais, enquanto se conectam com tendências globais (Reis, 2015).

6.4.4.6.8 Comparativo dos currículos nas Universidades

Em Moçambique, a formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação é oferecida por diversas instituições de ensino superior, cada uma com currículos ajustados às suas especificidades e objetivos educacionais. A UEM, por meio da ECA, oferece o curso de Licenciatura em Biblioteconomia, com a duração de 4 anos no regime laboral e 5 anos no regime pós-laboral.

De acordo com Reis (2015), o objetivo do curso é formar técnicos de nível superior com domínio teórico, prático, ético e deontológico em Biblioteconomia, capacitando-os para atuar nos setores públicos e privados. A formação proporciona conhecimentos teóricos robustos e desenvolve habilidades práticas necessárias para a gestão eficaz de bibliotecas e centros de informação. De acordo com o autor, é dada uma forte ênfase à ética profissional e à deontologia, assegurando que os graduados exerçam suas funções de maneira responsável e ética.

A combinação da teoria com a prática na formação permite que os futuros profissionais estejam preparados para lidar com os desafios contemporâneos da organização, preservação e disseminação da informação, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento do setor informacional em Moçambique.

A UP é uma das instituições que tem representação (projetos de extensão) em várias províncias do país. Seu curso está voltado para atender à demanda de bibliotecas escolares, com um viés educacional. O seu interesse consiste em formar profissionais com habilidades para promover a leitura e gerenciar bibliotecas em escolas e instituições públicas.

A UCM está presente em várias regiões do país, como Beira e Nampula. Essa instituição de ensino se foca em bibliotecas comunitárias, promovendo a leitura e o acesso à informação em regiões rurais. Seus programas são voltados para a prática, atendendo às necessidades locais e comunitárias.

A ESJ iniciou suas atividades em 2009 com três cursos principais em Ciências da Comunicação: Jornalismo, Relações Públicas, e Publicidade e Marketing. Em 2010, foi introduzido o curso de Biblioteconomia e Documentação, que, posteriormente, se integrou ao domínio mais amplo da CI. A criação do curso visou atender à demanda crescente por profissionais qualificados para gerenciar informações em bibliotecas, arquivos e outros centros de documentação em Moçambique.

O curso de Biblioteconomia e CI busca: (i) formar profissionais qualificados para lidar com a organização, preservação, recuperação e disseminação de informações em diferentes

formatos; (ii) desenvolver competências técnicas e práticas na gestão de acervos e sistemas de informação; (iii) contribuir para o desenvolvimento do país, suprindo a carência de profissionais capacitados em instituições públicas e privadas, como bibliotecas, centros de documentação, e arquivos digitais; e (iv) integrar práticas inovadoras que combinem habilidades tecnológicas com os princípios clássicos da Biblioteconomia.

Embora os detalhes específicos das disciplinas não estejam listados no material consultado, os cursos de Biblioteconomia e CI na ESJ incluem: (i) Fundamentos da Biblioteconomia e CI: História e evolução da Biblioteconomia e Fundamentos teóricos da gestão de informação; (ii) Gestão de Bibliotecas e Centros de Documentação: Técnicas de organização de acervos e Panejamento e administração de bibliotecas; (iii) Serviços de Referência e Informação: Métodos de busca e recuperação de informação e Habilidades de comunicação interpessoal para atendimento ao público; (iv) TIC: Sistemas automatizados de bibliotecas e Digitalização e preservação digital; (v) Metodologias de Pesquisa e Análise da Informação: Organização do conhecimento (classificação e catalogação) e Uso de softwares e bases de dados bibliográficas e (vi) Práticas Profissionais: Estágios supervisionados em bibliotecas ou arquivos e Projetos práticos voltados para resolver problemas de organização e disseminação de informação (Reis, 2015).

A abordagem de ensino da ESJ é centrada no estudante e na integração entre teoria e prática, promovendo (i) aulas práticas: laboratórios de TIC para simular a realidade de bibliotecas modernas; (ii) projetos interdisciplinares: integração com áreas como comunicação e marketing, para explorar como a gestão de informação pode impulsionar o desenvolvimento organizacional; (iii) aulas expositivas e dinâmicas: discussões e resolução de problemas aplicados ao contexto da Biblioteconomia em Moçambique; e (iv) estágios e parcerias institucionais: conexão com bibliotecas, centros de documentação e arquivos nacionais para aprendizado prático.

De acordo com Carvalho (2011), com o crescimento de bibliotecas digitais e a necessidade de preservar documentos históricos e culturais em Moçambique, o curso desempenha um papel essencial. Além disso, capacita os alunos a lidarem com as demandas tecnológicas e culturais do setor. Além da UEM, existem também Instituições de Ensino Superior em Moçambique que oferecem cursos relacionados à Biblioteconomia e CI.

Na perspectiva deste estudo, embora os currículos possam variar, geralmente incluem disciplinas como: (i) Fundamentos de Biblioteconomia e CI: introdução aos conceitos e práticas fundamentais da área; (ii) Gestão de Bibliotecas e Centros de Informação: técnicas de

administração e organização de serviços informacionais; (iii) TIC: uso de ferramentas tecnológicas no processamento e disseminação da informação; (iv) Catalogação e Classificação: métodos de organização e recuperação de acervos informacionais; e (v) Preservação e Conservação de Acervos: técnicas para manutenção e proteção de materiais informacionais.

É importante destacar que os currículos são periodicamente revisados para atender às demandas do mercado e às inovações tecnológicas. A formação busca equilibrar teoria e prática, preparando profissionais aptos a enfrentar os desafios contemporâneos da gestão da informação.

Os currículos podem variar significativamente entre as universidades, mas geralmente incluem: (i) Disciplinas teóricas: Fundamentos de Biblioteconomia, História do Livro e das Bibliotecas e Políticas de Informação; (ii) Disciplinas práticas: Organização e Representação da Informação (catalogação, classificação), Gestão de Serviços de Informação e Automação e Tecnologia em Bibliotecas; (iii) Disciplinas específicas: na UEM, o foco pode este concentrado em sistemas de informação e bibliotecas digitais; na Universidade Pedagógica, maior ênfase vai para a educação em leitura e a UCM, promoção da leitura e bibliotecas comunitárias.

Estes cursos normalmente duram normalmente 4 anos no caso da Licenciatura e dois anos para instituições que oferecem programas de mestrado, especialmente a UEM. Em suma, a CI em Moçambique tem se desenvolvido significativamente nas últimas décadas, embora ainda esteja em fase de consolidação e institucionalização. Este processo envolve a criação e fortalecimento de estruturas acadêmicas, programas de formação e pesquisa, bem como a implementação de políticas que favoreçam o crescimento da área. Instituições de ensino superior em Moçambique começaram a oferecer cursos relacionados à CI, visando formar profissionais qualificados para atuar em bibliotecas, arquivos e centros de documentação (Reis, 2015).

Esses cursos abrangem diversas competências, incluindo Gestão da informação, Biblioteconomia e Arquivística. A pesquisa em CI é ainda incipiente, mas está se expandindo com o apoio de universidades e instituições de pesquisa. Estudos focam em temas como o acesso à informação, preservação digital, e o impacto das tecnologias de informação e comunicação na sociedade moçambicana.

O governo de Moçambique reconhece a importância da informação para o desenvolvimento socioeconômico e tem implementado políticas para promover a literacia

informacional e o acesso à informação. Isso inclui iniciativas para aumentar a conectividade digital e incentivos para a criação de infraestruturas de informação em todo o país.

Apesar dos avanços, a CI em Moçambique enfrenta desafios, como a falta de recursos financeiros, infraestruturas inadequadas e a necessidade de mais formação especializada para os profissionais da área. Espera-se que a continuação do investimento em educação, pesquisa e políticas públicas possa solidificar a CI como um campo crucial para o desenvolvimento de Moçambique, ajudando na transformação da sociedade pela gestão eficaz da informação.

A institucionalização da CI em Moçambique é um processo dinâmico e vital para o desenvolvimento nacional, que depende tanto de investimentos internos quanto de colaborações internacionais (Amaral; Salomão, 2019).

6.4.5 A República de São Tomé e Príncipe

6.4.5.1 História

De acordo com Seibert (2019), São Tomé e Príncipe, oficialmente República Democrática de São Tomé e Príncipe, é um pequeno país insular localizado no Golfo da Guiné, na costa oeste da África Central, próximo à linha do Equador. O território é composto por duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, situadas a aproximadamente 250 km da costa noroeste do Gabão (Figura 6).

Figura 6 - Mapa da República de São Tome e Príncipe



Fonte: On the world map (2021).

Com origem vulcânica, o arquipélago possui uma área total de 1.001 km² e uma população estimada em 204.454 habitantes em 2018, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Isso o torna o segundo menor país soberano da África em termos populacionais, ficando atrás apenas das Seicheles.

As ilhas de São Tomé e Príncipe permaneceram desabitadas até a sua descoberta pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, em 1470 (Seibert, 2019). A partir do século XVI, iniciou-se o processo gradual de colonização portuguesa, transformando as ilhas em um ponto estratégico para o comércio transatlântico de escravos. Devido à sua localização geográfica privilegiada, próxima ao equador, e ao solo vulcânico fértil, as ilhas se mostraram ideais para o cultivo de cana-de-açúcar. Posteriormente, no período colonial, essa cultura foi substituída por outras culturas de rendimento, como o café e o cacau. Todo o desenvolvimento dessas atividades econômicas foi fortemente dependente do trabalho escravo de africanos trazidos à força para as ilhas (Seibert, 2019).

Durante grande parte de sua história colonial, a economia de São Tomé e Príncipe foi marcada pela predominância do cultivo do cacau, que se tornou a principal fonte de exportação. Essa dependência, contudo, trouxe consigo ciclos de instabilidade econômica, agravados pelas precárias condições de trabalho nas plantações. Essas condições resultaram, em diversas ocasiões, em revoltas protagonizadas, inicialmente, por trabalhadores escravizados e, posteriormente, por trabalhadores contratados sob sistemas coercitivos (Clarence-Smith, 1985).

A insatisfação crescente com o domínio colonial, impulsionada por estas adversidades socioeconômicas, favoreceu o surgimento de movimentos nacionalistas ao longo das décadas de 1950 e 1960. O destaque foi para o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), fundado em 1960, que se consolidou como o principal grupo de resistência ao regime colonial. A conjuntura política em Portugal sofreu uma reviravolta significativa com a Revolução dos Cravos em 1974, que derrubou o regime salazarista. Esse evento abriu caminho para que São Tomé e Príncipe conquistassem sua independência de forma pacífica em 12 de julho de 1975 (Seibert, 2016).

Após a independência, São Tomé e Príncipe adotou um regime socialista de partido único, liderado pelo MLSTP. As plantações coloniais foram nacionalizadas, e o país buscou implementar políticas de centralização econômica e social. No entanto, a economia do país continuou a enfrentar dificuldades significativas, resultando em uma abertura gradual à economia de mercado a partir de 1985 (Seibert, 2006). A transição para um sistema multipartidário ocorreu em 1990, com a adoção de uma nova constituição que instituiu o pluripartidarismo.

As primeiras eleições legislativas livres em São Tomé e Príncipe ocorreram em 1991, marcando o fim do regime de partido único e a transição para o multipartidarismo. Nessa ocasião, o Partido de Convergência Democrática-Grupo de Reflexão (PCD-GR) saiu vitorioso. Simultaneamente, Miguel Trovoada, ex-primeiro-ministro que esteve exilado desde 1978, foi eleito presidente sem adversários (Hodges; Newitt, 2012). Esse período inaugural do multipartidarismo trouxe consigo uma fase de relativa instabilidade política, refletida em quatro tentativas de golpe de Estado entre 1995 e 2009, todas fracassadas (Hodges; Newitt, 2012). Apesar dos desafios, essas tentativas demonstraram a fragilidade institucional do país, característica comum a muitas nações africanas em transição democrática após o fim da Guerra Fria.

Atualmente, São Tomé e Príncipe é considerado um país subdesenvolvido, mas há expectativas de que o país possa ser reclassificado como uma nação de renda média até 2024 pela ONU, devido a avanços em diversos indicadores sociais e econômicos (UNDP, 2018). A estabilidade política relativa alcançada nas últimas décadas, combinada com investimentos em setores como turismo e petróleo, oferece perspectivas de crescimento. No entanto, os desafios persistem. A pequena economia de São Tomé e Príncipe continua altamente dependente de ajuda externa e remessas da diáspora. A gestão dos recursos naturais, especialmente em relação à exploração de petróleo em águas profundas, será crucial para determinar o futuro econômico do país. Além disso, questões como a segurança alimentar, a diversificação econômica e a melhoria das infraestruturas básicas continuam a ser prioridades no desenvolvimento nacional (Seibert, 2019).

A história de São Tomé e Príncipe está profundamente enraizada no contexto colonial português, que moldou não apenas a economia e a sociedade, mas também as estruturas de conhecimento e gestão da informação. Durante o período colonial, o foco das administrações coloniais era predominantemente extrativista, com pouca ênfase no desenvolvimento de infraestruturas educacionais e informacionais que pudessem promover a autonomia e o progresso intelectual da população local. Esse legado de subdesenvolvimento educacional e informacional criou desafios significativos para a institucionalização de disciplinas como a CI, que dependem de uma base sólida de alfabetização, educação superior e acesso a recursos documentais (Clarence-Smith, 1985).

Com a independência em 1975, São Tomé e Príncipe enfrentou a tarefa monumental de construir suas próprias instituições educacionais e informacionais a partir de uma base extremamente limitada. O governo pós-independência, inicialmente influenciado por ideais socialistas, tentou nacionalizar setores-chave e expandir o acesso à educação. No entanto, a ausência de uma infraestrutura pré-existente, combinada com recursos limitados, resultou em um crescimento lento e fragmentado das capacidades institucionais no campo da CI (Seibert, 2019).

A institucionalização da CI em São Tomé e Príncipe foi, e ainda é, um processo complexo, marcado por vários desafios, incluindo a escassez de profissionais qualificados, a falta de materiais educativos e a insuficiência de bibliotecas e centros de documentação. A ausência de uma tradição acadêmica robusta na área, exacerbada pela baixa prioridade dada ao desenvolvimento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), dificultou a criação de programas de formação e pesquisa nessa disciplina (Hodges; Newitt, 2012).

Um dos principais desafios para a institucionalização da Ciência da Informação em São Tomé e Príncipe é a necessidade de desenvolver uma infraestrutura tecnológica que suporte a criação e a disseminação do conhecimento. Isso inclui o fortalecimento das redes de comunicação, a digitalização de acervos e a implementação de sistemas de gestão de informações que sejam acessíveis e sustentáveis. A capacitação de profissionais locais é outro fator crítico. Atualmente, a formação na área é limitada, com poucos cursos disponíveis e uma dependência significativa de assistência técnica externa para a implementação de sistemas de informação (Seibert, 2016).

Adicionalmente, a globalização e a crescente interconexão digital apresentam tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, a integração em redes globais de informação pode facilitar o acesso a recursos e conhecimentos. Por outro, sem uma base local sólida, São Tomé e Príncipe corre o risco de perpetuar sua dependência externa, tanto em termos de tecnologia quanto de *expertise* (Unesco, 2020). O desenvolvimento de uma infraestrutura robusta de CI é essencial para o avanço socioeconômico de São Tomé e Príncipe.

Essa disciplina desempenha um papel crucial na gestão eficiente de recursos, na formulação de políticas públicas baseadas em evidências e na promoção da educação e da inovação. O fortalecimento das capacidades locais nessa área poderia não apenas melhorar a eficiência administrativa, mas também contribuir para a preservação do patrimônio cultural e histórico do país, garantindo que as futuras gerações tenham acesso a uma rica base de conhecimento sobre sua própria história e identidade (Seibert, 2019).

Para enfrentar os desafios da institucionalização da CI em São Tomé e Príncipe, é necessário um esforço coordenado entre o governo, as instituições educacionais e a comunidade internacional. Investimentos em infraestrutura tecnológica, formação de profissionais, criação de programas acadêmicos e parcerias com organizações internacionais são fundamentais para construir uma base sólida para o futuro. Além disso, a valorização do conhecimento local e a integração de práticas tradicionais de gestão da informação podem enriquecer e contextualizar os sistemas modernos, criando um modelo que reflita as necessidades e as realidades específicas de São Tomé e Príncipe (Hodges; Newitt, 2012).

6.4.5.2 Demografia e economia

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular localizado no Golfo da Guiné, na costa ocidental da África Central. De acordo com estimativas até 2023, a população total do país é de aproximadamente 220.000 habitantes (Lima, 2019). A população é composta

principalmente por seis grupos étnicos, que refletem a história de colonização e migração da região. Entre esses grupos destacam-se os Mestiços, descendentes da miscigenação entre portugueses e africanos; os Forros, que correspondem aos descendentes de escravos libertos; e os Angolares, descendentes de escravos angolanos, com forte tradição ligada à pesca.

De acordo com Lima (2019), além desses grupos, há também os Tongas, trabalhadores contratados originários de Angola, Moçambique e Cabo Verde, e os Serviçais, trabalhadores vindos da África Continental durante o período colonial. Por fim, há os Europeus, predominantemente portugueses, que influenciaram a cultura, a língua e a organização social do país. A língua oficial do país é a portuguesa. Além disso, são falados vários crioulos baseados no português, como o forro, o angolar e o lunguyê. A maioria da população é cristã, predominantemente católica romana, devido à influência colonial portuguesa. Há também comunidades protestantes e praticantes de religiões tradicionais africanas.

A capital, São Tomé, é a maior cidade e principal centro econômico e administrativo, abrigando uma parcela significativa da população. O país tem investido em melhorias nos sistemas educacionais e de saúde, porém ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e à qualificação profissional. A economia de São Tomé e Príncipe é caracterizada por sua dimensão reduzida e dependência de alguns setores-chave. Agricultura: A produção de cacau é a principal atividade econômica e a maior fonte de exportação. Outros produtos agrícolas incluem café, coco, óleo de palma e banana. Há expectativas sobre a existência de reservas de petróleo e gás no mar territorial do país. A exploração está em andamento, mas até 2023 não havia iniciado a produção comercial significativa (Lima, 2019).

O turismo tem se mostrado um setor promissor devido às belezas naturais, praias intocadas e biodiversidade. O governo incentiva investimentos nesse setor visando diversificar a economia. O país enfrenta dificuldades financeiras devido ao alto nível de endividamento. A falta de infraestrutura adequada afeta o desenvolvimento econômico e social. Grande parte dos produtos consumidos é importada, o que torna a economia vulnerável a flutuações externas. São Tomé e Príncipe recebe assistência internacional e busca estabelecer parcerias para o desenvolvimento em áreas como educação, saúde e infraestrutura. Apesar dos desafios, São Tomé e Príncipe possui potencial para crescimento econômico sustentável e o turismo ecológico e possível exploração de recursos naturais podem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento do país.

6.4.5.3 Ciência da Informação

A CI em São Tomé e Príncipe é um campo de estudo relativamente pouco explorado e documentado, principalmente devido à dimensão e ao contexto socioeconômico específico do país. São Tomé e Príncipe, como ex-colônia portuguesa, herdou muitos dos sistemas administrativos e educacionais de Portugal. Isso incluiu as práticas de documentação e arquivamento, fundamentais para a CI.

Após a independência em 1975, o país começou a desenvolver suas próprias instituições, incluindo aquelas relacionadas com a gestão da informação. A criação de bibliotecas, arquivos nacionais e sistemas de informação governamentais foram passos importantes neste processo. A formação em CI pode ter sido limitada inicialmente, mas com o tempo, instituições educacionais, como a Universidade de São Tomé e Príncipe, começaram a oferecer cursos relacionados à gestão de informação e Biblioteconomia.

Com o advento da internet e a digitalização global, São Tomé e Príncipe tem enfrentado desafios e oportunidades similares aos de outros países em desenvolvimento. O acesso à tecnologia da informação cresceu, e com ele, a necessidade de profissionais capacitados em CI. A cooperação com organizações internacionais e países parceiros tem sido crucial para o desenvolvimento das capacidades em CI (Quadro 10). Projetos e programas de ajuda internacional têm apoiado a modernização dos sistemas de informação do país.

Embora haja progressos visíveis, o campo da CI em São Tomé e Príncipe ainda enfrenta vários desafios, incluindo recursos limitados, formação profissional adequada, e a necessidade de modernização contínua das infraestruturas de informação (Lima, 2019). E, com o objetivo de suprir a falta de formação formal, foram realizadas diversas atividades formativas, no Quadro 10.

Quadro 10 - Cursos de formação em instituições públicas de São Tomé e Príncipe

Instituição	Curso

Arquivo Nacional SãoTomé e Príncipe	• Cursos de curta duração de digitalização, com o apoio da Fundação Mário Soares de Portugal, em 2011. • Cursos de curta duração sobre gestão documental. • Curso de curta duração de catalogação e indexação automática, de tratamento de fotografia digital integrados no Projeto Memória de África da Fundação Portugal África.
Biblioteca Nacional São Tomé e Príncipe	• Cursos regulares de formação aos profissionais da instituição e da rede de bibliotecas municipais. • Cursos de curta duração em gestão documental, em parceria com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas de Portugal.
Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe	• Curso de curta duração para a criação de um Centro de documentação e a implementação de um sistema de gestão integrada de informação para o arquivo corrente.

Fonte: elaboração própria.

Os esforços para mitigar a discrepância educacional estão sendo progressivamente intensificados com a implementação de mais instituições educativas que ofereçam uma gama mais ampla de oportunidades. Nos últimos anos, houve uma série de interações governamentais com autoridades, professores e pesquisadores de Portugal e Brasil visando o estabelecimento de uma nova universidade pública no país.

6.4.5.3.1 Instituições: biblioteca e arquivos

Em São Tomé e Príncipe, as bibliotecas e arquivos desempenham um papel crucial na preservação da cultura e história do país, assim como na promoção da educação e da leitura. A Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe é a principal biblioteca do país, desempenhando um papel fundamental na conservação do patrimônio literário e documental são-tomense. Ela serve como um recurso importante para estudantes, pesquisadores e o

público interessado em acessar uma variedade de materiais, incluindo livros, periódicos e documentos digitais.

Outra instituição relevante é o Arquivo Histórico Nacional. Localizado na capital, São Tomé, este arquivo é essencial para a preservação de documentos históricos que são importantes tanto para a história nacional quanto para pesquisas genealógicas. Ele guarda registros coloniais, documentos governamentais, cartas, fotografias e outros materiais que datam de várias décadas. Para além das duas instituições acima referenciadas, existe também o Centro Cultural Português em São Tome. O centro oferece acesso a uma biblioteca com uma vasta coleção de obras em português, incluindo literatura, história e ciências sociais. Também é um local para eventos culturais, exposições e programas educativos (Lima, 2019).

Existem também, varias bibliotecas escolares e comunitárias notáveis, dentre as quais se destacam: (i) Biblioteca Isaura Carvalho, localizada na Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, esta biblioteca é uma estrutura essencial ao processo educativo da escola, disponibilizando uma variedade de recursos para suporte às atividades de ensino e aprendizagem; (ii) Biblioteca Escolar de Monte Café, situada no distrito de Mé-Zóchi, esta biblioteca foi financiada pela Kosmos Energy como parte de uma iniciativa para melhorar as condições de ensino e aprendizagem na região; (iii) Biblioteca Escolar de Mestre António, também financiada pela Kosmos Energy, localiza-se no distrito de Cantagalo e serve a comunidade educativa da região com uma variedade de recursos didáticos; e (iv) Biblioteca Escolar na Cidade de Neves, localizada no distrito de Lembá - a biblioteca é outra beneficiária do financiamento da Kosmos Energy, oferecendo suporte vital às necessidades educativas da comunidade local (Lima, 2019).

Conforme afirma Lima (2019), essas bibliotecas, além de serem exemplos do compromisso em promover a educação e o acesso à informação em diversas comunidades do país, desempenham um papel fundamental no apoio à educação e no incentivo ao hábito da leitura entre os jovens. Essas instituições são essenciais para fomentar a pesquisa, preservar a história e a cultura de São Tomé e Príncipe e servir como importantes pontos de acesso ao conhecimento, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento educacional e cultural da nação.

6.4.5.3.2 Cursos: número ou quantidade

Os cursos na área de Biblioteconomia e Arquivologia em São Tomé e Príncipe são limitados devido aos recursos restritos do país e à dimensão reduzida das suas instituições. O

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe oferece formações de curta duração, frequentemente em parceria com instituições internacionais, como o Instituto dos Arquivos Nacionais de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com ênfase na preservação e digitalização de documentos. Um exemplo notável foi o programa realizado em 2018, em colaboração com a Fundação Mário Soares, voltado para a conservação de documentos históricos em formatos físico e digital (Mário Soares Foundation, 2018).

Ademais, a Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe promove programas internos de capacitação para seus funcionários, com cursos de curta duração sobre organização de acervos, atendimento ao público e gestão de bibliotecas comunitárias. Essas formações são viabilizadas, na maioria, por parcerias com instituições portuguesas e organizações de cooperação internacional (Silva, 2020). Essas iniciativas refletem os esforços do país para superar suas limitações estruturais e fomentar a formação técnica nessas áreas, contando com o apoio fundamental de entidades estrangeiras.

6.4.5.3.3 Currículos e Planos de Ensino: antigos e novos

O sistema educacional de São Tomé e Príncipe tem raízes profundas no modelo colonial português. Durante o período colonial, os currículos educacionais eram voltados principalmente para os interesses da administração colonial, com poucas oportunidades de ensino superior ou formação profissional para os habitantes locais. Após a independência em 1975, o país começou a reorganizar seu sistema educacional, com o objetivo de atender às necessidades de desenvolvimento do país (Gomes, 2014).

No contexto das instituições de bibliotecas e arquivos, os currículos e planos de ensino passaram por mudanças ao longo dos anos. Durante o período pós-independência, o foco principal foi na formação básica para a administração e organização de acervos, com pouco uso de tecnologia. Entretanto, nas últimas décadas, houve um esforço para modernizar a formação, com ênfase na digitalização e na gestão de arquivos digitais.

Atualmente, o currículo dos cursos oferecidos para profissionais de Biblioteconomia e Arquivologia inclui módulos sobre preservação digital, gestão de acervos digitais, e o uso de novas tecnologias para a organização e conservação de documentos. O Centro de Formação Profissional de São Tomé e algumas universidades parceiras de Portugal têm oferecido programas de ensino e treinamento para melhorar as capacidades dos profissionais da área (Lima, 2019). O Instituto Universitário de Educação de São Tomé e Príncipe também tem

oferecido alguns cursos de formação técnica para bibliotecários, com foco em gestão e preservação de acervos (Silva, 2020).

A Biblioteconomia e a CI tratam da organização, preservação, e disseminação de informações e conhecimentos. Em um país em desenvolvimento como São Tomé e Príncipe, a capacitação nessa área pode desempenhar um papel crucial na melhoria dos sistemas de informação, especialmente em bibliotecas públicas e escolares, contribuindo para a educação e pesquisa. O principal desafio é a falta de cursos específicos que tratem de Biblioteconomia e de CI, o que pode ser um reflexo das prioridades educacionais do país ou da limitada demanda percebida nessa área. No entanto, isso também representa uma oportunidade significativa para desenvolvimento profissional e acadêmico, com potencial para parcerias internacionais e apoio de organizações globais interessadas em desenvolver a infraestrutura de informação em países em desenvolvimento.

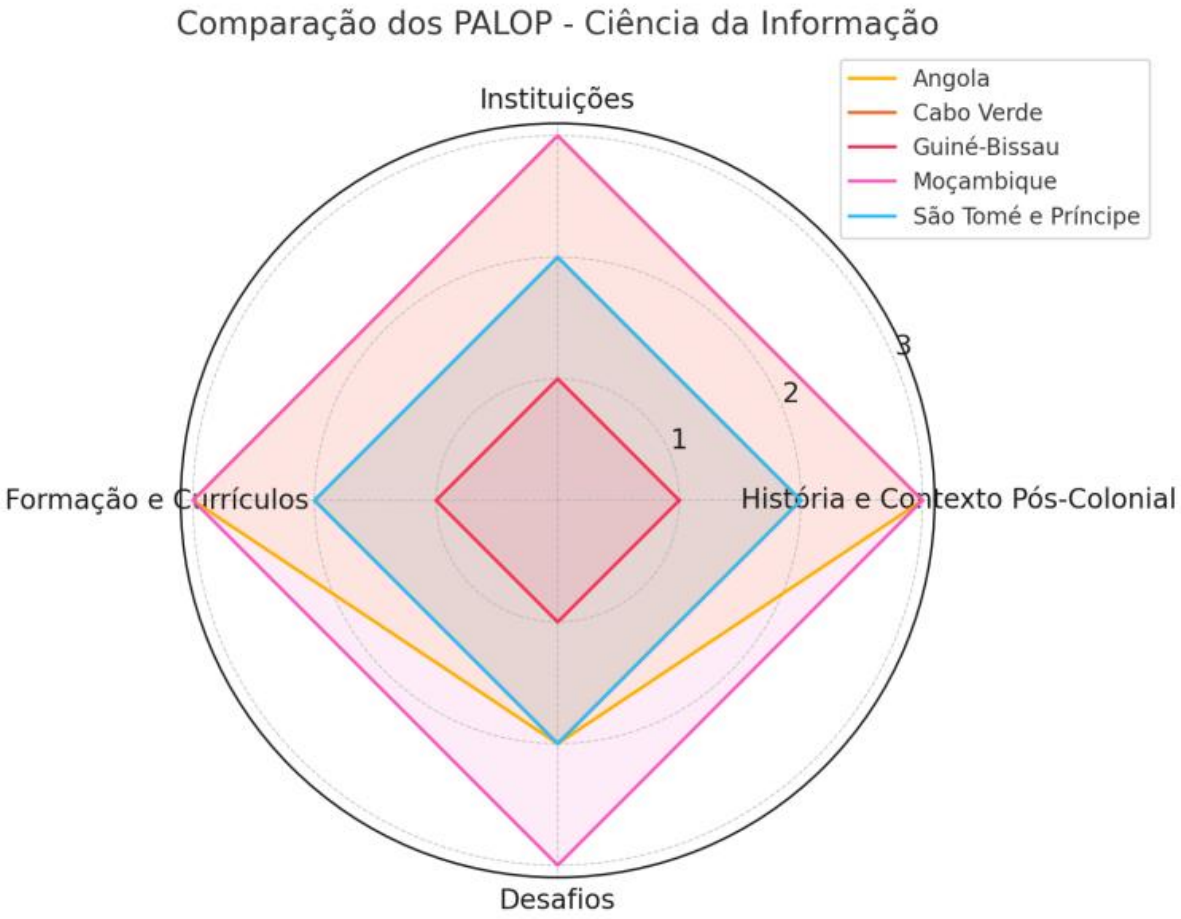
Para São Tomé e Príncipe avançar na área de Biblioteconomia e CI, seria benéfico, estabelecer parcerias com universidades estrangeiras que possam oferecer *expertise* e recursos para o desenvolvimento de currículos especializados. Investir na formação de profissionais por meio de cursos técnicos e de capacitação em gestão de informações e tecnologias associadas e explorar fontes de financiamento internacional e colaborações para estabelecer bibliotecas modelo e centros de treinamento em Ciência da Informação (Silva, 2020).

Silva (2020) entende ainda que, embora São Tomé e Príncipe ainda não tenha um desenvolvimento específico em Biblioteconomia e CI, há um caminho claro para a inclusão desses saberes no sistema educacional. Isso poderia não apenas melhorar o acesso à informação para todos os são-tomenses mas também fomentar um ambiente de inovação e pesquisa no país.

6.5 Gráfico comparativo sobre a evolução histórica e institucionalização da Ciência da Informação nos Países de Linga Oficial Portuguesa

O gráfico apresentado compara diferentes aspectos da Ciência da Informação (CI) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), considerando as variáveis de instituições, história e contexto pós-colonial, desafios, e formação e currículos em países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe.

Figura 7 - Comparação dos dados entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa



Fonte: elaboração própria.

A análise revela que Moçambique se destaca positivamente em termos de instituições e abordagem histórica e contextual pós-colonial, indicando que o país tem realizado esforços significativos para consolidar o campo da CI desde a independência. Isso pode ser atribuído às políticas focadas na educação e na criação de infraestruturas acadêmicas e de pesquisa que fortalecem esse setor.

Angola, por sua vez, mostra menores pontuações nos eixos de formação e currículos e enfrenta desafios significativos, o que sugere dificuldades na formação de profissionais qualificados e na implementação de políticas eficazes que superem os obstáculos históricos e estruturais na área da CI.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe apresentam desempenhos intermediários em todos os eixos, o que reflete um desenvolvimento moderado, mas ainda com espaço para melhorias, especialmente na adaptação dos currículos às necessidades locais e na expansão das instituições dedicadas à CI.

Guiné-Bissau mostra os menores níveis de desenvolvimento em todos os eixos analisados, apontando para desafios mais profundos e a necessidade urgente de investimentos em educação e políticas públicas que possam impulsionar significativamente a área no país.

Essa heterogeneidade entre os PALOP destaca as diferenças nas trajetórias históricas, econômicas e políticas dos países e sublinha a importância de políticas de apoio adaptadas às realidades específicas de cada um para promover o desenvolvimento efetivo da CI. Investimentos contínuos em formação profissional e revisão de currículos são essenciais para adequar a educação às demandas contemporâneas do mercado e às especificidades locais, enquanto o fortalecimento das instituições é crucial para criar uma base sólida para o avanço acadêmico e profissional na região.

7 DESAFIOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A Ciência da Informação (CI), enquanto campo interdisciplinar que estuda os processos de produção, organização, disseminação e uso da informação, enfrenta inúmeros desafios em Moçambique. Esses desafios refletem tanto o contexto de desenvolvimento do país como as dinâmicas globais de transformação digital e gestão do conhecimento.

Um dos principais entraves está relacionado à infraestrutura tecnológica. Muitos centros de informação, como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, operam com recursos limitados, o que compromete a eficiência na gestão e na disseminação da informação. A baixa taxa de conectividade e a limitada disponibilidade de internet de banda larga dificultam a digitalização de acervos e o acesso remoto à informação, especialmente nas zonas rurais (Mabunda, 2020).

Outro desafio significativo é a escassez de profissionais qualificados na área. Embora existam esforços de formação em Biblioteconomia e CI, como os promovidos pela UEM e outras instituições de ensino superior, o número de especialistas ainda é insuficiente para atender à demanda nacional. Além disso, há carência de programas de capacitação contínua, o que limita a atualização dos profissionais frente às novas exigências tecnológicas (Nhachungue, 2019).

O baixo investimento governamental no setor da informação constitui também um obstáculo notório. A área raramente figura entre as prioridades políticas e orçamentárias do Estado, o que reduz as possibilidades de modernização e expansão dos serviços informacionais. A ausência de incentivos para a pesquisa científica e para o desenvolvimento de soluções tecnológicas locais agrava ainda mais esse cenário (Chissale, 2021).

A preservação documental e a digitalização de acervos representam outro ponto crítico. Grande parte do patrimônio documental moçambicano encontra-se em risco devido às más condições de armazenamento, à deterioração natural dos materiais e à inexistência de estratégias eficazes de conservação. Projetos de digitalização existem, mas ainda são pontuais e muitas vezes dependem de apoio externo, o que compromete sua sustentabilidade a longo prazo (Mucavele; Zavale, 2018).

No campo legal, a inexistência ou fragilidade de políticas públicas e legislação específica para a gestão da informação e proteção de dados pessoais constitui mais um desafio. Apesar da aprovação da Lei do Direito à Informação (Lei nº 34/2014), sua implementação é limitada por falta de recursos e capacitação institucional (MOÇAMBIQUE, 2015). Além disso, a ausência de normas claras para a interoperabilidade entre sistemas de informação

públicos dificulta a integração e partilha eficiente de dados entre órgãos do Estado (Tamele, 2020).

Adicionalmente, o baixo nível de literacia informacional da população compromete o uso crítico e eficaz da informação disponível. Muitas pessoas ainda não possuem as competências necessárias para localizar, avaliar e utilizar informações de forma autônoma, o que limita o exercício pleno da cidadania e o acesso a oportunidades de desenvolvimento (Givá, 2022).

Por fim, destaca-se a lenta integração de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, *big data* e *blockchain*, nos sistemas de informação. Essas tecnologias poderiam contribuir significativamente para a melhoria da eficiência na gestão informacional, mas ainda não são amplamente exploradas em Moçambique, tanto por limitações técnicas como pela ausência de políticas de inovação direcionadas ao setor (Silvério, 2021).

Diante deste cenário, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem estratégica e multidimensional para superar os desafios da CI no país. Isso envolve investimentos em infraestrutura, capacitação profissional, desenvolvimento de políticas públicas eficazes e promoção da literacia informacional como base para uma sociedade mais informada e participativa.

7.1 Desafios à inserção dos egressos da Ciência da Informação no Mercado de Trabalho em Moçambique

A inserção dos egressos do curso de Ciência da Informação (CI) no mercado de trabalho em Moçambique enfrenta diversos desafios que refletem tanto as limitações estruturais do país quanto a evolução ainda incipiente da própria área de atuação. A CI, por ser um campo relativamente novo no contexto moçambicano, ainda carece de reconhecimento social e institucional. Muitos empregadores não compreendem completamente as competências específicas dos profissionais formados nesta área, o que reduz significativamente as oportunidades de inserção profissional. Segundo Castells (1999), a sociedade da informação demanda novas habilidades relacionadas à gestão, organização e disseminação de conhecimento, uma realidade que ainda não se reflete de forma ampla no mercado de trabalho moçambicano.

Adicionalmente, observa-se um descompasso entre a formação acadêmica oferecida pelas instituições de ensino superior e as exigências práticas do mercado. Em muitos casos, os currículos dos cursos de CI permanecem excessivamente teóricos, com pouca ênfase em

competências digitais, tecnologias emergentes e habilidades empreendedoras. Como destaca Le Coadic (1996), o profissional da informação deve ser capaz de atuar em contextos variados e lidar com tecnologias complexas, algo que exige uma formação adaptada às rápidas transformações do mundo contemporâneo.

Outro obstáculo importante está relacionado à infraestrutura precária e à baixa valorização das instituições de memória, como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, que, historicamente, absorvem parte significativa desses profissionais. O subfinanciamento crônico dessas instituições, somado à escassez de políticas públicas voltadas à valorização da gestão da informação, agrava a situação. Conforme observa Belluzzo (2007), o fortalecimento do setor informacional depende de investimentos contínuos em estrutura física, tecnológica e em capital humano qualificado.

Além disso, há uma forte concorrência com profissionais de outras áreas, como Administração, Comunicação Social e Tecnologia da Informação, que ocupam cargos voltados à gestão de informação, especialmente em empresas privadas e organismos internacionais. Isso indica não apenas a falta de clareza quanto ao papel do profissional da informação, mas também a necessidade de ampliar e diversificar os campos de atuação dos egressos. Em sintonia, Saracevic (1999) afirma que a interdisciplinaridade é uma característica essencial da CI e que os seus profissionais devem explorar novas possibilidades, como a curadoria digital, a gestão do conhecimento e a preservação digital.

Por fim, é importante considerar que o empreendedorismo e a inovação ainda são pouco explorados como estratégias de inserção no mercado de trabalho. Muitos egressos não possuem formação complementar em áreas como negócios, marketing digital ou ciência de dados, que poderiam ampliar significativamente seu leque de oportunidades. Para superar esses entraves, é fundamental promover a atualização curricular dos cursos, fortalecer os vínculos entre universidades e setor produtivo, além de investir em ações de sensibilização para o reconhecimento do valor estratégico da informação.

Em suma, os desafios enfrentados pelos egressos de CI em Moçambique refletem uma combinação de fatores estruturais, institucionais e formativos. Superá-los requer um esforço conjunto entre academia, governo e sociedade civil para que o profissional da informação possa ocupar seu espaço no processo de desenvolvimento do país.

7.2 Análise comparativa entre os currículos de Moçambique e do Brasil

A análise comparativa entre os currículos de Moçambique e do Brasil evidencia tanto aproximações quanto divergências no que diz respeito à organização, aos princípios norteadores e à implementação das políticas educacionais. Ambos os países, embora inseridos em contextos sociopolíticos distintos, compartilham a busca por uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Em Moçambique, o currículo nacional é regido pela Lei do Sistema Nacional de Educação (Lei n.º 18/2018), que estabelece os fundamentos da organização do sistema educacional e sua articulação com o desenvolvimento nacional (Moçambique, 2018). O currículo moçambicano prioriza a unidade nacional, a valorização da cultura local e o combate ao analfabetismo, com forte ênfase na cidadania, na moral e na ética (Moçambique, 2018). De acordo com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (2016), "[...] o currículo deve contribuir para a formação de um cidadão patriótico, responsável, criativo e crítico".

No Brasil, a principal referência curricular é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2017, que determina as competências e habilidades essenciais para a educação básica, respeitando a diversidade regional e cultural (BRASIL, 2017). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) orienta o sistema educacional brasileiro, promovendo valores como cidadania, pluralismo de ideias e respeito aos direitos humanos. Segundo a BNCC (Brasil, 2017), a educação básica deve orientar-se para a formação humana integral, articulando aprendizagens em múltiplas dimensões do desenvolvimento do estudante (cf. p. 8 e p. 15–16). Quanto à estrutura, o currículo moçambicano divide-se em Ensino Primário (da 1ª à 7ª classe), Ensino Secundário Geral (da 8ª à 12ª classe) e Ensino Técnico Profissional, apresentando uma abordagem mais tradicional, mas com reformas em curso voltadas ao ensino por competências. As disciplinas obrigatórias incluem Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e Educação Moral e Cívica. Por outro lado, o Brasil organiza sua educação básica em Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio, com uma grade curricular que abrange Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Artes e Ensino Religioso (opcional), conforme previsto na BNCC.

Em relação à abordagem pedagógica, Moçambique tem avançado em direção a métodos mais ativos de ensino, embora ainda predomine uma prática centrada na transmissão de conteúdos e na avaliação somativa, com foco em exames finais. Já no Brasil, embora as

diretrizes apontem para uma pedagogia construtivista e centrada no aluno, a prática muitas vezes revela um distanciamento desses princípios, principalmente em regiões com menor investimento educacional. Segundo Libâneo (2013), "[...] a distância entre o prescrito e o praticado no currículo brasileiro reflete desigualdades históricas no acesso à educação de qualidade".

A inclusão e o respeito à diversidade também são pontos de interesse comum. Moçambique tem buscado implementar políticas de educação inclusiva, com atenção especial às crianças com deficiência e à introdução das línguas locais no processo de alfabetização inicial. No Brasil, políticas públicas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a valorização das línguas e culturas indígenas e quilombolas refletem esforços mais consolidados nesse campo (Brasil; MEC, 2015).

Ambos os países enfrentam desafios estruturais significativos, como a escassez de professores qualificados, a desigualdade entre zonas urbanas e rurais, e a evasão escolar, especialmente no nível médio. Em Moçambique, Menos de metade dos alunos conclui o ensino primário e apenas 5% das crianças conseguem ler e compreender um texto básico até ao final da terceira classe. No Brasil, o Censo Escolar 2023 aponta que a taxa de evasão no ensino médio ainda é preocupante, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (INEP, 2024).

Em termos de tendências, Moçambique tem investido na reformulação curricular para incluir competências transversais, enquanto o Brasil tem reformulado o Ensino Médio com os chamados "itinerários formativos", buscando dar mais autonomia ao estudante e aproximar a escola das demandas do século XXI.

Dessa forma, conclui-se que os currículos de Moçambique e do Brasil refletem suas respectivas realidades históricas, culturais e socioeconômicas. Apesar das diferenças, ambos compartilham o compromisso com a melhoria da qualidade educacional e a promoção da equidade. O fortalecimento das políticas curriculares em ambos os contextos requer, contudo, não apenas reformas documentais, mas investimentos concretos na formação docente, infraestrutura escolar e valorização do ensino como ferramenta de transformação social.

7.3 Empregabilidade na área da Ciência da Informação em Moçambique

A empregabilidade na área da Ciência da Informação (CI) em Moçambique tem ganhado relevância, especialmente no contexto atual de transformação digital e modernização das instituições públicas e privadas. A CI, entendida como o campo que estuda a produção, organização, armazenamento, recuperação e uso da informação (Borko, 1968), oferece um

leque diversificado de oportunidades profissionais, embora ainda enfrente desafios significativos no mercado moçambicano.

Em Moçambique, os profissionais da área encontram espaço principalmente em bibliotecas, arquivos, centros de documentação, universidades, organismos governamentais e organizações não-governamentais. A crescente digitalização dos serviços públicos e a necessidade de transparência e acesso à informação impulsionam a demanda por especialistas na gestão documental e da informação. Segundo Silva (2020), "[...] a emergência de políticas de governo eletrônico e a informatização da administração pública em Moçambique têm contribuído para valorizar os profissionais da informação, embora o reconhecimento oficial da profissão ainda seja limitado".

A formação na área é promovida por instituições como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que oferece cursos em CI, Biblioteconomia e Arquivística. No entanto, muitos graduados enfrentam dificuldades na inserção no mercado de trabalho devido à pouca valorização social da profissão e à escassa abertura de concursos públicos com vagas específicas para esta área. Conforme aponta Nhantumbo (2019), "[...] a ausência de uma carreira definida para os profissionais da informação no aparelho do Estado torna incerta a sua progressão e estabilidade laboral".

Apesar disso, novas oportunidades vêm surgindo com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Profissionais com formação em CI estão cada vez mais envolvidos em projetos de digitalização, gestão eletrônica de documentos, curadoria digital e análise de dados. Essas funções exigem competências híbridas, combinando fundamentos teóricos da área com conhecimentos técnicos, como uso de softwares de gestão documental e sistemas de informação. Para Oliveira (2021), "[...] a empregabilidade do profissional da informação no século XXI depende da sua capacidade de adaptação ao ambiente digital e da incorporação de competências tecnológicas ao seu perfil".

Os desafios, entretanto, permanecem. Muitos profissionais relatam falta de infraestrutura nas instituições, escassez de oportunidades de formação contínua e a necessidade constante de atualização para acompanhar as mudanças tecnológicas. Ademais, a profissão ainda sofre com a ideia ultrapassada de que o profissional da informação se limita ao papel tradicional de bibliotecário ou arquivista, quando na realidade seu campo de atuação é muito mais amplo.

Portanto, para melhorar a empregabilidade na área da CI em Moçambique, é necessário um esforço conjunto entre o governo, instituições de ensino e o setor privado. É

fundamental reforçar os currículos acadêmicos com conteúdos práticos e tecnológicos, promover estágios e parcerias, além de fomentar o reconhecimento legal e social da profissão. Como conclui Matavele (2022), "[...] o futuro da empregabilidade na área da Ciência da Informação em Moçambique depende da sua capacidade de se posicionar como uma profissão estratégica na era da informação".

7.4 Crítica à formação universitária em Moçambique

A formação universitária em Moçambique tem passado por um processo de expansão nas últimas décadas, com a criação de novas instituições públicas e privadas em diversas províncias. No entanto, apesar dos avanços quantitativos, persistem desafios estruturais e qualitativos que comprometem a eficácia e a relevância do ensino superior no país. Esta análise crítica visa destacar os principais entraves à formação universitária moçambicana, com base em estudos, dados e observações empíricas. Um dos maiores problemas da formação universitária em Moçambique é a desconexão entre os cursos oferecidos e as reais necessidades do mercado de trabalho. A expansão do ensino superior não tem sido acompanhada por um planejamento estratégico que considere as dinâmicas do mercado laboral. Como refere Nhampoca (2021), "[...] muitos graduados saem das universidades sem competências práticas ou conhecimento das exigências do setor produtivo, o que contribui para elevadas taxas de desemprego juvenil".

Cursos como Direito, Administração e Ciências Sociais continuam a ser oferecidos em larga escala, mesmo diante da saturação do mercado nessas áreas. Enquanto isso, há carência de formações técnicas e tecnológicas que respondam aos desafios do desenvolvimento econômico e social do país (Chichava, 2018).

A qualidade do ensino é outra preocupação central. Em muitas universidades, especialmente nas recém-criadas ou em localizações periféricas, há uma escassez de docentes qualificados. Segundo dados do Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), menos de 30% dos docentes em universidades privadas possuem o grau de mestre ou doutor (CNAQ, 2020).

Além disso, as infraestruturas são frequentemente inadequadas: bibliotecas desatualizadas, laboratórios inexistentes ou mal equipados, e acesso limitado a ferramentas digitais. Como aponta Cossa (2019), "[...] a precariedade das condições materiais afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, reduzindo a capacidade dos estudantes de desenvolver competências críticas e analíticas".

7.5 Metodologias tradicionais e pouca inovação

A abordagem pedagógica predominante em muitas instituições continua a ser expositiva e centrada na memorização. Há pouca valorização de metodologias ativas, como projetos, estudos de caso e investigação aplicada. Para Mabunda (2020), "[...] a universidade moçambicana ainda funciona com base em modelos coloniais, pouco adaptados às realidades e às necessidades contemporâneas do país".

Essa limitação metodológica impede o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas - aspectos fundamentais em uma sociedade em constante transformação.

Embora tenha havido um aumento no número de vagas e instituições, o acesso ao ensino superior em Moçambique ainda é desigual. Jovens das zonas rurais, mulheres e indivíduos de famílias com baixos rendimentos enfrentam barreiras significativas para ingressar e concluir a universidade. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2022 apenas 10% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior, com uma representação muito inferior nas províncias do norte e centro.

Essa situação perpetua a elitização do ensino superior e contribui para a manutenção das desigualdades sociais, em vez de as combater.

A produção científica moçambicana ainda é bastante limitada. De acordo com o relatório da Unesco (2021), Moçambique está entre os países africanos com menor índice de publicações científicas por milhão de habitantes. A maioria das universidades não possui políticas claras de incentivo à investigação, nem fundos suficientes para apoiar projetos de pesquisa.

Esse déficit limita a contribuição das universidades para o desenvolvimento nacional, já que o conhecimento gerado localmente é essencial para enfrentar problemas como a insegurança alimentar, as mudanças climáticas e a gestão de recursos naturais.

A gestão universitária em Moçambique também enfrenta críticas frequentes. Casos de corrupção, clientelismo e má administração de recursos públicos têm sido relatados em várias instituições (Castel-Branco, 2020). Tais práticas afitam negativamente a credibilidade do sistema, reduzem a motivação dos profissionais da educação e comprometem a eficácia dos serviços prestados.

A formação universitária em Moçambique se encontra em um momento decisivo. A expansão do acesso não pode ser dissociada da melhoria da qualidade e da relevância do ensino. É urgente repensar os currículos, valorizar os docentes, fortalecer a pesquisa científica

e garantir uma gestão transparente e eficiente das instituições. Sem essas mudanças estruturais, o ensino superior continuará a reproduzir desigualdades e a gerar profissionais com dificuldades para contribuir efetivamente para o desenvolvimento do país.

7.6 Habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho em Moçambique

O mercado de trabalho em Moçambique tem passado por transformações significativas nos últimos anos, exigindo dos profissionais um conjunto mais abrangente de habilidades técnicas e comportamentais. Com o avanço da digitalização e a crescente presença de empresas multinacionais, as exigências vão além da formação tradicional e incluem competências práticas e interpessoais.

No campo das competências técnicas (*hard skills*), há uma forte demanda nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), especialmente por profissionais com conhecimentos em programação, análise de dados, redes e cibersegurança. Segundo o Relatório de Competências na África publicado pela Unesco (2021), "[...] a revolução digital está a criar novas oportunidades de emprego, mas também exige uma rápida adaptação das competências técnicas dos jovens africanos".

Além da área tecnológica, setores como engenharia, construção civil e energia também continuam a absorver grande número de profissionais, sobretudo aqueles com formação prática em áreas como engenharia civil, eléctrica, mecânica e operação de equipamentos industriais pesados, devido aos megaprojetos de gás natural e infraestruturas em desenvolvimento no país. De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), os setores de energia, construção e transportes representam uma parte significativa do crescimento do emprego formal em Moçambique.

No setor financeiro e de gestão, habilidades em contabilidade, gestão de projetos, análise financeira e empreendedorismo são cada vez mais valorizadas, refletindo a necessidade de uma administração eficiente e estratégica nas empresas públicas e privadas. Instituições como o Banco de Moçambique e a Confederação das Associações Econômicas (CTA) de Moçambique têm incentivado formações em gestão de negócios, promovendo uma cultura empresarial mais competitiva.

Em paralelo às competências técnicas, o mercado valoriza cada vez mais as chamadas competências comportamentais (*soft skills*), que incluem comunicação eficaz, pensamento crítico, capacidade de resolver problemas, trabalho em equipe e adaptabilidade. Segundo um estudo realizado pelo *World Economic Forum* (2020), "[...] a inteligência emocional, a

colaboração e a flexibilidade são habilidades-chave para enfrentar as mudanças aceleradas no mercado de trabalho global".

Outro fator de destaque em Moçambique é a fluência em idiomas, especialmente o inglês e o francês, dado o número crescente de empresas internacionais no setor extrativo, turismo e comércio. Como destaca o relatório da Agência de Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), "o domínio do inglês tornou-se quase um pré-requisito para muitos cargos de liderança e técnicos nas zonas industriais e comerciais do país".

O setor da educação e da saúde também exige profissionais com formação contínua, capazes de aplicar métodos pedagógicos modernos e oferecer serviços de qualidade à população. Programas como o ProFuturo e iniciativas do Ministério da Saúde têm promovido o uso de tecnologias digitais na educação e nos serviços de saúde comunitários.

Nesse contexto, investir em formações contínuas, certificações reconhecidas internacionalmente, e o domínio de ferramentas digitais tornou-se essencial. Plataformas como Coursera, edX e Khan Academy oferecem cursos acessíveis que ajudam os profissionais moçambicanos a se manterem competitivos. Como aponta o Plano Quinquenal do Governo de Moçambique 2020 – 2024, um dos grandes desafios é "[...] alavancar a formação técnica e profissional para responder às reais necessidades do setor produtivo".

7.7 Desenvolvimento de habilidades e competências empreendedoras

De acordo com Dornelas (2008), é um mito que empreendedores nascem com um diferencial predestinado ao sucesso nos negócios, porque o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa. Na mesma linha, há o pensamento que é preciso adquirir técnicas, habilidades e características para criar, desenvolver e manter um empreendimento que leve a bons resultados. É necessária qualificação, conhecimentos sobre como planejar, gerir e organizar um negócio (Rodrigues; Melo; Lopes, 2013).

Não muito fora dessa linha de pensamento, encontra-se Dornelas (2008), para quem o talento empreendedor resulta da percepção, da direção, da dedicação e de muito trabalho dessas pessoas especiais que fazem acontecer. A capacidade de empreender depende da procura por oportunidades e do empenho de quem vislumbra, em coisas pequenas e comuns, a chance de progredir com comprometimento e com o intuito de alcançar objetivos. Na área da Biblioteconomia o empreendedorismo parece ainda ser pouco disseminado.

Contudo, gestores de unidades de informação com competências empreendedoras, provavelmente encontrariam melhores soluções para seus problemas. É preciso ressaltar que

em quase todos os tipos de unidades de informação, em especial em bibliotecas públicas, universitárias e escolares, o bibliotecário necessita lidar com uma série de problemas relacionados, em especial, à escassez de recursos, falta de pessoal, e espaço físico inadequado.

Conti, Pinto e Davok (2009) advogam que, na Biblioteconomia, existem muitos profissionais com perfil empreendedor que aplicam seus conhecimentos e suas habilidades em projetos inovadores e apresentam características de bibliotecário empreendedor, como: criatividade, flexibilidade, espírito de liderança, competência, inovação, visão de negócio e boa comunicação. Esta ideia positiva, responde, de certa forma, às considerações apresentadas, sobre as atribuições do bibliotecário para melhorias deste quadro. Os bibliotecários precisam ser empreendedores, sonhadores, pessoas para quebrar a tradição e agir no desenvolvimento de novos papéis e responsabilidades. Daí a proposta:

> A gestão empreendedora com ênfase na inovação e criatividade, se adotada pelas bibliotecas, provavelmente proporcionará a possibilidade da abertura de novos caminhos e oportunidades para que os gestores tenham uma ampla visão dos objetivos corporativos e compreensão do propósito das atividades e dos serviços que a biblioteca oferece, tornando-os diferenciados e relevantes (Honesko, 2002, p. 2).

São, na verdade, propostas que, tomadas para a prática, podem mudar muito aquilo que tem sido as atividades da biblioteca e das outras unidades de informação, deixando para trás a mesmice que tem se apresentado ao longo dos anos. A decisão de inovar tem os benefícios de produção de novas ideias, trabalho conjunto, novas perspectivas e novos desafios para resultados mais satisfatórios para todos os intervenientes do processo.

7.8 Perfil do profissional da informação em Moçambique

O perfil do profissional da informação em Moçambique tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, acompanhando os avanços tecnológicos, as exigências do mercado de trabalho e os esforços de institucionalização da formação específica na área. Inicialmente, grande parte desses profissionais atuava com formação secundária ou em áreas não diretamente relacionadas à Biblioteconomia, Arquivologia ou Ciência da Informação (CI). No entanto, estudos demonstram uma evolução gradual, mas constante no nível de qualificação destes profissionais.

Segundo dados de Guambe e Bueno-de-la-Fuente (2013), em 2003 apenas 11,6% dos profissionais da informação em Moçambique possuíam formação superior. Esse número subiu para 27,6% em 2014, evidenciando uma tendência de valorização da formação acadêmica

específica. Mais recentemente, um levantamento realizado por Mangue, Mateus e Mola (2022) aponta que cerca de 95% dos profissionais em atividade foram formados no próprio país, dos quais 77,2% obtiveram formação em Biblioteconomia, Documentação, Arquivística ou áreas afins. Essa melhoria está diretamente ligada à criação de instituições de ensino dedicadas à área da informação, como o Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC), estabelecido em 1998, e o curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), iniciado em 2009 (Guambe; Bueno-de-la-Fuente, 2013; Mangue; Mateus; Mola, 2022).

O campo de atuação desses profissionais também se ampliou. Atualmente, a maioria trabalha em bibliotecas universitárias, centros de documentação e arquivos institucionais, principalmente no setor público, que emprega aproximadamente 63,3% dos profissionais da área, seguido por institutos e empresas públicas, com 11,4% (Mangue; Mateus; Mola, 2022). Além da tradicional atuação em bibliotecas, há uma crescente demanda por competências tecnológicas, como a gestão de bases de dados, criação e manutenção de websites, e gestão de sistemas de informação, exigindo desses profissionais um perfil mais técnico e multidisciplinar.

Entre as competências valorizadas no contexto moçambicano destacam-se: capacidade de organização e tratamento técnico da informação, domínio de ferramentas digitais, planejamento e gestão de unidades de informação, bem como habilidades interpessoais como comunicação, trabalho em equipe e iniciativa (Guambe; Bueno-de-la-Fuente, 2013). Entretanto, persistem desafios relacionados à infraestrutura das unidades de informação, à escassez de recursos técnicos e tecnológicos, e à ainda limitada valorização e reconhecimento institucional da profissão.

Nesse contexto, destaca-se a implementação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), através do Decreto n.º 61/2022, que visa integrar, harmonizar e valorizar os diferentes níveis de qualificação existentes nos subsistemas de Educação Geral, Educação Profissional e Ensino Superior (Moçambique, 2022). O QNQ estabelece descritores de competências esperadas para os perfis de saída em cada nível, promovendo a mobilidade e o reconhecimento das qualificações (Moçambique, 2022).

Em termos formativos, o curso de Licenciatura em CI da UEM prepara os estudantes para atuar em diversos ambientes organizacionais, capacitando-os para gerir serviços e recursos informacionais, interpretar e processar dados, desenvolver produtos e serviços de

informação e coordenar projetos informacionais em instituições públicas ou privadas (UEM, 2023).

Em síntese, o perfil do profissional da informação em Moçambique tem se consolidado de forma mais técnica e especializada, embora continue a enfrentar obstáculos estruturais, como o reconhecimento profissional e a modernização das unidades informacionais. A continuidade da formação qualificada, a atualização tecnológica e o fortalecimento institucional são aspectos fundamentais para que esses profissionais possam contribuir de maneira plena para o desenvolvimento do país.

7.9 O perfil do profissional da informação empreendedor na área da Ciência da Informação

Dalpian, Fragoso e Rozados (2007, p. 101) afirmam: “O empreendedor tenta antecipar situações e preparar-se para elas. É alguém com capacidade de observação e de planejamento”. Segundo os autores o empreendedor é aquele que costuma buscar oportunidades e tem iniciativa; corre risco calculado; exige qualidade e age de maneira a fazer coisas que satisfazem ou excedem padrões de excelência; trabalha com obstáculos significativos; assume responsabilidade pessoal pelo desempenho necessário para atingir metas; esmera-se em manter os clientes satisfeitos; busca informações; estabelece metas e objetivos que são desafiantes e que têm significado pessoal; planeja e monitora sistematicamente seu negócio.

Para Gonçalves (2009) o profissional empreendedor é aquele que apresenta determinadas habilidades e competência para criar, abrir e gerir um negócio, gerando resultados positivos. É inovador, dedica-se às atividades de organização, administração, execução; principalmente na geração de riquezas, na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos, mercadorias ou serviços, gerando um novo método com o seu próprio conhecimento; é o profissional que modifica, com sua forma de agir, qualquer área do conhecimento humano. Ele tem características diferenciadas como originalidade, flexibilidade e facilidade nas negociações, tolera erros, tem iniciativa, optimismo, autoconfiança e intuição, e é visionário para negócios futuros.

O empreendedor apoia-se, essencialmente, em seu talento, em acreditar que pode convencer os outros a realizar seus sonhos. Invariavelmente, sua personalidade é baseada em autoconfiança, ele é capaz de manter seu ponto de vista em qualquer circunstância e possui muita iniciativa na busca pela realização de seus desafios. “O empreendedor é alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores,

investidores, convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro" (Dolabela, 1999 *apud* Dalpian; Fragoso; Rozados, 2007, p. 102).

O espírito empreendedor se traduz por criatividade, poder de decisão, iniciativa, ousadia, eficiência e eficácia. Sabe detectar oportunidades, trabalhar em equipe, planejar, administrar, inovar, incentivar. A capacidade e a coragem de liderar, definir, delegar e coordenar tarefas, utilizar sabiamente todos os recursos disponíveis, persistir nos ambientes mais inóspitos, observar, perceber e assimilar as mudanças sociais faz do empreendedor um ser único, surpreendente e naturalmente talentoso (Dalpian; Fragoso; Rozados, 2007).

Os empreendedores devem ser optimistas e conseguir enxergar as oportunidades e ameaças que influenciam na construção do sucesso. Para isso, muitas qualidades marcam o perfil do empreendedor, refletindo, posteriormente, na obtenção de bons resultados da empresa. Para tanto, de acordo com Gonçalves (2009, p. 16) destacam-se algumas qualidades essenciais que levam o empreendedor a alcançar suas metas:

> São visionários: têm a visão de como será o futuro para seu negócio e sua vida e têm a habilidade de implementar seus sonhos;
> Sabem tomar decisões: sabem tomar decisões corretas, e na hora certa, com segurança. Também implementam suas ações rapidamente;
> São indivíduos que fazem à diferença: têm o domínio de transformar algo abstrato em concreto, transformam algo de difícil definição em ideia. Sabem como agregar valor aos serviços e produtos que colocam no mercado;
> Sabem explorar ao máximo as oportunidades: para os empreendedores, as boas ideias são geradas daquilo que todos conseguem ver, mas não identificam algo prático para transformá-las em oportunidade, por meio de dados e informação. O empreendedor é capaz de encontrar uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, o mesmo quebra a ordem corrente e inova, criando mercado com uma oportunidade identificada. O empreendedor sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta;
> São determinados e dinâmicos: eles implementam suas ações com total comprometimento, ultrapassam os obstáculos e não se conformam com a rotina;
> São dedicados: trabalhadores dedicados, os empreendedores sempre encontram energia para continuar mesmo com obstáculos. São loucos pelo trabalho;
> São optimistas e apaixonados pelo que fazem: são apaixonados pelo que fazem e isso os mantém autodeterminado. Tornam-se os melhores vendedores de seus produtos e serviços. O optimismo faz com que sempre enxerguem o sucesso; etc. (Gonçalves, 2009, p. 16).

Neste sentido, os bibliotecários se caracterizam como profissionais capazes de fornecer a informação certa, no momento certo, para o fim a que se destina, independente de seu suporte físico. Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002), citados por Gonçalves (2009), afirmam que não há um perfil de profissional da informação ou do conhecimento único, pois a sociedade oferece campos de atuação a todo profissional que tenha habilidade de lidar com a

informação e o conhecimento, agregando valor aos mesmos, e trabalhar com pessoas incentivando-as a participar da sociedade e exercer a cidadania.

O moderno profissional da informação deve gerir sua unidade de informação como uma organização moderna, com uma visão centrada no ser humano como um sistema aberto, participativo, com corresponsabilidades, voltado para interação com o meio externo apresentando características de administração estratégica, flexibilidade na hierarquia da unidade, exercendo controle sobre resultados, trabalhando em equipe de forma compartilhada, capacitando e avaliando a informação, possuindo uma visão sistêmica da realidade, ampliando a capacidade organizacional de sua unidade de informação, criando e, por fim, inovando (Madalena, 2018).

Nesses tempos de tantas mudanças, é possível perceber a necessidade de mudanças na atuação profissional do bibliotecário. A grande questão é verificar se esses profissionais estão acompanhando as mudanças sociais e de mercado que vêm ocorrendo e se possuem competências profissionais para trabalhar de forma diferente para atender a atual demanda.

De acordo com Conti, Pinto e Davok (2009) o espaço de atuação do bibliotecário vem passando por mudanças, partindo do contexto em que se trabalhava somente com livros e em bibliotecas tradicionais. Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a profissão e seu mercado de trabalho se transformaram, surgindo tanto novas oportunidades quanto ameaças.

Gonçalves (2009, p. 21) destaca que houve "[...] modificação estrutural no mercado de trabalho, bem como no perfil do emprego, novas especializações profissionais surgiram, outras foram substituídas ou mesmo eliminadas". Diante destas transformações, faz-se necessário que o bibliotecário seja flexível para se adaptar às mudanças. Deve buscar atualizações constantes, para adquirir habilidades e competências compatíveis com as novas demandas, e assegurar sua permanência no mercado de trabalho atual.

Segundo Conti, Pinto e Davok (2009), para se tornar um empreendedor, o bibliotecário deve estar preparado e disposto a enfrentar essas mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho. Todavia, problemas são encontrados na formação do bibliotecário com o perfil requerido. Um desses problemas parece ser a atual estrutura dos cursos de Biblioteconomia do país.

Nessa mesma linha de pensamento, Dalpian, Fragosos e Rozados (2007, p. 3) complementam que "[...] é fundamental agregar-se valor e, de modo especial, deve-se sempre aprender a aprender, a aprender a empreender". Além do conhecimento técnico, o

bibliotecário, na atual conjuntura da sociedade da informação e do conhecimento, precisa de habilidades e competências empreendedoras. Para Dalpian, Fragosos e Rozados (2007), as competências necessárias, além das citadas por Gonçalves (2009) são: polivalência, liderança, poder de negociação, excelência na comunicação, participação em redes além de visão empreendedora.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou as perspectivas históricas e os desafios relacionados à institucionalização da Ciência da Informação (CI) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com especial ênfase em Moçambique. O estudo evidenciou que as práticas coloniais moldaram o desenvolvimento desta ciência na região, criando barreiras estruturais que ainda impactam os sistemas de informação atuais.

Durante o período colonial, a gestão da informação nos PALOP esteve orientada aos interesses administrativos e políticos dos colonizadores, o que resultou na exclusão das populações locais e no enfraquecimento das práticas de preservação cultural. Após as independências, embora tenham surgido esforços para a criação de sistemas próprios de informação, os países continuaram a enfrentar desafios econômicos, sociais e de formação profissional.

A análise histórica revelou que a CI nos PALOP evoluiu sob múltiplas influências ideológicas e epistemológicas, moldadas tanto pelo contexto colonial quanto pelas orientações pós-coloniais, marcadas pelos modelos soviético e ocidental. Essa trajetória reflete a natureza interdisciplinar da área, que articula contribuições provenientes da Biblioteconomia, Documentação, Comunicação, Computação e Ciências Sociais, consolidando-se como um campo essencial para a organização, gestão e circulação do conhecimento.

No caso de Moçambique, a pesquisa demonstrou que a formação acadêmica e a inserção dos profissionais da área ainda enfrentam desafios significativos. A comparação entre os currículos das instituições moçambicanas e os de países como o Brasil revelou a necessidade de modernização e atualização dos programas de ensino, de modo a alinhá-los às exigências contemporâneas do mercado de trabalho e às novas competências digitais.

Entre os principais desafios identificados destacam-se a insuficiência de investimentos em educação e infraestrutura, bem como a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à valorização e institucionalização da CI. A capacitação contínua de profissionais e a integração de tecnologias emergentes revelam-se fundamentais para o fortalecimento dos sistemas de informação locais e para o alcance de um desenvolvimento sustentável na região.

O estudo reforça, ainda, a importância estratégica das instituições de ensino superior, centros de pesquisa e unidades de informação na consolidação da área. Em Moçambique, as universidades, bibliotecas e arquivos nacionais assumem papel central na construção de uma cultura informacional comprometida com o desenvolvimento científico e com a soberania do conhecimento.

No plano epistemológico, verificou-se que a CI constitui um campo de convergência interdisciplinar, dialogando com áreas como a Filosofia, Sociologia, Comunicação, Educação e Ciências da Computação. Essa transversalidade confere-lhe uma base teórica e metodológica sólida, permitindo abordar de forma integrada as questões relacionadas à produção, organização, disseminação e uso da informação. Essa característica interdisciplinar é essencial para responder aos desafios contemporâneos das sociedades do conhecimento, especialmente no contexto africano, onde as tecnologias digitais e as práticas culturais locais coexistem e se complementam.

A análise da inserção profissional dos egressos dos cursos de Ciência da Informação em Moçambique revelou resultados encorajadores. Embora persistam dificuldades relacionadas à valorização profissional e à expansão das oportunidades no setor público e privado, observa-se uma demanda crescente por especialistas em gestão da informação, tanto em instituições acadêmicas quanto em organizações governamentais e empresariais. Essa tendência demonstra o reconhecimento social e estratégico da área, cuja contribuição tem sido decisiva para o fortalecimento das práticas informacionais, da transparência administrativa e do desenvolvimento social e tecnológico do país.

No que se refere à execução da metodologia proposta, é importante salientar que, ao longo do percurso, foram enfrentadas algumas limitações, sobretudo no acesso a fontes primárias, como decretos, diplomas e acordos de cooperação entre a antiga União Soviética e os PALOP (Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Essa limitação comprometeu, em certa medida, a profundidade da análise, exigindo o recurso a fontes secundárias, como livros, artigos e documentos digitais, o que impactou parcialmente o processo de validação dos resultados. Todavia, esse desafio abriu novas perspectivas metodológicas e reforçou a importância de, em investigações futuras, aprofundar a pesquisa documental e o acesso direto a acervos históricos e institucionais.

Em síntese, o presente estudo reafirma a necessidade de consolidar sistemas de informação autônomos, inclusivos e culturalmente enraizados nos PALOP, reconhecendo as particularidades históricas e identitárias de cada país. Estratégias que privilegiem a

colaboração internacional, a valorização das identidades locais e o fortalecimento da pesquisa científica são fundamentais para superar os desafios identificados e posicionar a Ciência da Informação como pilar central do desenvolvimento social, cultural e econômico dos países africanos de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Cândido de. **Charles Peirce e a Organização da Informação e do Conhecimento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 49-55, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/73994. Acesso em: 7 out. 2019.

AQUINO, Mirian Albuquerque (org.) **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARBOIT, Aline Elis. **O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/123389. Acesso em: 7 out. 2019.

ADDISON-WESLEY. **Information Systems and Data Management**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1989.

ALMEIDA, M. A.; LEMOS, A. **Introdução à Ciência da Informação**. São Paulo: Ática, 1985.

ALMEIDA, M. A. **Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações**. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 1985.

ALMEIDA, M. A. **Ciência da Informação e Sociedade: Perspectivas Epistemológicas e Políticas**. Brasília: UnB, 2016.

ALVES, M. C. **A Informação como Recurso Estratégico: Estudos sobre Gestão e Conhecimento**. Porto: Universidade do Porto, 2008.

ANDRADE, M. L. **Educação e Modernidade em África: Políticas e Desafios**. Maputo: Escolar Editora, 2007.

ANDRADE, M. L. **A Formação da Ciência da Informação em Contextos Lusófonos**. Coimbra: Almedina, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Guiné-Bissau Atualização Económica - Primavera de 2024**: Reformar o Risco Fisca. Washington, DC: World Bank Group, 2024. Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099051624105032094. Acesso em: 7 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASU, Tanya. Cape Verde Gets New Name: 5 Things to Know About How Maps Change. **National Geographic**, 14 dez. 2013. Disponível em: https://www.nationalgeographic.com/adventure/article/131212-maps-cabo-verde-cartography-science-cape-verde-africa. Acesso em: 20 dez. 2013.

BENDER, Gerald J.; YODER, P. Stanley. Whites in Angola on the Eve of Independence: The Politics of Numbers. **Africa Today**, v. 21, n. 4, p. 23-37, 1976. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4185453. Acesso em: 7 out. 2019.

BIRMINGHAM, David. **A Concise History of Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.5090190103. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 25 maio 2024.

BRITO, M. O sistema educativo em Cabo Verde: Entre o legado português e a modernização. Estudos em Educação Africana, 2013.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc d. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUCKLAND, Michaek K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3. Acesso em: 6 maio 2022.

BUCKLAND, Michael K. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199709)48:9<804::AID-ASI5>3.0.CO;2-V. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-

4571%28199709%2948%3A9<804%3A%3AAID-ASI5>3.0.CO%3B2-V. Acesso em: 6 maio 2022.

BUNGE, Mario. **Epistemologia**: curso de atualização. Tradução de Claudio Navarra. São Paulo: T. A. Queiroz: Universidade de São Paulo, 1980.

BUSH, Vannevar. As We May Think. **The Atlantic Monthly**, p.101-108, 1945. Disponível em: https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/. Acesso em: 7 out. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2023: Conhecimento, Inovação e Equidade**. Washington, DC: Banco Mundial, 2023.

BAPTISTA, A. M. **A Ética da Informação e a Sociedade Contemporânea.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind. Chicago**: University of Chicago Press, 1972.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to Information Science**. London: Facet Publishing, 2012.

BELLUZZO, R. C. B. **Gestão do Conhecimento: Uma Visão Multidimensional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BENTO, M. J. **Arquivos e Memória Institucional em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2010.

BIJAGO, L. A. **A Formação das Elites e a Educação na Guiné-Bissau Pós-Independência**. Bissau: INEP, 2017.

BOCCATO, V. R. C. **Fontes de Informação e Competência Informacional**. São Paulo: Polis, 2006.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOWKER, G. C.; STAR, S. L. **Sorting Things Out: Classification and Its Consequences**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Brasília: MEC, 2015.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation** ? Paris: Éditions Documentaires, 1951.

BRITO, A. C. **A Educação e o Desenvolvimento em Moçambique: Desafios e Perspectivas**. Maputo: CIEDIMA, 2019.

CABRAL, Amílcar. **Textos políticos**. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

CAPURRO, Rafael. ¿Conduce la implantación mundial de la red a una ética global de la información? **Concilium:** Revista Internacional de Teologia, n. 309, p. 39-49, 2005.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 7 out. 2019.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y Ciencia de la Informacion. **Acimed**, v. 21, n. 2, p. 248-265, 2010. Disponível em: http://scielo.sld.cu/pdf/aci/v21n2/aci08210.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.

CAPURRO, Rafael. **Epistemology and Information Science**. Stockholm: Royal Institute of Technology Library, 1985. Disponível em: https://www.capurro.de/trita.htm. Acesso em: 7 out. 2019.
CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, n. 1, p. 343-411, 2003. DOI: https://doi.org/10.1002/aris.1440370109. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.1440370109. Acesso em: 7 out. 2019.

CASSINELA, Osvaldo Israel Salumbongo; OLIVEIRA, Daniel José Silva; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Democracia na África: o caso dos países africanos de língua oficial portuguesa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 13, n. 4, p. 1-16, 2022. DOI: https://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2022.004.0001. Disponível em: https://sustenere.inf.br/index.php/rbadm/article/view/7763. Acesso em: 7 out. 2023.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Finanças internacionais e formação do capitalismo nacional em Moçambique. *In:* FORQUILHA, Salvador (org.). **Desafios para Moçambique 2020**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2020. p. 141-184. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/CCaste-Branco-Desafios-2020.pdf. Acesso em: 7 out. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLARD, André. **A análise documental**. *In:* POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 295-316.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais**. Tradução de Jorge de Sampaio. Lisboa: PEA, 1971. (Coleção saber, 72).

CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE (CNAQ). **Relatório Anual do CNAQ 2020**. Maputo: CNAQ, 2020. Disponível em: https://cnaq.ac.mz/index.php/estudante/relatorios#. Acesso em: 22 out. 2022.

CONTI, Daiana Lindaura; PINTO, Maria Carolina Carlos; DAVOK, Delsi Fries. O perfil do bibliotecário empreendedor. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 27-46, 2009. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/650. Acesso em: 22 out. 2022.

COSSA, E. F. R. Desafios da Qualidade do Ensino Superior em Moçambique. **Revista Educação e Sociedade**, v. 40, n. 147, 2019.

CABAÇO, J. L. **Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação**. Maputo: Ndjira, 2007.

CAFEZEIRO, I. **Ciência, Informação e Sociedade: Interfaces Epistemológicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

CAPURRO, R. **Epistemology and the Foundation of Information Science**. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). Conceptions of Library and Information Science: Historical, Empirical and Theoretical Perspectives. London: Taylor Graham, 2001.

CAPURRO, R. **Ética Intercultural da Informação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

CARDOSO, C. **Teoria da História e História de Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1987.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). **Relatório de Monitoria da Governança e Corrupção em Moçambique**. Maputo: CIP, 2022.

CHARTIER, R. **A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII**. Brasília: UnB, 1990.

CHERNYI, A. I. **Scientific Communications and Information Processes in the Soviet Union**. Moscow: Nauka, 2005.

CHISSALE, D. M. **Juventude, Educação e Transformações Sociais em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2021.

CLARENCE-SMITH, W. G. **The Third Portuguese Empire**, 1825–1975: A Study in Economic Imperialism. Manchester: Manchester University Press, 1985.

CLEVELAND, D. B. **Information as a Resource: Management and Use**. Oxford: Pergamon Press, 1977.

CLEVELAND, D. B.; BUNTON, M. **Managing Knowledge in the Digital Age**. New York: Routledge, 2016.

COUZINET, V. **Les Sciences de l'Information et de la Communication: Approches Épistémologiques**. Paris: Hermes Science Publications, 2009.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.** 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2014.

CUNHA, M. B. da. **Bibliotecas e Sociedade: Reflexões sobre a Informação e o Conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2010.

DALPIAN, Juliana; FRAGOSO, Juliana Gorgen; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Perfil empreendedor do profissional da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 99-115, 2007.

DEPOSIT PHOTOS. Illustration Guinea Bissau political map. **Deposit Photos**, c2025. Disponível em: https://st2.depositphotos.com/2465573/5591/v/450/depositphotos_55913623-stock-illustration-guinea-bissau-political-map.jpg. Acesso em: 10 ago. 2025.

DJALO, Iaguba. Formação bibliotecária no contexto africano: olhares de Guiné-Bissau. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. esp., 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2237-6658.2022.39919. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39919. Acesso em: 10 ago. 2025.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.

DOURADO, Maria Francysnalda Oliveira. Breve consideração sobre o pragmatismo de Peirce. **Kínesis**, v. 10, n. 25, p. 312-322, 2018. DOI: https://doi.org/10.36311/1984-8900.2018.v10.n25.20.p312. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/8609. Acesso em: 21 dez. 2021.

DAVIDSON, D. **Essays on Actions and Events**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

DAY, R. E. **The Modern Invention of Information: Discourse, History, and Powe**r. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.

DENNING, P. J. **Computing as a Natural Science**. Communications of the ACM, v. 32, n. 11, p. 1399-1413, 1989.

ÉVORA-SAGNA, Margarida; GRAY, Vanessa; MINGES, Miguel. **A Internet num PMA lusófono**: estudo de casos de Cabo Verde. *[S. l.]*: UIT, 2002. Disponível em: https://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/capeverde/material/CS_CPV_p.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

FOLGÔA, Carla. Os Cincos: a Cooperação entre os PALOP. **Janus**, Lisboa, 2004. Disponível em: http://hdl.handle.net/11144/1525. Acesso em: 21 dez. 2021.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Epistemologia da Ciência da Informação: evolução da pesquisa e suas bases referenciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 89-103, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/3135. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/LNf9PZshWv9HhXWzFwGKN9k. Acesso em: 7 out. 2020.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, 2006a. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23718. Acesso em: 10 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006b.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO. **Casa Comum**: portal de arquivos digitais. Lisboa: Fundação Mário Soares e Maria Barroso, c2020. Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos. Acesso em: 2 out. 2020.

HONESKO, Astrid. Empreendedorismo em bibliotecas universitárias: um estudo do cenário paranaense. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2002. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/29/4024/SNBU2002_020.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

GIF MAP. Physical map of Cape Verde. **Gif Map**, c2025. Disponível em: https://www.gif-map.com/maps-of-africa/maps-of-cape-verde/physical-map-of-cape-verde#google_vignette. Acesso em: 8 out. 2025.

GOMES, Marta Marques. **Efeitos da formação de professores na promoção de capital de conhecimento em São Tomé e Príncipe**: o coletivo de história. 2014. Dissertação (Mestrado em Supervisão Pedagógica) – Universidade Aberta, Lisboa, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/4001. Acesso em: 8 out. 2020.

GONÇALVES, Pammella Emanoelle Camatini. **Bibliotecário empreendedor**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120203. Acesso em: 10 out. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 18-37, 2012. Disponível em: https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4832. Acesso em: 10 out. 2020.

GRIFFITH, Belver C. **Key Papers in Information Science**. New York: Knowledge Industry Publications, 1980.

GUAMBE, Martins Fernando; BUENO-DE-LA-FUENTE, Gema. Disponibilidade em Acesso Aberto da produção científica da África Lusófona. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 5-19, 2013. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p5-19. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/69267. Acesso em: 10 out. 2025.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. Disponível em: https://article.imrpress.com/journal/KO/30/2/10.5771/0943-7444-2003-2-87/09299736b537ee1c1ff284e78693a680.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (Cabo Verde). **Dados educação 2011**. *[S. l.]*: INE, 2017. Disponível em: https://ine.cv/quadros/dados-educacao-2011. Acesso em: 10 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (Moçambique). **Anuário estatístico 2024**. Maputo: INE, 2025. Disponível em: https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/anuario-2024. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023**. Inep, 22 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023. Acesso em: 10 jun. 2024.

JAPIASSU, Hilton Peneira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, C. Desafios na Preservação de Documentos Históricos em São Tomé e Príncipe. **Revista de Estudos Africanos**, 2019.

LIMA, G. A. A institucionalização da Ciência da Informação em países lusófonos: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 2010.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. Epistemología y Ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso. **Acimed**, v. 21, n. 2, 2010. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352010000200002. Acesso em: 10 out. 2020.

LOPES, A. A História de Cabo Verde e seu Sistema Educacional. **Educação Africana**, 2002

LOPES, J. A evolução histórica da Ciência da Informação nos PALOP. **Transinformação**, Campinas, (2014), 91-100.

LOPES, Maria Antónia. **Desenvolvimento de empreendedoras em Moçambique**. Maputo: Escolar, 2014.

LOPES, J. **Bibliotecas e Sociedade em Moçambique**: A Contribuição da Biblioteca Nacional. Maputo: Edições Biblioteca Nacional de Moçambique, 2015.

LOPES, C. A. **Bibliotecas Nacionais e o Acesso à Informação nos PALOP**. Praia: Biblioteca Nacional de Cabo Verde, 2015.

LUBISCO, Nídia M. L.; ALVES, Fernanda Maria Melo. Oferta formativa em Ciências de Informação: estudo comparativo aplicado aos países lusófonos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 21-51, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12350. Acesso em: 10 out. 2023.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MABUNDA, D. Repensar a pedagogia universitária em moçambique: um desafio urgente. **Revista Científica da Universidade Pedagógica**, 2020.

MADALENA, Críchyna da Silva. **Competências empreendedoras para prestação de serviços de informação por bibliotecários no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) — Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado da Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/3015/crichyna_da_silva_madalena.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

MÁRIO SOARES FOUNDATION. **Programa de Formação e Preservação de Arquivos em São Tomé e Príncipe**. *[S. l.]:* Mário Soares, 2018.

MANGUE, Manuel Valente; MATEUS, Delfina Lázaro; MOLA, Henriqueta Durão. Perfil profissional em Documentação e Informação em Moçambique. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, v. 3, n. 1, p. 66-73, 2022. Disponível em: http://www.revistacientifica.uem.mz/revista/index.php/edu/article/view/258. Acesso em: 10 out. 2022.

MENDES, José. **Da Independência à Paz**: História Política de Angola 1975-2002. *[S. l.]:* Editorial Caminho, 2005.

MENDES, J. **Desenvolvimento e desafios do ensino superior na África**. *[S. l.]:* Universidade do Minho, 2011.

MENDES, L. **Desafios na Formação de Profissionais da Informação em Países Pós-Coloniais**. *[S. l.]:* Editora Universitária (2024).

MOÇAMBIQUE. **Decreto n.º 61, de 23 de novembro 2022**. Cria o Quadro Nacional de Qualificações. Maputo: Conselho dos Ministros, 2022. Disponível em: http://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/3332. Acesso em: 9 jun. 2022.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 18, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique. Maputo: Assembleia da República, 2015. Disponível em: https://estudo-ares.cplp.org/sites/default/files/Lei%20nº%2018-2018%2C%2028%20Dezembro-%20Estabelece%20o%20regime%20Juridico%20do%20SNE%20%283%29.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 34, de 31 de dezembro de 2014**. Maputo: Assembleia da República, 2015. Disponível em: https://reformar.co.mz/documentos-diversos/lei-do-direito-a-informacao-regulamento-e-manual-de-procedimentos.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

MOSTAFA, Solange Puntel; LIMA, Ademir Benedito Alves de; MARANON, Eduardo Ismael Murguia. Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 216-222, 1992. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v21i3.434. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/434. Acesso em: 9 jun. 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. Angola. **Mundo Educação**, c2025. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

NHAMPOCA, A. (2021). **Formação Académica e Empregabilidade Juvenil**: O Dilema Moçambicano. *[S. l.]:* Observatório do Ensino Superior, 2021.

ON THE WORLD MAP. Sao Tome and Principe Map. On the World Map, 2021. Disponível em: https://ontheworldmap.com/sao-tome-and-principe/#google_vignette. Acesso em: 9 jun. 2022.

PANDO, Daniel Abraão; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Análise sobre a Epistemologia e sua aplicação à Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 680-705, 2021. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n2p680. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41635. Acesso em: 9 jun. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: IBICT, 1999. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/handle/1/100. Acesso em: 9 jun. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-19, 1995. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.609. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609. Acesso em: 9 jun. 2020.

PINHEIRO, A.; LOUREIRO, A. **Fundamentos da Ciência da Informação**. *[S. l.]:* Edições Almedina. 1995.

PINTO, D. O acesso à informação em Moçambique: desafios e perspectivas. **Revista Moçambicana de Ciência e Tecnologia**, 2015.

PIRES, M. História da Biblioteca Nacional de Angola. **Revista da Biblioteca Nacional**, 2010.

RABELLO, Rodrigo. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 2-36, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/vM5Q5Rg5P8ZpPfqm6HnfWgj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 out. 2019.

REIS, S. **A Biblioteconomia em Moçambique**: ensino, pesquisa e práticas. Maputo: UEM, 2015.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, 2012. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i1p3-14. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/42365. Acesso em: 8 out. 2024.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

RODRIGUES, Solange Carvalho Moreira; MELO, Marlene Catarina Oliveira Lopes; LOPES, Ana Lucia Magri. Ensino do empreendedorismo sob a ótica de alunos e professores do curso de administração de uma instituição de ensino superior (IES) privada em Minas Gerais. **Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 198-220, 2014. DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n2p198. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p198. Acesso em: 8 out. 2024.

ROWLEY, Jennifer. **Organização do conhecimento: uma introdução à Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação**: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 103).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, R. A Preservação do Património Documental na Guiné-Bissau: O Papel das Instituições e da Cooperação Internacional. **Cadernos de Arquivologia e Biblioteconomia**, 2015.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Lopes dos. Análise histórica sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, Moçambique e Etiópia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 189-202, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/48850. Acesso em: 7 out. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em: 21 abr. 2021.

SARACEVIC, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1051::AID-ASI2>3.0.CO;2-Z. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1051::AID-ASI2>3.0.CO;2-Z. Acesso em: 21 abr. 2021.

SHANNON, Claude E. A Mathematical Theory of Communication. Bell System Technical Journal, v. 27, n. 3, p. 379-423, 1948. DOI: https://doi.org/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x. Acesso em: 21 abr. 2021.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication**. United States of America: University of Illinois Press, 1949.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v6i1.92. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92. Acesso em: 21 abr. 2021.

SILVA, Alberto Oliveira e Silva. **Angola**: política e economia no pós-independência. *[S. l.]:* Ed. Almedina, 2008.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. As configurações do campo da Ciência da Informação no contexto das ciências pós-modernas. **Tendências da**

Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2013. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/297. Acesso em: 9 out. 2020.

SILVA, Júlio Sousa e. PALOP: Fórum criado em Luanda. **O País**, 4 jul. 2014. Disponível em: https://web.archive.org/web/20151125222948/http://opais.co.ao/palop-forum-criado-em-luanda. Acesso em: 25 nov. 2015.

SILVA, M. C. **Patrimônio documental e histórico nos países lusófonos africanos**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2012.

SILVA, P. **Desenvolvimento de bibliotecas e arquivos em São Tomé e Príncipe**. *[S. l.]:* Bibliotecas Lusófonas, 2020.

SILVA, P. **Teorias da comunicação e Ciência da Informação**. *[S. l.]:* EditoraUniversidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, T. Sistemas de Informação e Desenvolvimento: Barreiras e Oportunidades nos PALOP. **Revista de Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 102-115, 2021.

SOUSA, A. **Estruturas econômicas e políticas na evolução dos sistemas de informação em PALOP**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2023.

SOUSA, Paulo L. R.; HORTA; Bernardo L.; PINHEIRO, Ricardo T.; NUNES, Maria L Tiellet. Epistemologia: quem precisa dela. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 211-215, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000300014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/7rf8r6GJmxp8D9tG7633Cgz/?lang=pt. Acesso em: 9 out. 2021.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **A Epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/ECID-8P2JNH. Acesso em: 9 out. 2021.

TAYLOR, Ian. **A União Soviética e a África**. *[S. l.]:* Praeger Publications, 1987.

UNESCO. **Unesco Science Report 2021**: The Race Against Time for Smarter Development (chapter 1). Unesco, 2021. Disponível em: https://www.unesco.org/reports/science/2021/en/race4smarter-development. Acesso em: 1 maio 2023.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM). Licenciatura em Biblioteconomia. Escola de Comunicação e Artes (ECA), c2023. Disponível em: https://eca.uem.mz/biblioteconomia. Acesso em: 1 maio 2023.

VEIGA NETO, Alfredo José da. Ciência e pós-modernidade. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 143-156, 1998. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31830. Acesso em: 1 maio 2022.

VINES, Alex. **Renamo**: do terrorismo à democracia em Moçambique. *[S. l.]*: James Currey, 1996.

WARFARE BLOG. Moçambique: Localizada perto de um importante local de gás, a cidade de Palma caiu sob o jugo do Estado Islâmico. **Warefare Blog**, 2021. Disponível em: https://www.warfareblog.com.br/2021/03/mocambique-localizada-perto-de-um.html. Acesso em: 1 maio 2025.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The Phenomena of Information Science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.

WIENER, Norbert. **Cybernetics**: Or Control and Communication in the Animal and the Machine. Massachusetts: MIT Press, 1948.

ZANDONADE, Tarcisio. Epistemologia da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23-24, n. 3, p. 445-448, 2000. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/71684. Acesso em: 7 out. 2019.